

SÉRIE GENTE DA TERRA



**Seminário Subjetividade
e a Questão da Terra.**
Brasília - DF Agosto - 2004



SÉRIE GENTE DA TERRA



**Seminário Subjetividade
e a Questão da Terra.**

Brasília - DF Agosto - 2004





Série “Gente da Terra”

Brasília, 2004

Agradecimentos

Agradecemos pela organização e viabilização dos Seminários Subjetividade e a Questão da Terra e Subjetividade e os Povos Indígenas:

Ao XII Plenário Conselho Federal de Psicologia:

Diretoria

Odair Furtado / Ricardo Moretzsohn (Presidentes)

Ana Luíza de Souza Castro (Vice-Presidente)

Miguel Angel Cal González (Secretário)

Francisco Machado Viana / Deusdet do Carmo Martins (Tesoureiros)

Conselheiros Efetivos

Sônia Cristina Árias Bahia
(Secretária Região Norte)

Aluízio Lopes de Brito (Secretário Região Nordeste e Secretário de Orientação e Ética)

Deusdet do Carmo Martins (Secretária Região Centro-oeste)

Ricardo Figueiredo Moretzsohn (Secretário Região Sudeste e Secretário de Comunicação Social)

Analice de Lima Palombini (Secretária Região Sul)

Conselheiros Suplentes

Eleuní Antônio de Andrade Melo

Francisco de Assis Nobre Souto

Gislene Maia de Macedo

Marcus Adams de Azevedo Pinheiro

Margarete de Paiva Simões Ferreira (in memoriam)

Mariana Moreira Gomes Freire

Rebeca Litvin

Rosimeire Aparecida da Silva

Sandra Maria Francisco de Amorim





Psicólogos Convidados

Adriana Marcondes Machado
Diva Lúcia Gautério Conde
Marilene Proença Rebello de Souza
Paulo Roberto Martins Maldos

Às funcionárias e aos funcionários do Conselho Federal de Psicologia:

Coordenação Geral

Yvone Magalhães Duarte (Coordenadora Geral)
Tatiana Freitas (Secretária)

Coordenadoria Técnica

Cleide Maria de Sousa (Coordenadora)
Juliana de Melo Borges (Assessora Técnica)
Maurício Miranda Sarmet (Assessor Técnico)

Núcleo de Apoio aos Projetos de Gestão

Tânia Zamberlan (Coordenadora)
Marcos Wonder (Assistente Administrativo)
Mônica do Nascimento (Assistente Administrativo)
Saulo Costa (Assistente Administrativo)

Aos Conselhos Regionais de Psicologia;

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST);

Ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI);

Às missionárias e aos missionários do CIMI;

Às lideranças indígenas;

Às psicólogas e aos psicólogos que participaram dos seminários.

SUMÁRIO

Apresentação	09
PARTE I - Seminário: Subjetividade e a Questão da Terra	11
Introdução.....	12
Mesa de abertura.....	19
Apresentação dos grupos.....	29
Alternativas de intervenção.....	45
1. Setor de Gênero.....	45
2. Setor de Direitos Humanos.....	63
3. Setor de Saúde.....	78
4. Setor de Formação.....	103
5. Setor de Educação.....	121
Apresentação dos grupos.....	137
Avaliação do Seminário.....	151
Parte II - Seminário: “Subjetividade e os Povos Indígenas”	156
Mesa de Abertura.....	157
A Construção desse Encontro.....	157
Psicologia e a Questão Indígena: Um Início de Diálogo.....	160
Apresentação dos participantes.....	165
Debate sobre o texto base.....	172
Subjetividade e as relações das comunidades indígenas com a sociedade nacional.....	182
Apresentação dos Grupos.....	182
Resgate das idéias surgidas nos grupos.....	190
Subjetividade e as relações internas das comunidades indígenas.....	194
Apresentação dos grupos.....	198
Destaque de alguns pontos.....	202





Resgate dos Dias Anteriores.....	203
Síntese das proposições.....	203
O Conselho Federal de Psicologia, o Conselho Missionário Indigenista e as Organizações Indígenas.....	206
Psicologia e o Conselho Federal de Psicologia (CFP).....	206
Conselho Indigenista Missionário (CIMI).....	211
As Organizações Indígenas.....	217
Apresentação dos grupos.....	221
Avaliação do Seminário.....	227
Anexo II.....	233
Considerações finais.....	237
Participantes.....	238

Apresentação

Os seminários aqui relatados, que tiveram como temas “Subjetividade e a Questão da Terra” e “Subjetividade e os Povos Indígenas”, foram iniciativas do Conselho Federal de Psicologia (CFP), em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), respectivamente.

Ambos eventos fizeram parte de um projeto do CFP denominado Série “Gente da Terra”, cuja idealização remonta ao IV Congresso Nacional de Psicologia (IV CNP), realizado em Brasília (DF), em 2001.

O objetivo do projeto como um todo - e de cada seminário em particular- foi o de aproximar o Sistema Conselhos de Psicologia, a Psicologia brasileira e os psicólogos e psicólogas de nosso país, da vida, das demandas e das propostas dos trabalhadores do campo e dos povos indígenas, num processo de escuta, diálogo e construção conjunta.

Tais esforços foram bem sucedidos, como se pode perceber nos relatos aqui publicados, ricos em depoimentos de trabalhadores e trabalhadoras do campo e de representantes indígenas; ricos também de interrogações e de observações dos psicólogos e psicólogas presentes.

São pungentes, emocionantes, as falas dos participantes, camponeses e indígenas, ao relatarem suas vidas e suas lutas, seus dramas e suas vitórias, assim como ao reafirmarem suas imensas esperanças de construção de uma sociedade e de um mundo mais justos – e suas expectativas e propostas de um lugar para a Psicologia brasileira e para os psicólogos e psicólogas nesta construção coletiva.

Os seminários da Série “Gente da Terra” abrem caminho para ricas possibilidades de parcerias entre nossas entidades, movimentos e povos, na perspectiva do compromisso social da Psicologia e da conquista de uma democracia verdadeira em nosso país.

Conselho Federal de Psicologia
Brasília, dezembro de 2004.





“E que a força do medo que tenho, não me impeça de ver o que anseio. Que a morte de tudo o que acredito não me tape os ouvidos e a boca, porque metade de mim é o que grito e a outra metade é o silêncio. Que a música que ouço ao longe seja linda ainda que tristeza. Que a mulher que eu amo seja para sempre amada, mesmo que distante. Porque metade de mim é partida, a outra é saudade. Que as palavras que falo não sejam ouvidas como prece, nem repetidas com fervor. Apenas respeitadas, como a única coisa que resta de um homem inundado de sentimento, pois metade de mim é o que ouço e a outra é o que calo. Que minha vontade de ir embora se transforme na calmaria e na paz que mereço. Que a tensão que me corrói por dentro seja um dia recompensada. Porque metade de mim é o que penso; a outra metade, um vulcão. Que o medo da solidão se afaste e o convívio comigo mesmo se torne ao menos suportável. Que o espelho reflita em meu rosto um doce sorriso que me lembre a infância, pois metade de mim são lembranças do que fui e o resto não sei. Que não seja preciso mais de que uma simples alegria para me fazer aquietar o espírito e que teu silêncio me fale cada vez mais, pois metade de mim é abrigo e a outra metade é cansaço. Que a arte nos aponte uma resposta, mesmo que ela não saiba. E que ninguém a tente complicar, pois é preciso simplicidade para fazê-la florescer, porque metade de mim é platéia; a outra metade é canção. E que a minha loucura seja um dia perdoada, pois metade de mim é amor; a outra metade, também.”

Oswaldo Montenegro

PARTE I

Seminário: Subjetividade e a Questão da Terra¹

¹Evento realizado de 13 a 15 de agosto de 2004, em Luziânia/GO. Organização: Conselho Fedetal de Psicologia (CFP) e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.





Subjetividade e a Questão da Terra

Paulo Maldos²

Paulo Ueti³

Introdução

A luta pela terra perpassa toda a história do Brasil e marca profundamente a identidade do povo brasileiro. Neste contexto de conflitos e crises, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) vem discutindo há alguns anos questões relevantes com relação à educação e com relação à formação da consciência e personalidade dos/as militantes.

Nesta direção, o Setor de Saúde e o Setor de Formação levantaram questões relativas à subjetividade, oriundas de demandas da realidade vivida na base. Num primeiro momento, cada Setor discutiu internamente suas questões e deu encaminhamentos próprios. Com o passar do tempo, percebeu-se a necessidade de um esforço conjunto para refletir melhor sobre temas como subjetividade, relações humanas, relações de poder, relações de gênero etc, no âmbito da luta pela terra e pela reforma agrária.

Concretizando essas iniciativas, foi estabelecida uma parceria com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), através de psicólogos já envolvidos e comprometidos com a nossa luta, com a nossa causa. Devido à característica delicada e nova da proposta, o encaminhamento foi o de realizar um primeiro encontro entre psicólogos/as, outros profissionais de saúde e setores do movimento.

Este Seminário tem por objetivos fazer um diagnóstico da situação atual, dentro do amplo marco de “Subjetividade e a Questão da Terra”, e procurar estabelecer parâmetros comuns e conjuntos de atuação nesta área.

Esperamos que este texto inicial seja tão somente um instrumento provocador de questões para a nossa reflexão coletiva, na continuidade da luta por “um Brasil sem latifúndios”, por caminhos de humanização e participação, “sem nunca perder a ternura” nem o cuidado com os problemas humanos no interior da luta social.

Um pouco de história

A fase colonial foi caracterizada pelas lutas dos povos indígenas em defesa de seus territórios invadidos; mais tarde, os escravos negros fundaram os quilombos como territórios livres da dominação senhorial e oligárquica. Durante o Império, têm início as lutas camponesas, que se estendem ao longo de todo o século XX e se projetam até os dias atuais.

Nestes princípios do século XXI, a questão territorial é ainda uma questão-chave para a construção da nação, da nossa identidade e do nosso destino. Continuam as lutas pela demarcação dos territórios indígenas, pelo reconhecimento das terras quilombolas e pela democratização da propriedade da terra através da Reforma Agrária.

Apesar de abalado e enfraquecido, ainda é grande o poder das oligarquias regionais e do latifúndio sobre as estruturas do Estado, incluindo nesse o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, além da sua influência na mídia e na conformação atual da ideologia conservadora.

Os movimentos sociais no campo

A última ditadura militar (1964-1985) teve no latifúndio um de seus sustentáculos mais importantes. Durante esse período, o Estado foi amplamente utilizado para a contra-reforma agrária: para a expulsão dos camponeses, posseiros, arrendatários ou pequenos proprietários, para a concentração da propriedade, para a repressão a qualquer sinal de resistência, para a implantação da monocultura e para a manutenção do latifúndio.

Após os primeiros anos de perseguição, prisão e assassinato de lideranças camponesas, no país todo começaram a surgir sinais de resistência e de retomada da luta pela terra. Ao longo dos anos 70, apesar da violência dos pistoleiros, dos jagunços, das polícias locais, a luta pela terra cresce e se espalha.

No início, a partir das comunidades de base no campo, com o apoio da Igreja Católica Romana e logo depois com organizações autônomas, que optaram pela retomada dos sindicatos de trabalhadores rurais ou pela constituição de movimentos de luta pela democratiza-





ção da propriedade no campo brasileiro.

Dentro dos marcos destes movimentos é que surge o MST, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra.

O MST e a luta pela terra

O MST surge na região sul do país, no princípio dos anos 80, denunciando a grande propriedade rural e realizando a sua contestação através da ação prática: a ocupação planejada de latifúndios por dezenas ou centenas de famílias organizadas.

Essa ação atinge em cheio o conceito ideológico central das elites nacionais: o da inviolabilidade sagrada da propriedade privada da terra. Nesse conceito, a terra é vista como fonte de poder e privilégio, como “coisa” a ser negociada e como capital, nunca como um bem a serviço da sociedade.

Ao longo destes últimos 20 anos, o MST cresceu, se organizou e se espalhou por todo o território nacional. No seu processo de crescimento constituiu instâncias locais, regionais e nacionais para dar conta das inúmeras tarefas que surgiam com a evolução da luta pela terra.

Assim, criou suas instâncias de direção bem como setores: cooperativas, saúde, educação, direitos humanos, formação, gênero, relações internacionais, jurídico etc. Constituiu também entidades que viabilizam parcerias com universidades, escolas técnicas, escolas de ensino fundamental e médio, igrejas, ONG's, administrações populares, sempre tendo em vista a democratização do acesso à terra e a criação dos serviços indispensáveis à vida das comunidades camponesas e das futuras gerações.

Embora tenha construído um sistema organizativo complexo e amplo, de abrangência nacional, o MST tem como princípio básico o respeito à autonomia das comunidades locais e ao seu protagonismo.

Subjetividade e luta pela terra

A luta pela terra coloca, para os militantes do MST, nas diferentes frentes de luta, nas diferentes setores, nas diferentes instâncias, nas diferentes faixas etárias, nas diferentes regiões do país e para o universo de famílias que estão diretamente envolvidas com a dinâmica

do movimento, um conjunto de desafios para a sua subjetividade, de caráter tanto coletivo como individual.

Por *subjetividade individual*, estamos considerando o modo próprio de cada militante sentir, incorporar, elaborar e viver os códigos familiares e sociais, a sua auto-imagem, identidade, afetividade, sexualidade, rede de relações, o seu projeto de existência, valores e a maneira pessoal de interpretar o tempo e o espaço, a sociedade e a cultura, seu lugar e seu percurso nestes, o seu dever.

Por *subjetividade coletiva*, estamos considerando a trama de afetos, identidades, valores, culturas, imaginários, modos de compreender a vida e o mundo e de exteriorizar a vida e o mundo. Seria o tecido afetivo, ético e ideológico que alicerça, dá sentido e consistência ao tecido social constituído pelo movimento.

As famílias no MST

Numa primeira aproximação, podemos colocar como desafio para a subjetividade o de organizar-se coletivamente, participar de um coletivo, construir e respeitar as regras de convivência e nele depositar seu destino familiar e individual.

Para as famílias que iniciam sua participação no movimento, que têm como referência a cultura familiar camponesa, esse é um passo ao mesmo tempo difícil e necessário, um longo reaprender e reorganizar a vida e as formas de decidir e encaminhar a respeito da vida.

Este desafio torna-se maior quando, ao participar das ações coletivas do movimento, as pessoas, famílias e coletividades são submetidas à violência física de pistoleiros ou policiais, à violência do aparato judicial do Estado e à violência simbólica da mídia local e da ideologia dominante.

Em outras palavras, participar do movimento passa a ser um processo permanente de rupturas com as formas conhecidas de convívio social, marcadas pelo individualismo e pela hierarquia, para a construção de formas novas, inventadas a partir da luta coletiva e em confronto com o senso comum e o *status quo*.

Esse processo de rupturas se dá, muitas vezes, em condições difíceis de vida social, em acampamentos que duram meses ou anos em





beira de estrada ou numa pequena faixa de terra e em desdobramentos da luta que colocam sempre novos e complexos problemas para serem resolvidos: a conquista da terra, sua ocupação, distribuição, organização, formação de uma cooperativa, decisões sobre estatuto, plantio, crédito, escola, saúde, sobre novas relações com o próprio MST.

Podemos afirmar que as famílias que realizam o percurso de engajamento e luta pela terra, a partir de pertencer ao MST, ao mesmo tempo em que sofrem o embate com a ordem ideológica e social dominantes, vivem, com este embate e com as derrotas e conquistas do movimento, um processo de reorganização da sua subjetividade individual e coletiva.

A militância no MST

Ser militante no MST é uma tarefa dura, difícil, exigente e, ao mesmo tempo, fascinante, pedagógica e transformadora.

O/a militante é o fio que liga as instâncias de direção às bases, interliga as próprias bases, que implementa as decisões políticas, que cria a partir das condições concretas.

O ideário do movimento, seus valores éticos e morais, suas personalidades de referência - Che Guevara, Florestan Fernandes, Madre Cristina, Rosa Luxemburgo, para citar algumas - produzem um conjunto de exigências ao “modo de ser militante” que, certamente, tensionam de forma permanente as mulheres e os homens no sentido da auto-crítica e da auto-superação.

O deslocamento de militantes de suas regiões de origem para outras, diferentes social e culturalmente, ou de seu entorno de classe para outros, também diversos em termos culturais e de *modus vivendi*, certamente produzem sentimentos de angústia e de estranhamento que exigem elaboração subjetiva.

Para uma gama de militantes, os deslocamentos sucessivos e os longos períodos “na estrada” ou em cursos de formação intensivos podem produzir uma fragilização em seus sentimentos de pertença à família, grupos sociais ou em seus vínculos afetivos com parceiros/as e amigos/as. Coloca-se aqui uma questão: quais seriam as consequências dessa mobilidade permanente para a identidade e para o estado

emocional do/da militante do MST?

Como já foi dito, um alto padrão ético é exigido e incorporado pela militância: honestidade, dedicação ao povo, empenho nas lutas, risco em liderar ações de massa, busca de perfeição em cumprir tarefas, realizar gestos exemplares como trabalho voluntário ou doar sangue.

Tais gestos encontram sintonia em momentos revolucionários de uma determinada sociedade, são gestos heróicos, são gestos exemplares da nova sociedade que se almeja.

A questão é: como esta exigência coletiva e incorporada, muitas vezes com sacrifício e com enfrentamento intenso de seus próprios limites ou características pessoais, se relaciona com a vida cotidiana, onde a hegemonia ideológica prega e valoriza exatamente o oposto? Como ela se relaciona no contato com um momento de contradição de um companheiro/a ou de um /a dirigente?

Como ela se relaciona com a frustração causada pela falta de sinais de uma nova sociedade, na qual se acredita, a qual se busca, se sacrifica por ela, mas que está sempre distante e que é, muitas vezes, traída?

Militantes e quadros destacados do MST, seja por seus méritos educacionais, proporcionados pelo movimento e por capacidade pessoal, seja por seus méritos de capacidade política, acabam por, necessariamente, circular, conviver ou, inclusive, viver em ambientes distantes social e culturalmente de sua classe e família de origem.

Ao assumir tarefas políticas ou intelectuais de envergadura, circulam, convivem ou vivem em ambientes onde predominam valores da classe média ou das elites brasileiras, muitas vezes contraditórios com aqueles vividos pelo movimento. Como esses “quadros” administram essa exposição permanente ao contraditório, ao oposto ideologicamente, que transparece em palavras e atitudes de pessoas próximas, inclusive afetivamente?

Por que indagarmos sobre “subjetividade e a questão da terra”?

Em resumo, vivemos numa sociedade altamente contraditória, a qual o MST e seus militantes pretendem revolucionar. A contradição, no entanto, nos perpassa a todos, por dentro e por fora, no cotidiano,





nos planos de futuro pessoais e coletivos, nas razões e nas emoções.

O que seria fundamental, para essa militância, “dar-se conta”, trazer à tona, elaborar, para que a sua rica vivência na busca da mudança se transforme numa subjetividade igualmente rica e capaz de identificar e elaborar a contradição?

O Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra tem dado, ao longo dos últimos 20 anos, uma contribuição inestimável para a transformação social, política, cultural, econômica e ideológica da sociedade brasileira. Esta contribuição vem acontecendo com a dedicação e, inclusive, com o sacrifício de milhares de famílias camponesas e de inúmeros militantes, homens e mulheres, crianças, jovens e idosos, de todas as regiões do país.

Ao indagarmos a respeito da subjetividade na dinâmica política e organizativa do MST, desejamos contribuir com as buscas humanas e éticas que este movimento representa e que, acreditamos, têm e terão um papel fundamental no nosso destino como povo e como nação.

Mesa de Abertura

Maria de Jesus Gomes⁴

Quero saudar a todos os presentes a este encontro.

Há um compromisso de realizar a Reforma Agrária pelo Governo Lula. Mas, ao mesmo tempo, a Reforma Agrária está em disputa na sociedade, tendo presente que os latifundiários estão se reorganizando com as diferentes formas de capitalismo, como o agro-negócio, que é hoje a grande ofensiva para concentrar a terra e evitar sua democratização. Ao mesmo tempo, a mídia se instrumentaliza para fazer também uma ofensiva aos movimentos sociais, criminalizando nossas lutas e tentando isolar da sociedade as organizações das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Esse final de semana é importante para todos que lutamos por uma sociedade diferente. Especialmente para o povo venezuelano, que neste dia 14 participa de um plebiscito que define os rumos da Revolução Bolivariana. Nos sentimos solidários ao povo venezuelano que luta para implantar um novo projeto que não seja o neoliberal.

Queremos dizer, ainda, que o Movimento sem Terra, em 2004, celebra 20 anos. São 20 anos de luta, de conquistas e de resistências. Nesse tempo, temos alguns legados dessa história:

1º) O Movimento é herdeiro de Zumbi dos Palmares, de Canudos, de Caldeirão, de Contestado, das Ligas Camponesas, das lutas dos povos indígenas. Todos os movimentos pelo direito à terra e ao trabalho. O MST surge em 1984, com o objetivo de democratizar a terra, conquistando a reforma agrária em nosso país, sendo uma organização na luta pela transformação social, na luta pelo Socialismo.

O MST, nesses 20 anos, tem organizado nas comunidades, nas fazendas, nos bairros, nas favelas, trabalhadoras e trabalhadores para conquistar a terra.

Tem uma poesia que diz “Quem não tinha terra, conquistou; quem não tinha casa, construiu; quem era analfabeto, teve oportunidade de estudar. Muitos jovens, que não tinham oportunidade do estudo, começaram a conquistar esse direito. Até a universidade.” Então, esse Movimento vai produzindo na sua história uma Pedagogia. Ele é um

⁴Representante do MST





sujeito pedagógico de milhares de excluídos nele organizados para conquistar a dignidade.

E nesse momento da abertura desse encontro, nessa construção desse novo ser humano, temos muitos desafios que a sociedade capitalista nos impõe: o individualismo, o egoísmo, opressões que nos desumanizam. O MST, em sua história, com sua luta, organiza os excluídos através de um projeto, de uma discussão de enraizamento na terra, com resgate da cultura, com a construção de uma nova identidade. E esse é o grande desafio para discutirmos: Como tratar as diferentes situações que encontramos em nossos acampamentos? Seja da dependência química, da violência enfrentada cotidianamente, em diferentes formas, como ajudar crianças que possuem várias dificuldades trazidas de sua história de vida? Como conquistar a felicidade? Creio que essa luta pela felicidade, através e na luta pela Reforma Agrária, vai estar aqui em debate.

Para nós é uma grande alegria estar aqui, nos encontrarmos com outras pessoas que compartilham desse objetivo de construir um país diferente, com a Reforma Agrária realizada, e da construção de um ser humano que busque sua plenitude, sendo uma nova mulher, um novo homem.

Mesa de Abertura - fala 2

Odair Furtado⁵

Cumprimento a todos as companheiras e os companheiros.

Para nós, do Conselho Federal, é motivo de orgulho estarmos aqui neste Seminário com os companheiros do MST. E quero falar um pouquinho do que origina esta iniciativa.

Em primeiro lugar, as últimas gestões do Conselho Federal e da maior parte dos Conselhos Regionais têm se pautado pela consígnia do compromisso social. Este tem sido o norte que esses grupos têm reivindicado nesse período. Para, não exatamente como surpresa nossa, mas como consequência desse trabalho, tivemos uma mostra de trabalhos de psicólogos, em 2000, a 1ª Mostra de Psicologia e Compromisso Social. Esse evento foi importante porque mostrou que há uma franja consistente de psicólogos voltados para o campo do compromisso social. Foram apresentados muitos trabalhos. Alguns simples, realizados por um psicólogo, por seus próprios meios, em bairros pobres de grandes cidades. Outros, trabalhos assentados em uma metodologia, já com uma certa tradição. Aqui temos exemplo disso, como o Genaro, a Magda, a Teresa e os demais companheiros, que têm já um tempo considerável, neste caso, ligado à terra. Mas há outros companheiros que fazem um trabalho no espaço urbano, com populações menos privilegiadas, no sentido da emancipação dessas comunidades, desses coletivos. Então, juntar todos, naquele momento, em São Paulo, foi, para nós, muito importante, pois mostrou que não estávamos com uma bandeira sem sustentação. Tínhamos como ir adiante. 1500 psicólogos participaram do evento e houve por volta de 15 mil visitantes. Aquilo nos mostrava que este era o caminho a ser seguido.

E estar com o Movimento Sem Terra neste Seminário é continuar e reforçar este compromisso, que não pode ser de duas palavras, que fique apenas na bandeira de luta. Assim se acercar, se relacionar, construir parcerias com movimentos concretos de luta, que têm formas de construir demandas reais para a Psicologia brasileira, é maneira de firmar um pacto, estabelecer rumos para a Psicologia. Então, essa

⁵Conselheiro do Conselho Federal de Psicologia, representante da Diretoria do CFP.





iniciativa tem como norte estabelecer essa relação. O que orienta este Seminário, portanto, vai construir as bases para essa relação.

Em primeiro lugar, construção de novas formas de sociabilidade. Essa tarefa não é simples, fácil. Não é uma tarefa que a Psicologia tenha condições de realizar sozinha. É tarefa para um povo. Construir novas formas de sociabilidade passa, neste momento, por saber como construímos uma nova sociedade. E isto não é uma questão simples, particularmente neste momento. Quem abriu os jornais de hoje, a *Folha de São Paulo*, viu uma afirmação vinda de fora que coloca o Brasil em um novo patamar nas relações internacionais por conta do agonegocio. A reunião da Organização Mundial do Comércio e a vitória brasileira no caso da cana-de-açúcar deram nova entrada para o Brasil nas relações internacionais. E isso é um sintoma do que aconteceu no campo a partir da década de 1970, quando se começa a implantar essa forma de entrada do Capitalismo no campo brasileiro.

Eu sou de um tempo em que defendíamos a aliança operário-camponesa. Da época de Julião, em que o movimento de esquerda acreditava piamente que a revolução ocorreria no dia seguinte. Todos éramos tanto militantes quanto crédulos nessa possibilidade. Tínhamos desde o modelo do Partido Comunista Brasileiro, que tinha uma teoria revolucionária consistente e alternativas, principalmente as oriundas do modelo cubano. E a aliança operário camponesa é que daria as condições para a revolução socialista neste país.

Quando falamos em 30 anos de militância, vê-se que não aconteceu exatamente como se esperava. Nesse período o movimento operário, particularmente o movimento sindical, construiu suas alternativas, construiu um partido que hoje está no poder. Ao mesmo tempo, o movimento camponês ganhou novas feições e o aparecimento do MST dá uma expressão a este movimento como jamais teve em nosso país. Mas, as formas e o norte desse movimento se recharacterizam. Estou falando isso porque, para pensar em novas formas de subjetividade, carecemos nós também de uma nova teoria revolucionária. Está em curso, estão sendo construídas as condições e as bases para a construção de uma nova teoria revolucionária.

Ao mesmo tempo e aqui, neste momento, não falo em nome do

Conselho Federal, mas em meu nome, porque estou refletindo com os companheiros. Por um bom tempo a direção das teorias revolucionárias estava assentada em bases econômicas. Defendíamos que a transformação social arrastaria todas as outras transformações. Portanto, o campo subjetivo estaria também aí incluído. Essa era a regra. Acreditávamos, fortemente, que tudo se transformaria a partir disso. As relações homem-mulher, as relações subjetivas de modo geral se transformariam. As neuroses desapareceriam, para falar de nosso campo específico. As experiências todas, desde a manutenção do machismo na revolução cubana, todo o processo ocorrido na União Soviética e na China, foram mostrando para a gente que não era exatamente dessa maneira que a coisa se passava. Curiosamente, me chamava muito a atenção a explosão de criatividade que ocorreu durante o período revolucionário na União Soviética. Explosão que poucas vezes se viu na história do planeta. Explosão de cunho artístico, particularmente. Todos conhecem Maiakovski, que era um dos principais representantes daquele momento, mas não o único. Foi uma efervescência impressionante. Ocorre que ela não nasce exatamente no dia seguinte à revolução. Já vinha acontecendo. E um contra-ponto é também a explosão e a efervescência cultural no Brasil após a implantação da ditadura, por volta de 1966, 1967, um pouco antes, em momento dos mais duros que tivemos em nossa história. Os movimentos culturais explodiam naquele momento. E não foram criados pela ditadura. Estava sendo gestados muito antes disso. Mas, historicamente, ocorrem naquele período. Essa contradição que estou colocando aqui leva-nos a pensar que a transformação econômica e a possibilidade de uma revolução que venha a transformar decididamente a cara da nação brasileira não seriam responsáveis, sozinhas, pela transformação da subjetividade. Essa transformação está sendo gestada agora, neste instante, pelo movimento social, por todos aqueles que se dispõem a transformar esta nação.

A partir desta reflexão, me pareceu que não tínhamos mais que esperar por um determinado momento para pensar as questões de subjetividade no contexto brasileiro, no contexto mundial. Estabelecer esta relação com o Movimento sem Terra, neste Seminário, significa





pensar duas coisas:

1. Como construir novas sociabilidades em nosso país;
2. Como nos voltarmos para uma questão esquecida desde a década de 1930.

Desde que se dá o êxodo para as cidades, as ciências, de uma certa maneira, voltaram-se para resolver o problema urbano. E a Psicologia, que cresceu exatamente nesse período (o primeiro curso de Psicologia é de 1932), voltou-se para os problemas urbanos. A nossa Psicologia é essencialmente urbana. Não é à toa que 50% dos psicólogos trabalham em seus consultórios. Trabalhar nesses consultórios significa estar voltados para problemas que ocorrem em nossas cidades. Assim, precisamos pensar a subjetividade no setor agrário, do ponto de vista daqueles vinculados à terra, quais as questões de subjetividade colocadas e que soluções a Psicologia progressista, que pensa em novas alternativas, teria para dar.

Esta é a nossa expectativa.

Estamos fazendo isso em conjunto nesse primeiro momento em que problematizamos, buscando caminhos para esses dois desafios. Mas, com a expectativa de que saíamos daqui com uma alternativa de massa, ou seja, buscar um encontro em que possamos trazer muito mais companheiros simpáticos a esta causa e muito mais psicólogos dispostos a abraçar esta causa e a solução dos problemas.

Mesa de Abertura - fala 3

Paulo Maldos

Vamos, agora, contar a vocês um pouco de como foi a construção desse encontro.

Como o Odair colocou, essa gestão atual do CFP tem como eixo de atuação o compromisso social. Fomos, assim, amadurecendo uma aproximação com os movimentos do campo, para a construção de um primeiro seminário, uma espécie de piloto, para dar um primeiro passo firme, que teria seqüência posteriormente, com encontros maiores, com temáticas específicas. Assim, fiquei encarregado de construir essa interlocução e contatei vários movimentos, como o MAB – Movimento de Atingidos por Barragens; o MPA, Movimento de Pequenos Agricultores; o MMC, Movimento das Mulheres Camponesas; e o MST. Apesar de nos outros movimentos também haver muito interesse em construir essa interlocução, eles ainda estão em processo de construção institucional em nível nacional, com muitas dificuldades de quadros para dar seqüência à parceria. Particularmente o MAB e o MPA, que têm muito interesse, estão com sedes recém-organizadas em Brasília e com pouca gente disponível. Então, em muitos momentos planejados para discutir esse evento, eles acabavam tendo outras tarefas.

Com o MST, apesar de que a vida também não é fácil, com quem está em Brasília sendo absorvido por muitas atividades as coisas avançaram. Conheci a Gislei. E, para minha surpresa, de um movimento que conhecia desde a gestação, encontrei um movimento muito interessado, muito pronto para discutir essas questões. E o mesmo movimento que fazíamos do lado de cá, vinha sendo feito do lado de lá, no sentido de querer discutir a subjetividade, os problemas relativos à saúde mental, ao equilíbrio psicológico dos militantes, das famílias, das comunidades. E, assim, as conversas rendiam. Houve vários encontros e a Plenária do CFP foi amadurecendo a idéia. Assim, com a Gislei e o Paulinho, estabelecemos data para este encontro e fomos construindo um texto de abertura,





para início de conversa. E teremos este material como abertura dos trabalhos.

Assim construímos este evento: definindo datas, universo de temas a serem tratados e o início do que seria o conteúdo dessa conversa.

Mesa de Abertura - fala 4

*Gislei*⁶

Há dois anos, começamos a fazer a reflexão dentro do Coletivo de Saúde sobre a necessidade de fazer inter-relações com os outros coletivos. À medida que se cresce, vai-se setorizando e se distanciando porque cada setor tem sua dinâmica própria.

Há dois ou três anos, quando no Coletivo Nacional de Saúde, decide-se avançar na educação, na formação de militantes para a saúde dentro do Movimento, que até então não tinha tido maior investimento. Assim, inicia-se o processo de debate sobre um militante da saúde. Que militante é esse? Os determinantes para a qualidade de vida são amplos. Assim, começou-se uma reflexão mais profunda sobre a formação de um militante que entendesse todo o processo e percebesse que a saúde mental e a qualidade de vida de nosso povo perpassa todas as relações. Isso trouxe o desafio de aproximação dos outros setores. E a demanda veio através de profissionais da área, seja nas escolas, nos espaços de formação, por meio de alunos, de educandos dos cursos que buscavam um espaço de troca. Isso tudo vai provocando uma reflexão dentro do Coletivo de Saúde: como se avança a luta sem perder a dimensão do indivíduo e do coletivo, da construção de um militante que está em um coletivo, em uma organização? Como se faz o equilíbrio entre luta, família, exigências, sobrevivência? Tudo causava uma certa inquietação. Porque muitas vezes se falava em alimentação saudável e qualidade de vida, mas isso não existia dentro dos clãs. Falava-se de tranquilidade com toda a violência sofrida em uma ocupação. Falar de solidariedade, sendo discriminado por ser sem terra! Isso mexia muito com o processo humano dos militantes, vindo a desencadear uma reflexão sobre a integração. Surge a idéia de buscar um curso de Psicologia para formar mais militantes que ajudassem na reflexão. Percebemos que somente através das leituras realizadas não seria possível a compreensão para levá-los até o mundo do campo.

O camponês não tem os mesmos valores, a mesma história, a mesma percepção, a mesma relação familiar. E os profissionais que não estão inseridos nessa realidade do campo têm dificuldades em construir uma empatia, uma sensibilização a esse processo. Também buscávamos formas

⁶ representante do MST





de ter uma assessoria nas situações mais graves vividas, como de violação de direitos humanos, de violência. Carajás foi um símbolo forte, mas a violência acontece cotidianamente em todos os espaços de assentamento e de acampamento. Não é isso que nos faz desistir da luta. Mas, queremos debater como essas questões podem ser integradas, ser elaboradas, para que não sejam obstáculos na luta e na perspectiva a transformação.

Assim, buscamos primeiramente o contato com o Paulo Maldos. Nem pensávamos em termos de Conselho nesse momento. A primeira tentativa foi no sentido de produzirmos algum subsídio que auxiliasse o Coletivo de Saúde. Assim, surgiu a idéia de uma conversa mais ampla com profissionais que tivesse identidade mais próxima, uma afinidade com a luta dos sem terra, e que pudessem ajudar na reflexão. Sempre deixando claro: não queremos ser um objeto clínico. Não é esse o nosso papel! Construimos nosso movimento a cada dia. Com erros, acertos, reflexões, mecanismos de autocritica e que ajudam a manter nosso rumo e nosso ideal. Isso tudo merece uma reflexão, mas não queremos ser objeto clínico de alguém que venha, estude, avalie e depois se afaste. Essa reflexão é feita não somente com os psicólogos, mas com muitos outros profissionais que vêm, fazem seus diagnósticos, detectam os problemas e depois vão embora. E o povo continua no mesmo estágio. Talvez até pior, porque se levanta uma expectativa, criam-se ilusões que não têm respostas, não aponta soluções. Assim, a questão é: de que forma nós, enquanto Movimento, podemos ajudar a formar os profissionais? Quais elementos eles possuem para contribuir no avanço da nossa luta, sem que percamos a identidade e os referenciais, o horizonte e os métodos de luta, os instrumentos usados (muitas vezes não aceitos) que são a cara do MST?

Em algumas instâncias ainda há resistência pelo estereótipo criado em cima do profissional de Psicologia. Mas queremos buscar alternativas, demarcando o espaço de que não queremos ser objeto de estudo, de intervenção clínica, mas, sim, sujeitos em um processo de construção de proposta, sem sermos apenas demandantes, mas que possa haver uma troca e que possamos ver até que ponto as demandas nossas e as do Conselho poderiam construir um novo processo, diferente.

Apresentação dos grupos

Grupo 1

Discussão resumida em cinco pontos:

1. Há uma expectativa de troca recíproca, de construção coletiva do conhecimento.

2. Essa construção coletiva deve abarcar a idéia de um outro modelo de Psicologia. Um modelo que fuja daquele modelo clínico, patologizante dos fenômenos.

3. Como gerar espaços para a discussão subjetiva dentro do movimento. Não somente questões objetivas. Existem vários aspectos, como as diferenças de valores regionais. Destacou-se, por exemplo, a formação, onde muitas coisas precisam ser desconstruídas nos treinamentos, como o processo do luto, dos confrontos com policiais e jagunços. O Movimento não tem um espaço coletivo para a discussão disso.

4. Esses espaços têm de ser construídos não por uma equipe externa ao Movimento. Precisa ser algo visto com relevância pelo próprio Movimento.

5. A questão da saúde deve ser entendida como mais ampla e permanente. Não são somente os momentos críticos, como os massacres, que devem ser discutidos, mas também momentos do cotidiano, como a formação e o desenvolvimento das crianças que, desde pequenas, participam das ocupações; e outras questões, como os valores coletivos e a família dentro do Movimento.

Destacamos, ainda, a concepção do objetivo e do subjetivo, como questão dialética a ser repensada.

Grupo 2

Questões importantes:

1. Relação delicada: como essa relação da Psicologia, da área da subjetividade, com a esquerda é muito delicada, porque há uma área da Psicologia muito burguesa e desconectada da realidade do povo e da luta. E, dentro da esquerda, há um preconceito em relação à





Psicologia, em parte construído porque a própria Psicologia tem esse viés burguês, mas há o preconceito e a dificuldade de usar o que ela tem de bom. Assim, estamos aqui em um campo delicado. Estamos empenhados em fazer essa parceria, mas precisamos ter consciência de que não é simples.

2. A carga que o militante carrega de desejar tantas mudanças e de se deparar com tantos limites: isso é muito difícil no dia a dia do Movimento. Gera sentimento de fracasso, de depressão.

3. Homem novo: Idealização que a sociedade tem do Movimento, cobrando que ele seja o paraíso da relação humana. Isso é um problema, desde a direção, que se cobra isso e cobra um modelo de homem novo, demonstrando uma dificuldade de escutar qual é a realidade daquelas pessoas. Há imposição de um modelo do melhor dos mundos e do homem novo.

4. Relação a ser estabelecida entre a Psicologia e o Movimento: tem a ver com a fala de que o Movimento não quer ser objeto de estudo, objeto clínico. Então, como podemos estabelecer juntos uma outra relação? Nós, psicólogos, temos vícios, tom professoral para falar e até uma postura física que já propõe um tipo de relação e a qual vocês já disseram que não querem. Então, qual a relação que é possível ser estabelecida? Essa Psicologia que se relacionar com o MST tem de ser engajada? Esse psicólogo tem de estar ao lado na luta? Tem de ter um posicionamento político-ideológico ou não?

5. Como estamos construindo uma idéia, acreditamos ser necessário construir um conhecimento coletivo. Uma forma seria fazer um futuro encontro juntando vários psicólogos que estão trabalhando em todo o Brasil, com outros movimentos e não só com o dos sem terra, discutindo com base na prática. Hoje, a necessidade é de se pensar uma relação mais ampla. Mas, posteriormente, poderá ser a de irmos para o miúdo e discutirmos em cima da prática, envolvendo outras lutas, como a pela moradia, por exemplo.

6. Temos que sair daqui com clareza sobre em quê e como os movimentos sociais contribuem com a Psicologia, para não reforçarmos a idéia de que os movimentos precisam da Psicologia, mas que esta não é uma via de mão dupla.

Grupo 3

Organizamos a discussão do grupo em quatro grandes pontos:

1. A questão da subjetividade é marcada pelos confrontos das vivências objetivas e pelas rupturas com os elementos dominantes da sociedade e em relação à construção de novas referências, de novas propostas de formas de vida. Isso é fator de tensão tanto interna quanto nas relações estabelecidas, na construção das relações sociais e das relações de produção.

2. Essas contradições e conflitos acontecem em diversos momentos, de forma diferenciada: nos momentos da base, nos momentos de contradições de militantes e dirigentes, de formas diferenciadas. Foram trazidos alguns elementos, como, por exemplo, em relação ao processo de início da construção de uma base, quando ocorre a rejeição à ocupação e ao acampamento. A rejeição da comunidade local às crianças que vão à escola e são marginalizadas. A contradição ocorre quando a família acredita naquilo que faz e fatores externos a marginalizam, criando um elemento de tensão. Esse é apenas um exemplo trazido.

No âmbito da militância (não significando que não ocorra na formação de uma base), na construção de novos valores, negar o próprio “desvalor” capitalista, imbuído em cada um de nós. Negar em nós mesmos aquilo que está presente no coletivo.

Outra questão levantada, nos dois momentos, foi a violência sutil, mas tanto quanto ou mais violenta que a física, expressa no isolamento de uma identidade que não faz parte da compreensão de determinado coletivo.

Outro elemento são os próprios rompimentos do núcleo familiar. Quando o militante rompe com a família por suas crenças, há um elemento de conflito. Ou então, mesmo com o apoio da família, no engajamento da luta faz-se necessário um afastamento grande, passando por um processo de reconstrução de valores.

Ainda no aspecto de mudança de espaços e retorno ao local de origem, ocorre uma compreensão diferenciada, gerando conflitos e contradições.





No âmbito das relações de produção foram trazidos elementos como a própria organização da atividade produtiva. Construção da coletividade em agrovilas ou associações e a construção da produtividade em um processo mais individual. Na construção e reorganização do acampamento, do assentamento, existem dois grandes lados: um que é a discussão coletiva da produção, da viabilidade econômica, do que contribuiria para o desenvolvimento do assentamento e uma opção, que, vamos chamar, pessoal. Esse processo também causa conflitos.

3. A construção da individualidade na coletividade. A construção da unidade nas diferenças é essencial para construir um processo em que as contradições e rupturas sejam pedagógicos.

4. O problema não está nas rupturas e contradições, mas no processo que se constrói a partir disso, na construção de um novo ser humano.

As dimensões da subjetividade expressam-se em vários momentos, em vários contextos, inclusive relativos à própria atividade produtiva, às escolhas em relação ao quê produzir, à forma de produzir, ao modelo tecnológico. Esta está repleta de elementos de ordem subjetiva na medida em que isso não se resume apenas à racionalidade, à lógica política e econômica, mas envolve uma série de elementos, como a vocação, o gosto, as expectativas diferenciadas, a experiência e o saber de cada um. Assim, ocorrem choques com a racionalidade do mercado, da lógica do sistema financeiro, das políticas públicas e até das decisões coletivas do próprio assentamento. Assim, a questão da subjetividade perpassa pelo conjunto de atividades que possamos visualizar, inclusive as citadas, que, aparentemente, poderiam se resumir a uma certa racionalidade técnica, econômica ou política. A subjetividade não está apenas nas relações estritamente da vida social, mas envolve decisões que, muitas vezes, parecem ser da ordem da racionalidade econômica ou tecnológica.

Grupo 4

Fizemos uma discussão de como a subjetividade individual e a subjetividade coletiva relacionam-se e, a partir de depoimentos das pessoas do grupo, anotamos os processos dados através desses depoimentos.

Houve um exemplo de como se dá a questão da subjetividade individual e coletiva em um momento em que há organização para uma ocupação e, muitas vezes, há pessoas que chegam tímidas, com receio, e na luta são forjadas e despontam como lideranças. Mas, depois, com a conquista da terra, a pessoa se arrefece, se retrai novamente.

Com relação aos laços familiares, estes muitas vezes ficam estremecidos, quando o militante tem de se distanciar por dias ou meses, cortando as relações e trazendo culpa a quem se desliga. Essa necessidade individual de permanecer próximo à família bate de frente com a necessidade coletiva de organizar a luta. Como esses momentos podem ser conjugados, se inter-relacionarem e em qual espaço?

Também há a dificuldade de conciliar a conjuntura política com os aspectos coletivos e as necessidades individuais. Esse dilema é uma questão a ser tratada pelo grupo para fazer as escolhas coletivas e individuais.

Há pessoas no Movimento que possuem menos estrutura emocional para suportar as questões referentes ao individual e ao coletivo, e outras não. E qual é a melhor solução? Muitas vezes há conflito entre essas pessoas e há rupturas. Como fazer uma discussão coletiva para entender as dificuldades individuais?

Em muitos desses momentos, não há amparo e o amigo é quem acolhe a pessoa que está em sofrimento individual por ter de realizar uma escolha para a qual não está preparada. Isso significa que há a necessidade de momentos em que haja uma maior humanização nessas relações e que as pessoas não sejam cobradas apenas individualmente. Há a culpa quando são impelidos à escolha de isso ou daquilo. Muitas vezes se quer conjugar os dois momentos, mas, pelo peso do coletivo, acaba a subjetividade individual sendo deixada de lado.

Estamos refletindo acerca da situação dos companheiros que têm família, filhos, e possuem muitas tarefas no movimento, levando-os a um dilema. Há duas possibilidades:

1. Se ele se dispõe muito ao Movimento, chega a culpa com relação à família;
2. Se dá atenção à família, chega o dilema de não contribuir muito com a luta.





Assim, cremos que esse dilema não deveria ficar sobre o indivíduo. É uma questão a ser assumida pelo coletivo, é um problema coletivo, que exige situações, espaços para evitar impor os militantes a escolhas radicais. É preciso buscar uma forma de impedir essa tortura de exigir uma escolha entre coisas que você ama.

É importante criar espaços onde as escolhas e os conflitos individuais possam ser compartilhados.

Debate e reflexões:

Questões importantes, que são transversais e que perpassam o debate:

- Quero colocar uma questão para discussão. Também não tenho as coisas claras, mas me incomoda quando é colocado que a relação entre a Psicologia e o Movimento não é uma relação de quem precisa de quem. Isso me preocupa. Acho que não é que precise. Não é que a gente precise do Movimento nem que o Movimento precise da gente. É um processo. Na verdade, a subjetividade é produzida na objetividade das relações da vida social, do Movimento, da sociedade. E o profissional psicólogo está dentro dessa sociedade, faz parte desse processo. Não necessariamente tem de ser um militante do Movimento. Mesmo que ele seja um militante, esteja dentro do processo de toda a construção do Movimento, da luta do dia-a-dia, tem de ter um posicionamento profissional. Da mesma forma que outros profissionais, como o agrônomo e o educador. Cada qual tem uma formação específica e terá de atuar dentro daquela formação. Por exemplo, no caso do agrônomo que atua com o Movimento, ele é formado, como nós, em um modelo agrícola e, na prática, experimenta junto com o produtor novas formas de plantio. Como profissional e pesquisador, terá de produzir novos conhecimentos que sirvam de instrumento para uma nova sociedade. Às vezes sinto isso também na relação do Movimento com os professores da universidade. Não precisamos uns dos outros. Estamos juntos. Entendo isso, porque, em muitos momentos há a utilização do Movimento para efetivar pesquisa e não há retorno sobre elas. Assim, precisa ser estabelecida uma relação de confiança,

com clareza de que os papéis são diferenciados. Eu, por exemplo, sou uma professora universitária, tenho um papel na sociedade de produzir conhecimento. Portanto, se eu for trabalhar lá, tenho de escrever sobre aquilo, realizar pesquisas que sejam comprometidas, que sirvam para a transformação social, que tenham profissionalismo que ajudem no avanço do conhecimento que sirvam para melhorar a existência do ser humano e da sociedade.

- Eu gostaria de abordar basicamente três pontos que, no meu entender, são os eixos para a continuidade do nosso trabalho, embora possamos desdobrá-los em muitas questões:

1. Eu concordo, sim, que existe uma especificidade de conhecimento e, até por causa dela, é que o encontro do MST faz-se necessário ser com os psicólogos. Mas, gostaria de dizer que uma coisa sempre comentada é que o MST refere-se a um movimento em que os sujeitos estão de pé, olhando uns nos olhos dos outros. Tem a ver com a dignidade. Essa questão, do ponto de vista dos psicólogos, é essencial. Estamos em uma sociedade em que os sujeitos estão massacrados por viverem discursos, que são da mídia, de imagens, da sociedade globalizada, onde as pessoas são impessoais, se tornam funções, são elementos que podem ser repostos.

Então, um movimento que coloca os sujeitos de pé, é um lugar de interferência, um lugar onde se potencializam as possibilidades de mudança da sociedade. Para nós, psicólogos, interessa intervir na questão da subjetividade exatamente ali, porque é no Movimento que está potencializada a luta por dignidade.

É claro que existe uma diferença. Somos psicólogos, temos um depósito de conhecimentos, estamos com um certo instrumental. Mas é uma parceria de igual, para igual porque é o Movimento que dá a direção, porque está trabalhando na transversal da sociedade, afetando e influenciando em muitas coisas. A Psicologia e o psicólogo têm um alcance menor. Então, esse problema da sujeição é um problema de todos nós, que diz respeito a todos nós que queremos a transformação da sociedade.

O específico do MST, como um movimento que organiza as popu-





lações e encaminha para uma solução civilizatória e não de barbárie, é a distribuição da terra. Postas essas diferenças, a discussão tem de ser de parceria e de igualdade. Espero isso desse encontro.

2. Outra questão relevante é o aparecimento da subjetividade para o MST. Isso é muito interessante. Eu conheço experiência de pessoas que militaram na década de 1970, que iam para diferentes locais porque o partido determinava. Se uma mulher ficasse grávida, a célula discutia se a gravidez seria mantida, porque, se não interessasse para a militância que ela estivesse grávida, a célula indicava que ela deveria abortar. Assim, a subjetividade aparece no MST, primeiro, na desconstrução que se propõe e na oposição que se faz a ordem vigente, que suscitam os indivíduos e se espelham na sociedade. Então, como essas situações afetam os sujeitos neste momento, na história de cada um?

O MST inova quando democratiza a discussão política, mas não tem uma prática de discussão dessas outras questões. Isso seria interessante de ser feito. Para construir a coletividade na violência da própria luta, nas mortes ocorridas, todas essas situações suscitam momentos de crise que precisam ser elaborados.

Outro momento em que aparece a subjetividade no Movimento, é quando se fala na construção dos assentamentos, na necessidade de se criar em espaços para as diferentes pessoas. As diferenças entre as pessoas significam um patrimônio valioso de histórias e memórias para a construção do coletivo. Na construção do coletivo é importante criar espaços para as pessoas colocarem suas histórias, suas experiências, suas criações de bode e, a partir daí, discutirem as possibilidades de comporem aquele grupo e fazerem o coletivo daquele grupo específico.

3. O elemento terapêutico que já existe no próprio Movimento é a terceira questão que achei importante. Seria importante se pudessemos falar disso, que existe na disposição para a renovação e para a mudança durante o próprio esforço da luta do Movimento. Existe pelo fato de o MST ter a participação de mulheres e das famílias, porque isso cria uma condição diferente das questões cotidianas a serem consideradas. Por exemplo, o setor de educação do MST foi criado pelo fato de as mulheres participarem da luta: onde ficariam

as crianças? Primeiramente as mulheres revezavam-se no cuidado e depois começaram a discutir o que fazer com elas enquanto estavam juntas, e assim a coisa foi sendo desenvolvida. Então, a participação das mulheres e a participação da estrutura da família faz com que as questões do cotidiano sejam discutidas dentro da luta.

Outra situação que julgo importante citar como uma condição terapêutica é a mística realizada e que serve para elaborar uma série de questões que o Movimento possui, de forma que se associa às práticas xamânicas, porque tem um efeito que não sabemos calcular, que entra em uma área, vamos dizer, que não tem nome, então, chama-se mística.

- Achei muito interessante aparecer aqui a demanda de estarmos pensando a saúde coletiva. Apareceu no debate como criar espaços para trabalharmos a subjetividade. Até lembramos a experiência dos Encontros de Casais, ocorrida em alguns estados, quando se reuniam as famílias dos militantes e se trocavam experiências, falava-se das dificuldades, resgatando situações da vida dos casais que estão na militância.

No início, ser mãe no Movimento não era fácil. Ainda hoje tem suas dificuldades. Quando íamos para as atividades, não tínhamos com quem deixar nossas crianças. Assim, construímos uma alternativa, conquista de nós, mulheres do MST, que foi a ciranda infantil. Conquista de mulheres e homens, porque os companheiros também levam seus filhos as atividades da militância. A ciranda infantil foi uma saída para termos presentes nossos filhos. Então, a questão de como vamos criar esses outros espaços de discussão desse outros problemas está colocada. Hoje, o Movimento tem muita demanda e isso cria uma tensão. No início as demandas eram menores. Hoje, estamos discutindo projetos de país. Isso requer uma outra intervenção nossa. E, junto com isso, temos de pensar as ocupações, os cursos, as reuniões. Tudo requer muito exercício mental para dar conta de todo o processo. E isso é um desafio.

Sobre nosso relacionamento, ele é um grande aprendizado. Iniciamos os contatos com as universidades, buscando o primeiro curso,





há uns sete anos. Hoje, temos parceria com 55 universidades. Mas, cada curso, cada universidade, tem sido um aprendizado. Para nós, os camponeses, o grau de escolaridade oferecido na roça era até a 4ª série. Não tinha escola, não havia alternativa de escola. Então, universidade, para nós, é uma coisa muito nova. Às vezes, a universidade não entende o avanço desses camponeses que não tinham o direito de estudar até a 8ª série e que hoje discutem projeto de cursos na universidade. Para nós é um grande desafio pensar cursos de Pedagogia, de Agronomia, de Educação. Agora começamos a interagir com a Psicologia. É um momento de grande aprendizado que estamos vivenciando. Como nos ajudarmos nisso?

- As companheiras questionavam como deveria ser a participação dos psicólogos, se mais ou menos engajada. Estava lembrando que temos relação com vários ramos profissionais e lembrei de um específico que estive conosco, desde o início: os padres e as freiras. E aconteceram diversas formas de relacionamento. Houve casos de eles virem para o Movimento, deixarem a batina e virarem militante. Outros, ficaram na Igreja, tendo uma relação forte com o Movimento. Outros, ainda, pontualmente fazem alguma coisa, contribuem de alguma forma. E há ainda outros que são amigos. Na hora da precisão, vêm. Assim, não há necessidade de estabelecer um padrão. As próprias pessoas vão descobrindo como será a relação. Até que ponto está disponível. Até onde sua individualidade, sua objetividade, enquadra-se na questão do Movimento Sem Terra.

- Para mim há um processo de negar que sou psicóloga dentro do Movimento, mas sempre busquei refletir sobre como o acúmulo que tenho de conhecimento técnico possibilita, juntamente com meus companheiros, avançar na luta. Como posso transformar esse conhecimento técnico, que tive o privilégio de acumular e que vou acumulando ao longo do tempo, e que pode ser usado de forma educativa, para que outros companheiros descubram-se e avancem na luta. Sempre foi essa a minha reflexão. É claro que, às vezes, como profissional, há a necessidade de uma intervenção mais técnica, mas como,

nos demais momentos da luta, eu posso colocar esse conhecimento de forma que se torne instrumento pedagógico de empoderamento de meus companheiros e, através disso, eu me construa também enquanto sujeito desse processo?

Sempre houve a dificuldade de as pessoas entenderem que subjetividade e objetividade não são separadas. Elas estão em movimento e são a essência do Movimento, que avança pelo avanço da subjetividade e objetividade de seus militantes e de seus atos, seja através de suas místicas, que toca a essência das pessoas por um símbolo, que pode ser uma semente, ou através de uma música ou de uma fala, que nos faz diferentes e nos leva a atuar diferentemente. Então, as coisas não são separadas. E assim eu me construí construindo o outro. E, como diz Paulo Freire, isso é dialético. Assim ocorre com a subjetividade.

É claro que existem coisas mais pontuais em que precisamos avançar, mas a essência é como transformar o conhecimento técnico em um processo que envolva o maior número de pessoas, possibilitando crescimento e desenvolvimento que ajude a luta e a transformação social.

- Gostaria de apontar algumas coisas que me pareceram importantes nesse início de conversa, muito importantes para construir uma certa postura coletiva para os próximos dias. Tocamos em pontos como o quê consideramos subjetividade e objetividade, o caráter de nossa relação institucional, nossa relação profissional e de militância; falamos de vivências.

Começamos falando de uma certa solidão. A solidão dos psicólogos no sentido de estarem fazendo um trabalho de fronteira, sem ter lado para conversar. Estar na fronteira do que é ciência, do que é ação política, militância, e se perguntando como vão continuar, se se é psicólogo, se se é militante. E os integrantes do MST colocaram a solidão de se chegar nesses temas e de não se saber como continuar conversando. Os problemas aparecem, surgem os incômodos com certas práticas e métodos, fica-se angustiado porque se acha que ali tem problemas e não se tem com quem conversar para continuar esse processo de





elaboração. Assim, falamos de solidão nos dois lados.

E falamos da possibilidade de construção de um caminho conjunto de quem quer atuar como profissional e de quem está na luta construindo ações e novos territórios na sociedade brasileira, como as ocupações, as cooperativas, a Escola Nacional Florestan Fernandes e muitas outras coisas. E falamos, então, do caráter da relação, que não é hierárquica, não é de um ter o saber, depositar aqui e ir embora ou ser generoso em entregá-lo. Queremos uma relação que seja dupla contribuição, em que nossa prática profissional junto ao Movimento contribua como uma construção coletiva. E, enquanto profissionais, queremos contribuir em uma área específica, que é a saúde. Saúde, não como uma coisa pontual, que ajude em um evento específico sobre educação infantil ou outro, mas vamos discutir com o MST a saúde como uma questão permanente, que perpassa todo o cotidiano, seja na produção, na escola, na luta, na relação homem/mulher, no planejamento de uma ação.

O Movimento, com sua prática transformadora, o tempo inteiro estará nos questionando, no sentido do modelo que temos de atuação, que é patologizante, e nos próprios conteúdos. Temos uma Psicologia que herda em demasia a literatura da Europa e dos Estados Unidos. Esse contato com o Movimento pode ajudar a questionar a nossa literatura, o nosso fazer, e construir uma outra literatura, enraizada na terra, no Brasil, no modo de vida dos camponeses, nas características dos nossos seres nacionais e nas demandas que vêm daí.

Essa relação seria mutuamente frutificante, mutuamente enriquecedora, em uma postura não hierárquica. Somos diferentes, temos diferentes vivências, acúmulos, lugares sociais inclusive, mas queremos construir algo juntos e romper essa solidão que nos trouxe até aqui.

Maria de Jesus Gomes

O MST é uma organização que nasce a partir da retomada da luta pela terra, em 1979. Essa retomada acontece em vários estados do Brasil.

Em 1984, acontece o primeiro Encontro dos Sem Terra, onde se discute a criação de uma organização dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nesse momento, participaram 13 estados.

O MST tem caráter:

- Político: Defende uma Reforma Agrária ampla, com a participação dos trabalhadores, e prega a mudança da sociedade;

Popular: Defende o interesse dos trabalhadores e atua em sua organização;

Sindical: Na nossa luta trabalham várias reivindicações.

É um movimento de massa.

Por essas características, já apresenta sua diferença por compor todas essas dimensões.

O Movimento, hoje, está organizado em 23 estados. Nossa maior instância é o Congresso Nacional do Movimento Sem Terra, que acontece de 5 em 5 anos. Depois, temos o Encontro Nacional, que acontece de 2 em 2 anos. Temos, ainda, a Coordenação Nacional, composta por 50% de mulheres e 50% de homens. Temos a Direção Nacional, composta por 23 pessoas, sendo uma de cada estado.

Nos estados, temos as seguintes instâncias:

O Encontro Estadual, que reúne todos os acampamentos, assentamentos e setores. A Coordenação Estadual, a Direção Estadual e as Coordenações das Brigadas, porque agora estamos em um processo, que ainda não atinge todos os estados, de reestruturação da organização da nossa base. Isso significa que a cada 300 ou 500 famílias, dependendo do estado, porque as distâncias são muito grandes, teremos uma pessoa da direção. A cada 50 famílias, um/a militante; e, a cada 10 famílias, um coordenador e uma coordenadora. Esse é o processo de organização da nossa base através das brigadas. Anteriormente, a organização dava-se por regiões. Agora, dá-se também pelo número de famílias, considerando também o aspecto geográfico.





Nesse processo de organização das instâncias, temos os setores, que significa o trabalho de políticas específicas, considerando que o Movimento é composto por famílias. Assim, temos, em níveis nacional e estadual, 10 setores, que trabalham políticas específicas com as famílias assentadas e acampadas, o que significa em torno de 350 mil famílias assentadas e 120 mil acampadas, nos 23 estados.

São os seguintes os setores que compõem o MST. Cada setor também tem uma organização interna:

1. Frente e de Massa: Tem por objetivo organizar as mobilizações, as ocupações, as jornadas de luta;

2. Formação: Trabalha a formação política em todos os níveis, da direção à base;

3. Educação: tem como objetivo trabalhar todo o processo das escolas, da alfabetização de jovens e adultos, do direito à educação. Possui seis frentes de trabalho.

4. Saúde. É bem amplo. Trabalha toda a política de saúde, resgatando as experiências alternativas de saúde, valorizando o conhecimento popular e aglutinando as várias alternativas de saúde, mais na linha da prevenção.

5. Comunicação: o MST tem o jornal, cuja idade é a segunda, em termos de jornal de camponeses no Brasil. Perde apenas para *O Trabalhador*, que é o jornal da CONTAG, que tem mais de 40 anos. *O Jornal Sem Terra*, que começou na Encruzilhada Natalino, é mais velho que o MST! Já tem 23 anos de edição e é uma memória viva de nossa luta. Temos também rádios comunitárias, programas em rádios comerciais e todo um trabalho ligado à propaganda da luta.

6. Finanças e Projetos: trabalha na busca de recursos junto à base, à sociedade e à solidariedade internacional.

7. Gênero: tem toda uma responsabilidade com a discussão das novas relações de gênero que deve pautar nossa convivência como homens e mulheres nessa luta.

8. Produção, Cooperação e Meio Ambiente: atua nos aspectos econômicos nos assentamentos, na organização da produção através da cooperação agrícola, dos grupos de produção, através da organização

das mulheres e dos jovens, das cooperativas, das associações.

9. Direitos Humanos: faz a organização jurídica, desde o conhecimento da legislação até a defesa dos companheiros presos. Tem contato com toda a rede que envolve a Justiça.

10. Cultura: onde ocorrem várias discussões sobre a cultura camponesa, tentando não perder nossas raízes em todo o processo. Também ocorre o debate sobre a nova cultura que o MST, através de sua luta, vem construindo.

Além disso, temos, ainda dois coletivos. O Coletivo das Relações Internacionais, que cuida da relação do Movimento com a via camponesa internacional, com as ONGs e com toda a sociedade internacional; e o Coletivo da Juventude, que cuida das atividades a serem desenvolvidas com os jovens e da construção de assentamentos como uma alternativa de permanência da juventude no campo.

O MST tem como principais objetivos:

- A democratização da terra. De fato, essa é uma de nossas ações principais, porque sabemos que não haverá Reforma Agrária no Brasil sem se democratizar a terra. Por isso, nossa crítica, hoje, ao Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária, porque não democratiza a terra. Esta acontece muito mais pela pressão. As metas do presidente Lula somente acontecerão se houver pressão e mobilização. Se conseguirmos acampar 400 mil famílias até 2007 e fazermos muita pressão, essa meta será atingida. Caso contrário, isso não acontecerá;

- A Reforma Agrária. Entendida como um conjunto de políticas de desenvolvimento social e econômico para os assentamentos e comunidades. E isso, em todos os sentidos: da infra-estrutura, dos direitos, da organização dos trabalhadores e das trabalhadoras. Não pode continuar havendo, como hoje, assentamentos com dez anos e que até hoje não têm energia elétrica. Faz-se necessário um conjunto de direitos que possibilitem o desenvolvimento das comunidades do campo;

- A participação, enquanto organização, na luta por um outro projeto de país. Nós chamamos de Socialismo, mas entendemos que estamos falando em uma construção para o Brasil, como uma utopia





a ser alcançada. Assim, participamos de várias ações na sociedade que estão na trincheira da construção de uma nova sociedade e de um novo país.

O Movimento também tem uma dimensão de organizar-se em torno de princípios. O Brasil tem diferenciadas características nas diferentes regiões. Como o Movimento consegue ser uma organização de força social e política nesse país todo? Um dos pontos fundamentais reside em nossos princípios e valores, cultivados enquanto organização. Há um princípio fundamental, que é o da direção coletiva. A burguesia insiste muito em saber quem é o chefe, quem é o líder, quem é o presidente. Às vezes, até criam uns líderes. Mas, de fato, temos uma direção coletiva, com distribuição de tarefa, com planejamento, com vínculo pela base, com disciplina, com unidade na ação.

Outro dos nossos princípios é o estudo. O Movimento é uma organização que nos desafia. Oferece literatura à sua militância, impulsionando-a a avançar em consciência, em participação. Temos a possibilidade de estar permanentemente em acesso a vários textos e livros que nos ajudam a compreender a luta e a realidade em que vivemos.

Outro princípio importante é o da crítica e da auto-crítica, que se caracteriza em um espaço onde temos presente a subjetividade. Normalmente, esse espaço nos anima, possibilita um olhar coletivo à prática e à vivência de cada um na luta. Esse princípio é muito valorizado e trabalhado permanentemente em todos os espaços da organização.

Os princípios nos impulsionam a organizar o Movimento em todas as atividades, seja nos setores, seja nas brigadas, seja em cursos, eles estão presentes. Zelamos por ter presente nossos princípios em tudo, que são mais dos que os citados aqui.

O movimento, ainda, tem como um de seus principais símbolos a bandeira, onde cada cor tem um significado.

O vermelho é o sangue que corre nas veias, significando nossa vida na luta.

O branco é a paz, que somente virá com a justiça social.

O verde tem o significado dos latifúndios do país. E também significa nossa esperança de conquistar a Reforma Agrária.

Temos um homem e uma mulher representando a família. O Movimento é uma organização de famílias. Significa também a construção de um novo homem e de uma nova mulher.

A ferramenta de trabalho, que significa o gosto pelo trabalho e também a nossa ferramenta de luta.

O preto do nome significa nosso luto e nossa indignação frente a todos os companheiros que tombaram na luta pela terra.

A bandeira, para nós, tem um grande significado, indicando o nome Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-Brasil, mostrando nossa unidade nacional.

Outro símbolo forte é o nosso hino, que é algo místico para todos e coloca o ideal da nossa luta.

As ferramentas de trabalho também estão sempre presentes em nossos encontros.

Verificar a adequação e o formato do item a seguir:

Alternativas de intervenção

1. Setor de Gênero

Em um primeiro momento, será enfatizada a questão da necessidade prática como âncora do Movimento Sem Terra. No segundo momento será aprofundado como, dentro desse contexto, dessa âncora geral, se constituiu o setor de gênero.

Somos frutos de uma história. O MST não aconteceu por acaso, por decreto. Foi fruto de uma maturação histórica, que vem de longa data. A tradição da luta pela terra no Brasil é antiga. A tradição de ocupação da terra, com outros nomes, também é relativamente antiga. Há aí o fenômeno dos quilombos, dos escravos fugidos que ocupavam terras e faziam em nome da liberdade.

Também há o fenômeno dos posseiros, por meio das terras devolutas, não exploradas, que tomavam posse e ali construía suas famílias, suas vidas. Gerações de trabalhadores rurais viveram nessa situação de posseiros.

À medida em que foi se exaurindo essa fronteira aberta da agricultura brasileira, começou o embate direto dos trabalhadores rurais





com o latifúndio propriamente dito. Não havia mais para onde fugir. Não tinha mais mata, floresta. Tudo já havia sido tomado, em grande extensão, pelo latifúndio. E a prática mostrou que a negociação pura e simples não resolvia o problema. Assim, surgiu a necessidade da ocupação, como forma de dar consistência à negociação.

Então, se há alguma novidade no Movimento Sem Terra, esta foi a de dar à ocupação da terra o caráter de organização coletiva. Aconteceu uma maturação de um processo existente, de uma tradição de ocupação da terra já existente entre os trabalhadores rurais no Brasil.

Em função dessa lógica de se atuar em cima da necessidade prática é que surgiram os setores. Por exemplo, da necessidade de garantir a qualidade da luta, de organizar a escola, o processo de alfabetização, surgiu o Setor de Educação. Então, a necessidade prática nos leva à organização.

Nos acampamentos temos uma situação provisória, muito precária. Existe, com isso, uma incidência muito grande de doenças. Para garantir que a luta continue, que as pessoas não abandonem o acampamento, temos de organizar a saúde. Essa necessidade levou à organização do Setor de Saúde.

E assim foi com os outros setores. A ação violenta contra o Movimento Sem Terra levou à necessidade de se organizar uma rede de advogados e construir um Setor de Direitos Humanos. Os ataques da mídia, a falta de divulgação da nossa versão das histórias nos obriga a nos organizarmos em nossa Comunicação, interna e externa. A opressão da mulher leva-nos a discutir isso dentro do MST e fora dele e nos obrigam a organizar o Setor de Gênero. A dificuldade de como se organizar a produção nos acampamentos levou-nos a criar o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente. A falta de atividades para os jovens, levando-os à evasão dos acampamentos, nos levou ao Coletivo de Jovens. A invasão cultural que degrada e destrói antigas tradições camponesas, a beleza da criação cultural particular do povo do campo, força-nos a criar um Coletivo de cultura que resgate essa tradição e que crie o novo dentro dessa tradição. Em função de que o Movimento Sem Terra cresceu muito e começou a ter uma relevância em nível internacional, isso nos leva a nos organizarmos para atender

a essa demanda internacional, de relação com diversos países de várias partes do mundo.

Essas questões são centrais para entender nossa organização. Muitas vezes as pessoas visitam um acampamento, um assentamento do Movimento Sem terra e, em um primeiro momento, se assustam. Temos muitos problemas práticos, sérios. Quem não está acostumado, quando se encontra com essas dificuldades, se assusta. Mas nós, no talho da luta, aprendemos a olhar para os problemas e encará-los muito menos como dificuldades e muito mais como desafios. Existem problemas, são difíceis. Mas, temos de continuar a luta pela terra, pela Reforma Agrária e pela transformação social do país. Isso nos faz buscar soluções de forma conjunta. Vamos experimentando, testando. Uma coisa dá certo, outra não. Vamos discutindo aquelas que não deram certo. Estamos em constante processo de construção, que depende, até para o avanço, por incrível que pareça, da existência dessas dificuldades. Os problemas e dificuldades são o motor do Movimento Sem Terra. Não os encaramos como limite.

Os setores surgiram como forma de refletir sobre problemas específicos e, depois, socializar com o conjunto do Movimento o acúmulo das discussões. As partes nascem em função do todo. É necessário que as partes existam para que o conjunto da luta pela terra, pela Reforma Agrária e pela transformação social continue. E para o todo elas retornam. Por exemplo, o Setor de Saúde tem aprofundado a questão da subjetividade e convidado membros de vários outros setores para estarem aqui debatendo. É uma forma de socializar a discussão. Então, o Movimento não é fragmentado. As partes se complementam, se interdependem e dialogam constantemente ente si e com o conjunto da organização.

Nesse contexto, a questão de gênero não começou como está hoje. Todos os setores têm uma história vinculada ao contexto do momento. Por ser um Movimento que tem caráter de massa, composto por um conjunto de famílias, carregou consigo a tradição histórica brasileira, onde impera o machismo. O conceito de família é aquele em que quem tem o papel de cuidar da família, zelar por ela, é a mulher. Então, em um movimento de luta pela terra, composto por famílias, a situação





fica atípica. Como a luta é feita por famílias, se cria a oportunidade para que as mulheres, estando nos acampamentos, percebam que a luta pela terra é a forma de resolver o problema de sua família. Então, aquilo que, em um primeiro momento, poderia servir como prisão à mulher, pode levá-la a se engajar na luta para defender a sua família, de enxergar na luta pela terra uma saída para a sua família, um futuro para os seus filhos.

Nesse processo, muitas companheiras acabam se destacando. Mas, apesar de haver as condições objetivas para a participação da mulher, havia, e ainda há, uma cultura muito forte de não ver nela um agente de transformação, um sujeito da história. O machismo, nesse caso, funcionou como panela de pressão. Uma resistência a esse movimento de as mulheres estarem se engajando na luta. Assim, se há a resistência, surge a necessidade de organização para superá-la. E algumas mulheres levantaram o debate da necessidade de se discutir a questão da mulher, da relação dela com o homem, da participação na luta, e foram criando sua organização enquanto setor. Inicialmente surgiu como Coletivo de Mulheres, que chegou a participar da Organização Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Porém, com o tempo, o próprio Coletivo do MST foi aprofundando a discussão e construindo uma concepção de gênero diferente das demais organizações de mulheres trabalhadoras rurais existentes hoje no Brasil. Uma concepção de gênero que não centrava o foco da questão somente na mulher e que considerava que o que deveria ser mudado era a forma como homens e mulheres se relacionavam. Na verdade, deveríamos criar homens e mulheres novos em um novo patamar de relação.

A construção dessa outra concepção de gênero levou algum tempo. O Coletivo de mulheres se desligou da articulação nacional de mulheres trabalhadoras rurais, que tem uma linha mais baseada no feminismo. E hoje, o desafio do Setor de Gênero é exatamente o de discutir novas relações entre homens e mulheres, com homens e mulheres.

Até o presente momento, já conseguimos alguns avanços:

1. Conseguimos colocar na pauta de discussão da nossa orga-

nização a relação entre homens e mulheres. Isso também foi um processo.

2. Conseguimos provocar as mulheres, em especial, a repensarem seu papel na luta. Criamos espaços coletivos de discussão os próprios Coletivos de Mulheres, que se multiplicaram em parte significativa dos acampamentos. Em alguns estados conseguimos avançar até a realização de Encontros de Casais.

3. Criamos materiais próprios de reflexão sobre gênero.

4. Contribuímos para provocar a discussão com relação aos filhos, especificamente na questão da Ciranda Infantil.

E temos agora alguns desafios:

1. Como envolver os homens de forma mais incisiva nesse debate. Temos essa concepção, queremos construí-la e, agora, o desafio é engajar mais os homens no debate.

2. Massificar o setor, o que significa incluir mais pessoas para trabalhar, discutir juntos, ampliar os coletivos, ampliar a participação nos acampamentos e assentamentos para a construção do setor, organicamente falando.

3. Aprofundar e socializar a discussão da relação entre gênero e luta de classes.

Debate:

Essa apresentação realizada é a expressão da riqueza, da força e da importância do MST. Essa capacidade acumulada do Movimento reforça, justifica a, apóia a perspectiva que temos de poder contribuir com o processo de transformação e com essa articulação. O apresentado aqui dá sustento a nossa perspectiva de poder fazer um trabalho conjunto.

Outro aspecto que queria destacar, é que vocês definiram o MST como movimento de massa. Então, um dos desdobramentos explicitados por vocês na apresentação é que, por ser de massa, tem de lidar com as diversidades, tanto regionais como de grupos e de pessoas. O reconhecimento dessa diversidade é um primeiro passo pra gente pensar a subjetividade. Se a análise empírica e objetiva da realidade





procura entender o que há de comum e de constante, produzindo sínteses, a ênfase que se dá à dimensão da subjetividade está no que há de diverso, de múltiplo nas possibilidades de interpretação do passado, do presente e nas perspectivas de futuro. Então, quando damos importância à subjetividade, o primeiro destaque é exatamente o reconhecimento das diversidades.

Isso é interessante porque se vocês, como movimento de massa, pensam e falam na questão da subjetividade, estão destacando exatamente o desafio que é trabalhar as diversidades no interior de uma organização de massa. Isso é um avanço histórico, político, humano, muito importante.

Outro aspecto aqui falado e que está intimamente ligado à subjetividade é esse caráter da experimentação em que a prática de luta e de organização de vocês se sustenta. E se sustenta a partir do exercício de experimentações desenvolvido nos mais variados campos. A experimentação permite que as várias concepções, as várias interpretações da realidade possam se explicitar. Então, esse mecanismo de experimentação, essa forma de lidar com a prática entendendo-a como experimentações possíveis, permite não ter medo de reconhecer os problemas, enfrentar as dificuldades e transformar as dificuldades em desafios. É evidente que uma determinada experiência de formas diferenciadas entre os trabalhadores, a partir do conteúdo subjetivo, define as concepções, as expectativas e os critérios de avaliação dessa experiência concreta. É isso que faz com que essa subjetividade se expresse. Mais do que isso, são essas experimentações dela que permitem que novas subjetividades possam ser produzidas.

Essa apresentação de vocês destaca exatamente onde é que podemos dialogar. Exatamente em torno dessa questão de articular o desafio de organização de massa a partir do reconhecimento das diversidades.

Aí, é evidente que entra a questão de gênero, por conta das diferenças. Mas gostaria de saber como vocês vêm essa relação da participação das mulheres propondo novas concepções da própria organização da vida produtiva. Pela experiência de vocês, as mulheres, quando começam a participar, introduzem novos elementos para

pensar a organização da vida produtiva?

Percebo, nessa discussão, sempre uma certa tensão. Há algo a construir em nossa realidade, sem modelos prontos e acabados, mas com princípios para a luta e a serem alcançados. Mas, se é uma construção, também há uma certa tensão entre o que está construído e o que está para ser construído, com a existência da flexibilidade a partir da própria participação das pessoas que estão na luta enquanto sujeitos. Essa tensão está sempre existindo. E creio ser que por aí também podemos estar juntos para construir o debate sobre a subjetividade.

Na questão da mulher, foi colocado que ela passa a se envolver e isso passa a ter uma certa legitimidade a partir do próprio papel já definido para ela - cuidar da família. A luta parte da busca de qualidade de vida para a família; a mulher vai com essa perspectiva e acaba ocupando lugares. Ela se descobre nesse processo com uma outra dimensão que não só a de cuidar dos filhos, mas ainda está naqueles papéis que já estavam definidos. E então entra o questionamento realizado anteriormente.

A mulher está mais nas lutas relacionadas com a educação. Como a mudança do padrão está sendo trabalhada com a criação do Setor de Gênero?

A outra questão é com relação aos jovens. Os papéis masculino e feminino se reproduzem entre os jovens. O grande problema é a questão da religião em muitos grupos. Especialmente quando há evangélicos, que possuem questões fortes com relação ao papel da mulher e do homem. Participavam da luta, mas reproduziam o casamento, as relações de intimidade, a sexualidade e uma série de coisas. Vocês estão articulando a questão de gênero nas relações com as religiões e até culturais?

O que mais me chamou a atenção é já haver uma posição subjetiva do Movimento. Quando vocês falam que as soluções partiram das dificuldades, isso já dá um caráter de movimento, que tem vida. As coisas não surgiram do nada. Surgiram dessa posição subjetiva de encarar as dificuldades como um desafio. A partir de uma postura subjetiva surge a determinação de construir juntos.

Isso acaba aparecendo na questão homem-mulher também. Não





são mulheres brigando com homens. São mulheres junto com os homens lutando por um projeto conjunto.

Neste sentido, eu acho que seria interessante a gente entrar em coisas como dificuldades concretas. Por exemplo, o que acontece nos encontros de casais? Quais são as dificuldades que ali aparecem? Então, podemos pensar juntos em dificuldades objetivas do cotidiano. Assim, acho que fica uma discussão mais frutífera.

- Queria puxar um pouco para a polêmica. Creio que esse encontro tem de ter esse caráter mais de embate, de discussão, de ajudar vocês a pensarem com maior distanciamento da prática e problematizar a subjetividade.

Uma vez fui a Cuba e vi um filme chamado “Até certo ponto”, sobre a questão da mulher em Cuba. Era um documentário que apresentava várias situações. A que deu origem ao nome do filme era um estivador do porto sendo entrevistado. O repórter pergunta a ele: “Para você, como é a questão da mulher? Como você vê os direitos da mulher?” E ele responde: “Para mim as mulheres têm os mesmos direitos dos homens. Até certo ponto!” Então, minha pergunta seria: não tem no Movimento um “até certo ponto”?!

Aqui foi colocado que um dos desafios é envolver mais os homens nesse debate. Quando vem esse “mais”, o que está por trás? Algum tipo de resistência? Em alguns setores? Há um corte cultural? Não há em alguma dimensão do Movimento um “até certo ponto para as mulheres”?

- Por exemplo, na época do acampamento, as mulheres estão à frente dos coletivos. Nos assentamentos, há uma tendência, uma força para que, apesar delas ou pela vontade delas, elas voltam sempre para dentro de casa e participam menos da militância.

- Uma reflexão que fazemos é para, enquanto movimento de massa, termos uma subjetividade. Essa ruptura de passar de um movimento de massa para uma organização, quando estamos na terra exige um outro nível de organização. Que rupturas acontecem e que precisam ser analisadas, para o avanço da luta, quando se está

no assentamento? São momentos diferentes: quando há a ocupação, o movimento de massa, existem as diversidades, mas há facilidade de se lidar com elas porque há o objetivo concreto: a conquista da terra. Quando se alcança o objetivo concreto e surge a necessidade de avançar na organização, o segundo passo maior exige outro nível de reflexão, é outro tipo de subjetividade a ser construída. Esses dois momentos são importantes de serem levados em conta quando se discute qualquer setor dentro do Movimento.

- Vou encarar essas questões como postas não para mim, mas para a organização e para o Movimento.

Duas questões podem ser aglutinadas aqui: Como a questão das mulheres pode intervir na forma de se pensar a produção e como se dá a participação das mulheres nos acampamentos. Vou colocar o meu depoimento e creio que as companheiras deveriam contribuir.

A participação se dá através de processos muito desiguais. Existe uma diversidade de possibilidades. Existem experiências em que as mulheres têm uma participação mais efetiva na produção. Mas, na maioria das as experiências, as mulheres se retraem e os homens tomam as decisões. Há também assentamentos em que parte das mulheres tem um papel mais ativo, outra parte não tem papel ativo. Então, é uma situação múltipla. Mas, no geral, infelizmente, o que impera é a situação de que os homens tomam a frente da organização da produção.

Isso tem relação, um pouco, não como coisa definitiva, mas contribui. Quando sai o documento de assentamento, o titular, geralmente, é o homem. No próprio documento do INCRA sai “titular e cônjuge”. Não saem dois titulares. Existem situações em que a mulher é titular e o homem o cônjuge! Existem. Mas isso é o mais comum?! Não! Geralmente, quem é o titular é o homem! Os órgãos oficiais levam em consideração o titular. Fica legitimado, em nível oficial, o titular. Já discutimos, no Coletivo de Gênero se não precisamos encaminhar uma luta para haver dupla titulação. O INCRA coloca uma série de dificuldades.

Isso ajuda a atrapalhar, mas não é o determinante. Poderíamos ter





uma estrutura extra-oficial, em que houvesse a discussão conjunta, e que o homem fosse apenas como representante, levando a uma decisão coletiva.

- Isso, até certo ponto, é real. Temos muitas contradições nessa construção. Temos dito: “trabalhos diferentes, direitos iguais”, quando vamos organizar a produção. Temos feito esse debate na prática. Há incompreensão. É um processo educativo muito forte, que tem gerado muito debate.

Temos muitos casos de mulheres viúvas, mães solteiras. E tem mais, a nossa emancipação, enquanto mulheres, não passa simplesmente pela consciência de estar na luta. Passa também pelas condições econômicas. Tenho consciência, mas não tenho dinheiro para comprar um sabonete. E daí? Essa questão é muito séria. Organizar a participação das mulheres é organizar também as condições de participação, desde o nível da educação até as condições de renda.

Precisamos ter momentos específicos, só de mulheres. Isso deixa nossos companheiros apavorados. Mas precisamos nos encontrar sozinhas, para refletir. É uma necessidade de nos compreender, de nos afirmar. Mesmo estando na roça, na ocupação, não podemos perder nosso jeito de mulher. É a nossa diferença. Muitas companheiras nossas já se masculinizaram para mostrar que têm força e poder. Isso é um equívoco. Precisamos contribuir para o avanço da luta com nosso jeito, nossas características próprias. Isso não é fácil. É uma luta permanente que precisa ser reafirmada a cada dia.

A mulher tem algumas sensibilidades importantes. A mulher é mais detalhista. O homem é mais racional. Se soubermos trabalhar isso, o Movimento pode crescer muito. Nos assentamentos, quando as mulheres se conscientizam na questão da cooperação, elas sustentam isso. Garantem o coletivo e a organização. E onde elas são conscientes, o coletivo cresce. Quando as mulheres não têm consciência coletiva, elas são as primeiras a estimularem o companheiro a sair da organização. Então, para nós, é uma questão crucial, e de urgência, a organização das mulheres e a participação delas no Movimento.

No Ceará, por exemplo, tivemos, até há pouco tempo, a maioria da

direção em mulheres. Isso por vários fatores. Elas são mais liberadas dos assentamentos, das comunidades. Lá naquele estado, tem uma participação protagonista das mulheres. Nas ocupações, enfrentamentos com a polícia, as mulheres são valentes.

- É uma contradição grande em nosso Movimento essa questão da resistência. Por que, na resistência, as mulheres estão na linha de frente e, quando parte pra produção, no assentamento, as mulheres se voltam para casa, e os homens tomam de conta? Ainda, no Movimento, não estamos conseguindo trabalhar essa contradição.

Outra questão importante é a determinação da mulher. Um exemplo, também do Ceará, é que o título da terra está saindo no nome do homem e da mulher. As mulheres não aceitam estar no documento apenas como cônjuge. Essa luta é permanente e é de responsabilidade de todos, homens e mulheres, no Movimento.

- Somente mais um elemento interessante: a partir do momento em que de Coletivo de Gênero transformou-se em Setor de Gênero, onde se enraíza mais, desde a base, passando por todos os processos, trazemos um elemento de ruptura, que é, como meta, o dos 50% de participação das mulheres em todas as atividades, inclusive nas instâncias. Esse não é um elemento tranqüilo. Mas, nada é fácil. É uma situação histórica que ainda se reflete no momento atual.

Essa é uma questão nova, sendo debatida em vários espaços e que precisa de avanços.

- Quero reforçar um elemento que trata da rigorosa divisão de papéis sociais. A tarefa do homem e a tarefa da mulher. Se existe esse conjunto de características, é em função do limite do espaço que teve durante toda a sua vida. O limite de sua casa, no máximo de sua propriedade rural, para se desenvolver. E o homem, por sua vez, tem o limite de ser o administrador, o coordenador. São divisões de papéis culturais, socialmente dadas. Isso se reflete na nossa organização interna também. Não é em vão que a maioria das mulheres está no setor de educação, de saúde. Não necessariamente em função disso, mas existe esse reflexo. Ao contrário, na produção, frente de massas,





porque exigem habilidades socialmente atribuídas aos homens, há apenas uma pequena parcela de mulheres.

Assim um desafio, não somente do Setor, mas de todo o conjunto do Movimento Sem Terra, é promover essa ampla discussão em torno dos papéis sociais. Que, inclusive, as crianças, ao nascer, já têm dado. E esse é outro desafio. Nas Cirandas Infantis, nos espaços pedagógicos, através das experiências lúdicas, já irmos quebrando essa divisão. Isso também deve ser discutido do ponto de vista da classe. Se as mulheres recebem cobranças em suas atitudes (a mulher nada pode, ao homem tudo é permitido), o homem também recebe cobranças. O homem deve manter a casa. E, quando não tem dinheiro para a alimentação básica, ele desaba, porque não é capaz. Então, essa também é uma tarefa para o Setor de Gênero discutir, mas é claro que, historicamente, o peso das cobranças sobre as mulheres é muito maior.

- Ontem participei de um Seminário da Via Campesina, onde estávamos discutindo o que é o campesinato hoje e quem é esse sujeito social. Parece-me que isso é muito pertinente com essa discussão que estamos fazendo, de uma forma geral, nos movimentos, e, de uma forma particular, no MST; e agora estamos compartilhando com os companheiros e companheiras aqui presentes.

Para a gente fazer o debate da participação da mulher e de como isso se articula internamente, temos uma tarefa muito maior, que é entender quem é esse sujeito social que, particularmente, o MST organiza. Muitas teses defendem que o camponês não morreu, que nós somos o campesinato. Assim, queremos recuperar aquele campesinato tradicional, mas a idéia do campesinato em si está articulada com base na família, na centralidade da família. E quem é essa família? É justamente uma família onde a mulher tem um papel subjugado. É esse campesinato que vamos trazer para a discussão ou vamos fazer uma releitura de campesinato, onde a participação da mulher e a subjetividade podem ser colocadas sob novas luzes? Assim, parece-me que, no debate sobre a mulher, temos de resgatar quem é esse serviço social e como ele se articula no seio familiar. É

uma construção histórica, mas também é uma construção cultural, que é diversificada em nosso país. No caso do Setor de Produção, por exemplo, acompanho de perto o Centro-oeste e o Nordeste. E, de fato, no Nordeste, há uma ampla participação da mulher na produção. Nas reuniões, por exemplo, a participação feminina é muito maior do que no Centro-oeste. Em sendo assim, não é possível traçar a mesma estratégia para regiões diferentes.

Taticamente, criamos a idéia dos 50% de participação das mulheres com o intuito de potencializar a participação, mas a forma como fomos colocando, em Goiás, por exemplo, foi criando tantos constrangimentos nos assentamentos que as mulheres que participavam deixaram de participar. Em alguns casos, conseguimos ampliar a participação configurando um salto de qualidade. Mas, em outros casos, tivemos problemas e tivemos dificuldades para entender o que isso significava. Para nós, nesses casos onde as mulheres se sentiram obrigadas a participar e acabaram por se negarem a isso, temos o desafio de fazer com que essa participação seja emancipadora. Ou seja, ela tem de acontecer, mas tem de reverter alguns processos, que são societários, nas relações.

Um avanço que tivemos na questão dos 50% foi na própria revisão do Setor de Produção, onde basicamente só existem homens. Só sou eu de mulher no Setor de Produção Nacional. Temos tentado sustentar o debate de que a participação da mulher na produção é fundamental para se pensarem rearranjos produtivos com detalhamento, com planejamento. Onde se consegue fazer essa discussão, acontece o avanço no sentido de se planejar, de se acumularem forças, da resistência camponesa, do repensar o seio familiar e os núcleos. Mas, onde não há esse espaço, os coletivos recuam, a organização recua. Ou seja, temos um campo propício para fazer isso, mas temos nossas contradições internas. E é fundamental identificarmos táticas diferenciadas para cada região. Não é possível ter uma linha geral com a enormidade de especificidades nacionais e estaduais.

Ontem, no debate da Via Campesina, tentou-se pegar algumas diversidades regionais, mas ainda não são suficientes, porque somos extremamente diversificados internamente. E a discussão do campe-





sinato tem de considerar quem é essa família, como as questões subjetivas aparecem e de que forma vamos interpretá-las, considerando igualdade, participação e afetividade. Também não podemos perder de vista que o campesinato tem como base a economia e a família. E, nesse espaço, podemos formular isso melhor.

- A questão de gênero é uma questão onde todos estamos mergulhados, é do nosso tempo e é um sofrimento que atinge a todos. Se, por um lado, traz coisas boas, também nos mergulha em preocupações. Para eu estar aqui, enquanto mulher, tive muitos problemas. Tive de deixar meu filho e isso me faz sofrer. Quando meu marido viaja, a questão não se dá da mesma forma, mas estamos todos mergulhados nesse momento histórico.

Vocês, enquanto Movimento, falaram de algumas providências práticas, como do título da terra, dos 50%, da composição das direções. Enfim, são várias as questões objetivas sendo encaminhadas. A minha expectativa é a de que desse tempo de discutirmos a outra parte: como as pessoas se sentem, na hora de viverem essa conquista? Que mecanismo existe no Movimento, onde caiba isso? Como a mulher se sente sozinha, como mulher, no Setor de Produção? Como podemos fazer com que isso doa um pouco menos? Como trocar mais, se identificar, dar a mão, para sofrermos juntos?

“Para mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher”.

- Várias companheiras e vários companheiros, que são de diferentes setores, falaram com procedência e acúmulo sobre gênero. Então, essa discussão está no conjunto da organização.

O Movimento, por ser de massas, de nível nacional, traz, dentro de si, todas as contradições das diferenças regionais; dificuldades de relacionamento de várias ordens (com jovens, com filhos, homem-mulher) configuram diversidades de tensões. Essa diversidade determina diferentes experiências práticas para dar conta desses problemas. Por exemplo, a questão do Encontro de Casais não está disseminada, ainda, em todo o Movimento Sem Terra, em todos os estados, em todas

as regiões. Existe, por exemplo, no Rio Grande do Sul, e gostaria de solicitar à companheira que dê aqui seu depoimento.

- Não tenho muitos elementos porque não participei do Encontro... Mas, a idéia foi discutir gênero. Não sei como isso se procedeu. E quero aproveitar para trazer uma outra questão. Falamos de Encontro de Casais, mas queremos nos perguntar sobre o homossexualismo. É um problema que temos enfrentado. Temos muitos casos no Movimento que, em vista do machismo, são negados. Então, que casais são esses, do Encontro?! Nós também temos casais homossexuais! Não creio que eles tenham participado desses encontros.

É muito difícil trabalhar a questão do gênero dentro do Movimento. Ela é discutida ainda com muita restrição, pelo preconceito que temos. Mesmo que muitas mulheres tenham companheiros militantes, ou em assentamento, ou em acampamento.

- Quando pensamos em Encontros de Casais, pensamos também nas dificuldades das famílias em entender o papel e a participação do militante. Então, se discute a participação, a questão do gênero. Muitas vezes, as próprias companheiras dos dirigentes não participam da luta diária do MST. E por que só o homem participa? Todas as dificuldades dentro do próprio Movimento, partindo dos próprios dirigentes, prejudicam a realização de uma discussão de gênero, pois minha própria prática não condiz com o que falo.

No Ceará, tivemos dois Encontros de Casais, porém mais no caráter de discutir a situação da militância, a situação do conflito vivida com a própria família.

- Com relação aos cortes sobre a participação dos homens, podemos abordar vários. Tem a questão mais geral do machismo, da resistência em pensar um outro jeito de família, um outro jeito de mulher, um outro jeito de homem. Há a resistência cultural. Mas, às vezes, tem outras coisas que podem atrapalhar. Por exemplo, construímos uma concepção de gênero inovadora, mas ela não se disseminou pelo conjunto da organização, chegando a todos os assentamentos e acampamentos. Isso também é um processo. Até que essa concep-





ção que fomos construindo consiga chegar com clareza aos diversos e diferentes membros o Movimento Sem Terra levará tempo, dependendo das conjunturas estaduais, da existência de pessoas interessadas e dedicadas a essa discussão. E também depende de algumas condições objetivas. Por exemplo, no meu estado estou tentando organizar o Coletivo de Gênero com as características da concepção que adotamos. Ou seja, reunir homens e mulheres e discutir juntos. E me deparei com três situações:

1. Em um dos Núcleos de Família, me deparei, no início do debate, com a presença de um casal. Quando fomos realizar um curso, convidei-o a participar, mas ele me disse que não poderia, pois o curso seria de oito dias e ele teria serviço para executar. O que significa que ela somente se ocupava com as coisas de casa. Os filhos fiariam com um parente e ela poderia participar. Ele, como “tem um serviço”, não poderia ir!

2. Em outra região do estado, aconteceu o contrário. Havia uma grande quantidade de homens e poucas mulheres. Discutimos a questão do gênero, convidamos para o curso e perguntei como era a questão das mulheres no acampamento. Então um companheiro, muito falante, disse: “direito das mulheres tem de ser igual aos direitos dos homens. Mulher tem de ir para a assembléia, participar das outras atividades.” Então perguntei a ele sobre as condições que as mulheres têm para poderem participar das atividades. E ele, irritado disse: “condições?! Ela que se vire para criar as condições! Cuide das crianças mais cedo, deixe-os pratos para lavar depois, mas vá para a assembléia!”

3. Uma companheira disse que tinha dificuldade: convidou companheiros e companheiras para participarem da reunião do Coletivo de Gênero aqui da nossa micro-região, aí teve um rapaz que viria, mas encontrou um dirigente, disse a ele que tinha sido chamado para participar do Setor de Gênero mas que não sabia ainda o que seria. Segundo informações, ele era um rapaz bastante aberto, que pensava a relação com a companheira de maneira aberta. Aí, o dirigente falou: “Setor de Gênero é o que discute os problemas das mulheres!” Aí ele falou: “ah, é? Então eu não vou: eu não sou mulher!”

Então, existem muitas coisas. São vários cortes. São problemas de encaminhamento prático. Outras vezes é um dirigente que ainda não se aprofundou na concepção de gênero que o movimento tem. Ainda existem dificuldades objetivas que o homem tem. Possui uma concepção diferente da relação com a companheira, mas na vida prática, continua repetindo velhas formas de relacionamento. Quer dizer, existem diversas situações. E, à medida que elas aparecem, temos de buscar construções coletivas.

Estamos agora nesse processo de incorporar mais os companheiros e tentar superar essa concepção de que a questão de gênero diz respeito somente à mulher. Não. Ela é uma questão do homem e da mulher! Mas isso está em construção dentro da organização. É desigual e diverso. Está em processo.

- Gostaria de saber se vocês têm pontuado, mesmo que de forma provisória, algumas coisas em que acham que podemos ter algum tipo de contribuição.

- Muitas questões que apareceram nesse debate vão repercutir em outros setores: na formação, na educação. Nossa proposta é ir, ao longo do encontro, mapeando as questões que aparecem e reaparecem para, posteriormente, pensar perspectivas, trabalhos de parceria, produção de materiais. Enfim, as questões surgidas não estão perdidas. Vão sendo recuperadas, relacionadas e mapeadas para discutir perspectivas.

- A questão do homossexualismo/lesbianismo, que apareceu, tem vindo por baixo. Quero dizer, com isso, que a realidade existe em todos os estados: existem casais constituídos, existem pessoas que estão na militância e assumiram essa identidade. E essa é uma experiência que tem sido educativa para nós, realmente um grande aprendizado. Não há uma discussão acumulada sobre o assunto, nem mesmo no Setor de Gênero. Ninguém tem coragem de encarar isso de frente e, no conjunto, há um tabu muito forte.

- Gostaria de recolocar a pergunta sobre a questão da religião, que





considero outro corte. A questão religiosa é muito forte no Movimento. Não somente das pastorais e da Religião Católica, mas também de outras religiões que estão presentes em muitos assentamentos. Como vocês estão lidando com elas, principalmente com aquelas que têm princípios muito arraigados de relações muito estereotipadas?

- A questão do homossexualismo ainda não chegou ao Setor de Gênero porque ainda está no Setor de Saúde, porque é visto como uma doença. Esse avanço ainda não conseguimos dar. Tem problema, o Setor de Saúde que resolva. Enfrentamos muito isso ainda com nossos projetos, principalmente os referentes a DST's. Sexualidade, afetividade, sexo são coisas de saúde, não de relações entre homens e mulheres! Nesse aspecto, no Movimento ainda não avançamos e temos muitas dificuldades de lidar com ele. Está centrado no Setor de Saúde, ele é que tem de resolver, responder e solucionar o problema, que não é de relações humanas, de relações entre homens e mulheres. Não está dentro de um projeto de sociedade, É alguma coisa que perturba, que impede o avanço do processo.

- Gostaria de deixar claro que isso é um início de conversa, que deverá ser retomada muitas outras vezes. Com relação à questão da religião, no Setor de Gênero não temos discussão específica sobre o assunto. O que temos no Movimento é um material produzido por companheiros que são religiosos e que contribuem com o Movimento Sem Terra, que é um livro chamado "Ocupando a Bíblia", de onde eles tentam retirar tudo aquilo que faz referência à luta pela terra.

Sobre as demandas práticas, como esse é nosso primeiro contato, creio que precisamos estar nos descobrindo para sabermos quais seriam as demandas que vocês poderiam responder a contento. Creio que vamos descobrindo isso juntos, à medida que formos nos conhecendo e construindo essas demandas.

- A religiosidade é um dos elementos que será levantado no Setor de Formação e poderá ser aprofundado.

- Queria lançar uma idéia para irmos pensando nela. A necessida-

de de se ter um espaço no cotidiano dos acampamentos e assentamentos para as pessoas conversarem sobre os temas. Não no sentido de resolvê-los. O MST é muito pragmático. Tem um problema, tem de ter uma ação específica para resolvê-lo! Talvez fosse possível ser pensado um espaço junto com a Cultura. Por exemplo, ver um filme sobre a questão da mulher ou do homossexualismo, chamar as pessoas para virem e conversarem. Não precisa sair dali ação específica. É somente uma conversa, sem ser burocratizada ou pragmática. As angústias podem ser compartilhadas e as pessoas podem se sentir mais amparadas. Seria uma instância de conversa mais solta. E isso poderia ser realizado em qualquer tema.

- Seria um espaço de maturação das emoções.

- Um espaço que seria simples. Ao menos começando de forma simples.

2. Setor de Direitos Humanos

- O Setor de Direitos Humanos do Movimento começou pela necessidade, a partir da violência que as famílias foram enfrentando. Mas, como foi se definindo que houvesse uma pessoa, um militante de referência que pudesse fazer a ligação com os dirigentes políticos e com um ou outro advogado voluntário que aparecesse nos conflitos, eu não sei. Mas, hoje, temos um coletivo, com um militante de referência por estado, ou quase isso, que se reúne, três ou quatro vezes por ano, para fins de capacitação em direitos humanos e para trocar informações sobre como anda a estratégia de repressão nos estados, como estamos lidando com isso e onde e como é possível melhorar.

A consigna é justamente passar de um militante por estado e fazer um Coletivo Estadual de Direitos Humanos. Como os estados são grandes, não é possível um militante estar em contato com todos os acampamentos, com todas as demandas. Não há como se deslocar e, com uma pessoa sozinha, torna-se inviável conseguir encaminhar tudo.

Assim, temos, de um lado, o Coletivo de Militantes. E temos trabalhado, ao longo desses anos, com outro coletivo, que é a Rede





Nacional dos Advogados e Advogadas Populares. Essa Rede veio se constituindo de maneira mais forte a partir de 1996. Ela é coordenada conjuntamente pelo MST e pela Comissão Pastoral da Terra, recuperou alguns antigos advogados populares que participavam de outras redes articuladas pelos próprios advogados, não necessariamente ligados à terra, mas aos movimentos populares, aos sindicatos urbanos e rurais. E, desde 1996, o Movimento tem estimulado muito a formação de advogados, a quase cooptação de profissionais que têm interesse e se envolvem em momentos pontuais ou não, para tentar criar uma fidelização às lutas populares.

Esses advogados, em geral, são profissionais liberais ou têm um trabalho específico e trabalham de forma gratuita para os movimentos. O MAB e o MPA têm alguns. Já tentamos nos associar, mas ainda não há uma coesão forte. O MST ainda é o oco da discussão. Apesar da temática urbana, das terras quilombolas, da questão indígena, a questão agrária ainda é o centro.

O João Pedro gosta de brincar dizendo que, daqui a pouco, teremos um sem terra doutor dando aula para filhos de fazendeiros que querem ser advogados.

Gostaria de citar, falando agora da nossa temática específica, a companheira Roseli Nunes, que disse, e a gente sempre retoma essas palavras, que “eu prefiro morrer lutando a morrer de fome”. Ela efetivamente morreu lutando. Foi assassinada. E essa é uma mística que cultivamos no Movimento. Preferimos morrer lutando a morrer de fome. Preferimos morrer com dignidade, sem baixar os braços. Porém, na hora da violência, do espancamento, da ameaça, dos tiros à noite, da prisão, da morte de alguém, das muitas mortes, ataques, as pessoas não estão preparadas. Elas estão preparadas ideologicamente, mas moralmente a coisa é muito pesada. O Setor de Direitos Humanos trabalha exatamente com essas questões. Sabemos que Direitos Humanos é amplo, pode envolver educação, saúde. Mas o Setor do Movimento trabalha especificamente com a questão da violência, tentando dar respostas mais a situações de conflito, de violências físicas, do que a violação de quaisquer outros direitos.

Podemos dizer, de forma bem genérica, que a própria vida no

acampamento já é uma violação aos direitos humanos, porque as pessoas estão despossuídas de qualquer dignidade, de acesso à alimentação, ao trabalho, à moradia, à saúde. Assim, para nós, do Setor, a própria luta está dentro dessa questão.

Pontuei também a questão dos despejos. O que temos achado o pior deles é o de beira de estrada. A beira de estrada não é propriedade de ninguém. Está em um lugar muito ruim, muito perigoso. E esse tipo de despejo é o Estado dizendo para as famílias que elas não servem nem pra ficar à beira da rua, não têm direito de existir!

Tem também a questão das ameaças, que são muito freqüentes. E, depois, a violência física, com espancamentos, mortes de lideranças, de trabalhadores. E as chacinas e massacres. Se uma morte é sempre traumática para a família e para a comunidade, uma situação de chacina ou de massacre é terrível. Mortes de dois, três trabalhadores acontecem em todos os estados e há muito tempo. E a resposta dada pelos trabalhadores não é revidar. De alguma forma as famílias e comunidades tentam trabalhar a questão do luto, mas é uma chaga sempre aberta.

Uma outra questão que temos, e que talvez seria uma demanda para elaborar melhor, é a questão das prisões exemplares. Ao se fazer um despejo em uma ocupação, vai a polícia e, com violência, leva um trabalhador preso. O trabalhador do MST está lutando por dignidade. Por que ele vai preso? Porque está lutando por uma vida melhor, porque quer que a família tenha o que comer, porque quer trabalhar! Não faz sentido, na cabeça de um trabalhador, ir preso por essas razões!

No ano retrasado tivemos o caso de oito trabalhadores, na Paraíba, que ficaram 18 meses presos. Pais de família, a maioria com mais de 40 anos, todos com três, quatro filhos. Presos sem nenhuma inculpação concreta. É “prisão exemplar”. Como ficam as cabeças desses trabalhadores, misturados com presos comuns? Eles são divididos em cadeias diferentes, não podem sequer estar juntos para estudar, conversar. E as comunidades?! Esse presos não são bandidos, mas são tratados como tais, e dos mais perigosos.

Também tivemos situações, no Pará, onde os trabalhadores, presos em virtude de uma ocupação, ficaram em uma delegacia onde





nem tinha telhado. Chovia, eles tomavam chuva. Não tinham sequer uma escova de dentes. São situações de destruição da auto-estima e da condição de ser humano. A pessoa começa a ser reduzido a bicho. Somente quer trabalhar para comer e sustentar a família e é tratado como nada, jogado no meio dos bandidos, sem ao menos ter o que comer. Essa questão é muita pesada.

Também queria colocar aqui, para a gente pensar, que o espaço que o trabalhador rural tem para a discussão da subjetividade é ainda muito limitado. Estamos buscando trabalhar, dentro do Movimento, mas tem muito ainda o “isso não é assunto”, temos de trabalhar, tem de fazer a luta e não temos tempo para ficar conversando sobre sentimentos. Para fazer isso é preciso tirar as máscaras, as proteções. E essa não é uma prática arraigada. Talvez na militância isso seja mais forte, porque ela está em plenária, em contato mais intenso entre as regiões, entre as pessoas, mas, na base, ainda é uma coisa bastante restrita. Mesmo no meio urbano, somos muito travados. Na área rural a coisa é mais difícil ainda.

Outra experiência que começamos a fazer dentro do Coletivo Nacional de Direitos Humanos foi entender que, quando a gente quer liberar advogados para fazer o acompanhamento jurídico, quando queremos formar os militantes para fazer a ponte entre as famílias e os advogados, em alguns casos percebemos que a contribuição de psicólogos seria muito benéfica. Fizemos alguns projetos pilotos, dos quais ainda não temos os resultados práticos (um no Pará e um no Paraná). Neles tínhamos um advogado pago com recursos regulares, o que nos dava a certeza do acompanhamento de uma problemática por um período determinado. O mesmo acontecendo com um psicólogo ou um assistente social. Mas, enfim, uma pessoa que tivesse disponibilizada para catalisar o sentimento das pessoas. Mas apenas começamos. Ainda não temos o *feedback* dessas experiências.

Há a preocupação, mas a implementação fica dificultada pela falta de recursos. Outro problema é a rotatividade de quadros. Por exemplo, um militante de direitos humanos está trabalhando na questão, é deslocado pela frente de massas e ficamos sem ninguém. Então, é preciso começar de novo, perdendo-se o acúmulo.

Quero colocar esses elementos e deixar o restante para trabalharmos juntos.

Debate e Comentários

- Creio que faltou falar um pouco da situação das famílias desses companheiros que são presos. Muitas vezes a família não tem acesso e ele fica totalmente sozinho, sem ao menos uma pequena manifestação de afeto. Por outro lado, muitas vezes o companheiro preso era o provedor da casa. Assim, a família também fica totalmente desprovida. Agora, começamos a pensar em como ajudar, dar uma assistência a essas famílias. Cremos que há uma possibilidade de cooperação com os psicólogos no sentido de ajudar-nos a pensar em como dar uma assistência às famílias, contribuindo para que não se desiludam com as dificuldades e descubram uma forma de continuarem na luta e se sustentarem no período em que os companheiros estiverem ausentes.

- Outra grande violência são os meios de comunicação. Quando um militante é preso, é enquadrado na legislação que trata de bandidos. E os meios de comunicação destacam que “foi preso um marginal, enquadrado por formação de quadrilha, invasão à propriedade privada”. Essa forma de desmoralizar as lideranças é presente no dia-a-dia.

O próprio Poder Judiciário, que avalia a questão social para dar uma reintegração de posse, não vê a função social da terra e se ela é improdutiva ou não.

Essas famílias já foram expulsas de suas terras, vieram de favelas, vão para a ocupação para resgatar a dignidade, a esperança de uma vida digna. Assim, o despejo torna-se um ato de violência ainda maior.

Até hoje, temos companheiros e companheiras fazendo tratamento por terem presenciado massacres.

Uma das maiores violências é quando companheiros e companheiras são presos. Temos casos em que as pessoas são violentadas, deixando seqüelas as quais não temos como tratar, como cuidar do





próprio violentado e da família. Essa é uma das violências que maior indignação causa.

Foi em todo esse contexto que pensamos em fortalecer o Setor de Direitos Humanos, para conversar, debater, formar os Coletivos nos estados, na tentativa de buscar maneiras de lidar com todos esses casos.

Outro exemplo que queremos trazer aqui é que, na questão dos despejos, estamos, juntos, INCRA, CPT e MST, levando ao juiz, aos promotores e advogados a realidade dos o acampamento, para mostrar a eles o que vão despejar.

E precisamos considerar não somente as violências físicas, mas também as violências mascaradas dos poderosos, que se utilizam de subterfúgios para engavetar processos de desapropriação e andar rapidamente nos casos de despejos.

- A prática da violência, assim como a satanização dos movimentos sociais, historicamente têm sido instrumentos de combate aos movimentos organizados e aos companheiros, que passam de mil assassinados nos últimos anos.

Lembro, particularmente, da morte do companheiro Antônio Tavares, no Paraná, em uma campanha de ocupação das sedes do INCRA, nas principais cidades. Estávamos indo para Curitiba, para fazer a ação, e todo o aparato policial estava na BR 277. Então aconteceu um confronto muito violento. Muita gente foi presa, mais de 300 feridas, e Antonio Tavares, morto. Na mesma noite de seu tombamento, Fernando Henrique Cardoso disse, com todas as letras, que aquela morte deveria servir de exemplo aos demais. O Paraná, naquela época, viveu uma situação de violência extrema. Somente em 2000, se não me falha a memória, foram assassinadas 11 pessoas. Ou pela polícia militar ou pelas milícias rurais, ainda hoje muito organizadas, principalmente no interior do estado. É com essas coisas que lidamos, quando tratamos dos direitos humanos.

Mas gostaria de colocar esse projeto piloto, do qual fiz parte enquanto psicóloga, juntamente com outra companheira da CPT. E, realmente, a necessidade da Psicologia foi expressa de forma forte através

desse projeto. Também não tenho retorno, porque fiquei apenas um determinado tempo, mas o trabalho era especificamente com as viúvas e com os órfãos de dez companheiros assassinados. E com as crianças vítimas de despejos, que não conseguiam superar as cenas de violência e isso se refletia muito em sua situação escolar.

Havia situações em que trabalhávamos com viúvas, por exemplo. Mas elas, até aquele momento, ainda sofriam pressões do mesmo grupo organizado que lhes assassinou os maridos. Então, até que ponto a gente de fato constrói um trabalho, nessa complexidade que são as relações da violência no campo? Até que ponto nós, enquanto psicólogos, podemos contribuir em situações violentas, como as vividas por essas pessoas, por crianças?!

Outro detalhe é a solidão, principalmente das companheiras. Elas dizem: “você fazem esse trabalho com a gente, mas, quando voltamos para o lote, ficamos sozinhas durante muito tempo e não recebemos visita dos companheiros da organização”. Isso expressa uma situação extrema de solidão que nós, muitas vezes, enquanto organização, não conseguimos prover acompanhamento, o que reforça a necessidade de intervenção dos psicólogos nessa realidade.

- Uma coisa que fica claro, é a de que, quando sofremos algum tipo de violência, há sempre uma intencionalidade no contexto da luta de classes. A violência tem um “sentido pedagógico”, de dar o exemplo, de ensinar que não devemos lutar, que não vale a pena, pois se pode até morrer. Assim, não podemos perder o contexto da luta de classes. Quando ocorre um ato de violência, há uma estratégia clara.

Vou contar uma história. Por uma eventualidade, eu não estava no Paraná, estava em Santa Catarina. Minha companheira, que, na época, estava grávida, foi participar. Quando o pessoal queria chegar até a capital, a polícia começou a atirar e o pessoal, a correr. Ela viu o ônibus das crianças (tínhamos colocado as crianças todas em um ônibus só, por medida de segurança) e correu até lá, para fechar as janelas. Um policial viu. Quando ela chegou à última janela, esta emperrou. O policial pegou o gás lacrimogêneo e jogou para dentro do ônibus. A bomba bateu na cabeça dela, que caiu para trás. E, disso, do que ela





se lembra é de que já estava fora do ônibus, com um repórter em cima e a polícia tentando pegá-la. Depois, acordou e já estava em uma ambulância. Quando ela chegou ao hospital, o médico desvirou o bebê, que tinha se virado, e a entrega à polícia! Ela, aos 17 anos, foi levada a uma delegacia e vai ser colocada em uma cela junto com homens! O carcereiro foi quem a alertou para a situação ela ameaçou desmaiar se ele fizesse isso. Só então o policial a leva uma sala feminina, que existia na delegacia. Quer dizer: como era uma “sem terra”, mesmo existindo uma cela feminina a polícia queria deixá-la na cela entre os homens! Há uma intencionalidade política clara nessa violência!

- Esse Setor é extremamente importante dentro do Movimento, porque a situação de barbárie é impressionante.

Eu participei, no ano passado, do projeto do MST com a UNESP sobre um banco de dados sobre a violência na luta pela terra, o “data-luta”. Fiquei dois anos acompanhando o estado de Goiás, para coletar os dados. Nossa tarefa era coletar dados de violência e fazer o trabalho de informação junto às famílias acampadas (direitos, como atuar para se defender, nossas estratégias). Nesse trabalho de base, percebemos que, com relação à violência explícita, é mais fácil coletar dados: despejos, assassinatos, prisões. Mas, com relação à violência implícita, há um silêncio mortal. Não se consegue chegar às nossas famílias: humilhação, coronelismo, impedimento de acesso a médico e a hospital... As famílias vão sendo excluídas e a violência naturaliza-se. E não se consegue quantificar isso. Tudo passa a ser natural, fazer parte do cotidiano. E não se externa.

Então, é esse trabalho de alerta que precisamos intensificar. E também o trabalho com relação à subjetividade, desnaturalizando a violência que, cotidianamente, acontece com todos. Em audiências nos órgãos públicos, por exemplo, é notória a humilhação que parte dos funcionários...

Sempre foi assim. Ou seja, como reverter uma situação onde o que é violência já não é mais considerado como tal? É um trabalho que precisa ser ampliado, para combater essa barbárie generalizada.

Queria dar outro testemunho de um gargalo interno com o qual

ainda não sabemos como lidar ou com o qual temos muita dificuldade. Uma coisa é a violência que a sociedade nos impõe e a qual estamos tentando dar conta, a partir do Setor de Direitos Humanos. Outra coisa é a violência interna dos nossos lares, a violência doméstica. Vivemos, nos assentamentos, e já presenciei várias situações: estupros, mal trato às crianças: Então se chega ao limite de se expulsar a família, o pai da família. Mas, como a gente lida com isso, internamente? Sempre ficamos com situação amalgamada. Levamos a discussão para a coordenação, fazemos debates, informamos, mas não conseguimos dar o acompanhamento adequado para os membros da família que ficaram no acampamento. Participei de casos em que não havia outra solução, a não ser expulsar o casal. A coordenação não dava conta de lidar com a situação e ficou um mal estar interno entre nós. Como lidarmos com essa situação, provocada pela própria condição de miséria, que faz com que os pais descontem seus problemas nas crianças? E, até agora, ficamos buscando alternativas para reintegrar essas famílias, para fazer esse debate. A violência da sociedade a gente denuncia, alerta, fala dela, procura outras organizações. Mas, e essa, que acontece lá dentro, a quem recorrer?! Muitas vezes vamos atrás do padre, que ajuda na medida do possível, mas nem sempre temos um padre progressista para nos ajudar. E creio que essa seja uma questão sobre a qual esse grupo possa nos ajudar a pensar. Infelizmente esses casos acontecem, e não são poucos.

- Mais um elemento: Como isso se estabelece, na construção do imaginário das pessoas? E, retomando alguns exemplos e colocando mais um, que creio ser importante: nos despejos, no meio da madrugada, a família é retirada de dentro do barraco, que é queimado na frente de todas as pessoas. Aquele é o único espaço de moradia que essa família tem. Outro: quando um assentamento, de 12 anos por exemplo, é destruído, casas são queimadas: toda uma utopia concretizada ali é destruída.

Na questão dos assassinatos, quando um companheiro, como, por exemplo, o Eduardo Anguinone, é assassinado, na frente da família, com um tiro na cabeça?! E nem era ele o jurado de morte! Era o





irmão dele!... Como fica isso na questão familiar?! Muitos elementos entram aí. A participação familiar fica reduzida...

Outro elemento a ser colocado são as torturas, as técnicas de afogamento, tentativas de estupro com cana-de-açúcar, por exemplo. Como isso fica?! Que alternativas temos, para irmos trabalhando além das iniciativas existentes? Teríamos de buscar elementos de construção, no imaginário, e irmos trabalhando outras alternativas de experiências coletivas. Porque, quando enxergamos no outro o mesmo sofrimento, a tortura que cada um sofreu, construímos elementos de unidade e de força coletiva.

- É difícil esse momento. Muitas coisas já foram contadas e são muito fortes e comoventes. Assuntos que nos envolvem a todos, como a repressão, são reflexos da sociedade em que vivemos. E, toda vez que tentamos levantar a cabeça e reagir, há a colocação de que temos de nos enquadrar novamente e respeitar a ordem.

Na idéia do mapeamento do nosso encontro, há uma indicação que eu eu gostaria de fazer, porque está ficando claro, como eixo, que podemos encontrar, de conexão entre todos esses assuntos, que a Psicologia colabora na luta. A partir do fato de que o MST é uma organização de massas, que tem um projeto político e que se põe no campo da luta de classes, em oposição a uma determinada ordem constituída que esmaga uma parcela enorme da população, as pessoas que estão entrando nessa luta ficam imediatamente envolvidas em uma batalha de contestação e se colocando para a construção da sociedade, algo que é histórico e que pode ser modificado. Isso significa que as pessoas que estão nesse confronto recebem esse impacto, com situações mais agravadas, até mais clara de ser discernido. No conjunto todo da luta existe a questão de que se não há voz e expressão do quê essa batalha está constituindo em cada sujeito, essa situação não é elaborada e as pessoas perdem as condições de participação. Essa é condução do assunto da subjetividade. Quando essas coisas são colocadas, as pessoas conseguem dar vazão e expressão ao efeito da luta e as marcas que ela vai deixando, e isso pode ser um assunto compartilha do em um lugar onde haja espaço para a expres-

são. Assim a própria história da pessoa vai sendo elaborada, fazendo com que ela se situe na sua história e no momento em que escolheu participar do MST. E isso ajuda as outras pessoas a se situarem.

Nesse momento e espaço, em que as pessoas podem falar, queria assinalar como principal, na questão subjetiva, a importância da elaboração. Se não elaboramos essas situações conflituosas de sofrimento, perdemos as condições de participar.

Queria destacar que existem assuntos que são íntimos, existe uma medida que é pessoal, mas há muitos temas desses que são pessoais mas que também são importantes para a comunidade. Por exemplo, a questão da homossexualidade: é claro que, se a pessoa não assume que essa é uma questão da própria identidade, dentro do coletivo esse assunto é importante, mas não se pode falar desse assunto, porque está no âmbito do íntimo. Agora, se ela se coloca, este torna-se um assunto da composição daquele coletivo e torna-se um tema que interessa a todos, podendo ser discutido como um assunto do âmbito do público.

- Eu fui procurada em uma situação dessas. Havia um militante que tinha sido preso em São Paulo, saído da prisão completamente surtado, em um estado bem grave. Como sou psicóloga, perguntaram se eu podia ajudar. Ele era muito resistente a conversar com um psicólogo. Tem toda a questão do preconceito. Mas, fui conversando, encaminhando as questões. Levei-o para ser atendido pelo serviço público. Como ele não gostou, levei-o a uma amiga, em um consultório. Fui junto na consulta. Aí apareceram os problemas operacionais. Ele era de um assentamento: como conseguir dinheiro para a condução? Eu vivi essa situação, que foi mal resolvida. De vez em quando ele me liga, de algum lugar do mundo, para me dizer como está.

O que fiquei pensando, quando você falou sobre a questão dos Direitos Humanos, foi sobre a Renap, que é uma rede de advogados. Será que não podemos construir uma coisa assim, em nível nacional? E não somente com Psicologia! Seria com saúde mental, incluindo psiquiatras, terapeutas ocupacionais. Como podemos construir uma rede nacional de saúde mental, que trabalhe nas questões mais pontu-





ais, emergenciais? Eu creio ser possível. Por exemplo: em São Paulo há muitos psicólogos e psiquiatras solidários ao Movimento que não vêem canal de participação. E a gente também não se sente autorizado articular essas pessoas, porque não somos do Movimento. Mas é um caminho que não parece difícil de se construir, pessoas que podem trabalhar voluntariamente nessas situações de emergência ou até mesmo com o serviço público, ou com outras instituições, como o CEDES, de São Paulo. Mas esses profissionais estão na cidade: como poderia se dar essa articulação com o assentamento? Os advogados também estão nas cidades...

Creio que possamos articular a idéia de um encontro com quem tem trabalho prático nos assentamentos: juntá-las com as pessoas dessas áreas que estejam interessadas em contribuir e, a partir daí, ir criando uma rede.

- Eu também pensei na mesma rede. Mas esses psicólogos teriam de ter a clareza de uma coisa que o Gladson falou: qual é o significado dessa violência. A violência tem uma intenção, no sentido de desconstruir o próprio Movimento. Então os psicólogos, quando irão trabalhar com essas pessoas, precisarão ter essa clareza. Não poderia ser qualquer psicólogo para fazer esse tipo de trabalho. Tem de ter essa discussão, essa uniformidade, essa relação direta com o Movimento.

- Quero reafirmar essa preocupação. Agora, é evidente que ela não tira a importância desse tipo de iniciativa. São duas questões que, evidentemente, estão articuladas, no sentido de que uma coisa não pode inviabilizar outra. Em uma situação como essa, temos de agir, procurar atuar, mesmo que, em determinadas situações, haja limites. Não precisamos procurar a situação ideal para enfrentar. É preciso pegar as armas disponíveis no momento ir à luta e, nela, buscar a forma de ir construindo e dando o caráter aqui apontado. Não são situações isoladas. Por exemplo, na Paraíba, a grande maioria dos despejos ocorre na sexta-feira à noite. É evidente que isso não é uma coincidência. Para se estabelecer isso há a articulação de mecanismos dos

órgãos de repressão e dos proprietários. Para os tipos, as formas de violência e os assassinatos também. Essas coisas não são ao acaso. Elas indicam claramente uma articulação política, ideológica, disciplinar dos grupos dominantes. Isso precisa ser trabalhado. Até porque, quando vamos discutir essas violências, dependendo de como isso é pensado com as vítimas da violência, pode levar a que os objetivos da violência sejam cumpridos: a pessoa pode falar de seu sofrimento no sentido de que não quer mais viver aquela situação!

Creio ser o grande desafio a forma como poderemos falar das situações de violência para ajudarmos as pessoas afetadas psicologicamente, também ajudando os as mesmas pessoas a fazerem dessas vivências uma motivação para continuarem crescendo, desenvolvendo-se como seres humanos, e não para se tornarem pessoas que vão ficar o resto da vida apenas se protegendo. Creio que isso seja uma construção.

- Acho importante dar um depoimento aqui. No caso de Minas, há uns quatro anos a gente vem trabalhando em uma rede de proteção aos direitos humanos e conseguimos, com esse trabalho, fazer uma articulação para impedir que as reintegrações de posse ocorram na calada da noite. Há uma prática construída, com a participação do Ministério Público Estadual, do INCRA, do Instituto de Terras, e criamos essa rede de proteção, para que a reintegração não ocorra de qualquer forma. Então, toda vez que se determina reintegração de posse em Minas Gerais, com raríssimas exceções, há um planejamento, uma participação desses órgãos. A Polícia Militar tem como hábito convocar os órgãos e o movimento social para uma reunião prévia, para buscar formas de negociação, para que não se chegue ao confronto. Conseguimos, a duras penas, esse avanço no estado. E já temos uma lei, embora haja questionamentos do Judiciário a ela, que é a 13.053, que define a forma como vai se dar a reintegração de posse e determina que ela somente pode ocorrer entre 8h da manhã e as 17 horas. E toda vez que ocorre uma situação dessas, todos os órgãos envolvidos, principalmente o Ministério Público e os órgãos de direitos humanos, têm de ser convidados a participarem de reuniões prévias,





para discutir a forma como vai se dar aquela reintegração.

A reintegração não pode ser impedida, porque é ordem judicial. O que conseguimos é negociar, protelar, ampliar prazos para negociação, realizar interlocuções com as autoridades envolvidas, buscando fazer a coisa acontecer de forma menos violenta e menos desumana.

- Ainda quero comentar outra coisa. Achei muito forte porque, na verdade, eu vim para fazer uma exposição básica, e a militância toda aqui presente está completamente apropriada das violações de direitos humanos. Se me perguntarem sobre as violações de educação e saúde, por exemplo, tenho uma noção. Mas, com relação aos direitos humanos, todos já sentiram a violação muito de perto. Então, realmente há uma necessidade muito forte de ser bem tratada essa questão.

Quero, ainda, abordar alguns detalhes pequenos. A companheira falou em quase um mil mortos. Na verdade, desde 1985, a partir da redemocratização do país, já temos mais de dois mil mortos no campo. Isso não é uma guerra civil declarada, mas mata como tal. E, do outro lado, não morreram duas mil pessoas!

A questão do Paraná, quando Antônio Tavares morreu, é que não era uma situação de ocupação de terra privada ou algo parecido: foi simplesmente o cerceamento do direito de ir e vir dos trabalhadores, que foram retirados dos ônibus em uma barreira e agredidos de todas as formas. As imagens vistas nos documentários mostram a agressão ao direito de ir e vir inerente a qualquer cidadão, inclusive aos sem terra.

Com relação ao debate, sob a ótica da luta de classes, as prisões exemplares, para destruir a liderança, a destruição os barracos, as plantações queimadas: a questão é destruir, com a ajuda fundamental da mídia.

Outra coisa que o Toninho falou, ainda na questão da luta de classes, é o fato de o Juiz, em menos de 24 horas, dar a reintegração de posse. Ele pode fazer isso, porque a lei, que não foi feita pelos trabalhadores, diz que ele pode mandar reintegrar com a “aparência” do direito de posse. Nem de propriedade é. Se há a “aparência” nos

documentos, com uma escritura, que pode ser falsificada, mas parecer verdadeira, ele, o juiz, pode mandar reintegrar em duas horas, sem ouvir a outra parte. A lei foi feita pelas oligarquias e temos de nos submeter a ela, que determina que a propriedade vale mais do que a vida, não somente de uma pessoa, mas de uma coletividade.

A questão da reintegração de posse ser proibida depois que cai o sol, em Minas Gerais, já é dita pelo Código Civil. Despejos às 2 horas da manhã, como acontecia no Paraná na época do Lerner, eram absolutamente ilegais. E quem patrocinava isso? O Juiz sabia que não podia fazer, mas deixava fazer. O Ministério Público sabia que não podia, mas fazia. O que acontece em Minas aconteceu porque lá há uma Vara Agrária que tem um Juiz relativamente sério, o que não é o caso da Paraíba, que possui um Juiz Agrário horroroso e que, por isso mesmo, coisas horríveis acontecem por lá. Também em Minas há um Ministério Público comprometido. Em Alagoas a Polícia Militar formou os seus quadros em direitos humanos e preparou-os para negociar as desocupações, fazendo essa famosa reunião com as outras autoridades, assistentes sociais, com o fazendeiro, para tentar encontrar um local para onde levar as famílias, providenciar ônibus, caminhões, o que for preciso, buscando um tempo relativamente elástico para encontrar uma solução mais definitiva. Isso acontece, mas ainda é exceção. Ainda temos uma luta muito grande.





3. Setor de Saúde

Gislei

Toninho

A discussão de saúde no Movimento é muito nova. Sempre tivemos problemas nos acampamentos e sempre resolvemos dando “um jeitinho”. Havia sempre alguém que se responsabilizava pela saúde, na hora da ocupação: tinha um médico amigo, algum enfermeiro que se desafiava a entrar no cerco da polícia e a levar algum remédio, vacinas. No início, inclusive, usamos desse artifício para entrar nos acampamentos. Ainda temos a facilidade de entrar em qualquer cerco com a roupinha branca.

Mas sempre havia o Núcleo do MST que, na medida do possível, resolvia os problemas com remédios e práticas. Enfim, tínhamos de dar o nosso jeito, que era focado na doença. Pela doença, pelo ferimento, pelo surto, pela somatização do processo vivido, fazíamos a nossa ação. Na Conferência Nacional de 1988, participaram duas ou três pessoas do MST e começamos a rediscutir a saúde. Tínhamos uma idéia de que era necessário ter nossos médicos, nosso enfermeiros, como se tivéssemos de fazer um sistema de saúde privado, paralelo ao Sistema Único. Não confiávamos na relação dos serviços oferecidos pelo Governo. E, nessa Conferência, começamos a refletir mais, apoderando-nos do conhecimento sobre o que é saúde realmente, do que esperávamos e sobre o que é o Sistema Único de Saúde. Descobrimos como foi a construção do SUS, fruto da organização do movimento social, do movimento da reforma sanitária, formado pelo povo, que queria um sistema de saúde diferenciado, uma luta que se mantém até hoje.

Em 1999, fizemos a primeira Oficina Nacional, quando reunimos 24 companheiros que trabalhavam com saúde nos estados. A partir daí, tentamos organizar o Coletivo Nacional para discutir as questões de saúde. Nessa primeira Oficina tentamos traçar o que concebíamos de saúde como não simplesmente a ausência da doença: era terra, qualidade de vida, moradia, saneamento. E saúde tomava uma di-

menção diferente, especialmente no campo, que não tem as mesmas características, os determinantes...

Em função de que conseguimos uma parceria com o Programa de DST-Aids, em nível nacional, começamos também, a partir desse viés, a ver que as pessoas organizadas em grupos tornam-se menos vulneráveis, e começamos construir esse Coletivo, que desse essa dimensão em nível local, estadual e nacional. E vem se construindo ao longo do tempo essa dinâmica de se organizar o Setor. Hoje, temos-lo organizados nos 23 estados, com suas fragilidades. Alguns mais avançados, organizados em núcleos, regionais e no estado. Outros somente têm o Coletivo Estadual; outros, ainda, têm alguns núcleos. Mas avançamos bastante nesse processo de ter os coletivos.

Também lançou-se desafio de que não adiantava discutir organização, porque o SUS é muito complexo. Tratar saúde é muito complexo. O campo é muito amplo. Vai do atendimento médico à terapia. As políticas eram difíceis de serem entendidas e apropriadas pela população.

Então, começamos o investimento em capacitação e formação em saúde, onde temos, como prática, cursos de capacitação em nível nacional, onde é envolvido o Coletivo de todo o Brasil, onde acontecem capacitações regionais e os estados se responsabilizam pela capacitação em nível local. Abrimos algumas frentes de formação, onde construímos o Curso Técnico de Saúde Comunitária, no Rio Grande do Sul, há três anos. Neste ano formamos a primeira turma, e a segunda está em andamento. Nesse âmbito, discutimos o perfil desse agente, que deve ser um educador em saúde no campo. Não é simplesmente um agente que coleta dados e informações e se responsabiliza por todo o sistema. A discussão é a de que ele seja um instrumento de educação, um educador político no campo, conseguindo trabalhar sobre essa dimensão da saúde e, principalmente, sobre os determinantes desse processo e sobre a compreensão do conceito mais ampliado de que saúde não se restringe a atendimento médico e a fornecimento de medicamento. Esse conceito é muito impregnado na nossa população e em nós mesmos. Na hora do sofrimento,





canalizamos todo o tratamento com o vínculo da fila, do atendimento médico e do medicamento. E não é somente essa dimensão.

Há dificuldades de se fazer esse diálogo com a academia, porque ela não entende que não queremos o técnico em Enfermagem no campo, que não é esse o modelo que queremos. Dentro do próprio Movimento temos resistência também. Há dificuldades em se apropriar até do nome “técnico em Enfermagem”. Enfermagem não é o modelo que se quer, porque há a centralização no modelo médico-hospitalar. E queremos o perfil de um educador do campo, para o campo. Que saia com sua origem, suas características, suas concepções e sua subjetividade de camponês e volte para atuar junto a sua comunidade. Mas acho que avançamos muito, porque estamos conseguindo integrar o saber popular ao saber da academia, na construção desses novos cursos e desse perfil. Agora estamos em fase de formação para o curso de especialização em saúde do campo, que provavelmente deve começar na Universidade Federal de Santa Catarina. Mas é difícil, para as universidades, entenderem que queremos um profissional para atuar no campo, que não seja somente um PSF, mas um PSF para o campo, com as especificidades e características próprias. Temos, em Cuba, 59 pessoas estudando; a maioria, 52, fazendo Medicina ou Epidemiologia. Também temos alunos cursando Artes Plásticas e Música, Agronomia e Veterinária. A idéia inicial era termos médicos nossos, para construirmos um sistema nosso de saúde, mas hoje conseguimos perceber que precisamos nos engajar ao Sistema Único e vir a somar e ajudar na transformação desses profissionais que estão no Sistema, com uma grande defasagem em sua formação.

Avançamos também no sentido de que hoje conseguimos participar do Conselho Nacional de Saúde, do qual, até há pouco tempo, não conseguíamos chegar nem perto. Conseguimos forçar o Ministério da Saúde a ter um grupo chamado Grupo da Terra, para discutir as questões da saúde do campo. Não somente do MST, mas também dos índios, ribeirinhos, atingidos por barragens, quilombolas, para direcionar melhor as políticas de saúde no campo. Avaliamos que, nesses últimos cinco anos de caminhada, foi quando nossa relação com as instituições e com a comunidade avançou muito. Mas a nossa

dificuldade é a de trazer, para o conjunto do Movimento, a reflexão de saúde em uma concepção mais ampliada, porque os problemas de assistência ou as dificuldades de reflexão e elaboração acabam se somando e passando a ser um problema do Setor de Saúde. Como eu dizia, a homossexualidade não é um problema do conjunto, é um problema “de desvio”, “de doença” e quem tem que tratar dele é o Setor de Saúde! Não conseguir provocar a reflexão para o conjunto do Movimento angustia bastante o Setor. Restringe-se a quem participa do Coletivo de Saúde e do Setor de Saúde. Quem participa de outros espaços, outras instâncias, não se envolve. Está muito impregnado na subjetividade das pessoas que saúde é questão de assistência, que exige médico. Sentimos a necessidade de ampliar isso pra o debate de que saúde é ter terra, água, qualidade de vida, bem-estar, saneamento básico, beleza, lazer, cultura. Esse são determinantes para haver saúde ou doença. Quando vamos a um acampamento e há muita gente na fila querendo ser atendido por um médico e receber remédio, é porque não estamos conseguindo dar qualidade de vida àquele acampamento. E essa não é uma peculiaridade do Movimento sem Terra, é do conjunto da população. Nós nos sentimos na obrigação de ampliar essa reflexão, pelo desafio a que o Movimento se propõe.

Outro desafio que temos buscado superar está na questão da literatura. Temos sido provocativos no sentido de colocar outras literaturas. Em muitos momentos ficamos somente com a literatura política. Mas, na área da saúde, há uma literatura, que também é política, e pode contribuir para a luta. Em alguns momentos ela não é explorada ou bem vista. Quando trazemos holismo, Capra, por exemplo, para discutir, há uma certa resistência no primeiro momento, principalmente nas nossas escolas. Trazer um filme que, aparentemente, não tem muita referência com o que estamos acostumados, mas sobre o qual conseguimos fazer uma análise sobre como ele poderia contribuir, passar pela resistência.

Outra questão é que acabamos sendo um pouco da escutatória do grupo, dos mais próximos. Quando há a necessidade de se falar, sempre procuram alguém do Setor. Há um grupo que trabalha com práticas e terapias complementares, como massagem e relaxamento,





e são muito procurados. E, para nós, há o desafio de como ampliar essas coisas, para que as pessoas sintam-se melhor, consigam conviver melhor.

Outro desafio que pode trazer para o conjunto do Movimento é esse conceito ampliado de saúde, de se trabalhar mais multidisciplinarmente ou multisetorialmente as coisas da saúde. Faz-se necessário trabalhar educação, gênero, formação, tudo mais, junto. Avaliamos em uma discussão, há pouco tempo, que o Movimento teve necessidade, pela sua dimensão, de setorizar, mas talvez, nesses 20 anos, este seja o momento de se refletir em como converter o processo novamente: mesmo estando setorizados, podermos fazer o voltar-se e conseguir a unificação para algumas ações. Esse é um desafio que estamos experimentando com a educação, com a produção. Quando vamos discutir o Planejamento e Desenvolvimento do Assentamento, o PDA, isso não é somente uma questão de produção. Diz também respeito à saúde, à formação, ao gênero. Todos estarem junto discutindo. Temos dificuldades práticas em implementar isso. E o próprio pessoal da produção sente-se sem condições de avançar, porque o processo é muito amplo e complexo, mas, acabamos não encontrando espaço e tempo para avançar nesse sentido.

E um desafio maior, que tem relação com o gênero e com as relações, é a discussão da afetividade e da sexualidade. Como trabalhar as relações, a afetividade e a sexualidade dentro do Movimento é um grande desafio. Temos muito presente que o militante é militante, não pode se dar ao direito de ser afetivo, sensual. Se mulher, não pode se pintar, usar um colar, porque é logo olhada de forma estranha. Imagina a Jesus, dirigente, ir para uma ocupação de batom e de brinco! É preciso fortalecer a idéia de que ser militante não significa estar em uma caixa quadrada onde não haja sentimento em afetividade! E isso se reflete nas relações que temos hoje entre as gerações: o papel dos adolescentes e daqueles da terceira idade.

Recentemente, uma jovem que está estudando fez uma pesquisa sobre o período pós-menopausa das mulheres, em um assentamento, no Pará. A pesquisa foi feita analisando as falas das mulheres, que diziam como se sentiam após o período em que não mais poderiam

se reproduzir. É como se elas tivessem se acabado, porque, sexualmente, não mais se sentiam mulheres e, com isso, não estavam prontas para a militância e para a luta. É como se elas não existissem mais no acampamento.

E com a juventude é a mesma coisa. Como se relacionam, nesse período da adolescência, dentro de acampamentos e assentamentos, com outros vínculos, outras formas de habitar, de dividir, de ficar embaixo da lona, sem muitos espaços privados? Então, a questão da afetividade e da sexualidade precisa ser debatida dentro do Movimento, principalmente em nossos espaços de escola. Alguns alunos desafiaram-se a fazer a reflexão de como se dão essas relações, se existe espaço de expressão para isso. Em alguns momentos percebe-se isso como um processo negado.

Esses são alguns dos desafios a que a gente se propõe: como trabalhar geração, juventude, terceira idade, a mulher dentro da família, afetividade. Algumas coisas, quanto ao nosso método. Já que queremos trabalhar a saúde como um processo, há alguns determinantes que são sociais, ambientais, coletivos, e, em alguns momentos, isso entra em contradição com alguns dos nossos métodos. E como, nessa contradição, torna-se possível garantir a qualidade de vida e a saúde mental? Como buscar o equilíbrio para garantir a saúde mental? Que outros espaços podemos proporcionar, para que possa haver possibilidade de se extravasar o que fica contido, para haver o equilíbrio e a garantia da saúde?

Qual é a expectativa para a volta desses médicos de Cuba? E com relação à construção da expectativa de que o Ministério da Saúde possa construir uma política de saúde mental para o campo?

Com relação ao retorno dos médicos, isto é um processo em construção. Mas nós, enquanto Movimento, avançamos. Desde o ano passado, quando juntamos formação, saúde e relações internacionais, começamos desenhar uma proposta, deixando clara a concepção de que, e esta pelo menos o Coletivo da Saúde já tinha: não queremos um sistema privado nem paralelo. Queremos uma integração ao Sistema Único de Saúde. E temos buscado ver de que forma garantir essa integração. E, paralelamente a isso, montamos um programa de formação





para os que, no período de férias, vêm ao Brasil e aos que ficam em Cuba. Nesse programa tentamos colocar os elementos novos que não estão contemplados no seu currículo e na sua formação. Tanto no que diz respeito ao político, de situá-los no MST, porque ficam seis anos afastados (por mais que mantenha contato, não é a vivência diária) e também sobre SUS. Agora mesmo, a turma que se formará em agosto, passou uma semana na escola o Rio Grande do Sul, vendo toda a questão do SUS, atualizando Conselho, participação, controle, e, depois, foi fazer uma prática de campo em nossos acampamentos no Paraná, somando-se, integrando-se ao coletivo organizado, ao sistema que ali funciona para ver de que forma já podem contribuir.

É um desafio, porque não existe um convênio entre Brasil e Cuba na regularização de diplomas. Então, há a perspectiva de chegarem e ficarem por dois anos sem poderem exercer a profissão. O Ministério da Educação cria bastantes dificuldades nesse sentido. Já estamos trabalhando com eles o fato de que, em um primeiro momento, talvez sejam muito mais educadores em saúde, militantes que potencializam a organização dos coletivos e a capacitação de novos militantes, até poderem exercer a profissão.

Com relação à saúde mental para o campo, dentro do Ministério, vejo a com muita lentidão e com dificuldades de se perceber um rumo de uma política que atende a essa população. A saúde no Brasil é muito voltada para o urbano, organizada em função do urbano. Questionamos isso. Ter uma unidade de referência no setor urbano não resolve. O PSF ser um visitante do campo não contribui com a melhoria das questões, pois não consegue se entranhar na realidade do camponês, entender os processos e formar o vínculo. Alguém que vai, permanece por pouco tempo e volta torna o vínculo fica frágil. Então, surge a idéia de se ter unidades de referência no seu próprio local, para que as pessoas tenham um vínculo, uma referência. Com a saúde mental não seria diferente. Mas não vejo, para curto prazo, esse processo. E percebemos que quase todas as políticas que surgiram nos últimos dois anos, para o campo, somente surgiram porque os movimentos pautaram e elas foram quase desenhadas. Por exemplo, o PAB que foi para a população do campo, quem levou a demanda e as orienta-

ções de como esta poderia ser ampliada, e de que forma, foram os movimentos sociais. Sobre o PSF que exigimos para o campo: eles acharam, como forma de incentivo, de aumentar em 50% o subsídio para o município que o implantar.

Existem algumas experiências, como no caso Paraná, onde teve agente comunitário para acampamento, mas como iniciativa do Governo do estado. No Rio Grande do Sul, no Governo passado tinha proposta dentro da municipalização solidária. Mas ainda são muito remotas. Se os movimentos não forem provocativos, não levarem propostas para serem apenas retocadas, isso não avança. Talvez até por debilidade de conhecimentos dos próprios profissionais que estão nesses espaços. Avançamos um pouco na política para a Amazônia, pegando parte do Mato Grosso e Pará, onde temos acampamentos e assentamentos. Mas sobre fitoterápicos, por exemplo uma prática presente no nosso meio, pois normalmente o camponês tem essa prática, ainda não saiu um desenho final da política, e a Conferência já aconteceu há dois anos!

Está sendo interessante, pelo fato de ser um processo em construção, onde os movimentos estão se integrando e construindo junto com o poder público. Só que esse é um período transitório. Não se sabe por quanto tempo essa construção conjunta vai ser possível dentro do Ministério da Saúde, por isso a gente tem pressa. E sabemos que isso é bastante lento.

Gostaria de abordar dois aspectos de sua exposição. O primeiro é com relação ao SUS. Acho que o Setor de Saúde tem uma discussão muito interessante e mostra como vocês trabalharam muito. O SUS foi feito baseando-se na Constituição de 1988 e é um resultado de lutas, mas o programa e as diretrizes na saúde também estão, nesse momento, sendo discutidas e determinadas pela ONU, principalmente nos países pobres. Isso significa que determinações vêm de oligopólios farmacêuticos e de interesses políticos do mundo rico para os países pobres. Isso significa muitas determinações contrárias aos interesses do povo brasileiro e à necessidade popular. Mas creio que a proposta seria de se fazer uma referência de saúde mental que pudessem responder às questões e de se pensar com base em uma conexão





do SUS com o Movimento.

Conversávamos sobre como, indicados pelos conselhos, faríamos a devolução dessa reunião através do material que está sendo coletado nessas gravações, propondo aos respectivos conselhos fazer reuniões no caso de São Paulo, por exemplo, fazer reunião de saúde mental e fazer também um processo de discussão, já tendo em vista realizar esse tipo de conexão. Em São Paulo, eu, Magda e outras pessoas estamos interessados em fazer isso. Poderíamos encaminhar isso como proposta.

A outra coisa que diz muito respeito à saúde como nós compreendemos é a questão da multisetorialidade. Gostaria somente de fazer um complemento, dizendo que, em São Paulo, há o Curso Realidade Brasileira, dado em convênio com a USP, que é de formação de militantes. Eles fazem reuniões de estudo um final de semana por mês, quando vêm professores. É muito bom. Discutimos que, para humanizar a discussão política e de formação, seria importante agregar a questão das nossas raízes culturais. E fizemos um projeto de fazer noites culturais no final de semana do curso. Essas noites são abertas à população. As discussões que se desdobram são fortes e interessantes, porque as pessoas se identificam com os acontecimentos, reencontram-se naquelas apresentações que expressam com propriedade uma série de dimensões da vida. O comentário geral é sempre da importância, do ponto de vista da própria formação. Falo disso porque creio ser um elemento relacionado com nossas origens e seus resgates que com isso, nos constitui enquanto agente ativo na vida pública e tem a ver com a saúde e com a saúde mental.

Essa dimensão cultural é presente no Coletivo e assim temos buscado trabalhar, principalmente nos nossos cursos de capacitação.

Temos dois fatores para a realização dos cursos de capacitação: o econômico e o de deslocamento. Há dois anos optamos por fazer dez dias de formação. Mas, se ficarmos dez dias fechados, fazendo formação mera e simplesmente, sem ter outros espaços, acaba-se adoecendo. Tem um levantamento de que, a cada 50 participantes, dez procuram ajuda médica. Então, têm de estar presentes também a expressão corporal, a dança, o trabalho com argila, todas as ma-

nifestações possíveis de estar junto com a formação, com o intuito terapêutico, mas também como ferramenta pedagógica, seja através de oficina de máscaras, de pintura, de contos, de dramatização de histórias, de filmes, que não necessariamente sejam políticos. Isso tudo temos procurado trazer, na formação do Coletivo Nacional de Saúde e em nossos espaços de escola temos sido provocativos nesse sentido. Nas escolas há vários setores que estão juntos. E avaliamos que, por exemplo, nossa escola do Rio Grande do Sul já avançou muito após a saúde ter colocado um curso dentro dela. Fomos mais provocativos nesse sentido de reservar mais tempo para o lazer, para conversar, para trocar, para fazer teatro, até para brincar, pois ficamos muito no método e perdemos a dimensão humana. E, em alguns momentos, precisamos humanizar nossas atividades!

Durante muito tempo se vinculou o Setor de Gênero ao Setor de Saúde. Lá na base, aquilo que chega, homogêneo em todos os estados, é o programa de DST-Aids. Até porque há verba pública para garanti-lo em nível nacional. E nessa discussão, quando tratamos de prevenção, discutimos comportamento entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens. Isso é discussão de relações de gênero! Isso criou um complicador para nós. A Aids obrigou-nos a discutir o comportamento. E, por outro lado, não sei como o setor de saúde lida com isso, às vezes estigmatiza. Parece ser só isso. E não é. Há uma multiplicidade de coisas. Agora estamos tendo o cuidado de chamar o Setor de Gênero a atuar em todas as áreas, e não apenas onde há uma patologia que afete o comportamento.

Você falou em um grupo de saúde que atua junto ao Ministério da Saúde para propor políticas para o campo. Vocês têm esses grupos que tentam essa aproximação com gestores municipais, por exemplo? E a questão do PSF campo, do agente comunitário de saúde que sai da cidade e vai atuar no campo? Não há formação de agentes comunitários do próprio assentamento que saiam do acampamento para uma equipe de PSF?

Tenho ainda algumas perguntas:

Vocês localizam alguma tensão entre as reivindicações dos trabalhadores dos assentamentos e os médicos que dão assistência?





Essa discussão maior sobre o SUS provoca alguma tensão com as reivindicações clássicas da base, de ter médico para atender?

Como fica a questão das experiências com plantas medicinais, tratamentos fitoterápicos, produção e utilização de medicamentos, com essa perspectiva de não se criar um sistema paralelo, mas de se lutar pelo sistema público? Normalmente as experiências com plantas medicinais têm a tendência de criar um sistema paralelo, inclusive na comercialização desses medicamentos.

Como vocês têm conseguido encaminhar as doenças do trabalho, desde o uso de agrotóxicos até as demais? Esse é um problema complexo, porque discutir essas questões implica em pensar novos processos de produção, nem sempre simples. Há alguma reflexão nessa direção?

Temos uma dificuldade no MST, como um todo, de como garantir, na pauta de reivindicações, as políticas públicas relacionadas à saúde. Sempre é difícil colocar algum ponto relacionado à saúde, ao saneamento básico, à saúde da família. Somos mais práticos em outras reivindicações, como a garantia do crédito, da escola, mas na questão da saúde, é um desafio grande ainda, para nós, incluir, em nossas mobilizações, as reivindicações.

Outro ponto que é importante de ser colocado são as experiências com relação ao Programa Terra e Saúde, onde trabalhamos as plantas medicinais, buscando potencializar grupos de mulheres e de jovens para fazer a manipulação dessas plantas. É um trabalho importante, porque, de certa forma, tem fortalecido o Movimento e o Setor de Saúde.

Voltando à questão da relação com os gestores municipais, como vocês fazem a relação com a outra perna do tripé do SUS, que é o dever do Estado, o direito da população à saúde, e o controle social? Vocês procuram se inserir nos conselhos municipais de Saúde?

Fiquei muito contente em ver o acúmulo que o Setor de Saúde tem, especialmente nas questões de concepção de políticas de saúde, do SUS, da concepção de saúde/doença, da necessidade de integrar os setores. Mas, o que me faz pensar muito, que creio ser a tônica entre direitos humanos e gênero, é a questão que podemos dizer ser

o “endurecer sem perder a ternura”, que é a questão do método. O MST precisa ser duro, que, para se colocar em um mundo enfrentando esse poder do tamanho que ele é, é preciso endurecer muito. Ser do MST já exige uma posição com escudo. E o MST sabe fazer isso. Enfrenta polícia, ocupa terra, ocupa banco. Mas, como é o momento da ternura? Quando fomos para Veranópolis, ficamos admirados com a escola. Que linda! Mudou muita coisa na minha cabeça, até com relação à educação do meu filho, vendo aquela concepção. Mas era um exército, uma disciplina militar. Lá os alunos são os donos da escola: eles produzem, conseguem dinheiro através da produção, limpam a escola. Mas, em compensação, eles não dormem, não namoram. Então, como um movimento, que tem de ser duro, cria espaços para a ternura?

Começo por essa questão, porque é um grande desafio para o Setor. Quando você visitou a escola? No ano passado? Há dois anos. Então você pegou o primeiro processo de humanização do método. Esta é a nossa grande reflexão. O Setor tem provocado a discussão interna, no que se refere à afetividade, à sexualidade, ao lazer e à individualidade do sujeito. Por mais que ele atue no coletivo, há a parte individual, que precisa ser considerada. E temos procurado refletir coletivamente sobre as formas de se buscar alternativas de superação. É um desafio, porque parece que, se ficamos muito afetivos, parece que... é difícil lidar com essa dualidade do sujeito! Mas temos buscado algumas alternativas. E agora, quando se formou a primeira turma, avaliamos a diferença estabelecida a partir da entrada do Setor de Saúde. Ocorreram avanços e diferenças a partir do processo que introduzimos na reflexão, e coletivamente, mas há outros em que não se avançou, onde está claro que precisamos ir além. E não é tranquilo fazer esse diálogo! Há trabalhos que formam análises do método da escola, especialmente na afetividade e na sexualidade. É tanta rigidez que o estudioso chegou às suas conclusões, mas não se animou a expor. A proposta não saiu pela questão da disciplina, do método mesmo, de direção. Mas foi muito rico para fazermos a reflexão do processo de quem educandos e futuros educadores estamos formando. E acabou, com isso, procurando ações pontuais. Quando eu e Paulinho





vamos para lá, precisamos agir como bombeiros, apagando o fogo surgido de algumas situações. E não é somente na escola de Vera-nópolis. Isso também ocorre em nossa escola de formação nacional, nos cursos prolongados, em nossos espaços de formação também acontece de não termos o equilíbrio em alguns momentos, para saber qual estratégia usar, que não descaracterize o método, mas que ajude a trabalhar a afetividade.

Quanto às DST's, temos, em nível de Brasil, realidades diferentes. Sempre tivemos, como orientação nacional, que os DST's eram a porta de entrada para fazermos toda a discussão da saúde. E, em nível de Coletivo Nacional, sempre foi assim. Discute-se comportamento, mas muito mais que isso. E ainda enfrentamos muita repressão somente por usar o nome DST em alguns espaços do Movimento. E até por atuar para a prevenção, mas hoje a realidade é a de que as DST's estão no campo, matando nossos companheiros. Em alguns estados já conseguimos mapear e estamos acompanhando, mas, há outros, que, devido ao processo histórico e cultural, não conseguimos mapear e acompanhar. Apesar de ser um índice baixo, as DST's estão no campo. Mas, em alguns estados, se avançou muito por essa porta de entrada. Começou-se com um projeto pequeno de financiamento e hoje existem cursos de formação de dois anos de continuidade, agentes formados e capacitados. Mas isso depende da capacidade de avanço de cada estado. Há locais onde se restringe a capacitação específica, mas, há outros que deram um salto de qualidade, que possuem Coletivo, Brigada Nacional que vai para Conferências discutir saúde por sua própria caminhada.

Dentro do SUS, temos bem claro que isso está em construção e que, para o campo, não quase ausentes as políticas específicas. As políticas não chegam à ponta! Elas estão postas em nível nacional, há algumas diretrizes, mas, lá no nosso acampamento, não chegam! Há grande debilidade em se fazer a aproximação; em se fazer o povo caminhar, a política descer e, em algum momento, ambos se encontrarem. Cremos que, com a capacitação, podemos avançar, mas sabemos que não é tão simples.

A relação com os gestores locais, em sua maioria, é difícil. Os

gestores dizem que o problema é do estado, o estado diz que é problema da União, o que, em muitos momentos, é verdade. Temos também a nossa debilidade, enquanto Movimento, de fazermos essa interlocução. Ou vamos em busca de algo que é inacessível e que está estruturado de outra forma. Isso ocorre também por desconhecimento.

Hoje o controle social do modelo que está posto é propriamente urbano. Nele não há como um camponês ser conselheiro de saúde. As reuniões são na cidade, à noite, comunicadas através de um edital colocado na porta da Secretaria ou anunciado pelo rádio, em horários em que o camponês não escuta. Normalmente não há financiamento para deslocamento. Os Planos de Saúde Municipal são colocados à disposição por dois/três dias antes da assembléia e o camponês não consegue decodificar aquele monte de siglas. Então, para nós, do campo, participar do controle social é um desafio muito grande. A orientação é a de que haja participação, dentro do possível. Mas são poucos os que participam, por todos esses entraves. E se faz também capacitação de conselheiro, mas é sempre urbana. Durante a semana, à noite, por vários dias. Como tirar um camponês da roça por 5/6 dias?! Como colocar um camponês, esse tempo todo, sentado em um auditório, fazendo capacitação?! Ele não fica! Não tem como deixar a roça por uma semana! Não há condições financeiras para se fazer isso. E é a discussão de uma técnica, de um método, com uma linguagem de que ele não se apropria. A escolaridade não permite isso. O camponês se sentar com um médico, dentista, profissional de saúde, dono de rede de farmácia, e discutir saúde com eles no mesmo patamar é inviável! E a questão da capacitação dos conselheiros é uma questão na qual temos batido muito. Capacitar conselheiro é uma coisa; lideranças comunitárias é outra; lideranças camponesas é outra. Os perfis e acúmulos são diferentes.

O grupo da terra é formado por representantes do movimento do campo, por alguns setores do Ministério e por gestores. Representantes dos gestores municipais e estaduais são convidados para todas as reuniões do grupo. O CONASS e os CONASEM's são convidados, mas nem sempre eles participam-e essa é uma das nossas queixas. Se não estão juntos para ver os encaminhamentos, estes não chegam à ponta!





Quanto à tensão entre a reivindicação pela assistência e o conceito amplo, esta é permanente, mas, na verdade, um não descaracteriza o outro. É preciso existirem os dois. São necessárias assistências pontuais, porque há problemas pontuais que necessitam de assistência imediata, mas, ao mesmo tempo, tem de se buscar ampliar essa dimensão, para que os problemas pontuais, ao longo do processo, possam ir diminuindo e se esvaziando. Mas há muita dificuldade em se pautar o tema em nossa luta, de forma específica. Sempre pautamos em nossas reivindicações, em nível mais amplo, crédito, terra... Mas isso insere algumas determinantes da qualidade de vida da população. Na verdade, hoje, funcionamos de forma paralela, porque é quase uma saúde solidária. Produzimos nossos medicamentos e vamos tratando nossos problemas dentro das nossas necessidades. O que temos buscado é que nossas experiências não sejam só nossas, mas que possam ser partilhadas com o conjunto da população, dentro do Sistema Único. E que elas não se reduzam às nossas áreas e não se transformem em uma coisa insignificante, de pobre, de “sem terra”, de índio, de negro, mas que tenham um caráter oficial, que o governo invista em pesquisas sobre nossas práticas, que potencialize essas práticas, para que tenhamos, de fato, qualidade no que fazemos e que o façamos bem, com acúmulo. E uma característica disso é que resgata a auto-estima do agricultor saber que aquele conhecimento que ele tem pode ser usado por outras pessoas, pode resolver problemas. Isso também está muito no conhecimento das mulheres, o que potencializa a relação delas nos assentamentos. E há também a idéia de produzirmos as plantas e de as grandes indústrias comprarem a matéria prima. E elas comprem por um valor irrisório, porque 80% do controle de qualidade está na produção agrícola. A idéia é a de que gente se aproprie da cadeia toda e transforme isso em uma política pública, inserida no Sistema Único, e que não sejamos somente nós, assentados, a usar, mas que toda a população possa ter acesso a uma prática complementar de saúde, fitoterápica, ou dos fitoderivados. Sabemos que, nas nossas áreas, são poucas pessoas que as usam, de fato, continuamente. O alopático está muito presente, há toda uma campanha de que ele tem valor. Então, essa também é uma mudança

de postura, de paradigma.

Sobre doenças do trabalho, nunca fizemos uma reflexão específica, mas refletimos muito sobre agrotóxicos e transgênicos. É uma bandeira de luta que pensa na interface com a saúde, com a qualidade de vida, com a subsistência, com a segurança alimentar. Com relação aos agrotóxicos, damos mais a cara da saúde, porque eles causam problemas e, em função disso, te-se buscado novo modelo, novas tecnologias de produção, para que, aos poucos, possamos nos libertar dos agrotóxicos. Essa também é uma mudança de paradigma e de comportamento, de modelo de produção, o que é muito lento. Mas temos provocado essa discussão também dentro do Ministério. Eles estão formando alguns CAPS, mas o grande questionamento é o de que estes também são muito urbanos! Não atendem às doenças do campo, diferentes das doenças urbanas. Como esses centros vão atender ao camponês, que fica o dia todo na enxada, sob o sol? E no Sul do país, onde todos são muito brancos e desenvolvem problemas de pele? Os acidentes de trabalho, que lesam a postura, coluna? E o sofrimento com o frio e com o calor, enfim, coisas específicas do trabalho do campo? Essa é uma reflexão que temos feito, para buscar mudanças. Mas, enquanto Movimento, também não temos muito claro, porque, em alguns momentos, somos muito plurais. Chamamos o Coletivo para ir ao controle social, para falar da saúde do trabalhador, e assim é. Enfim, a área de saúde é muito complexa.

Observando as apresentações, nota-se que existem vasos comunicantes entre os temas. Há conexão entre direitos humanos, gênero e saúde. E, certamente, vai aparecer entre esses e formação/educação. Qualquer um deles é estratégico. Mas a saúde, para nosso tema, é, particularmente, estratégica. E vocês têm essa concepção integrada da saúde, estão construindo essa concepção, que está se distanciando da concepção de atendimento prático e imediato, de socorro. No interior do Movimento está havendo espaço para ter essa visão global? Essa construção conceitual de saúde está sendo discutida na coordenação nacional, para que se possa olhar para as outras áreas com essa integralidade, ou é uma coisa inicial?

É o que eu colocava no início. É nossa grande dificuldade: des-





cobrir o mecanismo e a linguagem para passar isso para o conjunto do Movimento. Temos isso muito presente no Coletivo de Saúde. Até discutimos um pouco com um setor e outro. Mas, para o conjunto do Movimento, não está bem claro. E temos conversado muito dentro do próprio Setor, sobre a necessidade de se fazer os dois movimentos: atuar na base e também nas direções. Mas, apesar disso, acho que conseguimos ampliar bastante, principalmente em alguns setores, como o de educação, que já se aproxima a fazer essa discussão conosco; de produção, onde, devagarzinho, temos feito grupos e discutido, um pouco, direitos humanos, até pela ampliação da visão dessa área, não fica mais somente em assistência jurídica. Esses são sintomas de que chegou o momento. Parece que, depois desses 20 anos, há coisas incomodando. Então, é preciso olhares diferentes para potencializar as dinâmicas de cada setor, buscando a integração.

Certos setores do campo acadêmico, que têm interlocução com o Ministério, têm a perspectiva da intersectorialidade. Mas é só intenção. E parece que vocês estão conseguindo ir formulando e mexendo concretamente nessas possibilidades efetivas. Então, também nessa área, ficamos devendo para vocês referências e experiências importantes.

Um encaminhamento que tivemos, na direção nacional, para se apropriar dos debates, foi o de estudar os setores. Já estudamos produção, depois estudaremos educação. Depois, com certeza, a saúde será um tema a ser estudado. A idéia é a de que todo o conjunto do Movimento se aproprie das experiências que fomos produzindo nos coletivos e nos setores e que, de alguma forma, exigem um certo profissionalismo. Assim, temos de entender essa questão da saúde direitinho. Temos buscado dialogar com as várias experiências: da mesma forma, com a educação. E isso é muito interessante. Eu estava me lembrando de que não existe nenhuma ocupação ou acampamento onde a saúde não esteja organizada. Nós temos situações muito concretas que exigem a ação do Setor de Saúde. Este é muito presente nas lutas do Movimento. Também há de se incorporarem outras experiências. Por exemplo, no Ceará, há um grupo de freiras que trabalha com experiências alternativas. Elas vão em nossos acampa-

mentos, fazem esse trabalho de terapia com as plantas. Assim, tem acontecido uma grande troca de experiências, que acontece também em outros estados.

No campo de produção, há dificuldades de diálogo e estamos tentando romper as barreiras. De fato, são barreiras do ponto de vista da nossa setorização. Mas a temática da saúde sempre esteve presente nos setores, de uma forma geral. No caso da produção, através da questão da melhoria da qualidade de vida. Hoje, ao organizarmos o assentamentos, temos visto a necessidade de se chamar a saúde para ampliar os nossos conceitos, para entender isso de forma diferenciada. O próprio trabalho com a agroecologia, com a agrobiodiversidade, é melhoria da qualidade de vida. Então, como entender esse campo sob uma nova dimensão?

É óbvio que ainda existem vários obstáculos, mas me parece que é preciso trazer isso de forma oficializada, como programa do setor, é preciso ter pessoas liberadas, estar fazendo um diagnóstico de como as relações estão se dando nas cooperativas e nos grupos informais, para redimensionar nossa estratégia. Parece que isso também é uma interface importante. E, com certeza, chegará o momento em que teremos eu dialogar melhor sobre como darmos esse salto de qualidade. Nos PDAs será a mesma coisa. Mas me parece que esse é um elemento importante para estudarmos nossas relações, que tem a ver com a questão de gênero. Como as relações de homem e mulher acontecem na produção? E na juventude?

Estou pensando em tudo o que está sendo falado e me vem a mente nossa experiência de formação. Uma das grandes questões que se coloca na discussão do currículo da formação do psicólogo é como daremos uma formação para que o psicólogo possa entender que a subjetividade está sendo produzida na objetividade da vida?

A prevenção acabou sendo, muitas vezes, uma psicologização do social, uma psiquiatrização do social e um projeto, inclusive, higienista em termos de comportamentos, de se considerar desvios de comportamentos. E aí tem uma série de coisas, de se dizer que não é prevenção, é promoção. Como lidar com essa discussão dentro do curso, na formação de um profissional, para que tenha essa visão





maior, de totalidade, de não dicotomizar a relação sujeito-sociedade? É pensamos em um curso específico. Vemos que é necessário estudar Sociologia, Antropologia. E, quando vamos trabalhar com a questão do campo, ainda fica pior, porque os alunos não sabem nada com relação à terra, nunca viram, nunca escutaram falar. No máximo, quando fazem as disciplinas optativas, fazem Sociologia Urbana. Sociologia rural, ninguém procura. Começaram a pensar nisso quando começamos a fazer algum trabalho prático. E é somente um professor no departamento que faz.

E aí fico pensando que, na verdade, o MST é uma universidade, porque está estudando, refazendo as práticas em todos os campos, em todas as áreas: do Direito, da Agricultura da Economia e, agora, da Psicologia. Existe toda essa produção de conhecimento e de transformação social.

Há alunos meus que saem de cidades pequenas e vão estudar em Curitiba. São cidades rurais, mas vão lidar lá com agricultores familiares e com uma formação que tiveram em Curitiba. Assim, fico pensando que temos de, talvez, pensar em uma Universidade da Terra, assim como já existe a Pedagogia da terra. Teríamos um espaço onde seriam pensadas todas essas questões, não somente do ponto de vista da Pedagogia, mas de outras ciências. Quando falamos de formar uma rede, ainda ficamos com a questão de profissionais progressistas, que querem atuar socialmente, mas são todos formados nas cidades, trabalhando nas cidades.

Embora as discussões estejam girando em torno dos fundamentos, de questões mais gerais, gostaria de chamar a atenção para uma questão mais específica e muito presente, sobretudo na base, mas não somente na base do Movimento: a questão do alcoolismo. Hoje, enfrentamos essa realidade que não é concebida apenas como questão de saúde, mas como doença social com vários determinantes, que, muitas vezes, é uma das tarefas com a qual nos deparamos, com nossa limitação de método, de concepção. Sobretudo nos acampamentos, o alcoolismo tem sido enfrentado mais como um problema de disciplina e segurança do que propriamente como uma questão de saúde. A maioria dos problemas relacionados a briga, discórdia, tem

grande relação com a questão do alcoolismo. E nós, na limitação de nossa metodologia, com a questão não termos conseguido, até agora, pensar alternativas para lidar enquanto um problema social, e acabamos usando métodos bastante antigos, chegando à expulsão. Isso é bastante dolorido para todos que temos uma proposta diferente e pensamos o ser humano como uma totalidade. Mas, pela nossa ausência em metodologia, não nos resta alternativa.

O álcool é a dependência química mais presente. Porém, estamos avançando em outras dependências, principalmente entre os adolescentes, nos estados do sul e de fronteira, onde o uso de drogas mais pesadas é mais comum. Então, ficamos na dificuldade de como lidar com a situação, em um conjunto onde há poucas condições de se manter a qualidade. Como manter uma pessoa dependente química junto ao grupo, onde há crianças? É um processo difícil tomar essa decisão. É uma reflexão muito presente, mas não temos conseguido ver uma saída para essas situações.

Essa é uma preocupação bastante presente para nós, da saúde. Montamos o curso técnico em saúde comunitária, que tem toda uma forma de organização curricular e de método e uma pedagogia de trabalho. Mas, o nosso grande entrave foi com relação aos profissionais escalados para trabalharem no curso. Não conseguimos ampliar o grupo, porque não está na formação dos profissionais, o pensar integrado. Como pensar Biologia com a visão de saúde e de ensino médio ao mesmo tempo? É um conflito para o profissional que vai trabalhar conosco. Temos feito o exercício para ver se conseguimos fazer um curso de especialização, que está com o desenho fechado, para buscarmos o redimensionamento da formação desses profissionais que trabalham conosco. Seria trazer o universo do campo para ver de que forma esse profissional pode juntá-lo ao conhecimento técnico que eles tem, para potencializar sua formação. Agora mesmo, aprovamos um curso técnico em saúde comunitária no Maranhão, junto à Faculdade de Enfermagem, e a grande angústia era encontrar profissionais para trabalhar no curso. Exige uma especificidade da área técnica. Mas esse técnico tem de ter o universo do técnico do campo presente, para fazer a integração. E isso é muito difícil de se conseguir. A capa-





citação dos agentes, mesmo que seja um acampado, um assentado, é feita pelo manual do Ministério, que não leva em consideração as diferenças regionais e locais e, muito menos, as de áreas de assentamentos. Então como fazer entenderem os gestores municipais que pode ser diferente, que o manual é de orientação, não um produto fechado, e que pode ser adaptado à realidade local? Há também muitos locais onde os agentes vêm da cidade para as nossas áreas, porque ainda está sob a manipulação do gestor local definir quem é o agente e a forma de contratação. E, pela precariedade da relação profissional que se estabelece com o agente e com as equipes, ficamos a mercê do momento político-partidário, ou da conjuntura do município, ou do dirigente local. Muda-se o prefeito, muda-se o agente. Por enquanto é assim, até que seja implementado concurso público para o cargo, conforme aprovado na 12^o Conferência Nacional de Saúde.

Lá no estado, temos três companheiros que são alcoólatras, dois deles da direção estadual, e os três superaram o problema através dos Alcoólatras Anônimos. Creio que o que está mais próximo de quem se dispõe a se libertar do alcoolismo são esse grupos de Alcoólatras Anônimos. Eu estava pensando se essa não é uma coisa com a qual vocês possam estar contribuindo. Conversando com dois deles, estes diziam que, quando se reuniam, ficavam falando sobre o quanto já prejudicaram as famílias e a luta do Movimento, pelo fato de terem se deixado levar pela doença. E chegamos a conversar sobre o fato de que já existem três que têm domínio do método e que talvez se pudessem até criar um grupo de alcoólatras anônimos dos Sem Terra. Mas a idéia passou. E agora, conversando sobre subjetividade, talvez essa seja uma coisa a ser pensada, do ponto de vista mais objetivo.

A minha especialidade no campo da saúde pública é alcoolismo e drogas. E há um facilitador aí, porque a questão do alcoolismo e da dependência de drogas não tem diferença entre o campo e a cidade. Isso pode ser uma coisa a nos facilitar um possível trabalho.

Em relação ao método dos grupos de Alcoólicos Anônimos, ele pode ser desenvolvido dentro do próprio Movimento, mas, é algo que nos convoca a contribuir, colaborar, estabelecer estratégias de tratamento que possam ser feitas dentro da própria comunidade, pois isso

é o que há de mais efetivo nesse campo.

Eu estava listando, somente hoje foram citados: alcoolismo, drogadição e violência doméstica como situações limites que colocam em risco a segurança, a disciplina, a cara pública do Movimento, da organização, e até do tecido do Movimento, pois essas situações são destrutivas, desagregadoras; situações que, até o presente momento, foram tratadas de forma radical, com a expulsão, que traumatiza internamente, por termos de cortar a própria carne, termos de perder famílias e militantes.

Essas são situações que no convocam para contribuir com o Movimento, olhando a situação e buscando instrumentalizar. São situações concretas, específicas, que exigem uma construção conjunta a partir dos acúmulos já existentes, com o que há de acúmulo de ambas as partes. Agora é discutir como inserir as experiências na realidade, na dinâmica do Movimento, enraizar e frutificar nas condições concretas do Movimento. Esse três temas me parecem que têm uma força especial pela ausência de recursos de solução.

Ouvindo o depoimento dos próprios usuários, por incrível que pareça, aqueles que conseguem ter um controle sobre si acabam indo para as fileiras da saúde. Tivemos, na primeira turma, alguns; e agora temos outros. E o interessante é que eles se tornam objetos de estudo deles mesmos. Os trabalhos de conclusão de curso foram sobre a situação deles mesmos.

Ouvindo a reflexão de quem é usuário e consegue ter controle sobre si próprio, sobre a expulsão, esta é muito dolorido, Nessa segunda turma, há um grupo de quatro ou cinco componentes e eles, narram a sensação de ser expulso, de ser excluído. Teve um que, o final da aula, fez uma poesia sobre o processo, expondo todo o sentimento de ser excluído e da ameaça de ser expulso do acampamento, por ser usuário. Ele não sabe a causa de ter chegado a esse adoecimento. Então, com essa coisa, para a gente que trabalha na área de saúde, é muito difícil de lidar. No momento em que eles conseguem se assumir publicamente diante de uma turma, avalia-se o quanto sofreram para chegar até aí. E temos vivido muito isso nas turmas de saúde. É um processo difícil de se conduzir, que desarma muito nossos compa-





nhairo no momento de tomar uma decisão.

Temos um assentamento na Paraíba que se chama João Pedro Teixeira, por escolha de seus componentes. Após três anos de acompanhamento, sabíamos que tinha algum problema lá, mas não conseguíamos localizar direito. Depois descobrimos que havia seis assentados que traficavam maconha e andavam armados, ameaçando o pessoal do assentamento. E as pessoas não tinham coragem de enfrentar. Ficamos sabendo dessa história com mais detalhes por pessoas da sede do município que nos procuraram para contar. Aí, fomos para uma reunião no assentamento, acompanhados pelo pessoal do INCRA, que não tomou a frente do problema. Eu estava agoniado com essa situação, acabei falando e cheguei a dizer que, se o INCRA não tomasse providências, eu, pessoalmente, denunciaria a situação à Polícia Federal. A aquilo, para mim, foi de uma violência muito grande, porque, chegar a dizer aos trabalhadores que após a gente passar por tudo o que passou, teria de falar à Polícia Federal para fazer uma investigação em um acampamento, não foi nada fácil. A sorte foi que, para minimizar a minha culpa, essa ameaça foi suficiente e os traficantes caíram fora do assentamento. E o mais grave foi que, nesse processo, dezessete famílias saíram do assentamento.

Nós não conseguíamos conversar com os trabalhadores sobre essas coisas, porque eles também se sentiam culpados por não tomar atitude sobre isso. Foi depois de um certo tempo que começamos a ter condições de realizar uma conversa pública no assentamento. Então, experimentei isso de cortar na carne, por conta desses problemas; ter de propor a expulsão de famílias de um assentamento. Eu não estava representando ninguém, a não ser a mim mesmo. Mas foi uma situação pesada, difícil. E até hoje me pergunto se se me deparasse novamente com uma situação assim, se tomaria a mesma atitude. Acho que não.

Há duas semanas, estávamos em um acampamento com 800 pessoas. Nesse havia dois que eram usuários de drogas. Lá em Fortaleza, foram em uma favela vizinha onde havia uma gangue, se envolveram com esse povo e, quando nos demos conta (isso com todo um esquema de segurança), um dos componentes da gangue veio para pegar es-

ses rapazes. O que a coordenação e a equipe da coordenação faziam? Decidiram que eles não ficariam lá porque estavam colocando em risco a vida de todos. O chamamo-los para conversar e encaminhamo-los para que saíssem do acampamento. Eles não quiseram sair. Demos cinco minutos para que saíssem, todos foram ficando ao redor e eles acabaram saindo. Mas é uma situação limite, que coloca em risco as famílias, o Movimento e é constrangedora para todos.

Eu ilustro com isso para dizer que, também para o conjunto do Movimento, é um drama. Temos consciência de que a saída não é essa. Mas não temos nenhum Centro de Saúde Público para atender às pessoas de acampamentos nessas situações. E isso tem sido uma coisa grave, principalmente no litoral, atingido pela especulação imobiliária e pelo turismo. Essa questão da droga não está entrando nos assentamentos sem uma intencionalidade. E temos colocado para essas pessoas um processo. Primeiramente elas são advertidas. E muita gente supera. Nos acampamentos tem uma guarita na entrada. Aqueles que chegam bêbados somente entram no acampamento depois de ficarem sóbrios: ficam lá na guarita, sentados ou deitados, até estarem melhores. As pessoas começam a se envergonhar daquela situação e não a repetem muitas vezes, não. Mas são maneiras de coerção, não de solução para o problema.

Às vezes, pensamos no indivíduo, mas temos que lembrar do coletivo. Na história que ela contou, quem estava em jogo não eram os dois: eram as famílias que lá estavam. Como isso é, psicologicamente, para elas? Como pensamos a Psicologia de massas nesse contexto?

Já vivi uma situação de que até hoje sinto as conseqüências. Em um acampamento de beira de estrada havia 1500 famílias. Em uma reunião dos coordenadores, que chegavam a quase 70, chega um deles correndo. Havia um rapaz que somente chegava bêbado, ameaçando as pessoas com uma faca. Nesse dia ele chegou mais endiabrado do que nunca, puxou a faca para os companheiros. Foram falar com o coordenador do núcleo de família, que foi falar com o rapaz e também acabou ameaçado. O coordenador do núcleo de família chamou os militantes da área, que também foram ameaçados pela faca. Assim, um dos militantes levou o problema para a reunião dos coordenadores. O





que vamos fazer? Não houve dúvida: põe pra fora.

Nem sempre temos o tempo e a tranqüilidade para encaminhar as coisas da forma que poderia ser a mais adequada. Talvez também fosse importante discutir as coisas um pouco do ponto de vista da Psicologia das massas, mas às vezes é preciso dar respostas imediatas, caso contrário a organização fica desacreditada.

Quero falar duas coisas:

1. O serviço público não tem política de saúde para alcoolismo. A gente não tem uma herança onde possamos nos segurar. É um limite muito grande, que é do Brasil, não é do MST. Em São Paulo há os CAPS Álcool e Drogas, mas não funcionam. São os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, mas estão vazios de demandas.

2. Estávamos pensando que, nessas situações, não há o que se fazer. Tem de tirar a pessoa e pronto. O que dá para fazer é pensar como fazer para o dirigente não ficar tão exposto como aquele ficou. Qual é a ação conjunta que pode ser feita para uma pessoa não ficar vulnerável? Isso dá para pensarmos juntos.

Essa última conversa que o companheiro Gládson expôs aqui, com uma certa angústia, fez-me lembrar de uma cena de um filme mexicano, da época da Revolução Mexicana, entre 1910 e 1920, em que uma comunidade camponesa indígena estava sendo ameaçada por um esturpador. Então, juntou a comunidade toda e foram à cidade mais próxima, onde havia um advogado famoso, que até era candidato a Presidente da República, e pediram a ele uma assessoria profissional. A comunidade foi lá e falou que havia um esturpador atacando as mulheres da comunidade e perguntaram o que podiam fazer. E ele disse: “você devem denunciar ao delegado”. “E a comunidade respondeu: mas a gente já denunciou!”. “Bom, então denuncia ao Prefeito, que é a autoridade maior, e ele manda o delegado prender”. “Mas a gente já denunciou!”. “Em sendo assim, vão ao Juiz, autoridade superior, que obriga o Prefeito a mandar o delegado prender o cara!”. A gente já fez isso e não aconteceu nada”. “E o que vocês querem, então?” “Ao que responderam: nós queremos saber se podemos eliminar esse bandido”. O advogado pensou, pensou e disse que já que eles haviam feito

tudo e nada dava certo, então podiam. E eles disseram: “Obrigado, nós já o matamos.”

4. Setor de Formação

Preparamos nossa apresentação colocando, em princípio, um pouco sobre o histórico do Setor dentro da organicidade do Movimento e, no segundo momento, sobre as atividades que hoje procuramos realizar e as linhas políticas da formação.

O que hoje chamamos de formação política e que há tempos era chamada de educação popular não é uma experiência somente do MST. Temos todo um acúmulo da nossa história que procuramos valorizar. Acúmulo esse tanto dos partidos políticos de esquerda como da própria Igreja Católica, que, por meio das CEBs, tem toda uma história de trabalhar com o povo, de uma educação mais voltada à base. E no Movimento Sem Terra temos muito presente essa herança.

Também queremos dizer que a educação popular não é descolada da conjuntura política, da realidade. E, olhando para isso, há pouco mais de dez anos, a esquerda tem perdido essa prática. Passamos por vários momentos da nossa história em que os partidos, sobretudo as escolas sindicais e a Igreja, têm deixado de valorizar a educação popular como instrumento de transformação.

No Movimento Sem Terra, enquanto conjunto da organização, temos uma concepção bastante ampla do que é formação política. Mas, de maneira geral, consideramos que o conjunto de atividades do MST, enquanto uma organização e um instrumento político em si, é formativo. Existe uma Pedagogia nos movimentos sociais, dentro de uma *práxis* coletiva, que é capaz de transformar as pessoas. Citamos como exemplo as ocupações da terra, as caminhadas e as várias mobilizações, em um momento ou outro, que trazem momentos formativos, a partir do momento em que a pessoa passa por uma ruptura com seus padrões de vida que até então eram de determinada forma e passam a ser diferentes.

É claro que é preciso ter, e é tarefa do Setor organizar espaços para trabalhar as idéias, o conhecimento político. Há um pensador revolucionário que diz que “mais vale uma trincheira de idéias do que





uma trincheira de pedras”. Claro que não pretendemos construir uma prática idealista de que somente as idéias vão fazer a transformação, mas esse é um instrumento fundamental para o processo de luta. Uma organização que não investe na formação política de seu povo é uma organização altamente fragilizada.

A história do Setor de Formação no MST tem origem bastante parecida com a de outros setores. Parte da grande demanda e da necessidade de qualificar a militância e os quadros para estar construindo, no início, o MST. Ela foi concebida desde os primeiros anos, quando o Movimento foi se fortalecendo se territorializando, e continua até hoje essa grande necessidade de prepara a base, a militância e a direção para os desafios que aparecem no trajeto do Movimento Sem Terra.

Todo o Setor, como vimos, tem seu conjunto de linhas políticas específicas para avançar as tarefas do setor, mas essas linhas políticas fazem parte do desafio do Movimento Sem Terra como um todo.

Então, enquanto MST, passamos por conjunturas complexas nesses 20 anos. Nossa origem é pós-ditadura, com os resquícios da ditadura. Esse momento político foi bastante forte e obrigou-nos a tomar uma conduta, um padrão de organicidade que nos garantisse sobreviver enquanto movimento e criar força política. Logo em seguida, aconteceu o milagre econômico e a sua derrocada. Foi o que se chamou de década perdida. Isso influenciou o movimento social a preparar suas ferramentas e seu instrumental para a luta. E hoje enfrentamos a força do modelo neoliberal. Isso também nos obriga a, além de nos construir internamente, tomar um conjunto de medidas de resistência, com perspectiva de crescimento.

Com tudo isso, os setores vão tendo os seus desafios. Em especial a formação é obrigada a adequar cada vez mais a sua metodologia de trabalho popular ao que seria a formação política. Trabalhar as idéias, hoje, principalmente hoje quando os meios de comunicação social expressam toda uma ideologia da classe dominante e do poder do estado, é bastante complicado. Muitas vezes, onde não chega um militante do Movimento Sem Terra, já existe uma televisão lá há muito tempo, com a novela, com o Arnaldo Jabor e sua análises “brilhantes”. Existe toda uma investida através dos aparelhos ideológicos do

Estado e nós precisamos refletir e construir alternativas para isso. Há um choque com essa realidade.

Nós, enquanto Setor, temos atividades específicas, mas também um grande desafio de trabalhar a intersetorialidade para conseguirmos implementar, sobretudo nas bases, as nossas linhas políticas. Por exemplo, falávamos da produção. Trabalhar com as idéias é muito difícil. Muitas pessoas acreditam que trabalhar a consciência é “transportar” a consciência. Muita gente fala: “vamos levar a formação”. Isso não existe! Uma *práxis* pedagógica não permite isso. A consciência, o despertar da consciência, é produto de uma série de determinantes. Existe uma expectativa, e isso é uma contradição dentro do próprio Movimento, de que o Setor de Formação seja responsável pela consciência das pessoas, mas hoje já existe a discussão de que a consciência é produzida, sobretudo, pela participação das pessoas e pelo estudo. E é responsabilidade de todos. A consciência depende também da materialidade. A formação tem uma tarefa específica de, por exemplo, trabalhar a questão dos agrotóxicos. Então, nós nos mobilizamos, vamos até o assentamento falar de todos os prejuízos que esses venenos trazem ao produtor, mas sabemos que o que define as políticas agrícolas é o modelo imposto. E, então, qual é a alternativa? Há que se ter a intersetorialidade para discutir de forma completa as questões aí envolvidas.

Na construção do Setor de Formação, vivemos várias experiências em relação à organicidade. No início, passamos apenas pelos boletins informativos, pelos cadernos de formação, utilizando o *Jornal Sem Terra*, que já existia. E, com o tempo, fomos sentindo a necessidade de aperfeiçoar os espaços de formação. Um curso bastante pioneiro no Movimento foi a Escola Nacional, que chamamos hoje de curso básico, que se iniciou em 1990, em Santa Catarina, com a tarefa de trabalhar sobretudo a militância e a direção.

Como desafios políticos, a formação tem as tarefas de:

- Criar condições para a elevação do nível de consciência de toda a base;
- Contribuir e fortalecer a organicidade do Movimento Sem Terra;





- Atuar na formação em nível de base, de militância e de direção;
- Estar à frente da organização de cursos de formação, juntamente com todos os demais setores, para garantir momentos de estudo e espaços de discussão;
- Promover a participação da mulher e da juventude.

Tivemos uma experiência que está sendo incorporada, que chamamos de “mutirões”. Esses mutirões são formas de mobilizar todo o conjunto do Movimento Sem Terra em torno de uma proposta organizativa, como, por exemplo, em torno do esforço de se construir núcleos de base no Movimento. Houve um momento que, em determinado número de dias, toda a organização do Movimento Sem Terra esteve mobilizada para fazer essa atividade. Consideramos um avanço esse trabalho, porque conseguimos entender esse nosso momento e, graças a esse entendimento, elaborar uma proposta de formação, que não pode ser descolada dos processos políticos e econômicos que o Movimento Sem Terra atravessa.

O histórico do Setor é o histórico do MST, que, por sua vez, responde a determinada conjuntura, a uma determinada complexidade do momento que está sendo atravessado e que procura ser materializado em programas de formação, em método de formação que responda a essa demanda, a essa necessidade.

Ao longo dos anos, aprendemos a aprender e a reaprender. O que era uma metodologia de formação há cinco anos, hoje temos condições de avaliar, de compreender a etapa do MST dentro de cada fase vivida e que está sendo construída.

O Setor de Formação é composto por uma pessoa de cada estado. Existe uma coordenação do Setor que é composta por 50%, um casal. E, nessa coordenação, é tirada uma pessoa para ser o representante do Setor de Formação na Direção Nacional.

O Setor de Formação inicia o trabalho de formação do militante pela formação de base. São brigadas realizadas nos estados onde se inicia um trabalho de formação, indo para os acampamentos e para os assentamentos, onde são trabalhados textos, jornais, revistas, coisas simples, a partir da necessidade local.

Há a formação de militantes e de quadros, que são as escolas estaduais. A formação de militantes é feita no Centro de Formação de militantes ou nos acampamentos e assentamentos, dependendo da necessidade de cada estado.

Existem ainda cursos prolongados. Desses cursos estaduais são tiradas as pessoas para participarem dos cursos prolongados e para participarem da formação de formadores.

Os cursos de nível nacional englobam o Curso Básico de militantes, cursos de dirigentes e a brigada nacional de organicidade e solidariedade aos estados. Atualmente esses últimos estão funcionando no Piauí, no grande Distrito Federal, na Paraíba e no Rio Grande do Norte. Está se projetando um para o Rio de Janeiro. Eles têm a tarefa de trabalhar a organicidade nos assentamentos. Vai se trabalhando por regional. Geralmente é um casal de militante por assentamento.

Ainda existe a Brigada de Trabalhos Voluntários Florestan Fernandes, por estado que é também de formação, especialmente feita à noite, após os trabalhos práticos do dia.

Há os cursos de graduação, em convênio com universidades, que são de Agronomia, Pedagogia da Terra, História e de Teorias Sociais. E há alguns cursos massivos de jovens, feitos anualmente.

Ainda temos os cursos de Pós-graduação em Estudo Latino-americano.

Tem também os da Via Campesina, cursos da Realidade Brasileira a partir dos grandes pensadores brasileiros.

E tem o curso do Cone Sul para militante de base.

Então, a aproximação do Setor de Formação com os psicólogos é exatamente para isso: os formadores, os coordenadores pedagógicos que acompanham esses cursos têm alguns problemas que surgem e que, às vezes, não sabem como resolver. São problemas variados, diários. Nos acampamentos e assentamento, há um tempo mais largo para a busca de soluções. E, nos cursos, a exigência é mais imediata.

Por exemplo, no Curso Básico já aconteceu de um menino ficar estranho e pessoas dizerem que um espírito havia incorporado no rapaz: não sabíamos o que fazer, então o trancamos numa sala até que ele melhorasse.





Na turma passada aconteceu situação parecida com uma menina que estava se debatendo no chão. Ao chegarmos ao local, havia uma pessoa com a Bíblia da Universal do Reino de Deus, orando. Não sabíamos o que fazer. Colocamos a menina no carro, fomos com ela ao hospital, o médico aplicou uma injeção daquela que faz dormir 24 horas. Quando ela acordou, estava bem.

São coisas que acontecem, intervêm no coletivo do curso e nas quais não sabemos como intervir.

Casos de homossexualismo também acontecem nos cursos de formação, onde todos ficam juntos por mais de mês. E acaba que temos de discutir a questão, porque está presente: alguns homossexuais se assumem e exigem que o debate seja feito.

O alcoolismo também acaba entrando na roda. No último curso, quatro rapazes foram a uma festa, voltaram bêbados, puxaram facão, querendo matar as pessoas. Não sabíamos o que fazer e surgiu todo um processo de discussão. No Curso Básico discutimos a questão da consciência, mas o Movimento Sem Terra, como um todo, não está preparado. São discussões que acontecem no curso e que, às vezes, o Movimento não está discutindo e com as quais não sabemos como lidar.

E a questão de drogas. No Curso de Saúde que eu acompanhava em Olinda, um rapaz pôs um revólver na minha cabeça e eu não sabia o que fazer. São coisas que acontecem para as quais a gente não tem técnica para discutir. Nos acampamentos e assentamentos acontece também, mas há tempo para discutir. Nos cursos o tempo é limitado e temos a responsabilidade para com cada pessoa que ali está. Vai depender do trabalho que fazemos ali a discussão que eles vão fazer na base. É tanta responsabilidade que nem sempre sabemos como construir uma solução para os problemas. Tentamos usar nossa experiência dos cursos anteriores, mas nem sempre é suficiente. É uma coisa bastante difícil para nós.

Historicamente, a Escola Nacional Florestan Fernandes se inicia com o Curso Básico e hoje toma uma dimensão maior, sendo para nós uma escola de formação de quadros que abrange diversas atividades formativas, fazendo parte do Setor Nacional de Formação.

A Escola Florestan Fernandes, a longo e médio prazos, é a cons-

trução da idéia de uma “Universidade do Trabalhador”. É uma construção que está sendo realizada pela Direção Nacional, nos grupos de estudos, nos setores; então há muitas coisas em relação à proposta pedagógica que estão em debate, não estão fechadas. Assim como a própria proposta da Escola Nacional, que não é fechada, está em permanente construção. Assim, conseguimos organizar até agora um Conselho Político da Escola Nacional, que tem representatividade de todos os setores: da Direção Nacional, do grupo de estudos e dos diversos espaços de debate do Movimento. Justamente para materializar a questão da discussão entre os setores. Então, qualquer curso, qualquer convênio com universidade, passaria por esse Conselho.

Em relação à proposta pedagógica da Escola Nacional Florestan Fernandes, para nós, ela traz a possibilidade de se materializarem reflexões e práticas de nossas vivências concretas das bases, dos estados, dos regionais. A vivência cotidiana nos cursos, seja de 30 ou 90 dias, reflete, de certa forma, os conflitos vivenciados na base. O que conseguimos de acúmulo, com relação à proposta pedagógica, foi organizar as reflexões das dificuldades, contradições e conflitos, através de eixos pedagógicos. Eles foram surgindo diretamente da análise das práticas de formação.

Os eixos não são separados. Têm suas especificidades, mas se interagem, um fazendo parte do outro. Há uma relação bem dialética entre eles, quais sejam: estudo, trabalho, organicidade e relações humanas.

O eixo estudo trata diretamente do aprofundamento do conhecimento científico, dos elementos de análise histórica, da construção do Brasil, da Filosofia, da Economia, da produção, da sistematização e elaboração de conhecimentos do ponto de vista da classe trabalhadora.

Esse eixo acontece por meio de estudos em plenária, de seminários, de leitura individual, de síntese de conteúdos, de fichamentos, reflexões escritas, discussão em núcleos e do o trabalho final. Esse trabalho final é um artigo, um texto, uma monografia, dependendo do curso, que cada companheiro/a, a partir de suas reflexões, estudos e experiências práticas, organiza para apresentar ao final do curso.

Dentro desse eixo, acontecem alguns elementos que são do eixo relações humanas. Como, por exemplo, a questão já colocada, que diz





respeito à fala. Houve casos em que participantes do curso saem chorando desesperadamente. Para essas pessoas, é muito difícil se expor oralmente, diante de um grupo. Em outro caso, companheiros passaram a madrugada inteira estudando e treinando na plenária com o microfone, para, depois, enfrentar o grupo. Esses casos são tratados pela coordenação pedagógica, com conversas individuais, conversas nos núcleos, através do diálogo.

No eixo trabalho entra o trabalho doméstico, o trabalho agrícola e não-agrícola, o trabalho voluntário e o trabalho de base. Esse eixo tenta refletir o trabalho nas relações capitalistas, aquele que queremos construir e o trabalho enquanto construção do próprio ser humano. A intencionalidade desse eixo, com todas as questões objetivas que giram em torno dele, trazem, como reflexão, justamente a prática de novos valores, como a agro-ecologia, a cooperação, o trabalho coletivo, o planejamento, a auto-gestão. São elementos que, a partir das vivências práticas, vão sendo refletidos pelo grupo, abordando elementos limites, que precisam avançar.

O eixo que chamamos de organicidade trata, em específico, do processo de auto-gestão e da participação das pessoas. Traz a forma de organicidade do Movimento para, na prática, ir refletindo os elementos que são limites e os de avanço, para ir construindo esse processo. Os cursos são organizados através dos núcleos, que são coletivos de dez, doze pessoas, referentes à organização dos setores ou das equipes, que são atividades cotidianas. Atua com a coordenação do curso a coordenação político-pedagógica, que tem a tarefa de estimular, problematizar, acompanhar as diversas questões que vão acontecendo no cotidiano do curso.

No eixo relações humanas e valores estamos trazendo quais os elementos que podemos sistematizar, materializar, ter clareza. Nas análises e estudos que as coordenações pedagógicas vêm fazendo, identificamos, como elementos que trabalham a subjetividade:

- Histórias de vida: são momentos que acontecem nos cursos, em que, nos núcleos ou de forma coletiva, são trabalhadas as histórias de vida dos participantes. Acreditamos que esse processo contribua para a construção da identidade coletiva. Esse elemento analisamos

como avanço no processo.

- Espaços de convivência, que têm a intencionalidade de provocar a vivência coletiva, para que, a partir dos elementos de conflito, se construa a coletividade. Esses espaços são quiosques, fogueiras.

- Oficinas culturais, que tentam trazer a cultura-raiz. Não somente no sentido do resgate, mas de reviver esses momentos das culturas-raízes. Nesses momentos acontecem oficinas de capoeira, de artesanato, de teatro, de xadrez, de dança e de diversas questões que também se referem à arte.

- Disciplina consciente, que cremos ser um avanço, mas que ainda não é uma discussão ampla no Movimento. Nesse âmbito temos elementos que cremos ser avanço e outros que são limites. Nos cursos, fazemos acordos coletivos. A partir dos elementos descumpridos por uma pessoa ou grupo, fazemos o debate coletivo. Há todo um processo de discussão conjunta das normas de convivência. Quando há algum desacordo, como o uso do álcool ou o uso de drogas, acontece um processo de discussão com o companheiro, no núcleo de nos diversos espaços. Os diálogos são elementos que têm representado um avanço na construção da disciplina consciente, mas ainda temos muitos limites, especialmente quando o diálogo não é suficiente. Nesses casos, acontecem ações que a pessoa faz, definidas por ela própria ou por um coletivo que “repara” a falta cometida contra o acordo.

- Os momentos místicos, a crítica e auto-crítica, o processo de emulação, que significa o reconhecimento diante do coletivo de esforço individual e coletivo, também funcionam como construção da identidade.

- Outro processo que temos trabalhado muito, inclusive em processo de avaliação coletiva, é a questão do teatro imagem, que é uma técnica do teatro do oprimido. Isso vem sendo um elemento de avanço nos momentos de conflito, inclusive na área de subjetividade.

Enfim, essas são as questões práticas que estamos refletindo e construindo. No entanto, ainda temos questões, das quais, mesmo com essas práticas, não conseguimos avançar. Uma delas, que temos tratado como questão de relações humanas, é a que diz respeito à afetividade e sexualidade, para tratarmos a homossexualidade no sen-





tido de que não seja elemento de marginalização, de discriminação na coletividade. O próprio intervir das mulheres precisa ser ampliado. Ainda temos elementos de depressão, que, em alguns momentos, se destacam nos cursos. Essa situação nos fez içar longos tempos em reflexão, mas ainda não há subsídios para tratar da questão, que, às vezes, envolve membros das próprias coordenações pedagógicas.

E, como últimos elementos, os próprios afastamentos. Às vezes fazem-se necessários, mas sempre são dolorosos e abalam o curso, os participantes e a coordenação pedagógica. Estávamos buscando elementos científicos, psicológicos, para contribuir com a reflexão das coordenações pedagógicas em buscar trabalhar as contradições diárias no sentido de que fossem pedagógicas. Mas, para que realmente sejam pedagógicas, é preciso trabalhar os processos, pois, caso contrário, algumas rupturas não contribuem com a construção de todo o processo.

Podemos ver que os cursos no Setor de Formação têm um espaço bastante grande. A maioria das atividades, conforme as linhas políticas, em que se discute mais em nível de militância e direção, são os cursos de formação. A meta é a de que todos os militantes e dirigentes passem por cursos de formação. Assim como toda a base. Esse é um espaço privilegiado para trabalhar as questões que afligem e que contribuem para a luta. Ali estão as pessoas, que vêm das bases para se qualificar enquanto quadro, e retornam às bases. Então, por isso esse é um espaço importante e grande dentro do Movimento Sem Terra para implementar os eixos pedagógicos. Embora ainda hoje muita coisa a ser elaborada. Não queremos restringir todo o Movimento dentre de eixos, mas, em se tratando da Pedagogia, esse é um espaço privilegiado.

Essa questão da formação vem ainda antes de a família ser acampada, pois há um processo de convencimento para compor um acampamento e lutar pela conquista da terra. Esse processo é de dois a três meses de formação.

Outro espaço de formação da base acampada é a FIP – Formação Integrada com a Produção. Em um acampamento acontece uma formação integrada. Pela manhã há estudo, à tarde ocorre o processo de

produção. Tanto no acampamento quanto no assentamento, esse processo de formação é intensivo, busca descobrir lideranças, militância específica para os diferentes setores. Esse também é um processo importante de formação de nossa base.

Na verdade, compreendemos a formação no Movimento Sem Terra como uma tarefa de todos os militantes e de todos os dirigentes, através de todos os setores. Há processos que são formativos e, não necessariamente, estão sistematizados ou institucionalizados. Todos os problemas, as dificuldades que acontecem nos acampamentos e que os coordenadores de núcleos têm de resolver, são processos formativos. A liderança tem de buscar respostas aos problemas...

...Qual seria o dilema do Setor de Formação? Por exemplo, o curso básico de formação de militantes seria uma caixa de ressonância do Movimento Sem Terra. É um curso composto por companheiros de todos os estados, é muito heterogêneo: as pessoas não se conhecem, trazem experiências de luta, culturais e sociais as mais diversas e a coordenação político-pedagógica é quem tem de dar conta de ir criando ali um espírito de coletividade.

E tem mais, a nossa organização, como um todo, está de olho na coordenação político-pedagógica, em como se está conduzindo o curso, pois, após o seu final, as pessoas voltam para as bases e serão cobrados por todos. E há que se ter muitos cuidados, pois o participante ficou durante três meses fazendo uma série de discussões, aprofundando diferentes temas, como coletividade e subjetividade, e o lugar de onde ele veio continua do mesmo jeito que estava quando ele saiu. E ele mudou. Como será trabalhada essa tensão?

Temos um outro desafio em relação ao próprio Movimento. Nos primeiros 15 anos de luta, nosso trabalho era com camponeses mesmo, trabalhadoras e trabalhadores rurais que não tinham terra e iam se organizando no Movimento. Quando começamos a trabalhar com o público das periferias das cidades, com os desempregados, criamos um outro desafio. São pessoas que tiveram contato com a terra, mas há muito tempo. Eles estão em outra situação, a da volta para a terra. É um pessoal que vem judiado pela vida, desempregado, sem esperança. Passam a acreditar na bandeira de luta do Movimento – a





Reforma Agrária e vêm para os acampamentos. E há outro desafio: esse pessoal não tem uma base. Alguns têm uma base de Igreja Evangélica. Impressionante o quanto de evangélico vêm em busca da terra! A Igreja Católica, com a desmobilização das comunidades, não é mais referência. Outros não têm referência alguma. Juntamos todo esse povo, organizamo-lo, preparamo-lo e fazemos as ocupações. Então começa o processo de criação e recriação do campesinato.

Temos refletido que essa nova militância do Movimento é um outro desafio. A própria referência ética dessa militância é o Movimento. Não é mais a igreja, não é mais o partido político. Os novos militantes são pessoas cuja única referência é o Movimento. E isso significa, para nós, mais trabalho, porque aquela base existente anteriormente não mais existe. A questão dos valores é um desafio pedagógico muito grande, especialmente para quem está na condução dos cursos. Exige muito. É uma estratégia de formação humana, mas também política. Queremos formar pessoas coerentes com a luta, com a causa, com o Movimento. E isso não acontece por decreto.

Já tivemos muitas experiências com pessoas que quebram a unidade dos cursos. É outra dificuldade. Por exemplo, no Curso de Pedagogia que fizemos, havia um dos companheiros que ficou três anos no curso com a gente, mas, tudo o que era definido coletivamente, ele não cumpria. Chegou um momento em que o coletivo teve de tomar uma atitude. E descobrir que o coletivo exclui foi muito dolorido. Há várias formas para isso. Uma delas é pela própria não identificação com o coletivo, que faz com que o sujeito saia. Outra é chegar a uma situação limite e o coletivo pedir para que o sujeito saia. A relação da coletividade como organismo vivo, em processo de formação, para nós, é difícil de se entender.

Nos últimos dois anos, nossa base aumentou em 200 mil famílias. O Movimento explodiu e, agora, temos muitos problemas, de muitas formas e para todos os gostos.

O que vivemos hoje na sociedade é dar poder para ao especialista. Parece que a mãe não sabe mais educar o filho, precisa perguntar ao psicólogo. Essa cultura é de tirar o saber, o poder das pessoas de resolver as questões e deixá-las fracas, vulneráveis. Então, ouvindo

o que vocês falam, vemos que o parâmetro para qualquer decisão é ético. Nas situações de conflito, de embate, vocês usam os princípios humanos que o Movimento tem. Se há alguém com faca, a decisão é pela preservação da vida das outras pessoas. Se há alguém destrutivo no grupo, a escolha também é essa. E isso precisa ser valorizado, para não cairmos nessa concepção de acreditar que é o especialista de qualquer assunto que entende da nossa vida. Nem sempre é assim.

Mas, falando sobre a questão do especialista, quando é trazida a questão de entender o que é depressão, precisamos pensar também que toda a ciência é ideológica. Com isso, vamos ter várias concepções do que é depressão. Teremos uma concepção de que a depressão é uma coisa orgânica, uma disfunção cerebral, neurológica, que provoca um mal estar. Então, se se tomar um remédio, vai resolver. Essa é a Psiquiatria hegemônica, capitalista, que é para vender remédio e tirar o poder das pessoas. A depressão não tem nada a ver com a minha vida, com meu país, com a política, com a economia? Na verdade, nem gosto de falar “depressão”. Gosto de falar em tristeza profunda, que é uma coisa humana. A gente fica triste. Mas, quando ficamos tristes, não tomamos remédio. Não há remédio para a tristeza!

Isso que estou falando é polêmico, mas é para trazer que, nessa relação que vocês estão querendo estabelecer com uma ciência da subjetividade, há que se tomar cuidado com essas coisas. Primeiro essa crença de que somente o especialista sabe e a gente não sabe. Certamente não será nessa linha que acha que remédio resolve. Não que sejamos contra o remédio! Ele é um instrumento, uma ferramenta, mas é preciso tomar muito cuidado com ele. Então, quando vamos pensar em como queremos continuar discutindo isso, entendendo esses assuntos, temos de pensar com quem vamos nos aliar.

A última coisa é a questão dos limites. Quando vão tomar uma decisão, vocês trazem muito a necessidade de resolver tudo. Como tenho esse limite de falar não a essa pessoa? Tenho de incluir! Esse é um parâmetro na decisão: o que cada um agüenta. Podemos agüentar os jovens dormindo juntos? Esse também pode ser um parâmetro. É um diálogo, onde há a necessidade dos jovens e tem a concepção dos coordenadores. Então, precisam ser levados em conta os limites dos envolvidos na história.





Achei interessante vocês falarem que as práticas de formação constituem o próprio Movimento. Tenho a impressão de que, quando se fala isso, se possibilita relativizar o peso das estruturas organizativas. Ou seja, as estruturas organizativas passam a ser vistas como ferramentas de luta, e não o contrário, como ocorre muitas vezes, onde as lutas são instrumentalizadas para legitimar as estruturas organizativas. Vide o movimento sindical, o partido político e as próprias instituições de Governo. Essa formulação é muito rica, porque concorda com o que vocês estão falando desde o início. Ter a prática como eixo de reflexão. Não apenas aquela coisa que tínhamos na educação popular na década de 1970, de achar que a prática basta por si mesma, e nem aquela coisa do nosso mundo acadêmico, de achar que a teoria precede e orienta a prática, porque sabe mais do que a prática. Essa concepção de formação é de uma riqueza grande, porque inova, inclusive, a própria concepção de estrutura organizativa do Movimento.

Gostaria de contar uma experiência. Acompanhei durante um tempo o Movimento de Oposição Sindical dos Trabalhadores da Construção Civil de João Pessoa e, depois, o início da vida sindical com a conquista do sindicato. O pessoal queria discutir com os trabalhadores o que é sindicato e coisas do gênero. Então, conversando com o pessoal da diretoria, achamos que seria interessante começar discutindo o que seria ser trabalhador da construção civil. E, nas reuniões, quando começamos a perguntar isso, eles diziam que era trabalhar em canteiro de obras. E ponto. Inclusive achavam a pergunta ridícula, pois a resposta seria tão óbvia! Então, pedíamos para cada um contar sua história de vida. Depois que todo mundo contava, voltávamos à pergunta inicial. E as respostas eram um mundo de coisas. Essa experiência ajudou a gente a pensar que a história de vida pode ser um mecanismo para enfrentar algumas situações de conflito nos assentamentos. Nas situações mais agudas de conflito, propúnhamos ao pessoal lembrar a história de luta daquele assentamento. Essa reflexão ajudava a pensar os próprios conflitos e relativizar as posições intransigentes das partes. Com isso, acabava por criar a possibilidade de um diálogo mais construtivo e menos de se ver quem ganha o en-

frentamento. Então, trabalhar a história de vida é bastante interessante, uma possibilidade de trabalhar as divergências e brigas internas.

Queria fazer uma pergunta. Vocês falaram que as concepções formadas no interior da educação popular são um pouco a herança e a referência para se pensar as práticas da formação do Movimento. Mas, por outro lado, vocês trabalham também com duas estruturas de organização muito importantes. As associações e cooperativas. E essas têm uma estrutura hierarquizada de funções, de papéis e de decisões. Vocês têm alguma reflexão sobre essa relação, a partir de uma prática mais participativa e democrática?

Sabemos que as cooperativas organizam-se em torno da produção. Esta, inevitavelmente, tem de seguir uma lógica de mercado. Então, convivemos constantemente com a necessidade de se adequar à lógica de mercado, ao mesmo tempo em que queremos construir uma relação de produção diferente. Esse é um dilema que vivemos, há algum tempo, na organização da produção. Não produzimos a mercadoria que gostaríamos. Produzimos a mercadoria que nos garante renda mínima, porque estamos à mercê de um modelo agrícola que determina as formas de produção desde o plantio até a comercialização. A melhoria das rodovias, hoje, dá-se em função da especulação do mercado, do agronegócio. Então os pequenos produtores estão submetidos a essa lógica do sistema. E isso influencia diretamente a vida nos assentamentos coletivos, nas cooperativas de trabalho, acaba influenciando nas relações humanas. Hoje, em Santa Catarina, vivemos uma situação muito semelhante em todas as nossas cooperativas e associações. Principalmente as de trabalho coletivo. Queremos vivenciar os elementos do Socialismo, mas, a partir do momento em que temos de estabelecer uma relação de mercado, impera a lógica do sistema Capitalista. Vivemos esse conflito e, muitas vezes, as pessoas conseguem enxergar somente as relações humanas: os conflitos e desentendimentos. E aí vem a demanda para o Setor de Formação. Temos de trabalhar com os valores, porque as pessoas estão se esquecendo de nossos pressupostos socialistas. Pregamos a cooperação, o companheirismo, mas são essas as questões que estamos enfrentando. Existem os conflitos.





E há também a questão legal das associações. Do ponto de vista interno, temos uma organicidade. Nossas instâncias não trabalham com a figura do líder, do chefe, do presidente, como é a estrutura antiga. Mas, para fins legais, é preciso haver! E isso acaba influenciando nossa maneira de se organizar. Em alguns estados, isso é mais presente. Por exemplo, em Alagoas. “É o presidente” e as pessoas o vêem como tal. Até pela cultura local do coronelismo. Mas não é somente lá. Em outros estados também ocorre essa reprodução e, de certa forma, isso compromete nossa proposta de direção coletiva, até que proporção que não conseguiria dizer, mas acontece. E provoca conflito.

Na verdade, esse sistema hierarquizado de se organizar nossa base de produção está sendo modificado desde algum tempo, na própria estrutura organizativa do Movimento, tentando fazer os núcleos e grupos. No primeiro momento, é óbvio que precisamos da formalidade cooperativa em si, da instituição com estatuto, do presidente, registro. Com o Fernando Henrique, essa estrutura de cooperação se desestabilizou, justamente por causa da sua relação com o mercado. Construimos uma proposta coletiva e o segundo mandato do FHC quebrou isso. Então passamos a organizar nossa base de uma forma diferenciada. Hoje não é mais orientação nossa, em nenhuma associação e cooperativa, manter essa estrutura, que é totalmente colegiada. Não existe a figura do presidente, enquanto orientação. É claro que em ou outro caso ainda permanece. Por exemplo, o PAES, que é o programa para as empresas sociais, trabalha justamente nessa orientação, de estimular novas formas de cooperação e de associação que não tenham centralização em uma única pessoa, mas que haja partilha do ponto de vista da discussão, da participação e da produção e na perspectiva de intervir nas políticas de governo, para que os créditos não sejam repassados para esse tipo de forma hierarquizada.

Por exemplo, a política da Conab, no Governo Lula, já foi diferenciada: não obriga que a base esteja organizada em cooperativa ou associação legalmente centralizada na figura do presidente. Ela incorpora os grupos informais, que é a nova forma de cooperação que vem sendo estimulada, justamente na perspectiva de estimular outras formas de coletividade de criar alternativas nessa relação de mercado,

buscando os mercados solidários, a agro-ecologia, e de criar outras formas de tangenciar esse modelo dominante. Mas é claro que isso não é generalizado.

O PRONAF, por exemplo, para organizar os coletivos, ainda exige a formalidade hierárquica. E nossa discussão é a de que, se temos de ter uma legalidade, que seja colegiada. E esse é um embate com o modelo. Nós propomos um modelo de produção diferenciado, mas existe um pacote, quer seja de estrutura organizativa para os movimentos, que devem se legalizar dentro de um estrutura dominante, quer seja para usar os insumos aí colocados.

Isso significa que trabalhamos com a base de uma nova proposta, mas subjetivamente ainda é forte a idéia de presidentes. Às vezes nossos grupos de informais assumem determinado nível de organização e, então, as pessoas querem ter um presidente. Os próprios grupos passam a demandar isso em função de toda a sua referência ter sido essa. E temos, então, de fazer essa discussão.

Esse debate em torno da nossa proposta da vivência socialista, eu, particularmente, tenho necessidade de ouvir, considerando que temos de seguir, principalmente nas relações de produção, esse sistema que aí está. Eu faço parte de uma associação, um grupo de produção e vida coletiva. Somos 13 famílias que trabalham basicamente com verduras e dividimos inclusive a cozinha. Estamos passando por um momento em que tudo o que construímos como ideal nas relações, na produção, está em permanente choque com a realidade, que nos obriga a cumprir coisas, principalmente em relação ao mercado e à educação. Isso nos remete a repensar nossa prática de formação.

O que cabe, então, não somente ao Setor? Mas, como trabalhar essa questão dentro da própria proposta do Movimento Sem Terra? E como as pessoas lidam com o conflito do que nós gostaríamos de ser, individual e coletivamente, e aquilo que realmente estamos conseguindo construir? Está sendo difícil lidarmos com essa situação, que merece nossa reflexão.

Nós estávamos pensando em como seriam essas formas de relação dos psicólogos com o Movimento Sem Terra. São várias. Por exemplo, tem padre que tirou a batina e casou se com uma assentada.





E nós temos uma companheira, que é a Andréa, que se aproximou do MST para fazer um estágio de vivência e nunca mais saiu do Movimento. Está assentada, casada e produzindo no seu assentamento. Virou sem terra também.

América, América

Já negaram tudo, que bem pouco resta
Nova teoria já dizem que têm
Tentam iludir os que tudo fazem
Para que se acomodem e parem também
Qualquer discurso
Já é uma ameaça
E se for na praça correndo já vêm
Não andamos muito
Mas sabemos agora
Já disse o poeta
Que que sabe faz a hora
E na se espera por quem já não vem
Já disse o homem
Que depois morreu e ficou na memória
Que existe uma coisa na roda da história
Que uma camada pra tais quer rodar
Mas estes, estes não servem
Para pôr suas mãos nessa manivela
Ficaram ao longe olhando da janela
A luta do povo esta roda a girar
Os que os outros fizeram já não vale nada
Já não sabem mais o que mesmo dizer
Querem construir uma nova sociedade
Buscando no voto o sonhado poder
A luta de classes já não existe
Mas quem faz resiste, procura vencer
Por mais que se queira transformar em nada
Saibam que a história, a história é como a madrugada
Quem acorda cedo faz o amanhecer

Companheiros, companheiras, camaradas. Hoje, para nós, é um dia de especial, de luta. Na nossa vizinha Venezuela acontece o *referendum* popular. Para nós vai além disso. Hoje, não somente para a América Latina, que aguarda em vigília e indignação esse *referendum*, é um dia especial de luta contra o imperialismo que desmesurada e cruelmente amplia suas fronteiras de dominação, não levando em conta a soberania, a cultura e a autodeterminação dos povos. É também um dia de vigília e solidariedade à Revolução Bolivariana. Nesse sentido, estamos estudando, aprofundando elementos e costurando atividades entre nós. É um dia especial de vigília e luta.

5. Setor de Educação

O Setor de Educação hoje está organizado em cinco frentes:

1. Educação infantil, desde 1995;
2. Educação fundamental, que foi a primeira experiência;
3. Educação de jovens e adultos, desde 1991;
4. Cursos formais de ensino médio e superior (magistério desde 1990);
5. Frente de produção de materiais, que existe desde o início do Setor.

Hoje, temos mais de dez turmas fazendo o curso de Pedagogia e o curso de Magistério. Os outros setores também organizam outros Cursos no Movimento: Agronomia, Saúde, História, Comunicação e, agora iniciando, Administração.

A educação surgiu no Movimento dentro dos acampamentos e assentamentos. Quando o povo organizava-se e ia para o acampamento, havia a necessidade de as crianças irem para a escola. Então, nossa primeira luta foi junto às prefeituras, para conseguir ônibus para transportar as crianças até a escola. Com isso foi surgindo a discussão de quê escola nós queríamos para o nosso Movimento. Queríamos uma escola que fosse no campo, do campo e para o campo. Isso não acontecia: as crianças tinham de ir até a cidade estudar. Por que não uma escola dentro do acampamento ou do assentamento? Com isso, começamos a participar das discussões nas escolas, expressando de





que forma queríamos a educação dos nossos filhos. E hoje já temos escolas itinerantes no Rio Grande do Sul e no Paraná, com a discussão de quê escola e de quê Pedagogia queremos, apontando para uma prática juntamente com o conhecimento científico. Queremos o conhecimento técnico, mas para transformar, e não apenas para termos um diploma em mãos. Uma escola onde os educandos sejam sujeitos da educação, onde a família participe do processo também. Nesse sentido, a escola itinerante é um grande avanço, porque acompanha o acampamento, o assentamento e as próprias pessoas que estudam também ajudam a educar.

Por que queremos a escola dentro do Movimento?

Foram havendo várias necessidades. Por exemplo, hoje temos vários técnicos em Agronomia no Movimento, que ajudam na produção. Isso porque muitas vezes os técnicos vêm para trabalhar conosco e não têm a prática. São formados em universidades para trabalhar o agronegócio, a usar agrotóxicos. Então, eles vêm e ensinam a usar produtos tóxicos. Não é isso que queremos. Muitas vezes eles acabam aprendendo mais com o nosso povo do que ensinando. E assim surgiu a necessidade do curso Técnico em Agronomia.

Isso também é com a Pedagogia. Os educadores, normalmente, o que fazem? Ficam à frente de uma turma somente passando informações. O aluno não é sujeito do próprio aprendizado.

Também temos a escola para o Ensino de Jovens e Adultos, o EJA. No ano passado alfabetizamos mais de 25 mil pessoas. É uma experiência muito interessante para o Movimento. No Rio Grande do Sul, por exemplo, está havendo EJA Médio para os dirigentes do Movimento. E fizemos um resgate do porquê de estarmos fora da escola. Dirigentes, que estão há muitos anos no Movimento não tiveram oportunidade de estudar. Estavam no campo, foram para a luta e não foi dada a eles a oportunidade. A nossa fala é, considerada errada, mas não é. E pensamos em como trabalhar com as pessoas voltando para a escola. Pedimos, então, que escrevessem sua história de vida, o que chamamos de memorial, a partir do que se lembravam. Essa experiência foi muito rica. Havia um companheiro muito sério que se expôs, abriu sua vida, contando o quanto fora excluído. O pai separou-se da mãe e ele

teve de sustentar a família. Começou a pedir na rua. Um dia, a mãe e os filhos foram limpar uma casa. E, no final do dia, a dona da casa disse que não tinha dinheiro para pagar o trabalho e deu um prato de comida para eles todos. E esse senhor, tão rígido, começou a chorar. Com 14 anos ele saiu da escola para trabalhar. Nesse período ele acaba na Febem. O pai tira-o de lá, mas ele começou a roubar e voltar para lá. Ele conta que seu sonho era seguir no Exército, mas era negro e não teve essa oportunidade. Ao sair do Exército, ele lia muito, parecia uma doença. Agora ele quer fazer faculdade, ao terminar o segundo grau, no ano que vêm.

E há uma outra história interessante. Uma mulher que escreveu todo seu memorial em forma de poesia. Em uma das partes ela contou que a irmã estava grávida e que não conseguia fazer com que a criança nascesse, por causa da fome. Então, a irmã comeu um chapéu de palha, para ter força. Ela conta, através da poesia, como a fome funciona. Quando o estômago cola, o que a pessoa sente.

Enfim, o resgate de estar voltando para a escola tem sido muito importante para eles, que, em muitos casos, foram expulsos da escola pelo preconceito de serem da roça.

A luta do Movimento é muito pelas políticas públicas. E uma dificuldade, mas que agora temos conseguido avançar, é com relação aos educadores. Queremos educadores do Movimento, formados pelo Movimento, que tenham a mesma história de vida. Às vezes temos dificuldades com os educadores que não são do Movimento.

Outra dificuldade é sobre a crianças especiais. Não temos uma discussão sobre isso, o que causa uma certa dificuldade.

Ouçam a leitura de um testemunho da educadora Maria de Jesus, do Ceará:

“Após quatro dias e três noites na estrada, trazendo na mente um sonho, que virava realidade: estudar na escola, uma terra de educar, que acolhia professores militantes do MST de 11 estados. Rostos que traziam a marca de um povo que luta pela Reforma Agrária. Lá nos encontramos, às 16h. Naquele dia, para o ato solene de abertura do curso, mística, ânimo e boas-vindas. Foi então que o animador, entregando-nos a proposta pedagógica do curso, mirou-nos com um olhar





firme e falou forte: “organizem-se” Ao ouvir essas palavras, senti o desafio de ser sujeito do processo. Mas como, se ainda não estava entendendo nada do que estava acontecendo? Tive então a sensação de que, naquele momento, o mais importante não era entender, mas, sim, viver aquela nova experiência... Lembro-me que nosso primeiro dia de aula foi um vexame. Fundamos a nossa cooperativa faltando 15 minutos para a meia-noite. No outro dia foi um parto para elaborarmos nosso primeiro plano de trabalho, onde tínhamos de detalhar as atividades dos setores que criamos. O Setor Pedagógico foi o primeiro em que eu participei. Tudo o que fazíamos me dava a sensação de um novo jeito de estar fazendo, e a gente ia percebendo como mudava nossa consciência das coisas. Assumir a gestão do curso, tanto na gestão pedagógica como na financeira, possibilitou-nos diferentes aprendizados e nos exigiu assumir o comando, sentir-nos responsáveis. E este sentir nos permitiu identificar muitas deficiências que tínhamos. O curso permitiu-nos um processo coletivo de auto-superação o qual a gente só foi perceber mais ao final. Na hora a gente nem se dava conta. Não era um método de discurso, mas era uma prática que envolvia todo o coletivo de alunos, professores e também o próprio MST como um todo, porque o nosso curso estava estritamente ligado às nossas práticas nos acampamentos e assentamentos. A capacitação foi um elemento forte da metodologia e, em alguns momentos, modéstia à parte, ela foi assumida pelo nosso coletivo de forma espetacular. Um exemplo foi a prática pedagógica que organizamos com as crianças de Vila Santo Antônio e de Braga. Outro foi o desafio que assumimos de escrever e apresentar uma peça de teatro sobre a luta pela terra no Brasil na abertura do III Congresso Nacional do MST, em Brasília, que tinha quase cinco mil pessoas, e outro, ainda, foi a elaboração de materiais para apoiar a realização do I Congresso dos Sem Terrinha do Rio Grande do Sul. Mas, sem dúvida, o aprendizado da gestão do curso foi o que mais nos desafiou. Tudo o que aprendi no Magistério hoje está contribuindo para que o Setor de Educação do Ceará qualifique-se e a gente avance para fazer a Reforma Agrária também na educação.”

No Movimento Sem Terra são dois os caminhos percorridos:

Um é a luta pelo direito à educação, que recomeça a cada novo acampamento, porque a maioria das prefeituras não tem a sensibilidade para garantir esse direito às nossas crianças.

E hoje não é somente o direito às crianças. A preocupação do MST, desde a educação infantil até o nível superior, é muito forte. É uma grande alegria ver a maioria da militância do MST estudando. Estamos em vários níveis. Tem gente fazendo a EJA, outros fazendo o Ensino Médio e outros, ainda, em cursos de nível superior. Além de participar dos cursos organizados pelo próprio MST, há pessoas entrando nas universidades. O estudo tem o sentido de fazer entender melhor o mundo e as coisas, para contribuir com o Movimento de forma mais qualificada.

A Pedagogia do Movimento dialoga com a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire. É um novo paradigma para a educação. E o Movimento vai construindo uma Pedagogia própria. Há até um livro, de Roseli Salete Caldarte, uma companheira do Setor de Educação, que se chama Pedagogia do Movimento Sem Terra, que é muito interessante. No livro, ela sistematiza a trajetória da educação dentro do MST. E o novo, nesse processo, é que o sujeito pedagógico, como nas teorias pedagógicas socialistas, é o próprio movimento social.

Fui da primeira turma da Pedagogia do Movimento e, agora, sou da primeira turma de Especialização em Educação para o campo. Vivi cinco anos sem estudar, porque não tinha escola onde eu morava. E, para mim, era muito doloroso não poder estudar. E o Movimento me possibilitou essa oportunidade.

Nós não ficamos parados. Temos muito essa determinação de seguir em frente. Por isso nossa Pedagogia é de formar sujeitos de sua história. E isso de forma coletiva. Temos o Coletivo Nacional de Educação, os coletivos de educação nos estados, nos assentamentos, que têm uma caminhada que servem de referência, inclusive, para os outros setores do Movimento, no sentido de produzir tudo coletivamente. Não temos uma “pessoa só” que pense. É um coletivo que sempre está sistematizando, construindo. Com isso temos valorosas contribuições de companheiros e companheiras, mas tudo é coletivo.





E agora estamos nessa nova empreitada pela educação do campo. Recentemente aconteceu a II Conferência pela Educação do Campo, organizada pelos movimentos sociais do campo, onde foi pautada a necessidade do acesso à educação, mas também foi pautada a necessidade de uma Pedagogia que valorize os sujeitos do campo e suas experiências. Então esse movimento de educação do campo só vem a fortalecer as experiências pedagógicas do MST, nas escolas dos acampamentos e assentamentos.

Gostaria de obter maiores detalhes sobre escola em acampamento, currículo próprio, material didático e essa questão de curso técnico e superior. Parece que são, no Movimento, em torno de duas mil pessoas envolvidas em formação técnica, universitária, mestrado e doutorado.

Nesses cursos de magistério e técnicos, provavelmente estudaram alguma coisa de Psicologia. Como estudam e que Psicologia é essa que vocês estudam?

De fato, nós temos em torno de duas mil pessoas estudando nesses níveis. Somente de Pedagogia temos 10 turmas, a maioria das turmas compostas por 60 pessoas. Temos dois cursos de Agronomia, o do Pará e de Sergipe, mas temos mais duas turmas a iniciar, na Bahia. Temos o curso de Filosofia na Universidade Fluminense. Temos o Curso de História Latino-americana em Juiz de Fora. Temos a idéia, ainda, de começar uma turma de Direito e, uma turma de Jornalismo. E tem esses 59 estudando em Cuba, além de um grupo fazendo mestrado e doutorado.

Em relação ao currículo, nós fazemos greve para estudar Paulo Freire. Dissemos: se não for para estudar Paulo Freire, nós não vamos. Nós chamamos nossos cursos de Pedagogia da Terra. Então, é um processo de construção com as universidades. Temos tido a experiência de coordenações compartilhadas desses cursos, mas esse compartilhar é difícil. A universidade é diversa, valoriza o indivíduo. Então, vamos construindo. Mas, nos currículos, temos buscado colocar, como referência, a questão do campo. Tem sido um diálogo. Ainda não temos um currículo nosso. Temos uma proposta de currículo misto, em todas as áreas. Ainda não temos cursos com a nossa

cara, por isso sonhamos com a Universidade Camponesa, que então será a nossa proposta. Mas esse acúmulo das universidades também é importante. Por exemplo, na Universidade do Rio Grande do Norte, temos a primeira turma de Pedagogia do Nordeste, temos construído uma experiência muito bonita. Como é a quarta turma do Movimento, as experiências anteriores nos ajudaram a repensar a atual. Esse curso incorpora vários elementos que as outras turmas não tiveram. Temos três turmas formadas, a do Espírito Santo, a do Mato Grosso do Sul e a de Ijuí, no Rio Grande do Sul, que foi a primeira.

Essa construção, para nós, é um desafio. Agora mesmo, quando acontece o debate sobre a reforma universitária, não temos um acúmulo. É um desafio estar contribuindo, mas nosso acúmulo é pautado pelas nossas necessidades, pelos nossos objetivos. Não há uma proposta formulada para estarmos dialogando. Temos participado, mas construindo os currículos e os cursos na prática.

Com relação à Psicologia, temos estudado mais como informação: Piaget, Vigoski. Tem sido eles dois. Temos buscado conhecer mais coisas sobre outros autores que julgamos importantes para o trabalho do Movimento.

Também seria importante falar da metodologia da Pedagogia da Alternância: tempo comunidade, tempo escola. Isso é um diferencial nos nossos cursos. E da escola itinerante nos acampamentos.

Como estamos na militância, é impossível estar permanentemente nos cursos, incorporamos a Pedagogia da Alternância. Trabalhamos nos períodos de férias. Outro aspecto é a gestão. Nossos cursos funcionam conforme a estrutura do MST. Do jeito que é organizado um acampamento ou assentamento, são organizados os cursos. Tem a coordenação e os núcleos. Todo o processo é planejado e organizado com a distribuição das tarefas. Não há somente aula. Tem o tempo trabalho, o tempo estudo, tempo discussão, formação política. Esses tempos são considerados fundamentais. Os cursos nas escolas são organizados por tempos educativos. Essa é uma ferramenta que nos ajuda a pensar melhor pedagogicamente o processo educativo.

A escola itinerante é uma grande conquista do Movimento, porque:





1º) é uma escola em movimento. Para onde vão as famílias acampadas, ela vai junto;

2º) ela hoje é uma política pública. Não a conseguimos em todos os estados do Brasil, mas, no Paraná e no Rio Grande do Sul, é uma política pública. É uma proposta de currículo somente do Movimento. A Pedagogia está muito com a cara do Movimento. Tem uma gestão compartilhada do Movimento com o estado. É um convênio.

Ela é provisória. Se, após seis meses, as famílias são assentadas, a escola tem a duração de seis meses. Ela tem uma escola-mãe, que recebe toda a documentação da vida escolar dessas crianças. Então, se acontecer alguma violência ou tempestade que destrua o acampamento, os documentos estão garantidos por essa escola. A avaliação é pensada diferente. O currículo é pensado diferente. Está mais na linha dos ciclos. Não tem seriação. É organizada por etapas.

Ao chegarem no acampamento, as crianças passam por uma avaliação e os educadores as encaminham para a etapa correspondente. Funciona até a oitava série, buscando-se trabalhar a interdisciplinaridade.

Nos cursos tem o “tempo aula” e o “tempo comunidade”. Nesse tempo, quando voltamos para casa até a próxima etapa, há atividades de escola, que envolvem leitura e prática. Tudo funciona assim: parte-se do conhecimento científico, traz para a prática e devolve a experiência para a escola. Então, é uma escola para o campo. Não poderíamos estar em uma faculdade todos os dias. É um trabalho interessante, que tem avanços.

Como se dá a vinculação da escola no assentamento com o trabalho, com os ciclos de produção, com a cultura local? Como é a especificidade do currículo?

O Coletivo local participa da escola. A escola do campo traz as experiências do trabalho e há a participação da família na educação dos filhos. Ela interfere através das reuniões, de debates, discussões.

A experiência do trabalho é levada para dentro da escola.

Essas experiências são possíveis onde as correlações de força permitem. Existem situações em que ocorre uma disputa. Em outra, é possível implementar parte.

Por exemplo, em Sergipe, com o Curso de Agronomia, fizemos tudo direitinho: a universidade, em parceria conosco, fez o currículo, o programa, a burocracia. Na verdade, foram os amigos, e não a universidade. E os inimigos que temos na universidade, por trás, tentaram impedir, mas não conseguiram. Fizemos o vestibular. Então, os inimigos que temos no CREA entraram com processo para tentar impedir que o curso fosse iniciado. Iniciamos o curso e veio uma ordem que não poderia haver o curso. Isso demorou um tempo e, recentemente, por ordem de um juiz, reiniciou-se o curso, que abrange todo o nordeste. E o processo continua. Então, não é fácil porque essa iniciativa traz em si, além de uma proposta pedagógica, uma proposta político-pedagógica. Fere interesses.

Temos uma escola em um assentamento de 700 famílias, no sertão, que somente tem filhos de assentados. É uma escola grande, de ensino fundamental. O prefeito local tem problemas conosco. Solicitamos professores que se identificasse com a nossa luta, mas ele, só de birra, encaminha para lá professores que não se identificam com o Movimento. Recentemente, conseguimos que o diretor da escola fosse um dos nossos, mas a maioria dos professores com os quais ele trabalha são de direita, alienados, que não gostam do Movimento Sem Terra.

Para vermos que, em muitos lugares, conseguimos implementar nossas propostas, mas é sempre uma situação de disputa. Se formos pensar em uma faculdade de Psicologia, vai ser uma luta. E vamos lutar juntos.

Eu gostaria de ouvir um pouco de vocês sobre as parcerias. Quais são e como ocorrem?

- Nós fomos à Escola de Veranópolis e foi muito forte a experiência. Ficamos dois dias e saímos de lá bem mexidas. Principalmente pela questão da auto-gestão. Os alunos que nos recebiam, quando falavam da escola, falavam como deles, não era uma escola que alguém estava oferecendo para eles. Eles se apropriaram completamente do que significa aquilo. Isso dá uma altivez enorme aos alunos, que impressiona. Os jovens têm responsabilidade na condução do próprio curso.





Mas percebemos que os jovens se sentem sobrecarregados, cansados. Eles falam isso, mas não para a coordenação do curso. Desabafaram com as professoras que tinham vindo de fora para dar assessoria ao trabalho final deles. Eles se sentem exigidos. Isso é assim?

- Nós viemos de fora e olhamos a experiência da Escola de Veranópolis. Estávamos no Fórum Social Mundial e recebemos um convite que nos interessou muito. Fomos lá para assistir uma primeira apresentação dos projetos para atuar com os jovens, porque o pessoal da escola pediu que nos aproximássemos para haver acompanhamento, que não conseguimos fazer pela distância.

É uma escola que é financiada em parte pelo MST, em parte pelos próprios alunos. Tem alunos do MST e pessoas de outros movimentos que também participam. Uma característica muito forte é o compromisso que cada aluno tem com seu movimento de origem. Assistimos a muitas discussões de como elaborar as questões pedagógicas, porque estavam comprometidos para em voltar e responder às necessidades e situações dos movimentos. Muitas vezes, eles pensavam, sentiam, mas avaliavam que, para a necessidade do movimento, não era apropriado abordar aquelas questões e aqueles problemas. Isso cria uma situação delicada de liberdade de criação. Não eram questões que não estavam na pauta, mas eram muito difíceis e até mesmo o espaço público para discussão era delicado por causa dos diferentes movimentos e do compromisso com a base.

- Uma das coisas que saltou, quando estávamos fazendo trabalho com jovens em Iperó, é que havia duas pessoas que tinham ido para o Curso do TAC. Inclusive um deles era liderança do Movimento, mas percebíamos a dificuldade que tinham em fazer o trabalho lá. Lá era uma realidade difícil, muita gente desvinculada do Movimento, o Coletivo de Educação não mais funcionava, havia muita divergência dentro do assentamento. Eles trabalhavam com muita força, mas com dificuldades. Alguns jovens tinham feito curso fora, participavam das marchas, tinham um pouco de receio de ir para longe.

Também li algum material de monografia de cursos, onde eles colocavam essa dificuldade da volta para a comunidade. E aí havia duas questões: Uma, que era a de ser ser jovem; e a outra, o distanciamento da própria história da comunidade. Inclusive, sobre aqueles que se afastavam muito, o pessoal, que ficava trabalhando, chama-os de “fulanos da pastinha”, por estarem sempre saindo, não ficarem para pegar na enxada. Cria-se uma certa discriminação por dificuldades no nível de compreensão da organização no assentamento. Imagino que isso deva acontecer em muitos outros assentamentos. Mas, de qualquer forma, essa relação do “tempo comunidade” e do “tempo escola” imagino que seja sempre complicado.

Aqui em Unai, no Curso Técnico, havia um acompanhamento da UnB, professores de lá e da Embrapa. Havia alunos da UnB que acompanhavam o “tempo comunidade” dos alunos do curso. Era um aprendizado para esses alunos da UnB e uma força para os sem terra que voltavam para o trabalho na comunidade.

Quería saber o que está sendo pensado em relação a isso.

- O que vocês pensam, tem ermos de contribuição da Psicologia, sobre subjetividade e educação? Vocês têm algo pensado sobre Psicologia Educacional, Escolar e outras?

- Na experiência de organizar os projetos pedagógicos nas escolas, há uma diversidade no país. Há o elemento da conjuntura local, dependendo da prefeitura...

O projeto pedagógico tem a contribuição da comunidade, dos educadores e dos educandos, onde buscamos organizar a questão da gestão, a metodologia de funcionamento das aulas e das atividades produtivas. As atividades produtivas compreendem não somente organizar uma horta, mas também realizar oficinas de artesanato e culturais, por exemplo. Essas são demandas que trabalhamos muito nas nossas escolas. Da mesma forma com as relações humanas.

Possuímos cadernos sobre o projeto pedagógico, que detalham melhor o que estamos falando e que podemos socializar com vocês. Temos aqui o caderno “Como fazer a Escola de Educação Fundamental”, que foi um caderno produzido a partir do debate nas escolas,





realizado por cinco anos. Esse caderno sistematiza essa trajetória das experiências do MST.

Com relação ao Iterra, ele é um espaço de experimentação da Pedagogia do MST. Lá, temos dialogado muito, porque não queremos fazer daquele espaço um convento ou um quartel. Também não queremos uma comunidade hippie, onde todos fiquem “à vontade”. Temos feito avaliações constantes sobre construir um meio termo nesse processo. Estamos aprendendo. Já implementamos várias mudanças. É uma escola em movimento. Cada vez que lá vamos, novas modificações são implementadas. Mas há a tensão. Tivemos experiências em que os cursos foram leves, mas tivemos outros problemas. E sempre buscamos alternativas para que o pessoal não ficasse estressado. Por exemplo, no Curso de Pedagogia, a cada disciplina há um dia de descanso. No curso de especialização, também temos tido essa metodologia. Temos um dia de síntese, relacionando-a com as nossas práticas. Isso ajuda? Ajuda. Mas resolve? Não sei. Precisamos conversar e ouvir mais, principalmente os educandos e educandas. Há essa abertura. Toda etapa de curso tem uma avaliação, onde se escuta o pessoal e se busca melhorar.

- A diferença é que o Iterra é uma escola eminentemente do Movimento. É a escola Josué de Castro que faz parte do Instituto da Terra, o mantenedor da escola. Ele está dentro de um município que não é parceiro do Movimento. Veranópolis é um município muito reacionário. Nosso povo acaba tendo que ficar fechado na escola, porque não pode nem circular direito nas ruas. Acesso aos serviços de saúde não existe. Há alguma interlocução com um núcleo da comunidade que é uma favela, escondida atrás de um morro.

Na área de saúde tivemos vários problemas. Para fazer nosso estágio no sistema de saúde tivemos de ir para Caxias, cidade mais próxima. Veranópolis não nos deixou participar do Conselho, não nos deixou conhecer as unidades de saúde, como está organizado o sistema. E, com isso, vivemos com cuidados de segurança para os nossos educandos, com o estigma de que eles não são bem-vindos. Já estamos lá há dez anos e ainda não conseguimos avançar em parcerias.

Não há local para lazer aos finais de semana. Os educandos ele-

geram um barzinho que aceita que eles vão ir até lá e coloquem seus CDs. Imaginem, há alunos de todo o Brasil! Aí em um do Pará e põe um ao brega para tocar em um bar de Varanópolis: é um horror!

É uma cidade que tem um poder aquisitivo médio alto. Tem muitos problemas sociais. Um dos mais graves é o tráfico. Mas Sem Terra não é bem-vindo! Quem vai até lá sente isso. E acabamos ficando fechados dentro da escola.

- Por que aquele prédio nos foi cedido pelos padres? Tem toda uma história de parceria. E também não sabemos por quanto tempo será nosso. Cada vez eles nos tiram mais áreas.

Mas temos procurado avançar na questão do método, que está em construção. Antes tínhamos o ensino supletivo médio juntamente com o curso técnico. Os alunos faziam o supletivo e o médio junto. Agora, com a reforma curricular, eles têm de fazer o ensino médio e o técnico, aumentando carga horária. Isso exige reformulação de práticas na escola. E, por ser um local de difícil acesso, torna-se complicado conseguir profissionais para trabalhar. Na área de saúde tivemos muitas dificuldades com a primeira turma. Foi um laboratório. Os alunos nos ajudaram a construir, avaliaram os educadores, definiram os programas, mas avançamos muito nos “tempos na escola”, incluindo áreas de lazer, de trabalho. A Psicologia, na área de saúde, é bastante explorada através das relações humanas, das terapias complementares, das propostas que envolvam a afetividade. Na Educação e no Magistério é usada muito no desenvolvimento da criança e do educando, mas está, ainda, muito longe do ideal. O trabalho com a ciranda infantil exige maior preparo e conhecimento.

Quanto ao “tempo comunidade”, vivemos bastante dificuldades. Por isso a idéia de se descentralizarem os cursos, não ficar somente no Rio Grande do Sul. Na saúde, tínhamos gente de todo o Brasil indo para o Rio Grande do Sul. Como se acompanhar um “tempo comunidade” lá no Ceará, por exemplo, se não há um coletivo que dê o respaldo para essa pessoa? Vamos criando alternativas, contactando pessoas que possam acompanhar. Mas é difícil. Tínhamos um menino do Mato Grosso, que morava em um acampamento, e para quem era





muito complicado chegar até a Secretaria, digitar seu trabalho, enviar seus boletins informativos e seu planejamento do “tempo comunidade”. Eles vão com tarefas e precisam se organizar: planejamento de ações, inserção no coletivo, boletins, cadernos de reflexão, leituras, trabalho pontual de estágio, trabalho político, trabalho voluntário. Na escola há todo um suporte do grupo que nem sempre na comunidade existe. Então, há dificuldades. Nessa última turma, mapeamos pessoas, em nível nacional, que estarão dando suporte. Assim, vamos experimentando outras formas, outros jeitos. Mas, é difícil se chegar a uma receita final. De qualquer forma, por ser uma escola só do MST, é um espaço onde podemos criar e recriar várias formas de desenvolvimento. Mas há algumas coisas que já colhemos, algumas informações importantes. As questões da afetividade e da sexualidade temos muito latentes dentro da escola. Eles ficam 60 dias internos, em um ritmo de trabalho, sem vínculo com a família, têm somente horário, limitado, para saírem, no sábado, têm regras construídos pelo coletivo sobre álcool, música, horário de TV. As mães podem levar seus filhos com até cinco anos e isso também exige certa dinâmica que, somente vivenciando, percebe-se. Tem-se espaço para manifestar suas insatisfações. Mas há dificuldade para isso porque é um processo de aprendizagem.

- É feita uma discussão dentro do assentamento ou do acampamento, quando a pessoa vai para o lterra: quem vai, quais os objetivos e quais os compromissos com essa comunidade na volta, que, na maioria das vezes, é da resposta aos setores, para contribuir com o assentamento ou acampamento. É normal esse processo de conscientização. A pessoa do campo nunca teve a consciência de que estudar é importante. Até há pouco tempo, a importância era do trabalho, da luta pela terra. A comunidade tem uma certa dificuldade no começo. Mas, é um processo trabalhado. As dificuldades maiores são na primeira etapa e nas comunidades novas. Até porque elas acompanham esse educando que lá está.

- Todo o processo de estudo é um processo de decisões coleti-

vas. Há pesquisas sobre os temas de interesse. Há uma avaliação da demanda coletiva. Ninguém tem cerceado seu direito de estudar um assunto que não está colocado como demanda. Mas, entre um que é urgente e um que, futuramente pode ser aprofundado, há a escolha da comunidade.

O Setor de Educação tem parcerias com cerca de 54 universidades. Um dos programas que ainda não foi falado é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, o Pronera, que desde 1998, é uma conquista. É vinculado ao INCRA, um dos financiadores da maioria dos nossos programas, com exceção do de Filosofia. É uma parceria entre as universidades, os movimentos sociais e o governo.

Também temos parceria com o Programa Brasil Alfabetizado, do MEC. No ano passado, o Movimento trabalhou com 30 mil educandos, chegando a 25 mil alfabetizados. Neste ano estamos renovando esse convênio.

Há parcerias, ainda, com a Unicef, e com a Unesco e com várias ONGs no campo da educação. São parcerias pontuais, como para assessoria e ações educativas. Temos também parceria com a CNBB e em relação ao MEB, mas também é muito limitada.

Sobre as demandas da educação para a Psicologia, temos na questão da educação familiar. Na educação infantil há um conjunto de demandas. Como trabalhar outra concepção de família, que não pode ser aquela patriarcal. A questão da juventude e da terceira idade. Com os idosos, principalmente que estão na EJA e que têm muitos limites, como lidar?. Como ajudá-los? Vejo também necessidade na formação dos educadores e educadoras, especialmente na questão de como lidar com os problemas, trabalhar com prevenção alguns problemas. cremos que nossos cursos possam ser espaços para trabalharmos em algumas oficinas, em parceria com o Conselho Federal de Psicologia.

Sobre a teoria e a prática, depende muito do coletivo onde estamos. Se estamos em assentamento que tem organização, é uma coisa, se estamos em uma comunidade com dificuldades de organização, é outra. Muitos estudantes nossos passam por um processo de anomia. É uma coisa nova na vida e, quando voltam para o seu local de origem, têm dificuldades de por onde começar. Então, o acompa-





nhamento do Setor Regional é importante nessa hora, para ajudar a identificar sua tarefa.

- Estamos fazendo uma discussão, que é recente, entre o Setor de Formação e o de Educação, sobre os diversos cursos que vêm surgindo. Temos discutido a idéia de construção de um currículo mínimo. Além dos elementos específicos de cada curso, que contenha temas que fossem contribuir no processo geral de formação. E um dos que vêm aparecendo é a questão da Psicologia. Só que é muito amplo. Mas seria trabalhado principalmente na construção da subjetividade, que, por vez, está, de certa forma, manipulada por um sistema onde vivemos. Acreditamos que a Psicologia possa trazer elementos para pensarmos isso. Teríamos de buscar quais os elementos que poderiam ser abordados para especificar a amplitude da Psicologia.

- Na última *Revista Sem Terra* tem uma matéria falando que o MST cria oportunidades para o jovem do campo e da cidade. A matéria traz alguns elementos para esse debate.

- Temos o curso de técnicos chamado Pé no Chão, em Bananeiras, na Paraíba. Ele é composto por uma turma grande de filhos de assentados do Estado de Sergipe, que fazem esse curso. Quando retornam, levam o trabalho do “tempo comunidade”. Eles, então, agendam datas para que todos se encontrem no Centro de Formação estadual e, juntos, ajudam-se mutuamente. Assim depois de ficar um tempo na comunidade, vão todos ao Centro de Formação discutir as dificuldades. Os problemas são repassados ao Setor de Produção Estadual e, conforme a dificuldade, convidam um professor da universidade ou a escola técnica para dar uma orientação geral aos companheiros estudantes.

- Como pretendemos que esse encontro continue sendo uma construção coletiva, que parta das experiências concretas e das reflexões coletivas, nossa sugestão é a de nos dividir nos mesmos quatro grupos formados e tentar identificar aí os principais desafios que apareceram a respeito da questão da subjetividade e da possível contribuição da Psicologia nas diferentes áreas. A partir desses, que

devem ser os mais estratégicos, trazer propostas concretas de encaminhamento para esse coletivo gerado aqui.

Apresentação dos grupos

Grupo 1:

Queríamos trazer uma proposta bem concreta que discutimos com base na experiência da Renap. Ficamos pensando nessa experiência de seis anos e o que poderíamos dela aproveitar. Há articuladores, uma maneira de se comunicar por e-mail, de fazer o processo de discussão, cursos de formação, reuniões.

Pensamos em um tema geral para estruturar um canal para a parceria do Conselho Federal de Psicologia com o MST. Assim, pensamos em uma coisa imediata, que seria esse grupo de referência para responder a questões de casos e outras aqui tocadas, que são mais emergentes.

Depois pensamos que, para a construção desse canal primeiro, teríamos de garantir que tudo fosse feito com a composição que temos aqui: o Movimento presente, discutindo e em parceria com os psicólogos. E que o interesse dos psicólogos em construir esse canal fosse garantido pelo Conselho Federal, porque embora alguns Conselhos tenha posição favorável, em outros isso pode ser mais difícil. Por isso a importância da atuação do Federal.

Em relação ao MST levaria a discussão do que houve, para garantir que, nas reuniões regionais que fizéssemos, o MST estivesse presente.

Então, faríamos uma primeira reunião para criar esse canal permanente. Pensamos em articular isso para daqui há dois meses. E discutimos com base na proposta de São Paulo, de chamar várias categorias. Avaliamos que seria interessante, primeiro, garantir uma rede de psicólogos e uma discussão do Conselho com os psicólogos para, depois, ampliar para outras profissões. Pensamos em três áreas de atuação:

1ª. Questões em torno de situações críticas, tipo surtos, prisão, morte. São situações especiais que precisam de uma intervenção





específica e focal;

2ª. Responder às demandas sobre temas considerados estratégicos, como educação das crianças, sexualidade, alcoolismo, drogas, depressão. Poderíamos pensar em módulos de formação nos moldes aqui conversados, voltados para a realidade do MST, onde poderíamos fazer, a pedido, intervenções pontuais, em um curso de formação ou outra atividade;

3ª. Um curso de formação de psicólogos, que poderia ser feito em São Paulo, na Escola Florestan Fernandes, que também seria nesses moldes, voltado para o movimento de massas, mas que respondesse às necessidades da luta, organizado a partir da discussão entre o Conselho e o MST.

Grupo 2:

A primeira coisa que falamos é que esses dias se consistiram em um flerte entre as duas organizações, uma primeira aproximação que demanda a construção de uma relação.

Fizemos um levantamento dos pontos trazidos pelos Setores, quais sejam:

- O álcool, as drogas, a homossexualidade, a situação de ter de expulsar alguém, os casos especiais nas escolas, a depressão, a religião, a sexualidade, a discriminação da sociedade em relação aos membros do MST, a violência política quanto interna nos assentamentos e acampamentos, o luto, as viagens dos militantes com a perda de referência e a solidão, a mulher, a questão de gênero, homens e as situações de prisão.

A partir desses pontos, pensamos que, para abordá-los, temos duas questões:

1ª. O saber que a Psicologia tem sobre essas questões. Como podemos buscar formas para que o Movimento se aproprie desse saber? Essa apropriação pode se dar em diferentes níveis, que vão desde os cursos nos diferentes níveis até a Faculdade de Psicologia, passando por seminários que tratariam dos temas específicos.

Outra coisa de o Movimento precisa se apropriar é do que é Psico-

logia, o que é saúde mental, linhas, formas de pensar.

2ª. A questão do método. O Movimento tem um método para fazer ocupação, formação política, mas precisa de um outro método para lidar com a questão da subjetividade. Não dá para usar os mesmos métodos para questões diferentes. Então, precisamos pensar formas de como a Psicologia poderia contribuir para que vocês não somente conhecessem o saber da Psicologia sobre esses temas, e que métodos usar nas instâncias para lidar com essas questões. É um método que tem de envolver a liberdade, tem de envolver um espaço de troca mais livre, o que não acontece, em geral, nas outras atividades. Teríamos de fazer uma discussão sobre a forma de lidar com questões como, por exemplo, o homossexualismo. Não basta entender sobre homossexualismo. É preciso saber como lidar com a questão.

A partir desse debate, pensamos em fazer um seminário geral, onde esses temas fossem abordados como forma de se apropriar do saber e onde pudéssemos discutir os trabalhos que os psicólogos já estão fazendo nos movimentos sociais como um todo. E, a partir desse seminário, poderíamos começar a constituição de uma rede no campo da saúde mental, mas poderíamos começar pela Psicologia, que é mais simples pela parceria entre Conselho e MST.

A última coisa é saber como vamos nos constituir como um coletivo. Minha vontade, por exemplo, é, ao voltar para o estado, já começar a articular um coletivo MST e CFP. Mas, como ainda é um flerte, precisamos ter calma e nos constituirmos primeiro enquanto grupo, com propostas claras, para depois, articular isso nos estados.

Grupo 3:

Nós organizamos nosso debate em desafios para o MST e para o CFP e tiramos uma proposta de atuação.

Desafios:

- Singularidade do sujeito em relação à coletividade. O MST, mesmo tendo uma proposta coletiva, não pode perder de vista a singularidade dos sujeitos;

- A capacidade criativa, da experimentação, de conviver com nor-





mas e estruturas;

- A necessidade de se considerar como a dimensão subjetiva interfere na produção;
- Compreender a subjetividade na construção da consciência de classe;
- Questões como depressão e alcoolismo, que implicam em intervenções imediatas;
- O preconceito existente no MST em relação à Psicologia e a necessidade de se levar ao Movimento outras literaturas no sentido de oxigenar as idéias.

Propostas:

Listar as pessoas disponíveis, em nível regional, para assessorar o Movimento nos setores e nos momentos em que é necessária a presença da Psicologia.

Os próprios psicólogos pensarem, em nível das regiões, um levantamento de bibliografias que trabalhem um pouco a questão do estudo de dimensões da vida nos assentamentos. Poderíamos, inicialmente, fazer uma primeira seleção dos materiais que pudessem ser interessantes.

Há a necessidade de se constituir uma coordenação desse grupo para acompanhar e coordenar as várias iniciativas que eventualmente possam ocorrer nos estados, para que o processo não tome rumos sem o acompanhamento da riqueza que tudo isso possa produzir.

Em relação à construção dos cursos de Psicologia para o Movimento, pensamos um pouco como o Grupo 1. Talvez, nesse momento, fosse interessante desenvolver algumas experiências, algumas práticas acompanhadas, para que isso possa nos ajudar a ir clareando nossa contribuição, até se chegar a pensar na proposta de um curso. No momento, ainda temos poucos elementos para discutir o que seria um curso de Psicologia organizado para o Movimento.

Grupo 4:

Levando em consideração todas as questões levantadas nesses dias, agrupamos os desafios em grandes eixos:

1. A construção de uma política de saúde mental para o campo;
2. A construção de uma rede popular de profissionais de saúde mental, a exemplo da Renap;
3. Organizar um Curso Nacional Superior de Psicologia do campo;
4. Assessoria para capacitação de militantes como agentes comunitários de saúde mental.

Desafios específicos:

- Acompanhamento psicológico a pessoas vítimas de violação de direitos humanos;
- Assessoria e acompanhamento a situações limites de dependência em álcool e outras drogas;
- Criação de espaços de troca, de vivências em relações afetivas, sexualidade, gênero, familiares e outras;
- Assessoria em Psicologia do Desenvolvimento Humano nos processo de formação de educadores, para que sejam multiplicadores.

Como proposta de encaminhamento:

- Criação de um Coletivo Nacional de articulação para a construção desses grandes eixos colocados. Em princípio, seria esse que aqui que se encontra. Teria uma periodicidade de dois meses para se encontrar para colocar as propostas em funcionamento.

Quando falamos da construção de uma política de saúde mental do campo, estamos tratando daquela discussão que aqui fizemos. É preciso pensar uma subjetividade do campo, para construir uma política de saúde mental do campo, que considere as especificidades desse local.

Considerações e Debate:

- Em primeiro lugar, queremos afirmar que tudo o que saiu dos diferentes grupos é um material muito rico para pautar nosso caminho. Todas as propostas são válidas e constituem um material de orientação para pensar o futuro. Não se trata aqui de votar ou escolher. O que temos de destacar são nossos consensos mínimos em termos dos próximos passos para apontar por onde começamos a operacionali-





zação das proposições.

A primeira coisa é garantir a publicação desse material. Imediatamente encaminhar o material para transcrição e, depois, para a edição, que deve ser conjunta.

Podemos destacar os consensos com relação a temas, sobre o conteúdo do nosso diálogo e sobre as questões de emergência e de médio e longo prazos, inclusive.

Apareceram aqui, como destaque, o estabelecimento de um canal permanente entre CFP e MST e se considerar esse um coletivo inicial de referência.

Tentei sistematizar em quatro grandes grupos:

1. A consolidação de um Coletivo Nacional, com algumas pessoas responsáveis mais de perto pela interlocução.

2. Mapear as experiências existentes e organizá-las, com o intuito de potencializar a relação entre as duas entidades. Isso poderia ser através de um seminário ou de uma oficina. Enfim, uma forma de mapear as experiências em andamento.

3. Nesse mesmo espaço ou não, fazer uma busca de tudo o que está sendo produzido nessa relação Psicologia e MST, seja na academia ou em outros espaços, para que possamos ter materiais já consolidados, já produzidos. Na verdade, seria fazer um acervo do já existente e do que está em produção.

4. Efetivar assessorias pontuais, desde situações de crises até cursos de formação, até a elaboração de uma proposta de política pública de saúde mental, até a assessoria na proposição de currículos de estudo para as diferentes áreas onde a Psicologia possa ser introduzida como um novo campo no Movimento. Talvez essa assessoria pudesse ser por grupos temáticos, organizados a partir do próprio Conselho, que indicaria os canais de referência.

E, mais ao longo prazo, elaborar a rede que pode se iniciar com a Psicologia e ser ampliada com a saúde mental e outros profissionais da área da saúde e com outras categorias que possam se somar pelo viés da saúde.

- Essa rede poderia ser constituída por psicólogos e por todos

aqueles que estão lidando com a questão da subjetividade, especialmente nos movimentos sociais e, de início, com o Movimento Sem Terra.

Outra coisa que ajuda muito a pensar os próximos passos é já propor aos Coletivos do MST, inclusive já convidando um de nós, conforme o tema ou a região do país, começar os debates nesses setores. Esse pode ser um acordo entre nós, que já garante a continuidade desse processo de reflexão.

- Houve uma discussão que tivemos no grupo e que tem a ver com o que foi falado aqui, no final. Nós vamos tentar levantar o que tem sido feito, por quem. Cada um está com essa responsabilidade em seu nível local, mas sabemos que existem diferenças muito grandes. O Movimento, algumas vezes, me procurou para indicar pessoas, e tivemos dificuldades em achar as pessoas indicadas para trabalharem em determinadas situações. Então, há a nossa formação de psicólogos sobre a realidade do campo. Nisso, surgiu a idéia de podermos, nesse processo, fazer um trabalho de formação local também. Da mesma forma que fizemos aqui. Inicialmente, fazer esse encontro com as pessoas que já fazem um trabalho e, depois, ampliar para a formação de pessoas em nível local. E, inclusive nos convidando entre nós, buscando aqueles que têm maior experiência nos temas a serem tratados.

- Duas coisinhas:

Em várias regiões do Brasil, há psicólogos trabalhando em torno do tema rural. Muitas vezes nem se definem muito como psicólogos, porque acham que aquilo que estão fazendo não é Psicologia. Se tivermos condições de, aqui e acolá, ir encontrando esses colegas que estão com essa inserção, seria bom se chamássemos essas pessoas para participar. Essas pessoas, com certeza, pela prática que desenvolvem, têm uma prática rica para ser trazida. Além de ser a possibilidade de resgatar nesse colega a sua inserção como profissional. Creio que devemos estar atentos e garimpar esses colegas.

Uma segunda coisa é que talvez fosse interessante pontuarmos





algumas coisas formuladas aqui com conteúdos que se diferenciam. Não no sentido de apontar divergências, mas no sentido de que talvez sejam questões com a qual devemos pensar mais juntos. Por exemplo, a própria questão do curso de Psicologia. Como estamos entendendo isso? No nosso grupo, achamos essa uma iniciativa um pouco prematura, mas talvez, ouvindo argumentos daqueles que julgam já ser possível, possamos nos convencer.

Outro exemplo é com relação ao método. Talvez fosse necessário pensarmos num método sobre a questão da subjetividade que se diferenciasse do outro. Mas talvez pudéssemos pensar também em como, ao conversar e debater com o MST a questão do método de trabalho, poderíamos pensar como essa prática poderia começar a absorver essas dimensões de espaços de liberdade, que no, nosso grupo, chamamos de reforçar a singularidade das pessoas.

Outra coisa é que a Psicologia já tem conhecimento acumulado, que pode ser disponibilizado. Mas, ao mesmo tempo, as práticas do Movimento já têm conteúdos que talvez não estejam dentro das formulações teóricas da Psicologia, mas que têm formulações extremamente ricas e interessantes que talvez a Psicologia possa incorporar como novidades para pensar a subjetividade.

Todas essas coisas são desafios, são questões aí colocadas para pensarmos juntos nesse caminho de interlocução comum.

- Estou preocupada com as amarrações. Primeira coisa, Paulo, quando você fala que já podemos ser um Coletivo Nacional. Pensei: Coletivo Nacional do quê? De saúde mental? Quem somos nós, aqui?

- Uma articulação CFP e MST?
- Assim, siglas?
- Quer uma bandeira também?
- Subjetividade, é isso?
- Pode ficar Coletivo Subjetividade e a Questão da Terra.

- Bem, aí, quando se fala em mapear experiências e a busca da produção, fico pensando que gostaria de encaminhar isso para alguma coisa. Estou contatando você, que faz o trabalho no assentamento tal, para quê? E gostaria de defender a idéia do seminário como uma forma de termos uma tarefa para continuar a articulação. Tenho medo de ficar muito solto, de cada um ir para suas tarefas cotidianas, que não são poucas. Se não tivermos uma ação conjunta, tenho medo de nos perdermos. Assim, queria propor de novo o seminário, que pegasse esses temas listados aqui para serem abordados teoricamente. Gostaria que pudessemos dar esse passo.

- Eu ainda acho que precisamos fortalecer nos Conselhos Regionais de Psicologia, até para passar o que tivemos aqui. A apresentação de vocês foi riquíssima até para revermos nossa postura profissional. Tem toda a nossa questão ética de respeito a todo o trabalho que já existe, mas é importante multiplicar a vivência daqui, para amarrar.

- Pela intensidade das temáticas que apareceram, há a ansiedade, de parte a parte, que as coisas aconteçam. Mas, conhecendo o Sistema Conselhos e o MST, são duas entidades com instâncias de decisão. Teremos um processo eleitoral e vai mudar tudo. Mas todos que estão nas chapas têm uma postura de esquerda. O eixo da maioria das chapas tem um corte de compromisso social. Então, contamos com uma interlocução dentro do Sistema Conselhos para continuarmos propondo a continuidade do compromisso social da Psicologia. Do lado do Sistema Conselhos, há espaço para continuarmos impulsionando esse compromisso com o Movimento. E, do lado do Movimento, há as instâncias, os Coletivos. Mas creio ser estratégica essa publicação com as recomendações. E será uma base para a continuidade, a implementação das propostas. Os dados estão lançados. A questão é como continuarmos isso. Aqui não podemos avançar mais.

Eu teria outra proposta em termos de Movimento. Uma instância importante é a Escola Nacional Florestan Fernandes, que pode ter esse material aqui elaborado como base para suas futuras discussões, pois





tem uma grande capacidade de irradiação e de concepção de quadros. É importante que entre na memória desse encontro e entre na agenda da Escola esse debate. Além dos coletivos e instâncias citadas aqui. É importante esse material, esse acúmulo, ser uma espécie de *big bang* da questão da subjetividade nas instâncias do Movimento. A partir daí, continuaremos sendo convocados para esse debate. E, de nossa parte, o compromisso de estarmos disponíveis e de cobrarmos do Sistema Conselho a continuidade desse compromisso.

- Eu queria entrar exatamente nessa linha. Temos de concreto o trabalho que fizemos nesses dias. Devido às eleições no Conselho, do nosso lado a proposta da Magda vai depender de avaliações e de financiamento. Talvez pudéssemos tentar garantir que o documento produza uma discussão local. Talvez fosse interessante montar uma estrutura semelhante, para discutir esse documento e fazer encaminhamentos locais. A proposta da Magda pode, em um primeiro momento, ser semelhante ao que a Renap faz, de um cadastro, para poder visar a um posterior seminário? Acho importante não deixar somente no texto o que discutimos, mas de fazer um encaminhamento com essa forma preservada, para desenvolver mais essa discussão.

- Deixa-me dar alguns esclarecimentos. Vocês estão aqui pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Ou seja, vocês têm uma instância de devolução possível, um canal aberto, e podem cobrar a continuidade a partir do apoio dessa instância. E um detalhe muito importante é que o CRP de São Paulo é metade do Conselho Federal em termos de recursos, de infra-estrutura, de tudo. Ou seja, é um espaço de onde se tem a possibilidade de se cobrar questões concretas. Lá também está a Escola Nacional Florestan Fernandes, que nos dá a garantia de um espaço para um futuro seminário. Ela vai ser inaugurada em janeiro, ainda, mas já a estamos ocupando. Mesmo o Conselho tem um bom espaço em São Paulo. Então, temos tudo para tentar garantir lá a continuidade do processo. A interlocução com o MST também é em São Paulo, mas o Federal não está descartado em termos de interlocução. Assim, temos a ferramenta, que é o documen-

to que vai sair daqui com todas as propostas e nossos canais.

- Eu queria falar porque eu não concordo com essa proposta. Fizemos uma aproximação com o MST nacional. Essa relação precisa ser mais burilada para, depois, passar para a relação CRPs e MST estadual. Tenho medo de atropelar o processo. Estamos nos conhecendo, e primeiro precisamos fortalecer o nosso coletivo para, depois, abrir outros coletivos. Pela experiência que tenho de trabalho com o MST em São Paulo, precisamos ter uma relação de mais proximidade, mais confiança, mais conhecimento entre nós, para depois irmos para outros níveis.

Paulo, entendo quando você fala que nós, enquanto Conselho e enquanto MST, não podemos deliberar nesse grupo coisas que têm outras instâncias. Mas será que, enquanto proposta desse grupo, não poderíamos encaminhar o seminário? Pode ser que não aconteça. Mas fico preocupada em ficar somente no mapeamento. Se não temos tarefas coletivas, não somos um coletivo.

- Podemos encaminhar como proposta desse grupo um segundo seminário.

- Não estou entendendo assim. As propostas me parecem iguais. A proposta seria fazer pequenos seminários, ou outras atividades, locais, em que pudéssemos ampliar o grupo. Com a coordenação, com o compromisso desse coletivo inicial. Mas que pudéssemos, a partir daqui, descobrir novas pessoas, novos trabalhos, até que se faça um encontro maior.

- Em algumas coisas ficaram claras as demandas e os desafios. Mas há duas coisas que não consigo visualizar:

1. Como vamos dar conta dessas demandas? Por onde vamos começar? Um caminho é a publicação, que é uma ação desse Seminário. Além da publicação, creio que tem outro passo de elaboração. Por exemplo: não existe política pública nesse país para tratar da questão do alcoolismo e outras dependências. E uma política pública de saúde mental tem de contemplar todas as outras ações. Queremos





fazer um reboiço na questão da saúde. Como vamos fazer isso concretamente?

2. Tem a organização deste Coletivo-MST e Conselho Federal. Como vamos organizá-lo? Será um coletivo? Terá reuniões ordinárias? Por exemplo, O Pronera foi uma política que nós construímos. Durante o Encontro Nacional do ENERA, na UnB, convocamos todas as universidades e fizemos esse debate, de que queríamos uma política pública para educação de jovens e adultos. A partir de então, decidimos formar um grupo e marcamos um segundo momento. E hoje temos um programa, que ainda não é o ideal, mas há uma ação. Então, acho que podemos caminhar nessa direção. Porque entendo que temos dois processos a alcançar: um mais orgânico do que queremos e de como fazer; e outro, um processo de conquistas políticas junto ao Ministério da Saúde, buscando a qualidade de vida nos assentamentos, e no campo como um todo.

- O que a Gislei sistematizou encaminha essas coisas. Talvez o que possa fazer aqui seja uma indicação desse Coletivo para a realização de um novo seminário para alargar e dar continuidade a essa articulação. Isso poderíamos apontar como uma possibilidade para o CFP e o MST verificarem a pertinência. E, por outro lado, essas iniciativas em nível regional podem ficar a partir das possibilidades efetivas de cada Regional. Na Paraíba, vou procurar o pessoal do Conselho e o pessoal da Coordenação Estadual do MST, para informar sobre o que aqui aconteceu e, talvez, daí possa evoluir algum tipo de articulação. Aqui, não tenho condições de avaliar se haverá desdobramentos, porque independem de mim as definições das instâncias das quais não participo. E os desdobramentos dependem da conjuntura local. Neste momento, creio ser difícil tomar determinações. Talvez, no futuro, isso ocorra. Podemos propor, sugerir, formular necessidades e intenções a serem avaliadas pelas instâncias das duas entidades. E podemos indicar que, para viabilizar essa parceria, seria interessante, dentre outras iniciativas, a realização de outro seminário com uma periodicidade a ser indicada por essas próprias instâncias. E a indicação é de que sejam envolvidas mais pessoas que também têm práticas a serem expressas.

- Uma coisa eu posso garantir: Vou dar devolução para a Plenária desse encontro. Há uma expectativa nessa instância de que isso seja uma política para o campo. Tanto que o objetivo inicial era um encontro com atingidos por barragens, movimentos de pequenos agricultores, além do MST. O que houve foi falta de condições operacionais deles para acompanharem nosso processo de discussão. Mas, há o interesse. Então, a questão é sugerir um segundo seminário, ampliando com esses outros movimentos do campo o patamar de discussão, de articulação e de construção de uma política para o campo. Há uma expectativa com relação ao Ministério da Saúde de se constituir um espaço de reflexão sobre isso, ocupando esse espaço, mas a base seria um futuro seminário para dar seqüência. E é isso que vou levar para a nossa próxima reunião, no início de setembro.

Passos a serem implementados:

1º) A publicação, para socializar essa memória;

2º) A permanência desse Coletivo como ponto de partida para construir esse segundo seminário, que terá a característica de pensar propostas concretas frente às demandas, com dois caráteres. Um de se informar e outro de se discutir o que queremos com a construção de uma política de saúde mental.

- Outra coisa que precisa ficar clara é que vocês podem contar conosco, psicólogos, a partir de agora. Então, se o Coletivo de Saúde fará uma discussão relacionada às demandas aqui apresentadas, já pode contar com o pessoal que está aqui, como referência. O sentido da continuidade não acaba. Continua, inclusive, com o fato de que somos pessoas que querem contar com vocês.

- Esse material que está aqui serve como base de discussão interna para os dois lados, para fortalecer e ampliar essa discussão. Até o material ficar pronto, podemos ir pensando na proposta de seminário ampliado e ir buscando novas pessoas interessadas em partilhar as possibilidades de recursos para realizá-lo. Vamos ficar com a lista de contatos de todos e, através dos *e-mails*, vamos trocando idéias. Talvez antes do seminário ainda tenhamos de fazer uma reunião desse





grupo para acertar os detalhes, mas podemos dar continuidade a partir daqui, com esse material servindo de subsídio. E, se até lá, precisarmos de assistência emergencial, temos contatos para articular regionalmente.

- Com relação à construção da grade da Florestan Fernandes, se vocês quiserem contar comigo e com a Magda, que estamos em São Paulo, para irem tratando das questões sobre subjetividade e homem novo, subjetividade e mulher nova, subjetividade e a sociedade que a gente quer, além de outros temas, podem contar com a gente...

Levarei esse relato para o Coletivo, vamos digerir tudo isso, que é muita coisa. A Jesus deve levar essa discussão para a Direção Nacional e para o Setor de Saúde. Então, também temos um tempo para que, operacionalmente, também dentro do Movimento isso tudo seja digerido, compreendido, para podermos chegar a ações efetivas. Nem tudo depende de nós aqui presentes.

Mas ficou claro que, em qualquer necessidade de contarmos com o apoio de um especialista, podemos contar com vocês, psicólogos. Mas coisas maiores dependem de uma discussão maior na organização.

Avaliação do Seminário

- Como um encontro como esse faz bem para a nossa subjetividade!

...Pelo menos para a minha fez um bem enorme! A conjuntura geral do país nos deixa meio órfãos de possibilidades e de poder contribuir. E, às vezes, atrapalham nossos preconceitos em relação a coisas que existem. Quando abrimos essa possibilidade de diálogo e podemos ouvir as coisas que vocês, do MST, relataram aqui, isso resgata os desejos mais profundos de querermos contribuir com um processo como esse, que vocês estão construindo. Pela multiplicidade de coisas existentes, na verdade, vocês estão de fato e concretamente gestando a nova sociedade brasileira. Então, termos o privilégio de participar, de contribuir com esse processo, mesmo que seja de forma virtual, bate com os desejos mais profundos da nossa alma. Esse encontro, para mim, teve essa dimensão e essa importância.

- Eu queria completar a fala do Genaro, pois, com certeza, essa emoção e esse efeito na nossa subjetividade, de encontrar companheiros que têm um valor de fazer com que a gente se coloque em uma posição de esperança. Mas queria acrescentar que um desejo muito forte meu, que acredito seja compartilhado por outros psicólogos aqui, é de afetar a Psicologia com isso, comprometer a Psicologia com isso. Quero que esse encontro tenha esse efeito.

- Eu trabalhava como psicóloga no serviço público e, há cinco anos, conheci o assentamento, conheci o MST e entrei na consulta popular. Isso foi uma virada muito importante na minha vida. E, nesses anos, fiquei sempre me debatendo com a questão de como juntar meu conhecimento e minha experiência como psicóloga com a militância. Procurei pessoas, escrevi textos, levei um psicanalista na Direção Nacional do Movimento, tive muitas iniciativas árduas e solitárias, com exceção da lanina, de fazer essa integração, tanto de trazer questões da subjetividade nos movimentos dos quais participo, como de tentar afetar meus colegas psicólogos com esse mundo que eles não conhecem. Passei esses anos nesse lugar. Então, estar aqui,





para mim, é muito importante, porque esse é um espaço privilegiado. Por isso meu contentamento, pois, com a experiência que acumulei, esse é o lugar certo para continuar nesse caminho que é um grande desafio. Esse lugar da subjetividade e do Movimento, da Psicologia com a esquerda, é uma grande indagação.

- É, de parte a parte. Às vezes estamos na base, muito centradoss nas tarefas do Movimento e parece que somente nós estamos lutando. E, quando vimos em uma atividade assim, vemos que não é só no Movimento que há homens e mulheres que querem lutar por um país melhor, que querem construir uma humanidade mais digna e mais justa. Isso é um alívio. Não estamos sozinhos. Na verdade, não estamos divididos entre sem terra, advogados, psicólogos, médicos. O que existe são pessoas que tiveram a oportunidades diferentes, que exercem atividades diferentes, mas que são seres humanos capazes de se indignarem com o que está errado e que querem transformar isso. Essas pessoas se juntam, cada um colocando suas habilidades à disposição da luta, por uma humanidade melhor. A dimensão do humano transcende a atividade profissional. Então, sinto-me muito mais humano junto com vocês. Descubro-me mais humano. E isso faz parte do nosso processo de construção. Descobrir no outro, no diferente, um igual, é fundamental para renovar nossas forças. Agradeço por vocês existirem, estarem aqui e fazerem esse contraponto conosco.

Em relação ao nosso Seminário, ele constitui um passo muito importante nessa aproximação que estamos fazendo. Muitas vezes nós mesmos insistimos em dizer que o MST não tinha espaço para isso. Os espaços no Movimento Sem Terra foram construídos justamente dessa forma. O Movimento é essa construção. Não é nossa atitude que nega, por exemplo, o método do MST. Somos responsáveis por construir o Movimento. Não é uma negação. No sentido mais dialético é. Mas a maturação do Movimento permite que essa construção aconteça. As condições são criadas a partir do movimento, da organização. Com isso, hoje podemos falar em subjetividade e, amanhã, poderemos falar em outros elementos hoje não tão presentes. Fazer parte dessa construção é muito bom.

- Encontramos, nessa discussão, um alento e um ânimo para muito sofrimento pelos quais passamos. Quem de nós, quando vê um companheiro sofrendo por alguma razão, seja pela violência, pela tortura, pela droga, pelos conflitos familiares, pelos dramas em geral, não se compadece, não deseja alternativas para esses enfrentamentos? E esse é um momento de se gestar essas possibilidades. Com certeza, essa discussão será acolhida em nossas instâncias com grande esperança. Vamos caminhar juntos e juntas. Essa é a sensação que temos agora. E entendemos que esse é um momento histórico na luta pela terra. E o objetivo de fazer coisas por essas pessoas desamparadas pelas situações de sofrimento. Estamos aqui por uma causa maior.

- Só quero dizer que há 20 anos, uns poucos malucos começamos a falar em fim de manicômio, em acabar com a hospitalização e fazer essa discussão dos direitos humanos nas escolas. Falávamos sozinhos pelos corredores. Éramos uns poucos que acreditavam nesse sonho e que o fomos perseguindo. E hoje já temos uma lei que define isso nos estados e em nível nacional. Então, muitas vezes, começamos falando sozinhos. Mas, numa hora, alguém escuta e vai se incorporando à luta e fazendo o sonho virar realidade. E aqui estamos plantando essa semente, que, com certeza, frutificará daqui há algum tempo.

- Essa imagem da semente, usada na primeira mística, é bem apropriada para esse encontro. Com o tempo, certamente, ela frutificará. Tanto do lado dos psicólogos há um compromisso crescente com a questão social de maneira geral e, especificamente, com o Movimento Sem Terra, e, da parte de vocês, o clamor é tão forte que os que tiverem surdos ouvirão.

Queria agradecer aos companheiros do Conselho Federal que deram todo o apoio nesse dias. Ao companheiro do som também. Sem eles não poderíamos ter construído nada disso. Então, muito obrigado a vocês todos.

- Gostaríamos, neste momento, de dizer a você, Paulo, enquanto representante do Conselho federal de Psicologia, que, em nome do





Movimento Sem Terra, queremos dizer que esse é um momento muito importante para nós, que, ao longo desse 20 anos, fomos nos construindo sempre com outros companheiros que se aproximavam e nos enriqueciam eles se enriquecendo com nossa experiência também. Nossa responsabilidade é muito grande. Encaramos isso como um desafio de construção de um projeto popular para o Brasil, de construção de uma nova subjetividade, não somente para sem terra e psicólogos, mas para o povo brasileiro. Porque não só nós temos dificuldades de relação e de repressão. Todo o povo do Brasil. Então, quer queiramos ou não, isso é um ensaio de um desafio maior. E estamos plantando essa semente, que estaremos cultivando para florescer. Então, para marcar, de forma simbólica, a nossa gratidão pela iniciativa do Conselho, entregamos a esses companheiros um pouco desse esforço coletivo e do resultado desses 20 anos de luta do Movimento Sem Terra, que são nossas publicações, nossas sementes, nossas músicas e nossa bandeira. Isso simboliza nosso esforço coletivo, que está presente cada um de nós. Passo isso tudo, agora, a suas mãos.

- Agradeço, em nome do Conselho Federal de Psicologia. Vou levar essas cestas para a nossa Plenária, composta por 22 companheiros do Brasil inteiro, que deliberaram pela construção desse seminário. Somente queria dizer, em nome do grupo aqui presente, que vocês nos humanizam. É importante que nós, como psicólogos, sejamos humanizados pelo Movimento e pela participação de vocês aqui e pela construção conjunta de futuro.

SÉRIE GENTE DA TERRA





Parte II

Seminário: “Subjetividade e os Povos Indígenas”¹³

Luziânia, 05, 06 e 07 de novembro de 2004

Mesa de Abertura

A Construção desse Encontro

Paulo Maldos¹⁴

Este é o segundo encontro da temática “Série Gente da Terra”. Realizamos um primeiro, em parceria com o Movimento Sem Terra, há cerca de dois meses. Teve a mesma metodologia. Mas, no caso anterior, foi apenas o Movimento Sem Terra quem participou, por meio dos setores de Direitos Humanos, de Educação, de Gênero, de Formação e do Setor que eles chamam de Frente de Massas, para discutir conosco as mesmas questões aqui propostas.

Este encontro de agora, em parceria com o CIMI, tenta abranger a diversidade possível dos povos indígenas existentes no Brasil. Por parte do CFP, encaminhamos convites para os vários conselhos regionais. Por parte do CIMI, há pessoas dos vários regionais e indígenas de vários povos do Brasil, contemplando todas as regiões do país. Assim, vamos fazer esse esforço inédito de enfrentar esse debate e tentar chegar a uma compreensão sobre a temática, pensando formas de como o Conselho Federal de Psicologia e os conselhos regionais podem contribuir com os povos indígenas a partir do que aqui aparecer.

Também fizemos, eu, Paulo Maldos, pelo CFP, e Saulo Feitosa, pelo CIMI, uma pequena preparação, através do texto que vocês têm em mãos, com o objetivo de tentar esclarecer aos indígenas esse campo de discussão. É um tema muito ligado à ciência da Psicologia e muito influenciado pela nossa cultura. Significa abordar a vivência de indivíduos, sua vida, suas memórias, suas emoções, suas formas de reagir ao mundo externo, à sociedade, à família, aos ambientes em que vivem. Seria o modo de cada um “funcionar”, sentir, pensar a si próprio, sua história de vida, seu presente, seu futuro, sua comunidade, o mundo atual. Então, é um pouco desse campo, que cada cultura e cada pessoa vivencia de um jeito diferenciado.

O jeito que nós, psicólogos, temos, de explicar, pode ser muito dife-

¹⁴ Conselheiro do Conselho Federal de Psicologia





rente das formas que vocês têm de explicar. Há coisas que nós vemos como problemas que, para vocês, não são problemas. Não queremos, aqui, neste encontro, criar problemas. Por exemplo, um tema como suicídio. Há suicídio entre os Zuruahá, do Amazonas, que é ritual, tem uma inclusão no seu mito, em seus heróis, em sua cultura. Mas, para o povo Guarani Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, é um problema a ser discutido como uma questão séria, que desejam erradicar. Então, não queremos, aqui, como psicólogos, levar nossa cultura e nosso jeito de ver a subjetividade e suas questões como verdades.

Queremos, sim, conversar com vocês sobre a vivência individual, memórias, projetos de vida, formas de se relacionar com a família, com a comunidade, com os antepassados, com a cultura, com a vida, e identificar, com vocês, em quê podemos contribuir. Nós não vamos definir o que é para ser trabalhado ou não. Queremos um encontro baseado na escuta dos povos indígenas aqui presentes. Queremos construir este evento a partir da fala de vocês sobre a vida em sua cultura, em seu povo, na sua comunidade, na família, com vocês mesmos e, a partir daí, identificar em quê podemos contribuir na educação, na formação, na luta pela terra, na saúde. A saúde é um lugar importante. O Estado brasileiro tem muitas intervenções na área de saúde indígena, com lugares definidos, inclusive nas Conferências Nacionais de Saúde. Queremos identificar formas de como os psicólogos podem contribuir a partir do que for dito por vocês. Não vamos dizer por vocês o que é problema ou não.

A subjetividade seria nossa vida interior como indivíduos. Seria como vivenciamos nossa história, nosso presente, nossas relações cotidianas nos mais diferentes ambientes; como experimentamos nossa vida cotidiana em nós mesmos, nossas emoções, pensamentos, sentimentos, projetos enquanto indivíduos membros de uma comunidade cultural. Enfim, nossa experiência individual da vida é o tema central desse debate. No geral, quando tratamos da questão indígena, até hoje, falamos que é coisa para antropólogo, para sociólogo. Sempre se reporta a uma questão mais ampla. Aqui, queremos ser ousados, tentando discutir o tema com pessoas de cultura diferente da nossa. Mas, cremos ser importante discutir.

Eu, que trabalhei por dez anos com a questão indígena, vivi algumas experiências. Quando sabiam que eu era psicólogo, tanto índios de Roraima como do Mato Grosso do Sul manifestaram a importância de psicólogos trabalharem com as questões da violência, do alcoolismo, da droga, do suicídio, da violência sexual. Então, cremos que a Psicologia tenha algo a dizer, tenha a contribuir. Isso baseado na própria demanda que partiu de lideranças indígenas.

Um caso concreto: sobre a área indígena Raposa Serra do Sol, uma área fundamental para a Amazônia e Roraima, para o Brasil, onde há uma luta de mais de 30 anos. Em conversa com o Jaci Macuxi, a principal liderança daquela área, que trabalha com centenas de escolas indígenas, postos de saúde indígenas, controlados pelos povos indígenas da região, ele explicitou que os psicólogos teriam muito a contribuir para a organização das escolas e seus currículos, com o treinamento dos agentes de saúde; falou sobre o alcoolismo, que prejudica a luta pela demarcação da terra, pois destrói a auto-estima, cria desânimo, tira o pessoal da luta. Então, há demanda para os psicólogos atuarem juntamente a pessoas que sabemos membros de culturas e comunidades diferentes das nossas, mas que solicitam a busca conjunta de soluções.

Essa é a tentativa deste encontro: focalizar a subjetividade, o modo de cada indivíduo reagir à vida cotidiana, ao projeto de vida pessoal e comunitário, a partir da escuta de vocês.





Mesa de Abertura

Psicologia e a Questão Indígena: um início de diálogo

Saulo Feitosa¹⁵

Boa tarde a todas as pessoas presentes. Aos representantes indígenas, aos vários povos, às várias regiões, aos membros dos conselhos regionais de Psicologia e do Conselho Federal de Psicologia e aos amigos e amigas do CIMI, que se dispõem durante esses dias a dialogar sobre o tema apresentado pelo Paulo Maldos.

Consideramos essa iniciativa do Conselho Federal de Psicologia muito importante. Temos conhecimento de que já existem pessoas da categoria envolvidas em lutas específicas dos povos indígenas pelo Brasil afora e que enfrentam alguns desafios como esses que já foram aqui citados. Temos conhecimento de vários povos em diferentes partes do Brasil que têm grandes desafios a enfrentar.

O CIMI, quando recebeu essa proposta do CFP, ficou em um processo de reflexão interna, procurando entender como fazer essa abordagem, em razão de toda a diversidade e as especificidades das culturas indígenas. Temos receio de estar mexendo em situações que não conhecemos, porque temos consciência de que tratar da questão da subjetividade dos povos indígenas é tratar de todo um universo cultural, simbólico, que envolve a questão religiosa, organização política, luta organizada, educação e a saúde indígenas, enfim toda a vida. E cada pessoa, cada indivíduo de determinada comunidade indígena, tem uma tarefa, um papel dentro daquela cultura e é nesse envolvimento, nessa atividade pessoal, participe de todas essas dimensões da vida do povo, da comunidade.

Então o CIMI sabe que é difícil, mas reconhece que, até em consequência da relação que essas comunidades estabelecem com a sociedade nacional, são apresentadas novas demandas que não estão presentes na cultura originalmente, mas que passaram a aparecer e que, por conta disso, necessariamente em todas as culturas não existem instrumentos suficientes para responder aos problemas e às dificuldades. Por exemplo, o alcoolismo, citado aqui. Conhecemos

muitas comunidades que possuíam uma bebida ritual que fortalecia a identidade cultural do grupo e que passou a ser apropriada e utilizada pelo invasor, pelo opressor, como instrumento de dominação, de dependência do grupo. Isso ocorreu quando a bebida ritual foi substituída pelo álcool trazido de fora, mudando totalmente o papel existente anteriormente. Isso originou uma série de conseqüências graves para a vida da comunidade.

Sabemos da situação de várias drogas presentes hoje em muitas comunidades indígenas, provocando a desagregação e as divisões internas, das conseqüências da própria intervenção dos não índios, que, muitas vezes, pensam estar contribuindo e acabam interferindo em aspectos da cultura do povo que não poderiam interferir. Então, em razão de vocês, povos indígenas, estarem submetidos a esse amplo leque de relações, o CIMI julgou importante que, assim como dialogamos há muito tempo com profissionais de outras áreas, como a Antropologia, área jurídica, Pedagogia, comecemos a dialogar com psicólogos e com a própria ciência Psicologia.

Acreditamos que a iniciativa desse seminário é importante para o trabalho do CIMI para o acúmulo do Conselho Federal de Psicologia e, principalmente, para a vida dos povos indígenas. Não pretendemos, em hipótese alguma, sair daqui com definições que possam já ser orientações de todo o trabalho a ser desenvolvido daqui para a frente, mas pretendemos levantar questionamentos e identificar idéias que possam contribuir com nosso trabalho e com as respostas que as comunidades indígenas necessitam.

As nossas expectativas são:

1º) Suscitar a discussão, perdendo o medo de dialogar sobre o assunto;

2º) Identificar elementos, pistas que colaborem com as comunidades indígenas e com o trabalho das entidades que as apoiem.

Aproveitamos para agradecer a todos os que atenderam convite. Esse é um grupo bem representativo, em número superior ao que esperávamos.

Este local onde nos reunimos é chamado de Centro de Formação





Vicente Cañas, em homenagem a um companheiro de luta, assassinado de forma violenta, em 1987, no Mato Grosso. Achamos que, colocando o nome dele nesse local, estaríamos preservando sua memória. O espaço é aberto, não somente às comunidades indígenas. Aqui se reúnem os movimentos dos atingidos por barragem, dos pequenos agricultores, de mulheres camponesas, enfim, vários segmentos sociais que, em seu processo organizativo, necessitam de um espaço para reuniões, encontros, cursos. Esse é um espaço nosso, deve ser zelado como tal. E todos devem se sentir em casa, bem à vontade.

Mesa de Abertura

*Odair Furtado*¹⁶

Boa tarde a todos. De uma certa maneira, as falas do Paulo e do Saulo dão a linha de nossa expectativa nessa jornada de trabalho. O fato é que o Conselho Federal de Psicologia está cumprindo um papel que reputamos como histórico, porque, rigorosamente, a Psicologia ou não conhece nada ou conhece muito pouco da questão indígena. Alguns psicólogos, por um trabalho heróico ou por uma disposição pessoal, estão envolvidos com a questão indígena. Mas, rigorosamente, isso ainda não chegou à Psicologia. Nossa Psicologia é eminentemente européia, fruto da colonização européia. Mesmo a que vem dos Estados Unidos vem com esse tom, com essa coloração cultural. Essa cultura entende pouco das outras culturas. No Brasil, particularmente, pela história que temos, ainda não houve um intercâmbio cultural suficiente para se produzir uma Psicologia que entenda a questão indígena.

Estive há pouco tempo em algumas cidades do norte do México, onde a questão indígena está presente no dia-a-dia. No México aconteceu algo diferente do que aconteceu no Brasil durante o processo de colonização. Não consigo avaliar o que seja positivo ou negativo nas diferenças. Portanto, apenas aponto rigorosamente a diferença. O fato é que há uma presença étnica, uma presença indígena muito marcante no cotidiano e na construção da cidadania mexicana. Encontrei muitos psicólogos que, juntamente com antropólogos, lingüistas e cientistas sociais, estão preocupados com a preservação da língua e dos costumes. Parte desses psicólogos e desses cientistas sociais são índios. Ou seja, estão produzindo algo a partir da visão e concepção da sua cultura. A preservação da língua e da defesa de que estejam presentes no campo institucional de uma maneira geral é muito importante para eles. Não é o que ocorre no Brasil.

Mas eu estou muito orgulhoso e emocionado de estar aqui presente, porque meu avô era índio. Eu nasci em São Paulo. O avô de meu pai morava em uma aldeia. Meu avô se casou com uma mulher branca, filha de austríaco. No fim do século XVII, São Paulo era uma

¹⁶ Conselheiro do Conselho Federal de Psicologia, representante da Diretoria do CFP.





pequena cidade, quase uma vila, com 60 mil habitantes. E de 1860 a 1890, quase na virada do século, a cidade passou a ter 250 mil habitantes. Desses, metade eram italianos. São Paulo virou uma cidade italiana. Portanto, meu avô se casou com uma filha de imigrantes austríacos e meu pai se casou com uma filha de italianos. Meu avô materno era italiano e eu fui criado em uma família italiana. Até bem pouco tempo atrás eu pensava ser italiano, pela maneira como a família vivia. Mesmo meu pai, com sua morenice, passou boa parte de sua vida vivendo com italianos. E, acreditem, acabou montando um negócio de italianos: uma pequena fábrica artesanal de macarrão! E as pessoas que compravam nessa casa falavam: “oh, italiano!” E ele respondia. E, pasmem, ele fala italiano! Aprendeu com os italianos, com quem trabalhou desde criança. Assim, foi só muito recentemente que eu descobri que era índio. Olhei no espelho e vi que não era italiano, era índio. E, por conta disso, é que me sinto muito orgulhoso de estar na abertura deste encontro. E pelo fato de ser psicólogo, de ter sido presidente do CFP, por estar muito mergulhado nesse campo, ser um professor universitário, posso afirmar que a Psicologia brasileira fez muito pouco pelos índios desse país.

E o que a Psicologia pode fazer? Pode compreender a maneira de pensar dos índios. E, a partir disso, fazer aquilo que falam o Saulo e o Paulo. Então, este encontro talvez seja histórico, porque temos aqui representantes de povos indígenas, temos lideranças indígenas que podem falar não exatamente o que a Psicologia pode fazer por esses povos, mas o que nós imaginamos, que necessidades são as nossas nesse campo, que podemos chamar de campo da subjetividade, ou dos pensamentos, ou da consciência, das emoções, dos afetos. Alguma coisa nestas dimensões. E há psicólogos aqui porque se identificam com esta questão. Estou aqui do lado do Paulo, que, dos psicólogos que conheço, é dos que mais entende da questão indígena. Trabalhou no CIMI por longo tempo, está muito envolvido com o tema. Temos o apoio do CIMI, que é certamente a organização que mais entende do assunto. E estamos aqui com aqueles, e me incluo entre eles, que somos o assunto.

Então, esse é um bom começo para sabermos o que devemos

cobrar dessa Psicologia, para dizer a ela que se volte aos problemas brasileiros, pense e construa algo novo, que sirva para os brasileiros. E o índio brasileiro é uma causa brasileira. E o que esperamos desse encontro são questões, perguntas, para que se comece a trabalhar nessa direção.

Apresentação dos participantes

A apresentação dos participantes foi feita através de três grupos: um grupo formado pelos missionários do CIMI, cerca de dez. Outro grupo do Sistema Conselhos, em torno de 16. E, os indígenas, grande maioria, divididos por regiões. Um grupo da Região Sul e Mato Grosso do Sul. Um segundo grupo, das Regiões Leste e Nordeste. Um terceiro, da Região Norte: Amazonas, Rondônia, Roraima e Amapá. E um quarto grupo seria a Região Centro-oeste: Mato Grosso, Tocantins, Goiás e Maranhão. Nesses grupos, foi conversado sobre os nomes; o estado; no caso dos indígenas, quê povo e quê organização; se há alguma prática em saúde, educação ou outra que tivesse a ver com o tema do Seminário; e, por fim, as expectativas com relação ao encontro.

Apresentação dos grupos

a) Grupo Sul e MS:

Composição e atuação:

- Batista, do Rio Grande do Sul, Kaingang, professor;
- Jaime, Rio Grande do Sul, Kaingang e do Conselho dos Povos Indígenas, cacique;
- Maria, Rio Grande do Sul, do Conselho dos Povos Indígenas, cacique;
- Eliel, Mato Grosso do Sul, Kaiowá Guarani, professor;
- Jeilson, Terena, representante dos jovens;
- Julião, Terena, Conselheiro da Saúde, professor;
- Leia, Mato Grosso do Sul, Kaiowá, professora;
- Lurdelice, Mato Grosso do Sul, Kaiowá, UIMES, agente de saúde, CONDISE.

Com relação ao tema:





- Jovens com vivência nas cidades e perda da cultura;
- Tentativa de resgate desses jovens;
- Busca da valorização da língua e dos artesanatos;
- Reuniões de lideranças para buscar soluções;
- Trabalho com alunos de 5ª a 8ª séries, abordando vários temas: drogas, violência, problemas pessoais e de convivência familiar.

Expectativas:

- Melhoria na saúde e na educação;
- Fortalecimento da luta pela terra;
- Respeito às diferenças culturais;
- Compreensão da visão indígena sobre o mundo material e espiritual;
- Recursos para a contratação de psicólogos;
- Capacitação dos próprios indígenas para trabalharem nas comunidades.

b) Grupo Leste e Nordeste:

Composição e atuação

- Marcos, cacique do Povo Xukuru, de Pernambuco, faz parte do Conselho local de Saúde, é vice-presidente da Associação Xukuru. O povo Xukuru se organiza em cacique, pajé, Conselho de Lideranças composto por 24 líderes, Conselho de Educação e Conselho de Saúde, que atende a 24 aldeias. Existem, anualmente, assembléias do povo Xucuru. Existem, ainda, comissões internas de 12 membros.

- Josué, cacique do povo Kambiwá, agente de saúde na comunidade;
- Cícero, Povo Xukuru Kairiri, de Alagoas, agente de saneamento básico e ambiental;
- Itamar, Povo Maxakali, de Minas Gerais, técnico em Enfermagem;
- Zenilda, Povo Xukuru, mãe do cacique Marcos e como tal, acompanha toda a organização do povo. Faz reunião com os membros dos grupos dos Alcoólicos Anônimos;
- Marlene, Povo Xukuru Kariri.

Expectativas:

- Estabelecer um diálogo na sociedade brasileira para construir o

respeito para com os povos indígenas;

- Início de uma parceria que resulte em uma consciência tanto da comunidade indígena como da não indígena;
- Estabelecer um relacionamento amplo e consciente entre os povos indígenas e os profissionais da Psicologia;
- Melhorar a visão sobre os problemas das comunidades indígenas;
- Buscar melhorias para a vida da comunidade, através de idéias novas;
- Ir mais longe, não somente esperar, mas buscar maior apoio para ampliar o número de grupos de Alcoólicos Anônimos nas aldeias;
- Buscar o apoio dos psicólogos para trabalhar, além da questão da saúde mental, os aspectos sociais com relação ao alcoolismo e às drogas;
- Construir uma integração que fortaleça os povos indígenas.

c) Grupo Norte:

Composição e atuação:

- Édilson Pinheiro, Etnia Apurinã;
- Cosmo Cordeiro, Povo Tucano, do Amazonas, faz parte da Pastoral da Família;
- Luís, da Etnia Aikanã, faz parte do conselho local de saúde;
- Valdir, Povo Sabané, Rondônia, agente de saúde;
- Nelson, da Etnia Karitiana, Rondônia, assistente do povo indígena;
- Matilde, da Etnia Gavião;
- Ronaldo Arara, professor;
- Álvaro, Etnia Arara, agente de saúde;
- Maria Domingas, Povo Karipuna, do Amapá;
- Josefa dos Santos, Povo Karipuna, do Amapá;
- José Sales dos Santos, do Amazonas.

Expectativas:

- Realizar parcerias que contribuam com informações a serem levadas às comunidades, que possam contribuir com um trabalho contínuo nas bases;
- Buscar formas de ajudar os povos indígenas usados pelos bran-





cos, o que leva à destruição das famílias e das aldeias.

d) Grupo do Mato Grosso, Tocantins, Goiás e Maranhão:

Composição e atuação:

- Uraro Karajá, da Aldeia Wataw, de Tocantins, presidente da Associação;

- Jurandir, Karajá, Aldeia Macaúba, Tocantins, professor;

- Frederico, Guajajara, Aldeia Juçarau, Maranhão, agente de saúde;

- Marcos Gavião, Aldeia Riachinho, Maranhão, segurança;

- Edinho Bororo, Aldeia Piebaba, Mato Grosso, professor;

- Nilson Bororo, Aldeia Córrego Grande, Mato Grosso, agente de saúde;

- Eva Lima, Karajá, Aldeia Xambioá, Tocantins, membro do Conselho de Saúde;

- Augusto, Karajá, Aldeia Warilantã, professor, membro do Conselho de Saúde local, secretário da Associação Indígena, membro do Conselho de Educação Indígena do Estado do Tocantins;

- Jocelino, Karajá, Aldeia Kurerê, professor;

- José Rodrigo, Bororo, Aldeia Bemure, membro do Conselho de Educação do Mato Grosso;

- Maria Divino, Bororo, Aldeia Dadarimana, do Mato Grosso, professora, membro do CIMI;

- Romerito, Xerente, do Tocantins, estudante;

- Elias, Xerente, Aldeia Grupe, estudante, do Tocantins;

- Geni, Karajá, Aldeia Itialá, Mato Grosso, agente de saúde;

Expectativas:

- Buscar soluções para problemas imediatos nas aldeias: alcoolismo, drogas e prostituição;

- Integrar os povos, unir os esforços para a luta contra os problemas que afetam as comunidades;

- Contribuir para o resgate da nossa cultura, ampliando nossos conhecimentos e fortalecendo nossa organização;

- Realizamos o segundo encontro de língua materna, com a assessoria da professora Maria do Socorro, da UFG, para trabalhar o

reforço, o resgate e a valorização da nossa língua, tendo o CIMI como parceiro. Convidamos o CFP para também ser parceiro e ajudar na proposta curricular de implantação do ensino médio para os jovens da Aldeia Carajá, na Ilha do Bananal, e da Aldeia Macaúba, do Tocantins;

- Aprender formas de tratar o alcoolismo, ampliado nas aldeias, que já possuem “botequinhos” para vender bebidas alcoólicas.

e) Grupo do CIMI:

Composição e atuação:

- Eloir, padre, Aldeia Meruri, Povo Bororo, Mato Grosso;
- Roberto, Porto Alegre;
- Saulo, Secretariado Nacional do CIMI, Brasília;
- Ed Paraense, Tefé, Amazonas, Povo Madiha;
- Prazeres, de Alagoas;
- Dejalcina, trabalha com o Povo Carajá, na Ilha do Bananal, e também na Aldeia Itialá, na Barra do Tapirapé;
- Verônica, trabalha em Imperatriz, Maranhão, com os Povos Guajajara, Gavião e Kricati;
- Isaura, CIMI, Mato Grosso do Sul;
- Lutimar, Minas Gerais, Povo Maxacali;
- Franci, missionária laurita, Mato Grosso do Sul, acompanha o povo Terena;
- Maria de Jesus, Maranhão, trabalha com os povos Guajajara, Timbira e Canela;
- Sílvia, irmã Marista, CIMI Rondônia, Pastoral Indigenista de Ji Paraná, com os povos Arara, Gavião e Soro;
- Ana Adélia, Manaus, psicóloga, trabalha com a questão indígena urbana.

Expectativas:

- Que o encontro sirva como espaço formativo, na perspectiva de se inserir em um trabalho com respeito e entendimento das diferenças, para possibilitar o diálogo;
- Buscar alternativas para os problemas das drogas nas áreas indígenas: álcool, drogas, prostituição e violência;





- Políticas públicas que levam esperança, mas deixam frustração, porque não atendem às demandas propostas, não garantem assistência digna e justa por parte do Estado;

- Trabalho com os indígenas nos meios urbanos. São grupos aos quais a FUNAI não dedica assistência, porque os julga desaldeados. Do órgão indigenista não recebem assistência porque são desaldeados e das políticas sociais não recebem assistência porque são índios. Como trabalhar com esse grande universo, presente em praticamente todos os centros urbanos?

f) Grupo dos psicólogos:

Composição:

- Antônio, CRP 09, Goiás;
- Paulo, CRP 03, Bahia;
- Lumena, CRP 06, São Paulo;
- Maria Luiza, CRP 03, Bahia;
- Juliana, CFP, Brasília;
- Miriam, CRP 04, Minas Gerais;
- Ari, CRP 07, Rio Grande do Sul;
- Rejane, CRP 02, Pernambuco;
- Celso, CRP 12, Santa Catarina;
- Ermelinda, Manaus;
- Pâmela, Roraima;
- Maria de Lurdes, CRP 03, Paraíba;
- Wilce, CRP 14.

Cada Conselho Regional envolve um ou mais de um estado, com uma gestão de três anos. Temos vários conselheiros assumindo agora uma nova gestão, que estão aqui preocupados com essa problemática, têm a consciência da responsabilidade social da Psicologia. Estamos afastados dos povos indígenas. A Academia não nos ensinou, nos formamos em um conhecimento desvinculado da realidade brasileira, o que faz com que, mesmo havendo muita intenção e compromisso, haja a necessidade de capacitação e diálogo com aqueles órgãos e entidades que já possuem uma intervenção e têm uma história. Assim,

alguns estão aqui enquanto administração política de um Conselho que tem a consciência e a preocupação. Outros têm experiência através da Funasa, da atenção à saúde indígena. Outros, ainda, vêm pela Academia, com trabalhos de pesquisa, ensinam Psicologia Social, Ética e Psicologia, e têm a preocupação de fazer com que a Academia chegue até essa realidade para poder intervir. Há aqueles que, por meio da especialização ou da extensão universitária, vão até a comunidade, buscando desenvolver ações educativas, ligadas à memória e à cultura. Outros atuam na luta pelos Direitos Humanos e atuam na defesa dos direitos dos povos indígenas. Há ainda uma psicóloga engajada em uma ONG Indígena.

Temos um perfil diversificado em nível de intervenção, mas todos com a intenção de que possamos aqui construir um projeto coletivo.

Expectativas:

- Conhecer o trabalho já desenvolvido sobre a questão da subjetividade;
- Organizar uma atuação a partir do CFP que articule todos os elementos importantes para as diferentes realidades;
- Contribuir para a busca de soluções não somente dos problemas nas aldeias, mas também nas cidades, que apresentam precariedade, dificuldade de atendimento, falta de políticas voltadas para as populações indígenas que estão nas cidades;
- Buscar maneiras de organizar a Psicologia para atender adequadamente a população com origem indígena.

“Estou surpreso com a diversidade presente neste encontro. Desde o início das conversas entre CIMI e CFP não imaginávamos uma riqueza tão grande em termos de povos, de regiões, de atuação. Estamos tendo uma referência de território nacional, com toda a diversidade étnica, cultural, de pensamento. É muito gratificante este bom início, que promete muito em termos de troca de experiências e de reflexão para pensar perspectivas”.





Debate sobre o texto base¹⁷

Nesse texto (anexo II), procuramos esclarecer qual o território no qual pretendemos discutir e tirar propostas. Queremos nós, como psicólogos e missionários, fundamentalmente, fazer uma escuta dos povos indígenas a partir das questões dramáticas que vocês próprios colocaram, sobre a luta pela terra, as invasões, o alcoolismo, as drogas, os problemas que desestruturaram famílias e povos. Ouvir os relatos e as demandas e, a partir deles, juntos, pensar alternativas para que a Psicologia comprometa-se com essa realidade e faça algo com clareza de opções de caminhos.

- Gostaria de saber o que vocês, meus parentes, entenderam como “subjetividade”, que palavra vocês dariam para representar subjetividade?

- Eu sou Karajá, moro na Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo. A grande cidade traz grandes problemas para a população. Quando era pequeno havia o incentivo da minha família. Meu avô dizia que eu era o seu herdeiro. Ele era um grande guerreiro. Quando fiz 16 anos, fui grande guerreiro da Ilha do Bananal, quando ganhei o respeito da comunidade. Casei-me e tive filhos. Quando meu filho era pequeno, controlava-o em minha casa. Quando cresceu, começou a sair com um grupo. E começaram as preocupações o uso de com o álcool e das drogas. Pensei em que o povo gostava. O povo Karajá gosta de futebol. Convidei meu filho para fazer um time de futebol. Ele aceitou e organizou um grupo de jovens. E eu comecei a correr com eles. E me perguntava: “jogador pode beber pinga?” Eles diziam que não. “jogador pode fumar?” Diziam que também não. “jogador pode cheirar cola ou gasolina?” Diziam que não. “Então”, disse eu, “a partir de hoje, vamos ser guerreiros, bons jogadores, jovens bonitos e inteligentes”. Um dia vão trabalhar, vão casar, ter família. E assim comecei a mostrar o que o álcool e as drogas fazem com a vida das pessoas e a vida das aldeias. Assim, meus jovens são lideranças de corridas de 10 mil metros, de natação, de ciclismo

e, agora, bons jogadores na Ilha do Bananal. Na minha aldeia organizamos uma seleção de jogadores que ganhou um jogo contra adultos.

Por outro lado, os jovens sentem vergonha de usar cocar, de cantar, de andar pintado. Mas boné e brinco de branco eles usam sem vergonha. Brinco nossos eles não usam. Então, pensei em ensiná-los também sobre isso, porque meu avô me ensinou assim. E comecei a pular com eles. Um passo, dois passos. Daqui a pouco comecei a cantar com eles. E hoje estamos fazendo várias apresentações na aldeia. Fizemos música até para político candidato a prefeito. Durante 16 anos nossa cultura se enfraqueceu muito. Após, eles fortaleceram a casa da Aruanã. Hoje acontecem festas de verdade, de Retorocã, Casa Grande. Os jovens não usam drogas. Eles diziam que tomavam pinga para perder a vergonha. Hoje, não: graças a Deus, os jovens estão deixando a droga. Sempre falo a eles que o caminho da droga é o da cadeia, do hospital ou a morte. Há outros muitos caminhos, mas são difíceis. Não podem beber, têm de estudar, têm de trabalhar. Nossos jovens, em sua maioria, são muito bons. E eu estou fazendo minha parte. Se cada aldeia faz um grupo, a força é grande. Mas não acontece. E peço a vocês: precisamos ajudar os jovens. O esporte é um ótimo caminho. Po meio dele podemos realizar outros projetos. Na Ilha do Bananal há muitos lagos, muito peixe. Mas agente vende e acabou. Então podemos pensar em criar peixes. Eles querem trabalhar. Assim, senhores, ajudem nossos jovens Karajá e os outros parentes. Precisamos ensiná-los a plantar, jogar bola. Cabeça vazia é lugar do capeta! Então, vamos encher a cabeça dos nossos jovens com coisas boas. Precisamos de escola de qualidade.

Eu não tinha contato com os brancos, não tinha amizade com os brancos. Hoje estou falando com vocês. Então, senhores, agradeço muito pela oportunidade de estar falando com vocês. Agradeço em nome dos jovens. Vim aqui por eles para buscar apoio e colaboração de vocês para elaborar um projeto.

- Acho que o choque da Psicologia com a população indígena





não é único. Essa Psicologia que não atende às necessidades da população brasileira também se choca com os negros, com as mulheres, com os pobres, com os homossexuais, enfim, com a maioria da população brasileira que não se encaixa naquele padrão da Psicologia tradicional oriunda da Europa e dos Estados Unidos. Assim, podemos fazer uma ligação da questão indígena com as questões da maioria da população brasileira.

Estou ficando incomodado com o fato de que a Psicologia somente trabalha com problemas. Subjetividade não é somente problemas. Trabalhamos com o ser humano em todas as suas formas de manifestação. O relato anterior é de um trabalho de Psicologia, onde estão sendo resgatados valores, memórias, tradições. Subjetividade também significa não ter problemas. Esse trabalho de subjetividade ali realizado é o de ensinar os jovens a se verem como sujeitos índios e não como cópias de outras pessoas, dos brancos, daquele tipo ensinado pela televisão. Assim, gostaria de saber qual é o impacto da televisão na vida do índio. Na vida urbana, a televisão ensina aos jovens modos de viver, valores a serem vividos, quais os sonhos que devem ter, o que querem comprar, o que serão na vida. Até agora não se falou da influência da televisão na população indígena.

Queria ainda falar que estou com um abaixo-assinado contra a Lei do Ato Médico, que está sendo discutido, no Congresso Nacional, que todos os Conselhos da área da saúde, exceto o de Medicina, estão promovendo. Depois esclareço melhor o que ele significa.

- O que entendo sobre a subjetividade trata-a da convivência pessoal; se estou bem ou se estou mal; se eu mesmo me valorizo; minha convivência com a comunidade, com a minha família. Muitas vezes, na comunidade indígena, muitas pessoas não possuem autoestima, não valorizam a si mesmas. Nas comunidades são necessárias pessoas que ajudem, dêem conselhos para jovens, adultos e idosos. Há agentes de saúde, professores, adultos que tentam mostrar o melhor caminho para a vida. Mas é difícil encontrar essas pessoas na comunidade, trabalhar com elas, valorizar o grupo.

Os jovens, realmente, não valorizam mais a cultura indígena. Não

por sua culpa: os pais não mais ensinam assim. Nossos antepassados não estavam preparados para as mudanças que aconteceram muito rapidamente. Não são somente os jovens que são problemáticos: adultos também têm problemas. A mãe bebe, o pai se droga. Há problemas, mas não se encontram soluções. Querem plantar, mas onde?! Acabam o sonho e a crença em um futuro melhor. Ter sonhos é importante. Por isso é importante um trabalho de psicólogos nas aldeias.

- Nós, em Porto Alegre, vivíamos na periferia. Hoje estamos retomando uma área da prefeitura. O que podemos fazer? Faltam pessoas para trabalhar. Precisamos de auto-estima para trabalhar com nossos jovens, resgatá-los para lutar pela demarcação de suas terras. Quando se fala de futuro, pensamos na terra. Os governos precisam entender isso e cumprir a *Constituição Federal*. Fomos e continuamos massacrados. No Sul éramos 22 etnias. Hoje, restam duas. Quanto índios foram mortos? Precisamos agir contra a violência que extermina o povo indígena. Precisamos de ajuda para cuidar das nossas crianças, que convivem com o povo branco e perdem sua cultura e sua tradição.

- Gostaria de fazer um pequeno relato sobre a minha aldeia, Merure, do povo Bororo, situada em General Carneiro, que não é diferente do que já ouvimos aqui. Temos problemas com bebida alcoólica. Temos problemas com o uso do povo somente para eleição. Nos anos 80, a Funai lançou grande projeto de plantação de arroz em nossa área, mas não deu em nada. Acabou e nós ficamos sem nada. Todos ficamos preocupados com o que comer, o que fazer. Há brancos que acham que os índios nascem aposentados, com a vida ganha. Não podemos fazer muitas coisas, porque a terra não é nossa. A Funai pouco ajuda. Essas questões muito nos afligem. E o pessoal se perde, começa a beber, fica perdido. Temos a ajuda da Missão Salesiana, mas ela, sozinha, não dá conta. Há uma dívida conosco. Precisamos de projetos de criação de peixes, de organização de pomares, de plantio de mandioca, de alguma coisa para o





povo se ocupar. Isso, além de ter o que comer, evitaria de o pessoal beber pinga e outras coisas. Ao voltar para a minha aldeia, vou contar que há pessoas preocupadas conosco, querendo nos ajudar a viver melhor.

- Ouvindo-lhe agora, para mim fica claro que não podemos trabalhar a questão da subjetividade com uma, duas, três pessoas. Trabalhar com cada pessoa significa trabalhar com a coletividade, com todo o grupo. E queria fazer uma pergunta para o primeiro senhor que veio aqui e disse que ele não usou álcool, droga. Ele disse que somente aprendeu falar a português com mais de 20 anos e que tinha perdido muita coisa. O que o senhor acha que perdeu? O que lhe ajudou, de alguma forma, a não usar drogas? O que o senhor acha que faz os jovens atuais irem por esse caminho que o senhor não foi?

- Achei interessante quando você levantou que não é somente problemas a serem trabalhados pela Psicologia. E isso já foi uma inquietação de algumas pessoas. Eu não sei se todos entenderam, mas o Mabulewê, da Aldeia Macaúba, da Ilha, colocou aqui que o CIMI, assessorado pela professora Maria do Socorro, da UFG, está organizando encontros de língua materna para os professores indígenas das quatro aldeias. Também participam alunos. E isso é uma coisa boa, trabalha os sentimentos. Eles colocam como, às vezes, é difícil para pais e alunos, na própria aldeia, aceitarem aquela aula com o Inã, um professor indígena. Isso provocou uma inquietação e eles buscaram se reunir para chegar a um acordo. E, a partir desses encontros, muitas coisas surgiram para o resgate da identidade dos indígenas, tornando-se uma coisa positiva da subjetividade.

Ele colocou aqui que estamos buscando parceiros e convidou o Conselho Federal de Psicologia a ser um parceiro. O Iwrraro colocou que precisamos de uma escola indígena, com uma proposta curricular pensada por eles. Na Aldeia Macaúba está em discussão a implantação do Ensino Médio, mas não o proposto pela SEDUC, que já autorizou o funcionamento do 2º grau: Quê 2º grau é esse! E

este é um apelo. Ouvi Paulo falar de a Psicologia poder estar envolvida junto às comunidades, para pensar em uma proposta curricular. Precisamos disso. Não podemos nos esquecer das coisas boas. O Povo Carajá é alegre, forte, de uma resistência tamanha, porque, mesmo com as influências externas, realiza as festas de Aruanã, de Retorocã. Há o ritual de Broturé. A menina fica moça, a mãe faz um ritual: você pinta e pede um presente! É você que pede o presente. É uma cultura forte, de grande resistência, e trabalhar com eles nos ensina muito. Preciso entender mais de Psicologia para estar com eles e não interferir muito.

- Trabalho com os Maxakali há alguns anos. Em primeiro lugar gostaria de louvar esta iniciativa, para que grupos venham se preocupar com a situação vivida pelos indígenas brasileiros. O texto coloca que a metodologia é basicamente escutar para diagnosticar conjuntamente e analisar propostas e encaminhamentos. E, quando falo isso, também me dirijo ao povo com o qual vivo e que vive um dilema em vista dos projetos colocados pela sociedade nacional. São projetos sem escuta, sem diagnóstico e sem reunir a comunidade para decidir o que é melhor para ela própria. Lembro o projeto da década de 80, parceria do Governo com a Universidade Federal de Juiz de Fora, que tinha a intenção de inserir os índios na sociedade nacional e colocava como saída para isso o plantio. E aí vem a pergunta do companheiro indígena: “o que ficou para nós?” Nada! Hoje temos um projeto de educação do estado de Minas Gerais. Acompanhando esse povo, sentimos o dilema que vivem, porque é um projeto tecnicista, nos moldes da sociedade nacional, à revelia de uma cultura milenar e de povos que querem resgatar essa cultura. E vem a imposição. Não há qualquer acompanhamento psicológico ou de outra ordem a esses povos. Chega alguém e diz que é indigenista, que sabe, que faz. E não avalia a situação em que ficará aquele povo que é obrigado a entrar em um processo de escolaridade criado para os brancos e que o faz esquecer de sua cultura e da preservação de seu povo. Leva a crise para as comunidades porque ensina que a sua própria cultura deve ser deixada de lado: a “certa” é a que está





chegando. E os Maxakali vivem isso hoje. Perdem a terra, as matas e recebem a opressão de projetos sobre os quais eles não foram consultados. Por um lado são até interessantes, quando usam alguns professores da aldeia, mas para a cultura da comunidade como um todo é um dilema. Por isso minha esperança nesse encontro que deseja produzir algo conjuntamente.

- Nós estamos acompanhando o que os parentes falaram aqui. São os mesmos do Povo Xucuru de Pernambuco. Creio que os problemas surgem a partir da luta pela terra. Temos de ter esse eixo sempre em mente. E temos diversas situações em nível nacional. Temos parentes que não tiveram qualquer contato com a sociedade. Nós, que tivemos os primeiros contatos com os não índios no processo de colonização, recebemos a influência da invasão. E nós, lideranças, temos o desafio constante de desmitificar isso. Eu sou uma liderança jovem, assumi o papel de cacique em 2000, após o assassinato do meu pai. Passei por vários lugares, morei em São Paulo, vivenciei diversas realidades. Mas, graças a Deus, não me inseri nesse contexto de violência e drogas. Aprendi a beber. A bebida é o que primeiro se insere em uma comunidade. Eu bebia mesmo, mas não mais a partir do momento em que assumi o compromisso de ser chefe de um povo com uma população de quase 9 mil pessoas, um dos maiores do estado de Pernambuco. Particularmente minha vida é direcionada à luta do Povo Xucuru e dos povos indígenas como um todo. E, após assumir essa responsabilidade, vejo que os jovens começaram a se espelhar na luta de um jovem e, de certa forma, houve uma mudança, mas, infelizmente, moramos próximo à cidade: o trabalho com a juventude é dificultado por isso. Tudo começa no processo de educação. E o grande passo de mudança precisa acontecer nas escolas. Para revitalizarmos não somente a questão indígena, mas toda a sociedade, precisamos de um ensino, no Brasil, que possa estar contemplando necessidades e anseios da sociedade como um todo, mas, infelizmente, não temos isso. Não temos um ensino que respeite as diversidades étnicas e culturais. Por conta disso, sofremos muito com a discriminação, que dificulta

nosso trabalho, mas estamos apostando que, com a recuperação do território, nosso solo sagrado, nossa Mãe Terra, possamos desenvolver trabalhos específicos para os jovens indígenas. Hoje, as escolas formam as pessoas para o mercado, se esquecendo o trabalho com o respeito à terra e ao meio ambiente, à agricultura sustentável. E nós temos essa responsabilidade. A mídia influencia muito nossos jovens, valorizando o mercado capitalista, destacando os grandes empresários com plantações irrigadas. Não há políticas públicas voltadas para os menores. Os grandes é que têm valor. Hoje, temos 85% do território Xukuru em nossas mãos. São 27.555 hectares, mas qual é a ação do Governo Federal, do órgão oficial, a Funai, que traz possibilidades de atividades na comunidade? Nenhuma! Não existem projetos. E os créditos oferecidos pelos bancos não atendem à realidade do grupo, da comunidade. É preciso atender à necessidade de todos. Assim, não entramos em projetos bancários individuais que oferecem, por exemplo, R\$ 1 mil para comprar uma vaca. Ela não é suficiente, precisa do acompanhamento técnico que não temos. Se a vaca morrer, a pessoa vai ficar inadimplente. Então, é preciso todo um cuidado. Estamos preocupados com nossa comunidade e buscando outras alternativas, por meio de entidades não governamentais, para desenvolvermos trabalhos a partir da realidade e da necessidade de cada povo. Já realizamos um diagnóstico para identificar todos os aspectos do povo Xucuru e estamos buscando realizar um trabalho na perspectiva da agricultura familiar.

Outra preocupação é com relação à proteção territorial. O Governo Federal tem, por obrigação, por meio da Funai, a partir do momento em que a terra é demarcada e homologada, apresentar um projeto de vigilância e segurança do território. Como não existem esses projetos, a influência dos jovens que estudam nas cidades e convivem com não índios traz bebida e drogas para o território. Isso porque não há a vigilância devida pelo Governo Federal. Nós é que temos de dar nosso peito à bala, enfrentando os invasores. E assim acontecem os assassinatos dos nossos guerreiros, que assumem o papel do Estado. A responsabilidade precisa ser dada a quem de direito!





Com relação à escola específica e diferenciada, estamos com um bom trabalho, voltado ao fortalecimento das crenças, costumes e tradições do Povo Xukuru, mas há o problema de que temos escolas somente até a 4ª série. Da 5ª série em diante tem de ir para a cidade. E os jovens não estão capacitados para enfrentar o sistema educacional vigente. Temos de repensar essa situação. Estamos tentando trazer as escolas de 5ª a 8ª séries para dentro das nossas comunidades, porque acreditamos que, depois disso, os jovens estarão com uma consciência política mais fortalecida, que dificulte as influências.

- Quero responder às perguntas feitas a mim. Sinto que perdi, em termos de escrever e de falar, para estabelecer um bom relacionamento com os brancos, com as autoridades. Isso eu perdi, porque podia ser “doutor” agora, mas eu ganhei, porque pratiquei nossos costumes, nossas tradições.

O que me ajudou a não usar drogas e álcool foi o fato de minha mente ser ocupada. Eu tinha alvo. Queria ser guerreiro. Meu avô diferenciava a vitória e da derrota. Para alcançar a vitória tem de haver suor, alvo, trabalho e dificuldade. A derrota vem com a tranquilidade, com o descompromisso. Não, eu tinha alvo, tinha mira. Talvez isso tenha tirado minha cabeça da coisa ruim. No meu grupo, alguns morreram, foram esfaqueados. Eu estou inteiro, lutando até hoje. Antigamente lutava contra outras pessoas. Hoje minha luta é contra a droga.

O parente colocou que a Funai fez um grande projeto. Desculpe falar assim, mas, em nosso meio, às vezes não estudar ajuda muito. Lá o maior problema é a desnutrição. A filha da minha irmã teve baixo peso. Ela ficou irritada, disse que dava comida a sua filha, mas, como branco diz que ela está morrendo de fome?! É que, antigamente, comíamos mandioca com peixe, mel, caluzi, batata doce, milho... O alimento era bom. Não tínhamos emprego. Vivíamos do que a terra nos dava. Hoje, o povo consegue um salário e compra bolacha e café. Dá refrigerante às crianças. Os brancos compram verdura e legumes, que têm vitaminas. Então, o problema é a cabeça do meu

povo. Por isso, penso em como ajudá-los. Onde moro, plantamos batata, milho, mandioca, abacaxi, mas falta incentivo, falta liderança para incentivar o povo.

- Começamos bem a primeira parte. Estamos falando de subjetividade, uma palavra difícil que já apareceu duas vezes, mas falamos de terra, de comida, de batata doce, de território, de projetos. Estamos falando do ponto de vista indígena, que não separa as coisas. Liga a questão do álcool e da vida com a terra, fundamentalmente, com a religião, com a cultura, com a escola, com a invasão do branco, com a luta. Estamos falando de um universo inteiro, completo. E é por aí que devemos continuar esse diálogo. Fundamentalmente escutando os índios e a diversidade das culturas, de situações inteiras que envolvem a vida cotidiana como um todo.





Tema 1

Subjetividade e as relações das comunidades indígenas com a sociedade nacional

Apresentação dos Grupos

Grupo 1

1. Impactos negativos:

a) A língua: percebemos que, em nossa comunidade, nossa língua tradicional está enfraquecida. A língua maior toma o espaço da língua tradicional, em nosso caso, a língua guarani. Não há meios de fortalecer a nossa língua.

b) Modo de vida: o estilo de vida de fora, que tem o seu valor demonstrado pelos meios de comunicação, que dizem que o modo de viver de fora é melhor que o nosso, faz com que a vida tradicional seja desvalorizada. Nisso entram o modo de se vestir, as bebidas, as drogas. Parece que essas coisas são boas. Com isso se quer assumir o estilo de vida não índio, mas não conseguimos nos adaptar a ele.

c) A questão econômica: não conseguimos nos adequar à estrutura da economia de fora, gerando problemas na comunidade. Um exemplo prático é a agricultura. Fora da comunidade existem as grandes lavouras, o plantio para o comércio. Nós, tradicionalmente, plantamos para o consumo próprio. Isso, inclusive, ajuda as famílias a se unirem em prol da produção de alimentos. Muitas vezes, ao ver as grandes lavouras fora das aldeias, as comunidades querem fazer do mesmo modo e isso gera problemas. Há a tentativa de produzir grande quantidade de grãos, arroz, milho. Depois se vende tudo o que se plantou e não há retorno em alimentação, gerando falta de alimentos e desnutrição. Enfim, não conseguimos seguir o ritmo do Capitalismo.

d) A terra: não existe espaço suficiente para a gente viver no modo de ser peculiar indígena. Não conseguimos nos manifestar como povo, como etnia. Esse é o problema maior que gera outras

dificuldades. Os não índios foram tomando os espaços, que são importantes para a percepção do território indígena como espaço de aldeias, de línguas, de culturas. Os não índios percebem a terra como comércio, como parte da economia, como bem. Nós vemos essa questão de forma diferente.

e) O papel da mulher: mudou muito o papel da mulher. Tradicionalmente o papel era diferente. Muitos homens estão ausentes das comunidades, saem para o trabalho de assalariado; trabalho temporário nas fazendas. E sabemos que, para ser uma etnia, é necessário uma estrutura familiar muito bem definida, com o papel de cada membro da família, para que a formação da etnia seja mais forte. Mas, o resultado de se ter dinheiro na comunidade fez com que os homens saíssem da comunidade e não assumissem o seu papel dentro da família. Isso gerou muitas dificuldades para as mulheres, que acumularam papéis, perderam seus valores e sua auto-estima. Os muitos problemas familiares causam suicídios, alcoolismo.

1. Impactos positivos

a) A escrita: é muito positiva. Apesar de a escola vir de fora para dentro da comunidade, traz a escrita. Sempre fomos orais em nossa comunidade. Transmitimos os conhecimentos pela oralidade. Se a escola sair do próprio meio da comunidade, ela pode ser positiva, utilizada em benefício dos conhecimentos da comunidade. Com isso podemos reorganizar os objetivos do povo. Com a escrita, podemos deixar registrados os conhecimentos, que podem ser sistematizados pela escola. Mas, repetindo, ela deve ser construída a partir da comunidade e de suas necessidades.

b) A luta política: a organização das comunidades indígenas, por meio da luta política para reivindicar os direitos indígenas perdidos historicamente. Isso fez com que nosso povo se apossasse dessa luta, para lutar pelos nossos direitos. A luta política tradicionalmente era dos brancos, mas precisamos aprender a fazê-la para defender o nosso povo.





Grupo 2:

2. Impactos negativos:

a) A expulsão territorial: em várias regiões do país, muitos povos sofreram isso na pele. Depois, precisaram se organizar, enquanto povo, para reconquistar o espaço. Isso provocou o assassinato de alguns dos nossos líderes.

b) A rejeição da língua, da religião e da tradições: com a chegada dos invasores, houve a imposição daquilo que eles achavam importante. Não houve respeito aos costumes já existentes. Com isso, até para se sobreviver, houve a absorção de outros costumes.

c) Baixa auto-estima: devido a toda a opressão, nossos jovens ficam com a auto-estima em baixa, ficando mais frágeis e mais expostos aos diversos vícios.

d) O aprendizado do consumo: pelo fato de termos uma realidade onde os bens naturais não mais oferecerem condições de sobrevivência na comunidade, iniciou-se o processo de saída das aldeias, oportunizando os contatos com outras pessoas e outras culturas e levando para as comunidades o consumo de coisas não necessárias para a comunidade e para o povo.

e) Cooptação de lideranças: uma tática muito usada pelos invasores de nossas terras é que, quando percebem que não há condições de impedir as lutas, iniciam o processo de comprar liderança para enfraquecerem o movimento.

f) Políticas públicas não contemplam a diversidade: a educação, a saúde e a auto-sustentação das aldeias ficam em segundo plano. Não há expressão da vontade governamental de resolver esses problemas. Isso repercute na comunidade e, de certa forma, o povo sofre com as carências de políticas públicas que respondam às necessidades daquela comunidade.

g) Intensificação dos conflitos: justamente pela falta de apoio dos governantes para garantirem a demarcação das terras, ocorre a exposição dos povos, que vão à luta e partem para o confronto, ampliando os conflitos e provocando violências, ataques, perda de lideranças.

h) Pesquisadores dissociados e desarticulados da realidade da

área onde atuam: muitas pessoas, pelo fato de terem uma formação, chegam para impor pesquisas. Nem sempre elas têm o apoio da comunidade, que não quer apenas servir de pesquisa. Na maioria das vezes, não sabemos do que se trata, sentimos isso como uma invasão que não colabora para a melhoria das condições de vida da comunidade. Precisamos ter cuidado com essas pesquisas, que, na maioria, levam aquilo que é nosso, se enriquecem com isso, valorizam seus nomes e não oferecem qualquer retorno à comunidade, que criou expectativas sobre a pesquisa. Há coisas do Povo Xucuru que não deixamos pesquisar, principalmente nossa religião. Ela é nossa. E quem ensina tudo que sabe fica sem saber. Então, precisamos estar atentos a essas coisas. As pesquisas precisam servir para fortalecer o grupo.

2. Impactos positivos

O debate da primeira questão foi muito aprofundado e sobrou pouco tempo para essa segunda parte. Nossa fala não é diferente daquilo que o grupo que nos antecedeu expressou. Já que compomos a sociedade brasileira como um todo, que domina a língua portuguesa e não contempla a nossa diversidade, precisamos nos adaptar a algumas situações. Assim, precisamos utilizar todos os mecanismos e escolher o que há de melhor para os nossos povos, utilizando da maneira que nos sirva. O domínio da escrita se tornou uma arma que aprendemos com os não índios e utilizamos contra eles, que se utilizaram dela contra nós. Como a cultura dominante é de que somente vale o preto no branco, a fala não tem valor, quando fazemos um documento, um abaixo-assinado, e recorremos às instâncias de poder, conseguimos um respaldo.

Outra coisa é a comunicação. Alguns povos produzem seus próprios vídeos da maneira que entendemos que deve ser conduzido esse processo de imagem, de conhecimento da realidade dos povos indígenas. Sabemos que, além dos três poderes que compõem o Brasil, há o quarto poder, que é a mídia, que é forte e eleva ou destrói uma causa. Assim, aprendemos que, para tornar nossa luta visível à sociedade, para fortalecê-la, precisamos da grande mídia para mobilizar toda a sociedade.





Grupo 3:

3. Impactos negativos:

a) Chegada dos europeus: todos sabemos que a chegada dos europeus, que se diziam amigos dos índios para roubar o que era nosso, trouxe muitos problemas. O sistema de troca instituído por eles deixou exploração. Antes dos europeus havia liberdade para se exercer nossa cultura. Após, restou a exploração e a perda dos costumes e hábitos importantes para a sobrevivência do povo indígena.

b) Abuso de poder e discriminação com relação ao nosso modo de vida: Antigamente não dependíamos do branco. Tudo o que precisávamos, a natureza nos oferecia. Não se usavam máquinas para o cultivo. O homem branco trouxe esse costume e, com ele, a destruição. Além disso, após o índio se acostumar com os equipamentos, projetos são feitos e fica-se esperando o material chegar às aldeias. Muitas vezes, quando o material chega, já passou o tempo de plantio. Isso também tem contribuído para que os índios sejam chamados de preguiçosos.

c) Mudança na alimentação: os índios não comiam com sal e outros temperos. Não havia o hábito de tomar café. O branco apresentou o café, o açúcar, o sal. E agora, quando isso falta, vamos atrás. Esses novos hábitos também interferiram na saúde, pois a mudança na alimentação tem suas conseqüências.

3. Impactos positivos:

a) O estudo: avaliamos como positivo. Aprendemos a ler e a escrever e passamos a nos relacionar melhor com os brancos. Mesmo com a nossa fala atrapalhada, pois o português é um pouco difícil, temos conseguido estabelecer comunicação com os não índios.

b) Os projetos: mesmo com as dificuldades para a continuidade dos projetos, eles são importantes para a sobrevivência das aldeias. Em nossa aldeia houve incentivo para a criação de queixado, catitus e tartaruga. Para que eles cheguem até nós, precisamos de ajuda. Também precisamos de apoio para o desenvolvimento de projetos, para que eles possam ter continuidade e trazer benefícios aos povos indígenas.

- Eu sou filha de Guajajara. Meu pai saiu da aldeia e casou-se com a minha mãe. Quando ela morreu, ele voltou para a aldeia. Agora voltou novamente para a cidade. Então, vivi os impactos dessa realidade. Os impactos sofridos foram fortes e houve um pouco de aprendizagem. Mesmo distante da aldeia, meu pai, que hoje tem 94 anos, tem a aldeia dentro dele: sua cabeça ainda conserva um lugar com árvores, riacho e espaço para viver. Ele aprendeu a usar o dinheiro, o poder de comprar. Acabou tendo dificuldades para controlar isso: sempre queria ter dinheiro para comprar! Quando não tinha, pedia para a Funai, para um padre, para um amigo, porque queria comprar. Isso porque não aprendeu a reter. Às vezes, nos davam mantimentos para 15 dias, mas isso não funcionava, porque ele partilhava com a vizinhança toda e, rapidamente, não mais tinha o que comer.

Quero também dizer que muitos projetos que foram realizados serviram para se usar da população indígena. Ela mesma não teve benefícios. Por exemplo: trazem os pintos, mas não há ração. Em pouco tempo o povo come os pintos mesmo, porque não tem como alimentá-los. Ou então, tantas vacas para as famílias... Mas não há cercado e nem pasto. Aí, matam-se as vacas e come-se.

Grupo 4

4. Impactos negativos:

- a) Perda do território;
- b) Contaminação do meio ambiente;
- c) Escravização e exploração da mão-de-obra;
- d) Entrada da bebida alcoólica destilada;
- e) Prostituição e violência sexual;
- f) Dependência química;
- g) A escola é instrumento de integração na sociedade nacional;
- h) Desunião e violência familiar;
- i) Perda dos valores culturais;
- j) Mudança na dieta alimentar;
- k) Doenças, como DST/AIDS e tuberculose;
- l) Introdução do dinheiro nas relações do sistema organizativo





indígena, que era de troca;

- m) Alianças patrimoniais entre indígenas e não indígenas;
- n) Alianças patrimoniais entre povos indígenas diferentes, enfraquece do as culturas e as línguas;
- o) Êxodo – ida para a cidade;
- p) Exploração dos recursos naturais;
- q) Discriminação e preconceito, com negação da identidade;
- r) Excluídos indígenas nas cidades;
- s) Interferências religiosas que dividem os povoados;
- t) Militarização: indígenas não podem seguir carreira militar;
- u) Gravidez precoce e indesejada. Militares que usam as indígenas.

4. Impactos positivos:

- a) Conscientização;
- b) Formação de lideranças;
- c) Fortalecimento da organização interna e das lutas pelos direitos;
- d) Intercâmbio entre etnias e povos que antes eram inimigos;
- e) Autonomia e gerenciamento da formação indígena com profissionais indígenas, professores, agentes de saúde;
- f) Escola como instrumento político;
- g) Preservação das línguas maternas;
- h) Apoio às mudanças;
- i) Aprendizado da língua portuguesa para o intercâmbio cultural com a sociedade nacional e a defesa dos direitos;
- j) Mudança de postura da Igreja Católica, no reconhecimento e valorização das culturas dos povos indígenas;
- k) Projetos de alternativas econômicas: artesanato, gado, peixe, apicultura, marcenaria, medicina alternativa, agricultura e corte e costura.

- O projeto de gado, por exemplo, foi importante, porque ajudou na demarcação das terras, em 1998. Quase 60% das comunidades trabalham com esse projeto, que propicia 52 rêses para cada comunidade.

- Houve também uma ajuda para a questão dos suicídios, que hoje não mais acontecem na região de Roraima.

- A autonomia refere-se ao fato de que os próprios indígenas estão assumindo a responsabilidade de gerenciar os projetos. Na maioria das aldeias há professores indígenas, que coordenam as equipes nas escolas. Da mesma forma com os agentes de saúde, que assumem a responsabilidade de formar auxiliares de Enfermagem. Isso é importante porque os próprios índios, pelo Conselho Indígena, atuam no gerenciamento, desde a fiscalização dos medicamentos até o pagamento das bolsas. Isso em Roraima. Não sei como é nos outros estados.

- Os militares engravidam as indígenas e estas, para sustentar o filho, muitas se prostituem. Isso acontece porque os brancos vão atrás das meninas, embriagam-nas e as usam.

- Apesar de algumas organizações tentarem ajudar o índio, ele é completamente esquecido. Estamos largados à sorte.

- Eu sou índio Tucano. Fui criado em uma missão, educado pelos padres até a 8ª série. Queria continuar meus estudos, mas sempre foi muito difícil. Atualmente moro na cidade. Quando quero trabalhar, vou a um órgão que trabalhe em favor do índio. Ao chegar, sou considerado não índio, porque moro no município. O pessoal diz: “você não é mais índio. Você não mora em uma aldeia. Somente trabalhamos com quem mora em aldeia.” E saímos de cabeça baixa. Não temos a quem pedir ajuda. É difícil. É triste. Não há apoio de ninguém.

- Na região de Roraima, o Governo formou várias organizações. E coloca os parentes contra o Conselho Indígena de Roraima. Diz a eles que, se usarem uma roupa ou um relógio, não é mais indígena. Também diz que não se deve lutar por terra contínua, e sim em bloco. Que o governo vai tirar a escola e a assistência à saúde, se os índios lutarem por uma área contínua de terra.





Resgate das idéias surgidas nos grupos

Impactos negativos:

- A questão da terra: expropriação, roubo, invasão como algo profundamente negativo para todas as esferas da vida das pessoas e das comunidades indígenas;

- A língua: com a expropriação da terra, veio a negação do uso da língua indígena, quebrando sua memória, carregada de significados e conteúdos que também foram roubados;

- As religiões e tradições indígenas: esses aspectos também foram roubados, desagregando modos de vida próprios naquele território, naquela cultura, naquela tradição, naquela religião. Isso permitiu a disseminação da prostituição, do alcoolismo, do suicídio, como práticas sociais decorrentes da desagregação;

- Mudanças nas formas de economia: imposição dos valores do Capitalismo;

- Prejuízo para a formação de novas gerações: tornou-se difícil manter as mesmas formas de educação, provocando um corte na forma de organizar as famílias e as comunidades. O papel da mulher também acompanhou essa destruição.

- Políticas públicas não contemplam a diversidade: os projetos para os povos indígenas são feitos em gabinetes de governo, sem qualquer participação dos povos indígenas, impostos de fora para dentro.

- Pesquisa dissociada de uma contribuição para a comunidade: da mesma forma que os projetos, as pesquisas são articuladas dentro das universidades. Os resultados das pesquisas não retornam em benefício da comunidade pesquisada.

Impactos positivos:

- A escrita: as línguas indígenas (chegamos a ter 900 diferentes línguas) são todas de transmissão oral. Nenhuma chegou a construir a

escrita. Assim, se o invasor trouxe a destruição do idioma indígena, trouxe também a técnica da escrita, a qual os indígenas têm a possibilidade de se apropriar dela. Escrever em português pode ser ferramenta da luta pelos direitos. Também pode ser utilizado para escrever o seu próprio idioma, registrando suas histórias, tradições e costumes.

- A escola indígena: não com currículo oficial, sendo transmitida de fora para dentro. Mas, como instrumento que emerge na comunidade, serve a ela através dos conteúdos que fortalecem a comunidade.

- A conscientização: decorrente da utilização do escrita e da escola. Aprendida da sociedade branca, a conscientização está sendo usada para a articulação política, para a realização de alianças e como arma para a luta indígena.

- A comunicação: utilizada para registro da memória. O vídeo, a fotografia e as publicações sobre a história de luta dos povos.

Debate

Na questão da relação com a academia, queria dar um exemplo para vocês. Existe um filme chamado *Aruanda*, que mostra a comunidade quilombola de Serra do Talhado, na Paraíba. Essa comunidade vive há mais de 40 anos em cima da serra, sobrevivendo da cerâmica. *Aruanda* é o filme que conta a história desse quilombo. Foi divulgado no mundo todo, tido como importante porque falava do povo brasileiro. Mas a comunidade de Serra do Talhado nunca viu *Aruanda*. Há sete anos, quando entrei na universidade, fomos à Serra do Talhado e constatamos que a comunidade não havia visto o filme. Isso foi um susto e comprova que a universidade não devolveu à comunidade o que ela lhe propiciou. Hoje, muita gente já saiu de lá porque a área foi toda devastada. Não conseguem madeira para alcançar a alta temperatura necessária para a cerâmica. Então, as pessoas estão indo para uma grande favela e a comunidade quilombola está se destruindo.

Queria reforçar que é muito importante que os estudantes cheguem perto da sociedade. Quando conseguimos que alguns estudantes envolvessem-se com isso, já é um ganho. Mas eles têm de aprender com vocês.





E, nessa relação, o papel de vocês é importante para conquistarmos aliados à nossa luta. Para isso é necessário que o estudante tome um choque de realidade e traga algo de construtivo para a comunidade. É importante que os estudantes encontrem, juntamente com a comunidade, um caminho para o retorno à sociedade. Há um lado da universidade, a extensão universitária, que precisamos aprender a utilizar. Na extensão, as ações são interdisciplinares. A Antropologia atua junto com a Psicologia, com a História, Filosofia, Saúde, Enfermagem. Assim, o diagnóstico deve ser feito com o intuito de implementar ações, resultados práticos. E, com isso, a universidade deixa de ser isolada da realidade.

Também precisamos buscar aliados no campo jurídico. Os estudantes de Direito, em sua maioria, não conhecem a realidade social. Nunca foram a uma comunidade indígena, a um quilombo, a um acampamento do MST. A vivência não faz parte do currículo do curso. E isso precisa mudar.

- Depois de ouvir os depoimentos dos indígenas, ficamos pensando como a Psicologia pode realmente ajudar nessa realidade. E, realmente, é muito difícil, em um primeiro momento, o psicólogo fazer isso sem ouvir, sem conhecer, sem estar de frente com a realidade indígena. Parece-me que é muito importante isso que vocês trazem: a unidade. O psicólogo pode ajudar, mas não substituir. Dentro das comunidades existem pessoas fazendo um papel de apoio e suporte aos indígenas que sofrem com os diversos problemas. Pelo que percebi, existe uma estrutura espontânea, da própria comunidade, para isso. Então, de que maneira poderíamos ajudar?!

Na realidade, o psicólogo, na cidade, lida com uma comunidade que sofre com os danos do mesmo sistema que afeta a vocês. É claro, vocês sofrem um impacto maior disso. Mas nós, que lidamos com a juventude que não tem perspectiva e usa drogas, sentimos as dificuldades. São pessoas treinadas, desde pequenas, para serem alguém bem sucedido no sentido de poder, de dinheiro. Mas nós, não índios, tratamos os filhos como alguém que deverá ser uma pessoa de poder, não deixando que sejam eles mesmos. Isso gera sofrimento e leva a buscar-se a droga para preencher o vazio interno.

Nosso grupo também discutiu que o indígena nasce em uma reli-

gião, ligado à natureza, à sua comunidade à sua história. Os povos não indígenas buscam uma religião porque sentem necessidade de retornar àquilo que eram. Todos, no começo, tínhamos essa harmonia com a natureza. Mas a perdemos. De forma que me parece que, ao lado da luta, da organização política dos indígenas, é importante manter o valor espiritual, místico que vocês trazem naturalmente. Essa fé, essa vontade de harmonizar, de ver as coisas como um todo, precisa ser preservadas, porque isso dá força para continuar.

Gostaria de lembrar a luta negra na Bahia, que tem se esforçado para colocar a música, as danças, os valores africanos, negros, o tempo todo na televisão, no rádio, no carnaval, no jornal, na revista, na internet, na rua, na comida. Essa é uma forma de fazer conhecidos os valores negros. Eles têm uma vantagem de estar em quase todos em Salvador e região. E, com isso, voltamos ao problema da terra. Os povos indígenas que restaram estão espalhados. Temos de encontrar uma maneira de lutar e resgatar os valores. Mas, se os negros estão conseguindo por esse caminho, é sinal de que pode dar certo. Em nosso país, de tanto ver televisão, nós, brasileiros, passamos a acreditar que só é verdade o que aparece na televisão. Então, talvez o caminho seja aparecer na televisão, na mídia, nos meios de comunicação.

Acredito também que temos de aproveitar o fato de estarmos no Governo Lula para ampliar espaços. Aliar-se ao movimento ecológico também pode ser uma alternativa. A ecologia está na moda. Por que não somar a ecologia com o movimento indígena? Ir a um lugar do Brasil para, além de conhecer os bichos, as plantas, os rios, conhecer também o povo, seus valores e sua cultura. Com isso quero dizer que precisamos pensar em criar redes de trabalho. Fazer outros encontros como este, envolvendo pedagogos, advogados, sociólogos, antropólogos, administradores. Conhecendo de perto o índio, será mais fácil sensibilizar o maior número possível de pessoas.

- Gostaria de manifestar também como positivo o fato de esse encontro estar fugindo do eixo Rio-São Paulo. Embora eu seja de São Paulo, aqui vemos uma amplitude maior em termos de contemplar toda a diversidade do país. Aqui temos um Brasil real.





Tema 2

Subjetividade e as relações internas das comunidades indígenas

A idéia é de que, nesse segundo momento, comecemos a ter um olhar mais voltado para os indivíduos dentro da comunidade. Claro, sempre tendo presente a coletividade, mas observando como os indivíduos localizam-se dentro dessa comunidade, desse povo. Assim, abordaremos os aspectos existentes nas culturas indígenas, nos povos indígenas, e que são estrategicamente importantes, porque mantenedores dessa unidade, que é o ser político, sociológico, o povo. Ao mesmo tempo, asseguramos também a capacidade de cada indivíduo desenvolver suas potencialidades dentro de seu próprio povo.

Para estimular este debate, queremos destacar alguns aspectos importantes das culturas indígenas que nos fazem refletir sobre a nossa realidade. Estamos falando sobre os impactos que a relação da macro-sociedade com a sociedade indígena causa na vida das pessoas indígenas. Mas sabemos que os impactos que as pessoas das várias etnias sofrem, nós também sofremos. Nós mesmos nos maltratamos porque há uma estrutura ideologicamente construída, politicamente articulada, que mantém uma estratificação social. E, dentro dessa estratificação social, há prejuízos para os pobres e excluídos e há também os males que afetam aqueles que geram os próprios males. Eles provocam mal a outro, mas sofrem consequência desse mal, que se torna algo enraizado estruturalmente.

Mas existem males próprios da nossa sociedade, que não estão presentes nas comunidades indígenas, apesar dos 500 anos de invasão, da expropriação das terras, do roubo das riquezas indígenas, dos muitos povos não falarem mais a língua original. E gostaríamos de destacar alguns desses sinais que achamos importantes.

Ao longo desses dias, quando os representantes indígenas falavam aqui, referiam-se aos mais velhos em uma atitude de respeito, de admiração e até de veneração. Alguns relatos diziam “como escutei meu avô, como escutei meu pai, consegui me proteger de alguma

coisa”. Com isso, percebemos que o ancião tem um lugar definido, de destaque, na comunidade indígena e tem um *status* considerável. É visto como aquele que detém a sabedoria, o conhecimento, é o conselheiro do grupo. É valorizado. A preocupação das comunidades indígenas está em como os jovens podem assimilar mais e melhor os conhecimentos dos mais velhos.

Como se dá essa relação em nossa sociedade? Qual é a preocupação que nossa sociedade tem em relação aos mais velhos? É de como garantir o plano de saúde dele, como arranjar dinheiro para comprar remédio, como acompanhar os processos depressivos do velho ou como contratar um enfermeiro para cuidar dele ou arranjar um asilo. Em nossa comunidade, o ancião é um problema. E ele sofre a consequência desse olhar que temos em relação a ele. Essa é uma lição importante para nós.

Um dos grandes problemas sociais que enfrentamos hoje é a questão do morador de rua e, em especial, da criança de rua. Dentro das comunidades, mesmo sem terra, a criança sempre tem o seu lugar, nunca deixa de ser assumida pela comunidade. A criança sente-se filha da comunidade e é inserida dentro desse povo. Para nós, não é assim. Basta olhar nos nossos orfanatos e nossas ruas. São valores que as sociedades indígenas têm e que são importantes para nossa macro sociedade.

Para retratar essa questão da criança na comunidade indígena, o CIMI, quando publicou o livro “Outros 500, construindo uma nova história”, por ocasião dos 500 anos da invasão no Brasil, fizemos um trabalho que considera toda a história de violência que os povos indígenas sofreram, mas também nos preocupamos em revelar o que os povos indígenas trouxeram de contribuição para a nossa sociedade. Em alguns dos capítulos tratamos sobre a questão do menor. E o livro diz no texto “o menor bem amparado”: em seus territórios, os povos indígenas dão contribuições específicas para um projeto de vida centrado nas pessoas. A preservação de sua sabedoria, o seu espírito comunitário, sobretudo, é proporcional à sua distância do Estado e das sociedades que aderiram ao projeto do Capitalismo neoliberal. Os trombadinhas são um sub-produto da sociedade estra-





tificada em classes sociais. Os moldes indígenas tradicionais, a sua estrutura familiar e a coesão cultural interna, com mecanismos de reciprocidade e redistribuição de bens, não permitem o surgimento de pivetes ou pixotes. Os povos indígenas sabem que não podem sobreviver como povos reproduzindo as estruturas individualistas e competitivas do Neoliberalismo. Como conseguem reproduzir suas estruturas comunitárias e igualitárias nesse mundo que os pressiona pela homogeneização cultural e pela lucratividade de toda a produção de bens? Os ritos e costumes de socialização indígena variam bastante de um povo para outro. O que não varia é a atenção comunitária que o indivíduo experimenta ao nascer numa aldeia. A criança Xavante, por exemplo, assim que nasce recebe o seu primeiro banho ritual, que a insere na comunidade. Na iniciação Xavante, a água, sobretudo for seu significado simbólico, tem grande importância. A água viva dos rios é habitada pelos bons espíritos. A água morta, a água parada dos lagos, é habitada pelos espíritos maus. Assim, a luta pelos rios é uma luta pela presença dos bons espíritos.” E assim por diante. Relatamos a experiência de vários povos com relação à criança.

Teríamos muitas questões a serem abordadas. Mas nossa intenção não é aprofundar isso, porque pretendemos fazer uma discussão nos grupos, onde esperamos a contribuição dos indígenas. Lembrando toda a importância que têm os mitos, os ritos, a fé experienciada cotidianamente pelos povos. De manhã, quando alguém perguntou se não há religião indígena, a primeira resposta foi não. Porque a espiritualidade indígena faz parte do conjunto. Há práticas rituais, vivenciadas cotidianamente. Não é separado: agora é a religião, depois é a cultura. Há o conjunto. A espiritualidade, a mística indígena, pode ser revelada, naquilo que pode, para entendermos o significado delas como mecanismo de reação a todos os males aqui identificados.

- Tenho acompanhado a discussão desses dois dias e há uma dificuldade de compreender a subjetividade e as relações das sociedades indígena e não indígena. Gostaria de abordar aqui a questão dos atores sociais e as lideranças. Os atores sociais internos são das lideranças tradicionais e não tradicionais. Lideranças tradicionais são

aquelas que, dentro do caráter étnico cultural, vêm desenvolvendo o seu papel social, dando manutenção aos aspectos culturais. Mesmo sabendo que a cultura é dinâmica, elas estão próximas da realidade cotidiana para recriarem o mito dentro de um novo tempo, inviabilizando de todas as formas tudo aquilo que ameace a integralidade dos seus valores. Os povos de cultura étnica vigente tem seus atores sociais dentro de sua organização política e social interna, são eles: o pajé, o conselheiro ou conselheira da comunidade tradicional, o ancião, o tuxaua e as mulheres, que constituem forte influência positiva na dinâmica da vida cotidiana e na relação de trabalho.

O pajé traz para o seu povo o equilíbrio psico-religioso e místico espiritual, que vem a ser muito importante, e a razão da caracterização de seu ponto de vista cosmológico, ou seja, sobre tudo que lhes rodeia. O tuxaua, a liderança política preocupada com a integralidade de seu grupo, com a relação do trabalho, divisão de tarefas, com o equilíbrio social interno e, principalmente, com a auto-sustentabilidade econômica. O que, por sua vez, traz a fartura. E, em seguida vêm as comemorações, danças, ritos.

- A relação que os povos indígenas têm com os artistas no estado de Pernambuco começou com o Quinteto Violado. O Cordel do Fogo encantado também participou com o povo Xucuru na grande luta em busca da recuperação de nosso território. E, com esse processo histórico de recuperação da Mãe Terra, da Mãe Natureza, sugeriram diversos tipos de perseguições, de discriminações e criminalizações das lideranças. Várias lideranças foram assassinadas. Entre elas, o meu pai, cacique Chicão, que foi assassinado. A partir daí ocorreu um embate com o Poder Judiciário para solucionar esses casos. Como se tratava de “grandes figurões da República branca”, dificultava a nossa luta. Não tínhamos como dar visibilidade a essa situação. Assim, Fred O4, assistindo a um vídeo “Chicão Xucuru”, produzido pelo CIMI, pelo Centro de Cultura Luís Freire e TV Viva, ouviu as palavras de minha mãe, que dizia que Chicão não foi enterrado, e sim plantado. A partir dele surgirão novos guerreiros que continuarão a luta. Ouvindo isso, Fred compôs uma música que quebrou um pouco essa barreira da





comunicação dando visibilidade ao povo Xucuru. Com isso, atingimos outro público, outro universo rompendo a mídia que não queria, até então, divulgar a real história que estava acontecendo com o povo Xucuru. Por isso, a importância dos artistas contribuírem para com a nação brasileira e, em especial, para com os povos indígenas.

- Quero dizer que, na terra Raposa Serra do Sol, estamos fazendo uma experiência e já gravamos um CD pedindo que o Lula homologue o mais rápido possível aquela área. Já está quase pronto e, com certeza, isso nos ajudará na luta.

Apresentação dos grupos

Já existem formas próprias culturais de reagir às dificuldades e de contribuir com a superação dos problemas das pessoas. O que é necessário ser fortalecido para atender ainda mais as necessidades das pessoas e como a Psicologia pode colaborar?

Grupo 1:

A partir das reflexões do grupo, chegamos a algumas conclusões:

a) O fortalecimento das famílias: As famílias são a base da organização, que forma e educa a pessoas dentro dos valores culturais da comunidade. Atualmente, percebemos que as famílias estão desestruturadas. Então, é necessário uma reflexão para fortalecer as relações familiares e retomar os papéis tradicionais que estão fragilizados. As famílias é que dão suporte às pessoas, que fortalecem a língua, os costumes e a religiosidade.

b) Apoiar as pessoas que enfrentam dificuldades com drogas: Para isso também é necessário o fortalecimento das famílias. Outro aspecto a ser pensado é o apoio aos professores, que enfrentam problemas nas escolas e precisam ter segurança para realizar o trabalho escolar nas comunidades indígenas.

c) Acompanhamento coletivo: Estabelecer alianças entre psicólogos e povos indígenas para cobrar, junto aos governos, ações que promovam a criação de projetos pelos próprios indígenas.

d) Trabalhar em conjunto, em cada estado, para fortalecer as comunidades indígenas a partir do conhecimento da realidade: Criar formas para que as universidades incorporem essas questões.

e) Encontrar forma de trabalho de prevenção desses problemas: Quando acontece a reflexão dentro das comunidades, ajuda na prevenção dos problemas. A própria comunidade é responsável pela superação das dificuldades.

Grupo 2:

Trocamos muitas idéias e elencamos alguns pontos. Queremos dar um testemunho sobre a forma como trabalhamos internamente as diversas situações que acontecem.

Temos diversos tipos de problemas internos, que vão desde pequenos impasses entre os membros das comunidades e os casais, passando por pequenos roubos e indo até os assassinatos, que chegam ao Conselho para que se apliquem as punições. Nós temos mecanismos para resolver essas situações. Nós, em particular, temos um conselho de lideranças, que chamamos de Comissão Interna, composto por 12 lideranças e pessoas mais velhas da comunidade, o cacique e o pajé. Para resolver as situações, as pessoas envolvidas são chamadas, há a intermediação de um diálogo e de uma reflexão para a busca de uma solução prática para superar o problema. Se necessário, há punições. Se o crime é grave ou se se repete por várias vezes, a pessoa é entregue à justiça comum.

Com relação ao alcoolismo, realizamos reuniões de lideranças preocupadas com o problema, com o intuito de buscar alternativas. Assim, chegamos à conclusão de que era preciso mapear quem vendia álcool nas aldeias. Posteriormente realizamos reuniões abertas com os vendedores de cachaça. Alertamos sobre a lei federal que proíbe a venda de bebida alcoólica aos índios. Estabelecemos prazo para que não mais se vendessem as bebidas, realizando um documento, assinado por todos. Isso não impede o consumo, mas dificulta o acesso à bebida fora da comunidade. Também incentivamos a participação nos grupos de Alcoólicos Anônimos.

Há uma situação mais nova, a questão da maconha. Há alguns jo-





vens que estão fumando e já pensamos em uma campanha dentro das escolas. Por outro lado, também identificar os usuários da droga para estabelecer um trabalho de fiscalização e vigilância. E agora estamos no debate sobre quais as formas a serem trabalhadas.

Sobre a contribuição da Psicologia, nosso grupo refletiu e não vimos em que a Psicologia poderia ajudar nesse exato momento nessas situações. Isso nos mostrou a necessidade de acontecerem mais encontros, se possível, regionais, para aprofundar o debate.

E há uma pergunta que gostaria de fazer ao Conselho Federal de Psicologia: qual o poder de atuação que esse Conselho tem para contribuir e elaborar, juntamente com o Governo Federal, em políticas públicas que atendam a necessidade das populações indígenas?

- Essa resposta deve ir sendo construída ao longo do debate. Esse evento é algo para entrar para a história. Podemos não nos dar conta desse momento, mas os que virão depois saberão da importância desse encontro. É uma coisa que me inquieta. Quando o Saulo chamou o Marcos para dizer o que o Fred tinha a ver com o povo Xukuru: tinha a ver com a música! E o que a música poderia ajudar na luta dos Xukuru. E deu no que deu. Então, nesse momento, fazemos um pouco o papel do Fred. Não sabemos no que vai dar, mas que vai dar em alguma coisa, vai. E queremos que seja muito boa.

Grupo 3:

Em nosso grupo ocorreu uma pequena explicação sobre o que era Psicologia e o que era psicólogo. Foi usada como exemplo a história de um homem que levava junto seu cachimbo. Chegando, disse que estava com raiva de outro companheiro e que iria matá-lo e picá-lo bem miudinho. O amigo pediu para que ele fosse fumar o cachimbo. Ele o fez e pensou por um bom tempo. O amigo perguntou ao companheiro o que ele iria fazer agora com a pessoa que o ofendeu. Ele disse que iria bater nele e deixá-lo bem machucado. O amigo pediu que ele voltasse a fumar o seu cachimbo. E assim ele fez. Ao retornar, disse que iria conversar com o seu suposto inimigo, dizer a ele o que estava sentindo e, se necessário, até pedir desculpas a ele.

Para ser fortalecido o espaço comunitário de resoluções de problemas, propomos:

- a) Realizar reuniões comunitárias;
- b) fazer parcerias entre as lideranças tuxauas, com os professores, pajés, anciãos, mulheres e conselheiros;
- c) aplicar as decisões assumidas nas reuniões comunitárias.

Colaborações da Psicologia:

- a) Ser apoio terapêutico na Casa de Saúde do Índio;
- b) participar nas reuniões comunitárias;
- c) parcerias com as comunidades;
- d) ação terapêutica junto aos profissionais de saúde, para que possam desenvolver trabalhos junto aos povos indígenas;
- e) Conviver com os povos indígenas, para criar confiança para conversar sobre nossos problemas.

Grupo 4:

Nosso grupo relatou sobre a existência de alternativas para a solução de problemas, como a adoção de grupos de jovens e adultos, para que possam realizar várias atividades para ocuparem o tempo de forma positiva e criativa, com trabalho e atividades lúdicas.

Também chegamos à conclusão de que é preciso fortalecer o currículo escolar, para que haja uma educação de qualidade, que seja diferenciada e que busque o resgate de nossa cultura. A educação também deve ser responsável pelo fortalecimento da organização dos povos indígenas, para lutarem em busca de seus objetivos.

Creemos que a Psicologia possa colaborar a partir do conhecimento profundo das etnias, dos povos, por meio de visitas às aldeias. Podem ser realizados trabalhos de grupo com jovens, para recuperação da auto-estima, na formação da personalidade.

- Creio que os psicólogos precisem estudar cada etnia separadamente, para que possam ter uma visão geral e desenvolver um trabalho direcionado àquela comunidade.





Destaque de alguns pontos

Os relatos deixaram marcado todo o esforço de recuperação territorial, étnica, da organização social e familiar, das estruturas da comunidade. Isso se manifestou na importância as famílias, às instâncias coletivas e a escola. Há uma luta muito intensa, ao longo dos últimos 30 anos, para recuperação dos territórios e das estruturas internas dos povos. E, cada vez mais, ocorre o aprofundamento do resgate do fortalecimento do povo, do seu idioma, de suas tradições, das suas práticas culturais de controle do território, das instituições próprias do povo para projetar o seu futuro.

E o que vocês cobram dos psicólogos é que sejam aliados na luta em que vocês são sujeitos. Foi falado de os psicólogos contribuírem com os povos indígenas cobrando ações do Estado para que os povos sejam protagonistas nos planejamentos e nas políticas públicas. Vocês querem um aliado na luta de vocês frente ao Estado. Foi colocada até a questão de qual a força o Conselho Federal de Psicologia teria no sentido de interferir para que as políticas públicas fossem controladas pelos povos que vivem essas políticas. E ficou claro que os espaços comunitários precisam ser fortalecidos, tendo os psicólogos como aliados.

Também surgiu a busca do apoio da Psicologia para área da saúde, cada vez mais controlada por vocês. Os psicólogos podem ser aliados para articularem outros profissionais da saúde, de forma a fazerem um trabalho culturalmente correto. Da mesma forma a escola, que deve servir ao resgate cultural dos povos indígenas.

E, por fim, queria destacar a questão da convivência: vocês não querem um aliado temporário. Dão importância à visita, à convivência, ao conhecimento dos problemas e ao estabelecimento dos laços de confiança.

- Foi colocada a questão de que os profissionais que lá estão, os cuidadores, também precisam receber um cuidado. Esse confronto com a diversidade cultural também desperta todo um processo nas pessoas, que também precisam ser cuidadas.

Resgate dos dias anteriores

Começamos esse encontro na sexta-feira à tarde, quando houve uma apresentação, primeiramente realizada em grupos e depois em Plenário. Após, ocorreu a abertura, com falas dos representantes do CIMI e do Conselho Federal de Psicologia. Logo em seguida ocorreu a leitura do texto produzido pelo CIMI e pelo CFP, que aborda o tema deste Seminário, acompanhado de uma conversa sobre os sentimentos com relação ao texto e ao significado da palavra subjetividade.

Ontem tivemos dois grandes momentos. No primeiro conversamos sobre a subjetividade e as relações das comunidades indígenas com a sociedade nacional, onde apareceu toda a história de agressões sofridas pelos indígenas e as conseqüências trazidas para as comunidades. Nesse momento ocorreu uma fala inicial e um trabalho em grupos sobre os impactos positivos e negativos dessa relação. Na apresentação dos grupos foram utilizados cartazes.

Na parte da tarde trabalhamos com a subjetividade e as relações internas das comunidades indígenas, onde também ocorreram trabalhos em grupos e apresentação posterior em plenário, acompanhada de debate. Nesse momento também houve exposição sobre qual a contribuição que se espera dos psicólogos para as comunidades indígenas.

Síntese das proposições

Quero destacar que, nesses dois dias de encontro, vimos que a Psicologia não se dissocia da realidade e da necessidade de aproximação da luta dos povos em cada estado e em cada região do país. Esse processo, que começa nesse encontro, será produto da relação aqui iniciada e continuidade da construção de ações conjuntas. Esse momento de diálogo foi fundamental para fortalecer a idéia de que não se separa a Psicologia do contexto da luta dos povos indígenas. Isso implica em articular a luta pela terra, por uma educação adequada à realidade indígena, pelo resgate cultural. A compreensão dos sofrimentos psíquicos decorrentes dessa luta é fundamental para uma atuação conjunta.

Essa relação dos psicólogos, através de seus conselhos, com a luta dos povos indígenas precisa ser construída coletivamente. Para





tanto, faz-se necessário caminharmos nas seguintes direções, apontadas durante nosso trabalho:

a) Convivência/parceria:

- Os psicólogos precisam conhecer a história e a realidade, visitando os povos indígenas em cada estado, de modo a estabelecer laços de confiança e construir conjuntamente planos de ação, fortalecendo o compromisso social da Psicologia para com os povos indígenas.

b) Terra:

- Os conselhos regionais de Psicologia precisam conhecer as lutas dos povos indígenas em cada região/estado, a fim de que possam apoiar os povos indígenas, nos âmbitos regional e nacional, pela recuperação dos seus territórios.

c) Cultura:

- Os conselhos regionais de Psicologia e universidades poderão se constituir em órgãos de apoio no processo e em projetos indígenas de resgate e memória. Os psicólogos precisam, em parceria com o CIMI, conhecer os diferentes povos indígenas da sua região para poderem contribuir com a realização de ações e projetos de fortalecimento da cultura.

d) Intercâmbio com universidades:

- Identificar universidades parceiras/aliadas dos povos indígenas, de modo a incentivar a participação dos estudantes/docentes de Psicologia;
- Conhecer as ações já existentes para interagir com elas;
- Dialogar com as universidades para apresentar e discutir as demandas indígenas, construindo ações conjuntas de extensão e pesquisa.

e) Saúde mental:

- Identificar os psicólogos da Fuani e da Funasa, que atuam com os povos indígenas, para que os conselhos regionais de Psicologia possam conhecer sua atuação, identificar demandas e promover o diálogo com esses órgãos públicos para a implementação de ações

de atenção à saúde indígena;

- Que os psicólogos estudem e conheçam as formas próprias de auto-ajuda construídas pelas comunidades indígenas;

- Que o Sistema Conselhos de Psicologia possa, juntamente com a Funasa, com as universidades e com os povos indígenas, identificar estudos já realizados em saúde que possam subsidiar a ação da Psicologia;

- Que os psicólogos identifiquem as diferentes formas de sofrimento psíquico dos povos indígenas;

- Que os psicólogos articulem-se com outros profissionais de Saúde para, junto com os povos indígenas, elaborar propostas de ação em saúde;

- Que os conselhos regionais de Psicologia apoiem os povos indígenas em ações concretas de prevenção às drogas, articulando com órgãos públicos a participação dos psicólogos.

f) Intercâmbio:

- Realizar encontros regionais de conselhos e povos indígenas, com o apoio do CFP e do CIMI;

- Inserir a temática indígena nos eventos promovidos pelos conselhos regionais de Psicologia, de modo a promover e construir a compromisso social da Psicologia;

- Que os conselhos regionais de Psicologia possam identificar suas potencialidades para atender às necessidades dos povos indígenas.

g) Educação:

- Que os conselhos regionais de Psicologia possam apoiar e fortalecer a luta pela Educação Indígena diferenciada e de qualidade;

- Que os psicólogos possam construir com os educadores indígenas, assessorando ações de capacitação, diagnósticos e estudos, contribuindo com a melhoria da qualidade da educação indígena.





O Conselho Federal de Psicologia, o Conselho Missionário Indigenista e as Organizações Indígenas

Aluízio Brito¹⁸

Essa é uma tentativa de esclarecer uma pergunta que paira no ar: o que nós, lideranças indígenas, estamos fazendo aqui, conversando e falando das nossas coisas, para esse grupo de psicólogos e essa coisa chamada Conselho Federal de Psicologia? Como estamos chegando ao final do nosso encontro, é importante irmos reunindo a essência de todas as discussões para que possamos construir um caminho, um horizonte, propostas claras.

Uma das questões é: o que é a Psicologia?

E não é de se surpreender que vocês façam essa pergunta.

Tive uma reunião com um grupo de lideranças dos potiguaras e vinha um estudioso da língua tupi antiga, morta há 230 anos, ensiná-la aos potiguaras. O Conselho fez essa parceria e, ao me manifestar, perguntei quem já tinha ouvido falar na palavra Psicologia. E manifestou-se apenas um jovem líder, que escutou essa palavra na universidade, ao ter feito um curso de Cidadania e Direitos Humanos. Isso revela uma questão para nós, psicólogos. A Psicologia esteve distante do povo brasileiro e muito próxima de uma pequena parcela, que pôde pagar para ser ouvida, para ser cuidada de forma mais individual. A Psicologia esteve distante historicamente, em sua formação e desenvolvimento no Brasil, da realidade do povo brasileiro. É uma ciência que tem pouco mais de 100 anos. Isso, no campo das ciências, é muito pouco. No Brasil, foi em 1962 que foi criada a profissão de psicólogo, mas nossa história vem de antes e temos, com isso, uma Psicologia importada, que veio de fora. A nossa Psicologia corresponde a idéias traduzidas de países como os Estados Unidos, a Alemanha, a França, parte da Inglaterra. É uma Psicologia eminentemente européia. Nesse sentido, fomos colonizados. A matriz do nosso pensamento é a criança européia. Não temos nada contra isso, mas o Brasil tem outra característica. Darci Ribeiro coloca bem isso. Nós temos um povo formado por três grandes etnias: os negros, os índios e

os europeus. Isso dá uma característica, um jeito de pensar, de sentir, de se relacionar, totalmente diferenciado. Isso fez com que a Psicologia caracterizasse-se em uma profissão eminentemente individual: em um consultório somos eu e você. Aí veio o modelo médico. Enquanto o médico cuida do corpo e da doença, o psicólogo seria aquele que cuidaria das tristezas, angústias, dos conflitos. Então, ficou uma coisa isolada. E isso vem se prolongando durante muitos anos, de forma que hoje não temos uma Psicologia gestada, criada, constituída a partir do povo brasileiro, formado a partir das três matrizes étnicas, e que sirva ao povo brasileiro. Nossos instrumentos de trabalho são individualistas, e não coletivos. E, para a realidade brasileira, precisariam ser coletivos. É um povo que tem características coletivas. Essa situação nos criou uma dificuldade no ponto de vista teórico, que se manifestou na prática da profissão.

Não estou querendo dizer, com isso, que fazemos uma coisa de outro planeta. Essa é a nossa história. O que estamos fazendo aqui, enquanto Conselho Federal de Psicologia, é uma tentativa de dizer que queremos construir uma teoria e, na prática, um novo jeito de fazer a Psicologia, em um outro lugar que não somente da clínica, de um espaço fechado, de uma sala em que um psicólogo escuta alguém, mas em um outro local social em que possamos cuidar das pessoas a partir de sua história, de sua identidade, não as enquadrando dentro das nossas teorias.

Essa dificuldade é que faz o Conselho Federal de Psicologia dar esse passo na direção daquelas pessoas e daqueles povos distantes: os negros, os índios, os moradores de rua, os ciganos, os sem terra, os sem teto e todos aqueles que têm sofrimentos não de natureza eminentemente existencial, mas sofrimentos causados de fora para dentro, originados pela estrutura social e econômica que, ao se juntar com o sofrimento pessoal, tornam-se maiores, mais doloroso.

Esse trabalho que o CFP faz, neste momento, com vocês, é um marco, é um momento histórico. Como fizemos com o Movimento Sem Terra. Dialogando com os trabalhadores sem terra, buscamos formas de a Psicologia contribuir com a luta por uma vida melhor. E por isso é preciso ouvir muito: ouvir as histórias, as experiências, as





diferenças e proximidades culturais, a religiosidade, as formas de relação, de pensar, de sentir, de fazer. Não que não saibamos nada, mas não sabemos fazer a Psicologia nessa cultura, bem diferente daquela em que foi constituído o pensamento psicológico.

E o que faz o psicólogo?!

Eu diria que o psicólogo é um cuidador. É aquele que cuida. Não de uma forma paternalista: cuidar de maneira a estar junto com o outro. Nossa vida é marcada pela herança cultural recebida dos nossos pais, pela cultura de onde nascemos. Então, o trabalho da Psicologia é ajudar a perceber que nem tudo o que herdamos, o fizemos com perfeição, com a total boa intenção com a qual aqueles que nos formaram quiseram passar. Herdamos muitas dificuldades, recalques, traumas, frustrações, conflitos, negações, medos, sentimentos de incapacidade, de separação. Na verdade, a Psicologia é uma ciência que tenta entender o comportamento humano e que cuida da relação do ser humano consigo mesmo, com seus familiares, com a comunidade onde vive. E, dentro desse conjunto de coisas que a Psicologia tem como objeto de estudo e de trabalho, surge o que chamamos de problema: o medo, a baixa auto-estima, a insegurança, o alcoolismo, o suicídio, o uso de drogas. O psicólogo cuida do alcoolismo não no sentido de solucioná-lo: ele não é um problema em si. Para a Psicologia, ele é consequência, como todo o vício. Quando temos valores muito fortes e perdemos nossos referenciais, não nos restam-nos outra coisa a não ser os vícios ou o suicídio. A vida perdeu o encanto, o sentido, a beleza. Perdemos a esperança e vamos buscar formas de sofrer menos ou de não sofrer mais. E a Psicologia lida com isso. Nós, psicólogos, lidamos bem com isso na cultura do branco, porque esta está ligada à matriz do pensamento europeu que nos formou. Mas, na cultura indígena, é preciso conhecimento maior e mais profundo. É preciso conhecer o jeito de se relacionar, de pensar, de sentir, de se manifestar. Por isso a necessidade de fazer esse trabalho de estar ao lado do outro, de ouvi-lo. E garanto a vocês: se o psicólogo quiser tratar o alcoolismo entre os indígenas da mesma forma que trata na cultura do homem branco, vai errar. O método a ser usado não estará adequado àquela realidade. Então, tratamos dos sofrimentos não desejados, como o da morte, da perseguição, do enfrentamento,

da humilhação. Mas é preciso reconhecer que temos de ouvir as outras culturas para adequar os nossos instrumentos.

De forma geral seria isso. A Psicologia cuida das relações do ser humano consigo mesmo, com seus ancestrais, com seus familiares, com a sua cultura, com as suas emoções e sentimentos, com o seu corpo, sua sexualidade, sua religiosidade. Enfim, tudo aquilo que, para nós, humanos, é significativo.

E quem é, então, o Conselho Federal de Psicologia?

É uma organização, uma instituição que reúne, que congrega 125 mil psicólogos. E aí vocês pensam: “puxa, que bom! É um órgão que tem muitos funcionários. 125 mil vai ser uma beleza. São, no mínimo, 10 psicólogos para cada aldeia!” Não é isso. Não são 125 mil funcionários. São 125 mil psicólogos que, para exercerem a profissão, precisam dizer ao Conselho Federal de Psicologia, através dos conselhos de cada Região, que eles estão exercendo a profissão. Para exercer a profissão, é preciso o registro no CFP. Mas o psicólogo é um profissional autônomo. O registro é necessário porque o Conselho tem a responsabilidade de orientar, de fiscalizar, de disciplinar o exercício do trabalho do psicólogo. É saber se ele está fazendo bem o trabalho dele, se está servindo, como a profissão determina, para promover a saúde pessoal e coletiva das pessoas.

Para coordenar o trabalho dos psicólogos, construindo políticas de ação, que podem ou não ser assumidas pelos psicólogos, o CFP está organizado em regionais. São 16, que congregam todos os estados brasileiros:

CRP-01: Brasília, Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia

CRP-02: Pernambuco e Fernando de Noronha

CRP-03: Bahia e Sergipe

CRP-04: Minas Gerais

CRP-05: Rio de Janeiro

CRP-06: São Paulo

CRP-07: Rio Grande do Sul

CRP-08: Paraná





CRP-09: Goiás e Tocantins

CRP-10: Pará e Amapá

CRP-11: Ceará, Maranhão e Piauí

CRP-12: Santa Catarina

CRP-13: Paraíba e Rio Grande do Norte

CRP-14: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

CRP-15: Alagoas

CRP-16: Espírito Santo

A organização federal coordena os regionais. No regional é onde estão os psicólogos. O psicólogo, ao buscar o Conselho de Psicologia, encontra, em seu estado, o Conselho Regional de Psicologia. Por meio dos regionais é que queremos implantar uma política conjunta, de parceria com os povos indígenas. Como já começamos com a questão da terra. Isso por meio da Comissão de Direitos Humanos, que existe em todos os regionais e que se preocupa com esses temas que não estiveram na pauta, no dia-a-dia dos conselhos regionais. A campanha do ano passado teve como tema o negro. Chamava-se “O preconceito humilha e a humilhação social faz sofrer” e discutiu o racismo e o preconceito buscando valorizar toda a luta do povo negro. Quem sabe possamos convencer os regionais e a nova gestão do Federal para assumirem como tema da campanha dos próximos anos a questão da “Psicologia e a Questão Indígena”. Seria um marco extraordinário, pois teríamos todos os regionais discutindo, em seus estados, essa questão.

Enfim, estamos aqui para aprender com vocês e construir políticas de ação que, dentro dessa ciência e dessa profissão, nos possibilitem a inclusão definitiva da questão dos povos indígenas na nossa pauta de estudo, de pesquisa e de trabalho.

Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

*Saulo Feitosa*¹⁹

O CIMI é um organismo católico, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e, portanto, carregamos toda a herança histórica da presença da igreja junto aos povos indígenas. Não somos dissociados desse passado histórico em que a igreja atuou junto com o estado brasileiro na perspectiva, primeiro, de exterminar os povos indígenas e, depois, de inseri-los, integrá-los à chamada comunhão nacional.

No final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, houve uma revolução pastoral, uma revolução teológica no interior da igreja, principalmente da América Latina, quando ocorreu uma auto-crítica sobre o trabalho desenvolvido pela igreja com grupos étnicos. Foi nesse contexto que, no Brasil, foi tomada a iniciativa de criar um organismo de pastoral específico para tratar a questão indígena para repensar e refazer toda a trajetória da missão entre os povos indígenas.

Dessa maneira, o CIMI foi criado em 1972, ligado à CNBB, com a missão de coordenar o trabalho da igreja junto aos povos indígenas.

Não havia, naquele momento, a clareza que se tem hoje. À época, o país vivenciava muitas denúncias de genocídios contra os índios. A população indígena conhecida até então era de apenas 170 mil índios. Aqueles que não haviam sido exterminados, estavam fadados à integração. Havia um projeto do Estado brasileiro de que, até o ano 2000, não poderia mais haver índios no Brasil. Todos seriam “emancipados”: deixariam de ser índios, receberiam um título de cidadão “civilizado”, e não mais teriam suas terras. Índio era uma categoria transitória. Algumas pessoas dentro do próprio CIMI, em sua origem, também tinham esse entendimento, só que não concordavam com a forma com que o Governo queria realizar o processo. O Governo queria apressar o processo de transição, da considerada categoria inferior de índio, para a categoria de cidadão civilizado, mas algumas pessoas achavam que o processo deveria

¹⁹ Vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário - CIMI





ser mais lento. E essa era a tensão existente dentro do CIMI.

Já nos primeiros meses, uma outra corrente começou a dizer que, se era para fazer a mesma coisa que já vinha sendo realizada, não precisaria criar-se uma nova pastoral! A proposta deveria ser a de confronto com o Estado brasileiro, de romper definitivamente com essa relação, dizendo que não havia concordância com a integração, fosse ela do jeito que fosse. Então, desde esse momento, iniciou-se um embate e houve uma ruptura entre esse segmento da igreja e o Estado brasileiro. Esse embate foi em torno da Lei 6001, o Estatuto do Índio, em vigor até hoje, apesar de haver uma nova Constituição. A igreja posicionou-se contra o Estatuto, cujo objetivo era de integrar os índios à comunhão nacional. A Funai ainda hoje se pauta pelo Estatuto do Índio, embora haja muitas pessoas lá dentro contrárias a isso.

E o CIMI, então, partiu para a perspectiva de reforçar os sujeitos autônomos e investir no fortalecimento da identidade cultural. Até então, o modelo que se tinha era o de trazer os índios para dentro da missão e aí serem catequizados, moldados à sociedade não índia. Naquele momento se decidiu que se faria o processo inverso. Os missionários é que passariam a viver com os índios e a aprender os seus costumes, demonstrando aos indígenas que sua forma de vida era bonita, agradável, importante, e que eles não tinham de se moldar aos nossos conceitos e valores.

Então, nos primeiros anos do CIMI, todos os missionários que se definiam por essa causa e tinham essa compreensão passavam por um processo de formação para repensar valores e iam morar nas comunidades indígenas. E aí, em todo o processo da ditadura no país, muitos jovens abandonaram a universidade aderiram a esse modo de vida e faziam trabalhos voluntários.

Assim, o primeiro desafio era esse. A Pedagogia era conviver, e não apresentar propostas. Convivendo, identificavam-se os problemas que os índios enfrentavam: invasões de madeireiros, mineiros, garimpeiros. Ficava mais fácil denunciar o que acontecia. Então, o CIMI passa a funcionar como porta-voz dos povos indígenas. Os missionários ficavam nas aldeias por um tempo, vinham

traziam denúncias que impactavam os meios de comunicação e a sociedade e voltavam novamente.

Depois de um tempo, o CIMI entendeu que era necessário que os próprios índios fossem porta-vozes deles mesmos. Deu-se início ao investimento no surgimento das organizações indígenas, com eles mesmos se organizando, apropriando-se do funcionamento dessa sociedade não índia e sendo protagonistas de um contexto que repercutisse politicamente. Então, a partir dos anos de 1980, houve o entendimento de que os missionários deveriam se retirar das aldeias e que os índios deveriam criar suas próprias formas de organização. Com isso, o CIMI passou a desenvolver um papel mais de assessoria, criando escritórios regionais com equipes morando em locais próximos às aldeias, e não necessariamente dentro das aldeias.

Hoje, ainda temos muitas equipes morando em aldeias de áreas de difícil acesso, mas a maioria mora fora, realizando visitas e acompanhamento dos povos indígenas.

A perspectiva posta desde o primeiro momento era a de inculturação. Na verdade, por uma inspiração evangélica, usávamos a palavra encarnação. Encarnar na vida dos povos indígenas. Depois é que mudou para inculturação.

Houve muitos problemas de saúde mental com missionários que se radicalizaram no processo e que não mais sabiam conviver com a sua cultura. Houve gente que achou que tinha virado índio e não sabia mais fazer a viagem de volta. Aconteceram casamentos entre missionários e indígenas. Muitos problemas aconteceram. Mas foi um desafio importante. A radicalização, naquele momento, foi importante para romper com um passado histórico de violência e agressão.

Nesse processo de 32 anos havia o entendimento de que o CIMI não poderia ser uma ONG que trabalhasse com um tema específico, pois já tínhamos visto o fracasso das missões tradicionais.

Então, desde o princípio, o CIMI atuou na defesa da integridade física, cultural e territorial dos povos indígenas. E assim continua até hoje. Sabemos que isso não é mérito do nosso trabalho: muitas





entidades envolveram-se depois. O próprio Estado brasileiro mudou muito, mas comemoramos que houve uma reversão no quadro da população indígena no Brasil. Saímos de 170 mil, em 1972, para 741 mil atualmente. Muitos povos, que não mais queriam que filhos nascessem, que viviam situações de infanticídio, passavam pela orientação dos pajés para que as mulheres não mais engravidassem e, se engravidassem, abortassem. A lógica era: nascer para quê?! Para ser massacrado?! Então, era melhor não nascer! A partir do momento em que os indígenas começaram a perceber que tinha gente que acreditava neles e que com eles lutava, houve uma reversão. Temos povos, como os Megui, que, em 1978, tinham 26 pessoas sobrevividas de ataques, mas que atualmente têm 92 pessoas. São muitos acontecimentos, dramas existenciais violentos. Por exemplo, esse povo Megui passou muitos anos sem ver nascer criança alguma. A primeira criança que nasceu possuía um defeito: na cultura deles, criança com lábio leporino é vítima de feitiços, é do mal, não traz um bom espírito e deve ser sacrificada. Então, depois de tantos anos, acontece isso. E houve todo um trabalho para convencê-los do contrário. Explicou-se que havia um pajé de outro povo que poderia fazer um trabalho e corrigir o defeito. Foi assim até os índios entenderem que a criança poderia ser trazida a um hospital para fazer uma cirurgia e resolver o problema. Foi um grande desafio. Como esse, centenas de outros. Mas o importante é que o trabalho cresceu, os povos indígenas organizaram-se e hoje se constituem em uma força política importante. O CIMI avançou em sua compreensão política e continua muito crítico em relação às políticas do Estado brasileiro. Atualmente, apesar de termos um Governo pelo qual lutamos muito, não concordamos com a sua política em relação aos povos indígenas e nos mantemos em uma posição bastante crítica. Mas sabemos: com esses anos de convivência, é possível haver uma reversão. Assim como a igreja, que era tão opressora e tão dominadora, conseguiu fazer a ruptura, o Estado brasileiro também pode fazer.

Tivemos um ganho importante na *Constituição* de 1988, quando, também em função do apoio do CIMI, durante três meses houve

um grupo de 500 representantes indígenas aqui em Brasília, fazendo *lobby* cotidiano no Congresso Nacional, e conseguiu aprovar um capítulo específico para os povos indígenas, que mudou a concepção integracionista do Estado. A atual *Constituição* brasileira tem um artigo, o 231, que diz que é dever do Estado brasileiro demarcar e proteger todas as terras indígenas do país e respeitar os usos, os costumes e as tradições, bem como a autonomia dos povos indígenas. A lei 6001 não tem mais abrigo na *Constituição Federal*. Apesar disso, não existe uma lei que implemente, na prática, a *Constituição Federal*. O novo Estatuto do Índio já deveria ter sido aprovado, mas, por imposição do Governo brasileiro, até hoje não foi. E a Funai continua se pautando pelo velho Estatuto, apesar de a Constituição dizer o contrário.

São importantes os artigos 231, 232, 215, 210.

O fato é que o CIMI, embora seja esse organismo que carregue essa contradição histórica, tem uma perspectiva avançada dentro do indigenismo brasileiro. Diria até que somos, dentro das entidades indigenistas, a que mais sofre a pressão governamental. Daí porque, embora mantenhamos boas relações com pessoas da Funai e da Funasa, essas pessoas estão submetidas a políticas governamentais e sabemos de seus limites.

Temos também nossas contradições. Embora não tenhamos as dificuldades do CFP e dos conselhos regionais de coordenar as ações dos psicólogos, temos dificuldades de coordenar ações dos missionários. Somos um organismo da Igreja Católica, que possui uma estrutura hierárquica sedimentada, e temos um estatuto feito pelos bispos. Pelo nosso estatuto, todos os bispos, onde há comunidade indígena, são membros do CIMI. Isso não quer dizer que todos os bispos membros do CIMI concordem com a luta dos índios. Tivemos o exemplo dos Xucuru, em que o bispo era contra a luta deles. Isso provoca uma briga interna que se resolve no embate político, nas eleições para a presidência do CIMI, que ocorre a cada quatro anos. Desde que foi fundado, o CIMI tem tido uma coordenação com perspectivas de diálogo, mas poderia haver uma reversão. O que podemos garantir é que, na situação atual do CIMI, podemos





estabelecer um diálogo com a Psicologia. Até porque a nossa relação com as comunidades indígenas é de diálogo. Nossa missão é a de estabelecer um diálogo inter-religioso e intercultural, nunca de catequese nem de proselitismo. Por esse motivo, nossa base social de atuação é grande e envolve saúde, educação, assessoria jurídica, formação política. Muitos antropólogos assessoram-nos. Poucos psicólogos até então. E estamos completamente abertos para a continuidade desse diálogo.

As organizações indígenas

Paulo Maldos²⁰

Falarei brevemente sobre as organizações indígenas, não como porta-voz delas, mas para resgatar a história recente dessas entidades.

Os povos indígenas nunca deixaram de lutar. Desde a chegada da primeira caravela, no litoral da Bahia, os índios resistem e mentem seus projetos de vida. Mas, dando um grande salto na história, até os anos de 1970, em nossa última ditadura militar, que foi um momento particularmente grave, ocorria um processo de genocídio e etnocídio sistemático da sociedade brasileira sobre os povos indígenas. A ditadura foi um marco, porque teve a pretensão de fazer o extermínio absoluto dos povos indígenas no Brasil. Há um documento tristemente famoso, dos militares, em que propunham que, de 1970 a 2000, seriam extintos todos os indígenas do Brasil. A meta era chegarmos a 2000 com a questão indígena solucionada, ou seja, nenhum índio mais em nosso país. E é neste momento que surge o CIMI, conforme falou o Saulo, como espaço de contribuição para a resistência e o enfrentamento desse genocídio planejado. Assim, nos anos de 1970, com o apoio do CIMI, começaram a ser realizadas assembléias indígenas em todo o país, que reuniam caciques, chefes religiosos, chefes políticos, guerreiros, para discutirem a questão da terra. Esse foi o início da virada. Quando havia a reunião dessas lideranças, discutiam -se a questão da terra e se determinava a lutar pela conquista dos seus territórios.

Ao chegarmos aos anos de 1980, a prática das assembléias tornou-se bastante freqüente. As reuniões eram regionais ou locais, reunindo vários povos. Às vezes, povos que eram guerreiros entre si, em Rondônia ou no Amazonas, passaram a ser aliados para enfrentar o inimigo comum: os militares e os grandes projetos - a rodovia Transamazônica, a Santarém - Cuiabá, a Perimetral Norte, várias estradas abertas para servir a grandes empresas que queriam se apropriar das terras para implementar o plantio da soja, para explorar a madeira ou extrair minério. Então, começa a surgir o fenômeno das assembléias nacionais, em Brasília. E surge a primeira





idéia de organização nacional, através da UNI – União das Nações Indígenas. Houve uma tentativa de uma UNI nacional e algumas regionais, como a Norte, a Nordeste, a Sul. Mas não deu certo, porque era articulada por cima e não chegava à base.

Até que se chega, de forma precária, com povos muito organizados na base e sem articulação em nível nacional, no processo constituinte, em 1986. E então acontece uma grande experiência de articulação dos povos indígenas no Brasil, que ocuparam o Congresso Nacional e pautaram a Constituinte. O Bernardo Cabral, senador pelo Amazonas, tentou articular um plano maléfico de criar as figuras de índio aculturado e coisas do gênero, o que seria uma grande manobra legal, jurídica, para legitimar a extinção dos povos indígenas; mas não conseguiu.

A *Constituição* de 1988 abriu muitas possibilidades de reconhecimento das iniciativas indígenas. O capítulo referente aos povos indígenas reconhece a legitimidade, pelo Estado, de os índios se manifestarem, proporem política e controlarem as políticas que dizem respeito a eles. A partir de então, proliferaram, em todo o Brasil, organizações indígenas. Essas organizações reuniam um mesmo povo, os povos de um estado ou de uma região, das federações, como a das Organizações Indígenas do Rio Negro e a COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, que reúne mais de 60 povos da região Amazônica. Também há o CIR - Conselho Indígena de Roraima, existente desde os anos de 1970. Na região Nordeste surge a Articulação Leste-Nordeste dos Povos Indígenas e a Apoinne - Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste. Enfim, é impossível citarmos todas. Ao longo dos anos de 1980, devem ter surgido mais de 400 organizações indígenas.

Em 1992, houve uma grande assembleia em Brasília, que reuniu 350 lideranças de mais de 100 povos diferentes, sendo 50 organizações indígenas. E surge novamente a idéia de se criar uma organização nacional, como uma espécie de articulação, de conselho. Assim surge, em 1994, o Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, o CAPOIB, uma tentativa de ser uma grande constelação de povos e de organizações para lutar por um

novo Estatuto do Índio, por políticas públicas que respeitassem os povos indígenas; para canalizar as demandas vindas das bases; e assim por diante. O CAPOIB, as organizações todas, o CIMI e vários outros aliados dos povos indígenas planejaram, para o ano 2000, a Conferência Indígena de Porto Seguro, que seria um marco da comemoração dos 500 anos da invasão no Brasil, mostrando que os índios não se dobraram, continuavam vivos e lutando. Houve uma articulação com os quilombolas, com o MST e com outros movimentos sociais. A Conferência reuniu centenas de povos indígenas, os remanescentes de quilombos e o movimento popular e levou a Porto Seguro milhares e milhares de pessoas. E aconteceu: de um lado, a Conferência Indígena; de outro, o então presidente Fernando Henrique Cardoso com o presidente de Portugal, cercados de tropas. Sem que houvesse qualquer ameaça ao banquete deles, ocorreu a ordem de as tropas da Bahia massacrarem os participantes da Conferência. Isso mostrou como o Estado brasileiro continua distante dos povos indígenas. Os povos indígenas continuam mobilizados, apoiados por várias organizações indígenas e com a possibilidade conquistada com a Constituição de 1988 e, posteriormente, de interferir nas políticas públicas do Brasil. Isso em nível municipal, estadual e, principalmente, em nível federal.

O reconhecimento conquistado pelos povos indígenas, junto à sociedade brasileira e ao Estado brasileiro, é de que cada povo pode interferir em tudo o que diz respeito a esse povo: saúde, educação, terra, através de denúncia, do acionamento do Estado, de proposições. Essa é uma conquista histórica importante e precisa ser utilizada, inclusive em nível de saúde mental. Vocês podem exigir pessoas da área de saúde para propor, interferir, exigir e construir políticas públicas que respeitem e contribuam em uma perspectiva de vida digna para os povos indígenas.

Debate

- Um instrumento que o Estado brasileiro usou e continua usando, que pode ser motivo de algumas consequências para as pessoas e para as comunidades indígenas e que pode ter relação com a saúde





mental, é a figura da tutela. Durante todo esse período o Estado sempre trabalhou com o entendimento de que os índios são tutelados por ele. Até o ano passado, o *Código Civil Brasileiro* dizia que os índios são relativamente incapazes e, como tal, não poderiam exercer a sua capacidade plena, a sua cidadania plena. Apesar de ter mudado essa perspectiva no novo Código, o presidente atual da Funai ainda entende que os índios sejam tutelados. E, lamentavelmente, há índios que dizem: “eu sou tutelado. A Funai é meu pai e minha mãe”. E criticam o CIMI, porque dizem que não existe mais tutela. Temos aqui um exemplo concreto do Marcos. No ano passado, ele sofreu um atentado contra ele. Os dois jovens que estavam com ele foram assassinados. E a Justiça de Pernambuco disse que foi ele quem provocou o atentado e que ele deveria ser condenado. Ele, então, tinha de se defender e passou uma procuração aos advogados do CIMI. E o Juiz perguntou à Funai se ela concordava que ele tivesse advogado. E ela respondeu que não, pois ele era tutelado e não poderia constituir advogado. No dia da audiência, ele teve de faltar para não ser preso. Entrou com um processo para ter o direito de constituir advogado. Somente pôde passar a procuração depois que um juiz decidiu que ele podia. Então, na outra audiência, ele foi com advogado. Mesmo assim, a Funai mandou o advogado dela, que era o mesmo que já havia apontado arma para o pai dele. Esse é só um exemplo, entre os milhares que poderíamos citar. Essa questão da tutela é muito complicada na vida das comunidades indígenas. E, enquanto o novo Estatuto do Índio não for aprovado, haverá essa disputa de interpretação. E exatamente por isso o Estado brasileiro não aprova o novo Estatuto. Quer que continue essa confusão. A *Constituição* avançou, mas não há a lei que garanta a aplicabilidade dela.

- Com toda essa caminhada que o CIMI tem, de ter superado a proposta catequista, há algum contato com outras religiões. A Igreja Católica está mais consciente de acolher a cultura e a religiosidade do povo indígena. Mas outras igrejas se mantêm no papel conservador. Há alguma articulação entre a Igreja Católica com as Igrejas Evangélicas, Espíritas?

- Há algumas igrejas, como a Anglicana e a Luterana, que têm uma aproximação e com as quais existem trabalhos articulados. Na década de 1980, o CIMI começou a ajudar na articulação de organismos semelhantes ao CIMI em outros países da América Latina, em países como Argentina, México e Guatemala, onde hoje existem várias igrejas e se criou a Articulação Ecumênica Latino-americana de Pastoral Indígena. As igrejas que compõem essa articulação têm uma caminhada comum. E há a construção da teologia índia, um resgate da espiritualidade e da sabedoria indígena. Os religiosos indígenas que tiveram uma formação fora de suas comunidades voltam e se inserem. Há, inclusive, uma publicação do CIMI sobre teologias indígenas. Apesar de no começo ter havido uma reação muito grande por parte de Roma, o trabalho continuou e, a cada cinco anos, realizamos um Encontro Continental de Teologia Índia.

Apresentação dos grupos

Grupo 1:

Tentamos consolidar alguns compromissos, a partir da síntese apresentada pela Nazaré. Assim, levantamos as seguintes propostas:

a) No que se refere a um início de trabalho nas regiões, precisaríamos, estado a estado, pensar como organizar uma articulação entre um representante dos psicólogos, o CRP, representantes dos povos indígenas, o CIMI como parceiro fundamental e outras organizações, se considerado necessário, além de um representante da Funasa. Isso para, em conjunto, detectarmos as necessidades próprias dos indígenas, estabelecermos alguns compromissos fundamentais e criarmos ou fortalecermos mecanismos que promovam a ação dos psicólogos junto às comunidades indígenas, respeitando todas as orientações aqui levantadas: que sejam ações comprometidas com a especificidade e a demanda de cada povo e que as ações sempre partam de um conhecimento concreto e presencial dessas realidades.

Qual seria o primeiro passo em cada estado?





No Rio Grande do Sul e em São Paulo, a primeira ação seria os representantes dos CRPs levarem a discussão para as Plenárias dos CRPs e procurarem o CIMI e os Conselhos Estaduais, que já existem nesses estados.

Em Santa Catarina, a ação primeira seria articular o CRP e o CIMI.

No Mato Grosso do Sul, como não há representante do CRP aqui, entendemos que a primeira ação deva partir dos próprios indígenas, procurando o CRP no estado.

b) Promover um diálogo com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP, nas regiões, para incluir a questão indígena no debate sobre a reformulação dos currículos das faculdades de Psicologia.

c) Organizar seminários, debates, nas universidades, para trazer a questão indígena para o debate interno e para o cotidiano das universidades.

d) O CFP articular um novo encontro entre esses três segmentos no Fórum Social Mundial.

Grupo 2:

a) Construir, com o CIMI, os CRPs e as organizações indígenas, estratégias de capacitação de psicólogos para atuarem junto às populações indígenas.

b) Incentivar e apoiar a produção acadêmica: livros, pesquisas, vídeos, gerando publicações que possam nortear a relação da academia e da Psicologia com os povos indígenas.

c) Identificar, na região Nordeste, as parcerias já existentes entre organizações indígenas e universidades, para levantar as possibilidades de atuação da Psicologia.

d) Respeitar o protagonismo dos povos indígenas na formulação e devolução das pesquisas sobre eles próprios.

e) Estabelecer parceria entre os conselhos profissionais nas lutas específicas dos povos indígenas.

f) Promover encontros regionais para organizar estratégia de atuação coletiva.

g) Articular-se com as organizações de professores indígenas, conselhos de saúde distrital e conselhos indígenas, para discutir como a Psicologia pode contribuir com as políticas públicas voltadas para os povos indígenas.

h) Convidar os psicólogos para participarem dos eventos relacionados aos povos indígenas nos momentos em que a comunidade entender como importantes.

i) Articular-se com as universidades de modo a promover a discussão de temáticas indígenas envolvendo os cursos de Psicologia, Antropologia, Pedagogia, História, Ciências Sociais e cursos da área de Saúde.

j) Construir, lideranças, academia e CIMI, a introdução da temática através de disciplinas optativas, estágios, seminários e projetos de extensão.

k) Manter o intercâmbio, através de *e-mails*, dando continuidade ao diálogo iniciado neste Seminário.

l) Dispor dos CRPs como espaço de debate das questões indígenas, utilizado também pelos povos indígenas.

m) Propor aos CRPs que realizem encontros com a temática indígena, envolvendo outros profissionais.

n) Levar para os fóruns dos Conselhos Estaduais de Saúde a problemática da saúde indígena.

o) Sugerir à Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia que inclua a temática indígena na Campanha Nacional de Direitos Humanos.

p) Apoiar todo evento cultural que contemple a questão indígena.

q) Dialogar com as academias e com a ABEP para que, na construção dos projetos político-pedagógicos dos cursos que estão em processo de reformulação, incluam disciplinas que tratem de etnias e povos indígenas, discutindo o processo com as organizações indígenas e o CIMI.

r) Inserir representantes indígenas nas disciplinas de Psicologia e outras áreas que possam inseri-los nos processos pedagógicos.





- s) Promover parcerias com as organizações indígenas nas semanas dos povos indígenas.
- t) Apoiar publicações sobre Psicologia e povos indígenas.

Grupo 3:

a) Realizar encontros regionais entre os conselhos regionais, representantes dos povos indígenas e o CIMI.

b) Propostas por estado:

Rondônia: trabalhar com o Grupo de Apoio aos Povos Indígenas – GAPI

Ji-Paraná: em programa de rádio convidar os psicólogos

Amazonas: repasse dos debates e resoluções deste encontro para os CRPs e CIMI Regional Norte I

Roraima: articular reunião entre a Pastoral Indigenista e o CRP

Solicitar um profissional de Psicologia para o quadro da educação

c) Identificar psicólogos existentes na Fuani e na Funasa

d) Informar à organização sempre que um psicólogo for visitar alguma aldeia.

e) Aproveitar os encontros já previstos para inserir o debate aqui iniciado e aproveitando para integrar os psicólogos ao trabalho com os indígenas.

f) Pensar na questão do internato rural, que seria uma maneira de levar os estudantes de Psicologia até as comunidades, primeiramente articulando com as lideranças, com a Funai, com a Funasa, com as comunidades.

Grupo 4:

a) Buscar os psicólogos envolvidos em cada local e sensibilizar o Conselho de cada região.

b) Não considerar todos os povos indígenas como iguais. É preciso conhecer cada um com as suas especificidades.

c) Fazer orientações nas aldeias, com crianças e jovens, por meio dos esportes.

d) Trabalhar contra o alcoolismo em conjunto, fortalecendo a cultura.

e) Enviar representante dos psicólogos no encontro que acontecerá em abril de 2005, em Santa Teresinha/MT, do povo Carajá, promovido pelo CIMI, em conjunto com a Funai e a Funasa.

f) Promover encontros regionais, unindo as etnias e reforçando o que já existe.

g) Na educação em sala de aula, na saúde com os enfermeiros, por meio da prevenção ao alcoolismo, fortalecendo a cultura, envolvendo jovens no esporte, em intercâmbio cultural entre as etnias da região, promover visitas da Psicologia nas aldeias.

h) Apoio às políticas públicas e ao CIMI.

i) Fazer seminário nas aldeias, utilizando meios para atrair a participação, como vídeos.

j) Dar orientações de como evitar o alcoolismo e falar da desunião que ele provoca.

k) Ir até as aldeias para vivenciar o problema e descobrir juntos porque os jovens não respeitam mais os mais velhos, porque têm dificuldades em trabalhar em grupo e porque usam o álcool.

l) Fazer parcerias com professores, profissionais da área de saúde e lideranças das aldeias.

m) Realizar outros encontros como este.

n) Ajudar a perceber valores e qualidades pessoais, despertando as potencialidades dos povos indígenas.

o) Realizar intercâmbio entre as etnias.

p) Fazer visitas, fortalecendo a cultura e levando a conscientização política.

- Aqui surgiram propostas importantes de diversas ordens, desde orientações gerais no sentido de as universidades se abrirem mais para receber a questão indígena, até especificações por estados. Há propostas nas áreas de saúde, de educação. Mas fica claro que, a partir desse encontro, podemos detonar uma série de iniciativas, desdobramentos desse momento, que podem mudar a formação dos psicólogos, o ensino de Psicologia, a prática e o compromisso dos psicólogos.





- Uma das coisas que observamos é que uma das preocupações das lideranças indígenas é a de que os debates e as propostas cheguem à base, sejam colocadas às comunidades e que, depois, juntamente com as organizações, se possa pensar no quê e em como fazer para implementar as discussões.

- Então, em termos de informações para a continuidade, faremos um relatório, anterior à publicação. Será feita uma matéria para o jornal *O Porantim*, que garanta a chegada o mais próximo das bases. Podemos pensar em fazer algum texto específico com as conclusões desse encontro para as organizações indígenas.

- Levaremos ao Conselho a proposta de um segundo encontro no Fórum Social Mundial: a subjetividade e uma nova saúde mental possível. O Conselho Federal tinha decidido levar alguém que falasse da questão urbana, alguém que falasse das instituições, como manicômios e prisões, e alguém que falasse da identidade étnica, da questão indígena. Como o Fórum é um espaço mais amplo que o Brasil, tínhamos pensado em convidar um antropólogo que trabalha com os índios zapatistas do México, o Gilberto Rivas, conhecido do CIMI e de outras entidades. Então, está garantido que um dos temas a ser tratado no Seminário organizado pelo CFP no Fórum Social Mundial será a Psicologia e a questão indígena. Assim, podemos aproveitar quem estará lá, fazer um balanço desse encontro e continuar pensando na continuidade.

Avaliação do Seminário

- Até no dia que cheguei, não sabia do que o encontro iria tratar. Nos corredores ouvi falar que trataria especificamente do alcoolismo. Não sabia que aqui também haveria psicólogos. Pensei que seria o CIMI quem trataria do alcoolismo dentro das comunidades indígenas. No início, achei interessante a abrangência. Gostei de entender mais papel do psicólogo em nossa sociedade de forma geral e também sua especificidade. Minha avaliação é positiva. Estamos saindo daqui enriquecidos de conhecimentos. E isso é recíproco, porque vocês também saem enriquecidos de conhecimentos da questão indígena, que, até aqui, para vocês, era estar “em um mundo com os olhos vendados”. Vamos tentar repassar tudo o que foi discutido para nossas comunidades. Isso cria uma expectativa, com certeza, no grupo todo. Aqui já percebemos a ansiedade de cada um, mas temos de assumir a realidade de que nem tudo é possível nesse exato momento, pois existe todo um sistema de opressão. A recomendação é a de arregaçarmos as mangas e enfrentarmos todo esse poder conservador existente no Brasil, que não atende às reais necessidades das populações. Tudo isso de mudança que vem acontecendo é graças aos movimentos sociais, às populações que se unificam, que lutam e formam uma corrente para conquistar os seus direitos e valores. Então eu, particularmente, saio enriquecido. Com certeza, transmitirei às nossas comunidades e vou tentar devolver isso novamente a vocês, psicólogos, para contribuir com o enriquecimento mútuo que fortaleça a luta por um país mais justo, com paz e tranquilidade não somente para os povos indígenas, mas para todos os cidadãos brasileiros. Obrigado a todos.

- Queria reforçar a fala do Marcos. Recebemos esse convite e, quando cheguei aqui e tinha psicólogos... Eu tinha o psicólogo como alguém que trata de pessoas com problemas mentais. Então, fiquei me perguntando. Pensei: “vou ver no decorrer do encontro como vai ser, se vão conversar com cada um dos índios ou o quê”. Mas foi um momento muito importante. E, como disse nosso companheiro, cada etnia tem seu jeito diferente. Para nós, Xucuru, não será difícil a ida





dos psicólogos a nossa aldeia, porque temos uma confiança imensa no CIMI, e tudo aquilo que articula com a gente, nossa comunidade recebe de braços abertos. Confiamos no trabalho das lideranças na base com a terra, a educação, a saúde. Somente peço aos nossos parentes que procurem uma forma de, entre si mesmos, conversarem com o seu povo depois da visita dos psicólogos. É importante se reunir e discutir o respeito à liderança, a confiança naqueles que desejam contribuir com a nossa luta. Vocês, lideranças indígenas, não esmoreçam. Vão em frente, levem a crítica do povo como positiva. Não podemos alimentar o crítico porque, se fizermos isso, cresce a crítica! Se há críticas, deixem para lá! Os críticos falam, falam e falam e depois vêm se alinhar ao nosso trabalho. E vocês, mulheres líderes, não desistam! Sempre acontecem, em todas as sociedades acontecem as críticas. Vamos sair daqui muito fortalecidos para continuarmos o nosso trabalho e as nossas organizações. Estou muito agradecida por ter conhecido novos parentes e esses psicólogos que trabalharam com a gente nesses dias. Que Deus ilumine nossas mentes, que a natureza nos dê forças para lutarmos pelos nossos objetivos.

- Queria fazer um agradecimento. Assim como o Marcos, cheguei aqui sem saber direito o que iria acontecer. E, nas conversas que tive com os psicólogos, era comum esse sentimento. Ontem, falando sobre o que estava aqui acontecendo com alguém que aqui não está, disse que estava bom. Mas era somente o que conseguia dizer. É muita coisa. Tomamos contato com muitas culturas, e até essas coisas se acomodarem, leva um tempo. Mas uma coisa que está muito clara é que esta é uma situação da qual não há como ficar, depois dela, igual ao que se era antes. É um marco, sim. O que acontecerá depois, em nível coletivo e individual, não sabemos. Mas que não será igual, temos certeza. E, se igual não ficará, é transformação. E, se é transformação, temos de arregaçar as mangas e enfrentar. Esse é um lugar difícil. Pela história da Psicologia colocada aqui, pela característica que tem essa ciência, que é nova, pela sua origem não voltada para as questões sociais mais amplas e mais profundas, não é fácil se colocar em outro lugar. Falamos sobre os guerreiros indígenas. Vejo os

psicólogos presentes aqui também nesse lugar. Temos de levar isso para os demais. Não sabemos o que vai acontecer, mas alguma coisa terá de acontecer. Obrigado aos indígenas, aos não indígenas. Se é que ainda dá para fazer esse tipo de divisão depois desse Seminário.

- Na minha camiseta está escrito “saber viver”. Se temos o conhecimento e não sabemos vivenciá-lo, de nada ele serve. Há três anos, fiz um curso de Políticas Públicas para Indígenas, e não aprendi coisa alguma. Saí dele da forma como havia entrado. Tanto que nem lembrava mais desse curso. Lembrei-me agora. E não foi porque os professores eram ruins: foi porque os índios não falaram. Eram brancos falando sobre as políticas indígenas. Os índios somente ouviram. Quero parabenizar ao CIMI e ao Conselho Federal de Psicologia pela forma como organizaram este Seminário, que, de fato, fez com que o conhecimento mexesse muito conosco. Tanto que, em alguns momentos, confesso a vocês, tive vontade de chorar. Não de desgosto, mas de sentir as coisas. E, se sentimos, creio que podemos transformar os sentimentos em ação. Somente se desenvolve solidariedade entre os povos na medida em que localizamos pontos comuns. Ninguém é solidário com o outro porque é bom. Desenvolvemos solidariedade porque nos sentimos na mesma situação. Eu me senti assim porque sou descendente da cultura italiana, que foi apagada dentro da nossa família. Minha mãe não ensinou a língua italiana aos filhos para que eles não tivessem sotaque e fossem motivo de chacota na escola. Então, não aprendi essas coisas, como não aprendi várias outras características da minha cultura de origem. Também porque cresci em meio à cultura alemã. Enfim, creio que, na medida em que se percebe onde somos excluídos como profissionais de como seres humanos, conseguimos entender as outras exclusões. E nós, que optamos por esse tipo de Psicologia, também somos excluídos dentro da profissão. Então, parabéns a todos nós, guerreiros!

- Depois de duas expressões tão verdadeiras e bonitas, resta pouco a dizer. Além de agradecer ao CIMI, ao Conselho Federal de Psicologia e aos irmãos indígenas, quero apenas dizer que nós tam-





bém chegamos aqui sem muitas certezas. Isso gerou uma situação de buscar. E todos acabamos nos abrindo para essa recepção. Então, a nossa subjetividade de psicólogos também foi mexida. Temos de rever tudo isso. E, o mais importante: na mala não estamos levando apenas informações, registros. Há mudanças na mente e no coração. Se não há mudança de atitude, nada muda. Posso querer mudar por um dia, uma semana, um mês, um ano. Mas, se não há atitude, não há ação diferenciada. Creio que hoje há uma mudança de atitude, o que é um grande começo. Chegamos de olhos vendados e saímos com uma nova visão. Quero parabenizar as comunidades indígenas por sua luta verdadeira, inteligente, articulada. E agradecer a todos pelo privilégio de poder conhecer a cada um nesses dias. Obrigado!

- Esse encontro significou um consolo e uma animação. Estamos acostumados, nas áreas de atuação missionária, a percebermos muitos preconceitos da sociedade organizada e dos profissionais. Aqui fiquei muito sensibilizado em ver a atitude dos psicólogos, a partir do Conselho Federal e de todos dos regionais. O respeito, a atenção e o carinho tido para com os povos indígenas, nesses dias. Cada palavra foi valorizada. A busca do entendimento, enfim, a atitude, me deixaram muito contente. Foi muito proveitoso. Parabéns a todos!

- Juntamente com o Paulo, gostaria de fazer uma fala, como representante do Conselho Federal de Psicologia. As nossas expectativas para esse encontro foram grandiosas. Os nossos compromissos também. E as falas dos povos indígenas, aumentaram em nós a responsabilidade, deixando-a sem limites. Primeiro, pela demanda urgente de haver psicólogos que cuidem desse problemas graves e desastrosos para a vida das comunidades, que são as questões do alcoolismo, do suicídio e dos sofrimentos trazidos pela discriminação e por toda a luta. Então, aumenta em nós a responsabilidade de construir espaços. Como Conselho Federal, o que estamos fazendo aqui é algo novo para nós, para vocês. Mas é algo em que acreditamos e do que não vamos arredar o pé. É daqui para a frente. Estamos conscientes também de que há muitos colegas que ainda não acreditam,

não entendem a necessidade e a importância de se fazer um debate como esse “não é somente entre os indígenas que há a crença de que psicólogo somente cuida de doido!”. Muitos dizem que esse é um tipo de encontro como qual a Psicologia não tem nada a ver. Enfrentamos essa posição dentro da categoria e até por parte de alguns colegas dos conselhos regionais e do próprio Federal. Mas com isso quero dizer que a semente está plantada. Os frutos, tenho absoluta certeza, virão. Agora está muito mais fácil de chegar um psicólogo até a aldeia de vocês, porque os conselhos regionais serão provocados. Vocês devem, sempre que encontrarem um psicólogo ou alguém ligado ao Conselho, perguntar por que a Psicologia ainda não atua com os índios. Provoquem-nos, instiguem-nos. Tudo para que possamos, juntos, formar uma grande corrente. Eu diria que a transformação da vida não se dá por um evento extraordinário: acontece pela força de vontade, pela crença inabalável de que a vida transforma-se, de que as coisas mudam através de luta, das batalhas, do que dispomos de organização e força. O Conselho Federal, com isso, lança uma semente, junto com vocês. As coisas já começaram a mudar e não pararão. Como Conselho Federal, como membro de uma gestão que está em seu final, vamos fazer tudo, em termos de documentos, de informes, de matérias, sobre esse evento, para dar a visibilidade necessária em todos os meios de que dispomos. Esse é o nosso compromisso.

Quero agradecer mesmo, imensamente, pela presença de vocês. Viemos para aprender, para escutar, para dialogar, para perguntar como podemos chegar com a Psicologia até aí. Agradecemos ao apoio do CIMI e à parceria extremamente leal e sincera construída. Agradeceremos também pela presença dos companheiros dos conselhos regionais que vieram, apostaram na idéia e que estão levando a semente para suas regiões, para os seus locais de trabalho. E agradeceremos, ainda, aos funcionários que aqui estiveram. E, antes disso, a um grupo que trabalha com os eventos. Eles estiveram aqui, sempre gentis, sorridentes disponíveis. Enfim, muito obrigado porque somente temos de que nos alegrar e comemorar.

- Fazemos nossos todos os agradecimentos aqui colocados. Mas





quero agradecer em especial à provocação que o Conselho Federal de Psicologia fez ao CIMI. Foi uma proposta vinda de fora e muito importante. O Paulo falou anteriormente dos encontros, pessoais e coletivos. E, principalmente, o encontro com a causa indígena. Esperamos que esses encontros evoluam para o grau de cumplicidade, que nos tornemos cúmplices de uma mesma causa, que não é só dos povos indígenas, mas de todos nós, habitantes do planeta Terra. Para concluir, quero trazer a música de Milton Nascimento, *Encontros e Despedidas*, que se refere à estação da vida e afirma que a hora do encontro é também a da despedida e que o trem que chega é o mesmo da partida, que a plataforma da estação é nossa vida e a vida desse lugar. Então, que continuemos nos encontrando e, juntos, construindo alternativas dignas de vida para todos. Muito obrigado!

- Como última palavra da Mesa, quero agradecer a todos aos quais o Aluizio já agradeceu. Somente quero reforçar o agradecimento aos companheiros do CFP, aos funcionários e funcionárias, aos psicólogos, aos representantes indígenas, aos missionários e funcionários do CIMI. Quero destacar que esse encontro é fruto da luta dos povos indígenas. É importante termos isso claro. Nos anos de 1970 e 1980, os indígenas lutaram pela terra, pelo território, que estão reconquistando até hoje. Nos anos de 1980 e 1990, foram para a luta política, foram para a Constituinte, viraram a *Constituição* brasileira, no sentido de garantirem o respeito aos povos indígenas, e continuaram nessa luta, intensificando-a. A partir dos anos de 1990 e 2000, estão conquistando a sociedade brasileira, estão transformando não somente a mentalidade dos povos das cidades próximas das aldeias e a mentalidade do Congresso Nacional, mas de toda a sociedade brasileira, uma sociedade cheia de problemas, de crises de sentido, de existência. Vocês estão conquistando os setores sociais para estarem juntos com vocês dando novos significados à nossa vida, à nossa sociedade e ao trabalho de todos: psicólogos, médicos, professores, antropólogos. Este encontro é uma vitória de vocês!

Anexo II

Seminário Subjetividade e Povos Indígenas²¹

O Conselho Federal de Psicologia resolveu realizar o Seminário “Subjetividade e os Povos Indígenas”, inicialmente, para encaminhar uma deliberação do IV Congresso Nacional de Psicologia, realizado o IV CNP, no ano de 2001, quando os psicólogos brasileiros manifestaram a vontade política de iniciar o resgate da dívida histórica que as ciências, de maneira geral, e a Psicologia, em particular, possuem com os povos indígenas do Brasil. Para realizar esta tarefa, o CFP buscou parceria com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), devido ao seu trabalho, reconhecido e respeitado em todo o país, junto aos povos e organizações indígenas.

Participam do Seminário, psicólogos e psicólogas dos diversos conselhos regionais de Psicologia, do Conselho Federal de Psicologia, missionários dos diversos Regionais e do Secretariado Nacional do CIMI e, fundamentalmente, indígenas representantes dos povos de todas as regiões do país. É importante destacar que a presença desses representantes indígenas é o que dá razão e sentido às discussões, propostas e encaminhamentos a serem aqui realizados.

O Desafio do Tema

Para os promotores deste Seminário, há a consciência da dimensão do desafio proposto. Somos sabedores de todas as implicações e riscos impostos pela temática “subjetividade”, tratada a partir da perspectiva de indivíduos com identidades étnicas distintas, vivendo organizadamente em comunidades politicamente definidas como povos e sociologicamente comprometidos com as “responsabilidades sociais” que lhes são atribuídas nas respectivas culturas.

Assim sendo, estarão dialogando distintas culturas e distintos atores representantes destas: líderes espirituais, chefes políticos, professores indígenas, agentes de saúde, jovens, idosos, homens, mulheres, cada um portador de representações simbólicas com toda a implicação política que, por si só, já revela ou traduz as suas subjetividades.

²¹ Texto-base apresentado no início do Seminário Subjetividade e os Povos Indígenas





Além do mais, cada indígena participante é parte de uma cultura que se manifesta em sua inteireza cosmológica. Diferentemente das sociedades não índias, nas culturas indígenas não há compartimentalização, pois esta é vista e vivenciada como um todo: terra e territorialidade; homem, mulher e natureza; religião, mito e rito; economia, reciprocidade e autonomia... As relações sociais, portanto, dão-se nesses contextos vistos externamente como de extrema complexidade, porém cotidianamente experienciados na vida dos seus membros de maneira simples e funcional.

Mas sabemos também estarem estas comunidades e seus membros em relação constante com a chamada sociedade nacional. Isto lhes impõe várias demandas, desde a forma como estabelecer diálogos interculturais até a solução de problemas resultantes dos diálogos estabelecidos. É evidente que, nesses “diálogos”, interfere de maneira prejudicial o violento processo histórico de como o Estado brasileiro e, antes dele, o português, estabeleceu o contato e manter suas relações com os povos indígenas.

É, portanto, plenamente conscientes de todos esses condicionantes que os promotores do Seminário assumem o desafio.

Programa do Seminário

Este Seminário constará de quatro momentos:

1. Introdução;
2. Debate do tema “Subjetividade e as relações das comunidades indígenas com a sociedade nacional”;
3. Debate do tema “Subjetividade e as relações internas nas comunidades indígenas”;
4. Perspectivas e encaminhamentos.

Metodologia deste Seminário

Neste Seminário buscaremos principalmente escutar os representantes indígenas, estabelecer com eles um diálogo com relação aos diversos temas e construir juntos diagnósticos, análises e propostas de encaminhamentos que sejam úteis para a nossa perspectiva de compromisso concreto da Psicologia e dos psicólogos e

psicólogas com os povos indígenas do nosso país.

A fala dos representantes indígenas será o território sobre o qual serão construídas nossas análises e propostas. É, portanto, fundamental, para nós do CFP e do CIMI, que os representantes indígenas assumam o protagonismo ao longo deste Seminário, pois esta será a garantia da riqueza das nossas análises, assim como da correção das nossas propostas.

Tema: Subjetividade e as relações das comunidades indígenas com a sociedade nacional

Neste tema, buscaremos compreender os significados que o conceito subjetividade tem para as comunidades indígenas, nas suas diversas culturas, e as maneiras pelas quais esta Subjetividade interage, entra em conflito, relaciona-se com a sociedade nacional e seus agentes.

A partir desta compreensão, poderemos definir um campo possível de contribuição da Psicologia para as comunidades e povos indígenas, do ponto de vista da saúde, dos processos educacionais, dos processos de luta ou de resgate cultural.

Sabemos que o conceito de Subjetividade é saturado de condicionamentos sociais, históricos, ideológicos e culturais, porém buscaremos, a partir das falas dos próprios representantes indígenas, reconstruir os significados que eles próprios dão a este conceito, suas conseqüências para a vida cotidiana, na interação das comunidades com a sociedade envolvente, e as perspectivas que se abrem para o exercício comprometido da Psicologia.

Tema: Subjetividade e as relações internas nas comunidades indígenas

Neste tema, buscaremos compreender os significados que o conceito de Subjetividade tem para as comunidades indígenas no que diz respeito ao seu lugar nas relações comunitárias e sociais, ou seja, no interior da vida de cada povo indígena presente a este Seminário.

A partir da escuta e do diálogo com os representantes indígenas,





buscaremos construir análises com relação à vivência da subjetividade nas diversas comunidades e culturas indígenas, assim como com relação às possibilidades de contribuição da Psicologia para o fortalecimento dos processos de afirmação étnico-cultural, de resgate cultural e de reconstrução étnica.

Sabemos que, neste âmbito densamente cultural, as aproximações e análises com relação à subjetividade certamente vêm saturadas de conceitos e visões éticas, filosóficas, religiosas e culturais, histórica e socialmente determinadas. Porém, como no tema anterior, buscaremos nos pautar pelas falas dos próprios representantes indígenas, para reconstruirmos os diversos lugares possíveis da subjetividade nas diversas comunidades e culturas presentes e para descobrirmos juntos as possibilidades de contribuição da Psicologia para o fortalecimento dessas mesmas comunidades e culturas e para a qualidade de vida dos seus membros, a partir dos seus próprios parâmetros e projetos de vida.

Tema: Propostas e encaminhamentos

Neste tema, buscaremos sistematizar as discussões anteriores, identificando as propostas de perspectivas e as propostas de encaminhamentos para dar seqüência a este Seminário.

Aqui, vamos procurar cumprir com o objetivo central pelo qual o Seminário foi realizado, qual seja: o de contribuir para o resgate da dívida histórica que a Psicologia possui com os povos indígenas do nosso país.

Brasília, 05 de novembro de 2004.
Conselho Federal de Psicologia – CFP
Conselho Indigenista Missionário – CIMI

Considerações finais

Então, esse trabalho de alerta é que precisamos intensificar.

E, também, o trabalho com relação à subjetividade, desnaturalizando a violência que cotidianamente acontece com todos. (fala de um dos participantes).

Os relatos transcritos nesta publicação marcam um momento histórico na aproximação da Psicologia brasileira com os “condenados da terra”, no dizer de Franz Fanon.

Se estes escritos reproduzem fielmente o conteúdo das falas e dos debates realizados, com suas respectivas conclusões, sínteses e perspectivas assumidas coletivamente, uma coisa escapa à palavra escrita e publicada: a emoção ao relatar seus dramas, suas dores, suas humilhações históricas, por parte dos camponeses e por parte dos indígenas, assim como a alegria de suas lutas e vitórias e a sincera esperança de que uma nova categoria profissional da nossa sociedade venha a se juntar, como seus aliados, como seus amigos, como seus companheiros de caminhada: as psicólogas e os psicólogos brasileiros. Escapa, também, à palavra escrita, a emoção destes ao escutarem e ao se solidarizarem.

Alguém disse, ao final de um dos seminários: “Para se iniciar uma grande marcha, é necessário sempre o primeiro passo”. Esperamos, com toda força, que estes seminários tenham sido este primeiro passo, este passo fundador no rumo da construção de uma Psicologia comprometida com os camponeses e com os indígenas do Brasil.

Paulo Maldos
Conselho Federal de Psicologia





Participantes

Seminário Subjetividade e a Questão da Terra

1. Ândrea Batista (MST)
2. Andréia Borges (MST)
3. Carmiranda Vitoriano (MST)
4. Denise da Veiga (MST)
5. Eliane Domingues (psicóloga, PR)
6. Elisangela Karlinski (MST)
7. Francisco Antônio Pereira (MST)
8. Genaro Ieno Neto (professor de Psicologia, PB)
9. Gislei Kuierim (MST)
10. Gladyson Pereira (MST)
11. Juliana de Melo Borges (CFP)
12. Lizandra Melos (MST)
13. Magda Gebrim (psicóloga, SP)
14. Maria de Jesus dos Santos (MST)
15. Maria Teresa Castelo Branco (psicóloga, PR)
16. Maurício Sarmet (CFP)
17. Neide Pacheco (psicóloga, MG)
18. Paulo Maldos (CFP)
19. Rebeca Litvin (CFP)
20. Regina Reck (psicóloga, SC)
21. Tiago Manggini (MST)
22. Yanina Stasevskas (psicóloga, SP)

Participantes

Seminário Subjetividade e os Povos Indígenas

- Representantes do CIMI:

1. Ana Delia da Silva Oliveira (AM)
2. Cecília Sá Miranda (Membro do CIMI, RR)
3. Eder Walber Soares Paiva (Membro do CIMI, AM)
4. Eloir Inácio de Oliveira
5. Ir. Maria de Jesus Rodrigues de Lima
6. Ir. Maria Verônica de Araújo
7. Ir. Francis
8. Maria dos Prazeres (CIMI/NE - AL)
9. Maria Izaura Costa Vieira (CIMI - Equipe MS)
10. Otto Cabral Mendes Filho (CIMI/NE - PE)
11. Roberto Liebgott (CIMI Sul)
12. Saulo Ferreira Feitosa (Vice-presidente do CIMI)

- Representantes dos povos indígenas:

1. Antonio Guajajara
2. Batista Amaral Kaingang
3. Cleide Santana da Silva (Povo Xukuru Kariri, AL)
4. Cosme Cordeiro Chaves (Povo Tukano, São Gabriel da Cachoeira, AM)
5. Djalana Gonçalves Chaves (Aldeia Macuba, Ilha do Bananal, TO)
6. Edilson Vieira As Silva (Povo Apurinã, AM)
7. Edino Uaigarorfu (Rondonópolis, GO)
8. Eliel Benites (Guarani Kaiowá)
9. Francisquinho Tephot Canela
10. Isairi Lukukuí (Povo Karajá, Aldeia Fontora, Ilha do Bananal, TO)
11. Ivaldo André (Povo Makuxi, RR)
12. Jacivania Bento Juliano (Povo Wapixana, RR)
13. Jaime Alves (Cacique Kaingang do Morro do Osso)
14. Joilson de Souza Pinho (Povo Terena, Aldeia Lalima)
15. José Cícero Santana da Silva (Povo Xukuru Kariri, AL)
16. José Rodrigues Boiadowu Bororo





17. José Sales dos Santos Oliveira (Povo Mayoruna, AM)
18. Josefa dos Santos (Povo Karipuna, AM)
19. Josué Pereira da Silva (Povo Kambiawá, PE)
20. Julião de Oliveira (Aldeia Cap. Babaçu, Povo Terena)
21. Jurandir Mabulewe (Povo Karajá, Aldeia Macuba, Ilha do Bananal, TO)
22. Katia Bandeira Gavião
23. Léia Aquino Pedro (Guarani Kaiowá)
24. Lucilene Lopes Guajajara
25. Luiz Aikwanã
26. Lurdelice M. Nelson (Guarani Kaiowá)
27. Marcos Luidson de Araujo (Povo Xukuru do Ororubá, PE)
28. Maria Antonia Soares da Silva (Cacica da Comunidade Kaingang de Estrela)
29. Maria Domingas dos Santos Quaresma (Povo Karipuna, AM)
30. Marlene Santana da Silva (Povo Xukuru-Kariri, AL)
31. Matilde Gavião
32. Moisés Belehirú (Povo Karajá, Aldeia Itxalá)
33. Moises Kainorá-Kaingang
34. Nelson Karitiana
35. Noep Arara
36. Pedro Arara
37. Silvia Franz de Diego
38. Valdir Sabenê
39. Zenilda Maria de Araújo (Povo Xukuru do Ororubá, PE)

SÉRIE GENTE DA TERRA





SÉRIE GENTE DA TERRA



Conselho Federal de Psicologia
SRTVN 702 - Ed. Brasília Rádio Center - sala 4024-A
CEP 70.719-900
Fone: (61) 2109-0100
Fax: (61) 2109-0150
e-mail: contato@pol.org.br
home page: www.pol.org.br



Conselho
Federal de
Psicologia

